

20 EXPERIÊNCIAS DE GESTÃO PÚBLICA E CIDADANIA

Ciclo de premiação 2004

Marco Antonio Carvalho Teixeira
Melissa Godoy
Carla Coelho

ORGANIZADORES



Gestão Pública
e Cidadania

2004

EXPERIÊNCIAS DE GESTÃO PÚBLICA E CIDADANIA

Ciclo de premiação 2004

Marco Antonio Carvalho Teixeira
Melissa Godoy
Carla Coelho

ORGANIZADORES



Gestão Pública
e Cidadania

ISBN – 85-99720-03-1

Textos:

Marco Antonio Carvalho Teixeira,
Melissa G. de Godoy
e Carla Coelho

Direitos desta edição reservados ao
Programa Gestão Pública e Cidadania
Av. Nove de Julho, 2029 - 11º andar (ala sul)
01313-902 – São Paulo – Brasil
Tels: (0xx11) 3281-7904 / 3281-7905
Fax: (0xx11) 3287-5095
e-mail inovando@fgvsp.br
http: inovando.fgvsp.br

Todos os direitos reservados. A reprodução não autorizada desta publicação, no todo ou em parte, constitui violação da lei de direitos autorais.

Projeto gráfico, diagramação e capa:

Nelson Caramico

Impressão:

Gráfica Dedone

Impresso em novembro de 2006 em São Paulo - SP

Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca Karl.A. Boedecker da Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getulio Vargas

20 Experiências de Gestão Pública e Cidadania – Ciclo de premiação 2004
/ Organizadores: Marco Antonio Carvalho Teixeira,
Melissa G. de Godoy e Carla Coelho.
São Paulo: Programa Gestão Pública e Cidadania, 2004.
228p.

I. Políticas Públicas – Brasil. 2 – Administração Pública – Brasil. I. Teixeira, Marco Antonio Carvalho. II. Godoy, Melissa G. de. III. Coelho, Carla
III. Programa Gestão Pública e Cidadania.

CDD - 000

Sumário

Apresentação.....	5
Masculinidades e Cidadania.....	9
Piraí: Município Digital.....	21
Produção Limpa na indústria joalheira do Rio Grande do Sul.....	31
Programa Geração de Trabalho e Renda de Chapecó-SC.....	41
Projeto Ação Comunitária em Arte e Ofício: Experiências Educativas em Comunidades Negras do Pará.....	51
Desenvolvimento Florestal Sustentável na Amazônia Brasileira: O Programa Floresta Estadual do Antimary – Acre.....	63
Turismo como alternativa de desenvolvimento do semi-árido.....	75
CAPS/SESAMAR – Transformando o lugar social da loucura no Vale do Jequitinhonha.....	87
Programa Municipal de Apoio à Cadeia Produtiva da Caprinovinocultura – PROCAP – Mossoró/RN.....	99

Programa de Formação Intercultural Diferenciada e Bilíngüe de Professores Indígenas.....	109
Lei Municipal de Tombamento – Proteção do Patrimônio Cultural de Dois Irmãos (RS)	123
Projeto Crescer – Boa Vista – Roraima	133
Programa de Coleta Seletiva de Londrina – “Reciclando Vidas”	143
Programa Escola do Campo.....	155
Programa Legislativo Interativo e Participativo Santa Terezinha – MT	167
Programa Estadual de Prevenção e Combate à Violência contra a Mulher	177
Organização Sociopolítica do Povo Xukuru do Ororubá.....	187
Cheque Moradia – Agência Goiana de Habitação.....	197
Escola Profissionalizante Raimunda da Silva Soares.....	217

Apresentação

Os 20 artigos reunidos neste volume descrevem experiências inovadoras de gestão pública que estão sendo executadas por organizações indígenas e governos municipais e estaduais de várias partes do país, incluindo os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. Tais iniciativas foram as finalistas de 2004 do Programa Gestão Pública e Cidadania, que realiza um ciclo anual de premiação das inovações desenvolvidas pelos governos subnacionais.

Em atividade desde 1996, o Programa Gestão Pública e Cidadania é uma iniciativa da Fundação Getúlio Vargas e da Fundação Ford, com apoio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Seu objetivo é a identificação e disseminação das práticas inovadoras, para que um número cada vez maior de governos subnacionais encontrem soluções adequadas aos problemas de suas comunidades. A organização deste livro é parte desse esforço, que também inclui a produção de outras publicações, vídeos, pesquisas acadêmicas e a manutenção de um banco de dados na Internet (<http://inovando.fgvsp.br>), com todas as inscrições recebidas para os ciclos de premiação do Programa.

A reunião destes artigos fornece ao leitor um panorama da diversidade brasileira, apresentando ao mesmo tempo a complexidade dos problemas do país e a riqueza das soluções encontradas por seus governos subnacionais, quase sempre em colaboração com a sociedade civil. Em comum, as experiências aqui apresentadas possuem as seguintes características:

- 1) introduzem mudanças significativas em relação a práticas anteriores;
- 2) têm impacto positivo sobre a qualidade de vida das comunidades;
- 3) podem ser repetidas ou transferidas para outras regiões ou administrações;
- 4) ampliam ou consolidam o diálogo entre a sociedade civil e os agentes públicos e
- 5) utilizam recursos e oportunidades de forma responsável, visando a auto-sustentabilidade.

O Programa Gestão Pública e Cidadania baseia-se nessas características para identificar as experiências inovadoras. Para chegar aos 20 finalistas, a equipe do Programa realiza um trabalho que se estende ao longo de quase todo o ano,

começando pelo envio de um *folder* de apresentação e de uma ficha de inscrição para mais de 20 mil endereços.

A seleção das experiências finalistas divide-se em três fases. Na primeira, são escolhidas 100 iniciativas semifinalistas, num processo que reúne grupos de pesquisadores, especialistas em políticas públicas, representantes de órgãos do governo e membros de entidades da sociedade civil.

As 100 experiências semifinalistas são convidadas a preencher um formulário complementar, com informações mais detalhadas, que servem a uma outra seleção, novamente com a participação de pessoas das universidades, órgãos públicos e ONGs.

As 30 iniciativas escolhidas dessa forma recebem a visita de técnicos enviados pelo Programa, que vão a campo entrevistar os responsáveis pela execução das iniciativas, bem como seus beneficiários. Com base nos relatórios elaborados por esses técnicos, selecionam-se os 20 programas e projetos finalistas, que recebem um prêmio em dinheiro e se apresentam numa cerimônia de premiação ao final de cada ano. Este livro também é feito a partir dos relatórios de visita de campo e das informações fornecidas pelos finalistas. Com ele, esperamos conduzir o leitor para uma viagem pelo Brasil, através dos inúmeros caminhos abertos pela criatividade dos seus gestores públicos e dos seus cidadãos.

Os organizadores

Masculinidades e Cidadania

Diadema - SP

Masculinidades e Cidadania

Janaína Mattos¹ e Mary Cheng²

Sobre Diadema

O município de Diadema, fundado em 1948, possui uma área de 30,65 Km² e está localizado a 17 km da cidade de São Paulo, na região do ABCD³. Sua população é de 357.064⁴ habitantes, sendo 51% de mulheres.

Na década de 50, dada a localização estratégica, indústrias automobilísticas se instalaram no ABC, marcando a história econômica de Diadema, que desenvolveu uma indústria complementar de autopeças e plástica. Nesse período, o município cresceu rapidamente em função do baixo valor dos terrenos, atraindo operários da indústria e correntes migratórias de nordestinos.

No início dos anos 80, um movimento de fechamento e fuga de indústrias do ABCD resultou em queda do rendimento médio da população e no volume de empregos da região. Adicionalmente, o crescimento demográfico de Diadema, não acompanhado pelos serviços públicos, gerou uma série de problemas. A cidade se tornou em 1997 a mais violenta do Brasil⁵, índice que só começa a declinar entre 1999 e 2000. O declínio resultou em parte da lei municipal que determinou o fechamento dos bares às 23 horas.

¹ Bacharel em Ciências Sociais, Mestre em Administração Pública e Governo pela FGV-EAESP e Pesquisadora do Programa Gestão Pública e Cidadania da Fundação Getúlio Vargas de São Paulo.

² Bacharel em Administração de Empresas pela FGV-EAESP.

³ A região do ABCD é formada por sete municípios: Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, Diadema, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra.

⁴ Censo demográfico do IBGE de 2000.

⁵ Segundo a Folha de S. Paulo de 15.08.1999, Diadema atingiu a marca de 140,4 homicídios por 100 mil habitantes pelo relato do Ministério da Saúde, sendo mais de cinco vezes superior à média brasileira e 157% maior do que a da capital paulista.

Apresentação do Projeto

O Projeto Masculinidades e Cidadania faz parte de uma tentativa de ação integrada da Prefeitura Municipal de Diadema, que consiste em concentrar investimentos em serviços, obras, programas, projetos, monitoramento e avaliação das políticas públicas nas áreas mais violentas e carentes da cidade. O Projeto objetiva a diminuição dos índices de violência e a construção de novos referenciais, para que homens – jovens e adultos – possam estabelecer relações sociais baseadas na equidade de gêneros.

O Projeto está em funcionamento desde 2002 e nasceu como resposta a questionamentos realizados no âmbito da Casa Beth Lobo – serviço público municipal que funciona em Diadema desde 1991 –, e que se tornou referência no atendimento às mulheres em situação de violência de gênero na cidade. O cotidiano da casa evidenciava a necessidade de incorporar os homens nas discussões sobre a violência praticada contra as mulheres, oferecendo alternativas para que eles pudessem refletir sobre suas relações e assumir novos comportamentos.

A decisão de implementar o Projeto foi influenciada pela participação de Diadema no Consórcio Intermunicipal do ABC⁶ e no Fórum Metropolitano de Segurança Pública⁷. Nesses espaços, a discussão sobre a participação dos municípios nas ações de segurança preventiva vem ganhando terreno no debate sobre a temática da violência urbana e de gênero.

Objetivos e Metas

As principais metas do Projeto referem-se à elaboração de uma política pública que atenda às necessidades específicas da população masculina, realizando com os homens a discussão sobre os modelos de masculinidades prevaletentes na sociedade e sua relação com o uso da violência para a solução de conflitos, principalmente de gênero. Espera-se com isso contribuir para a erradicação da violência praticada contra as mulheres, aumentar a percepção dos homens sobre a importância da promoção da saúde e de seu envolvimento nas questões relacionadas à sexualidade, reprodução e criação dos filhos. Para atingir esses objetivos, as atividades do Projeto incluem por um lado a capacitação de profissionais do setor público (saúde, educação e segurança social) para a dimensão das masculinidades

⁶ Com sede em Santo André, o Consórcio Intermunicipal das Bacias do Alto Tamanduateí e Billings foi criado em 1990, e é formado pelos prefeitos das cidades de Santo André, São Caetano, São Bernardo, Diadema, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra. Conhecido como Consórcio Intermunicipal do Grande ABC, seu principal objetivo é promover formas articuladas de desenvolvimento regional.

⁷ Sobre o Fórum ver, por exemplo: Mesquita Neto, Paulo de, e de Mattos Ricardo, Carolina (s/data).

e sua relação com a cidadania, e por outro, a formação de lideranças comunitárias para a multiplicação de grupos de homens em associações de bairro de Diadema.

Gestão

Em 2004, o Projeto Masculinidades e Cidadania tinha caráter piloto, e buscou formar multiplicadores para implementar e acompanhar novos grupos.

Embora não tenha sido originalmente pensado como uma ação intersetorial, o Projeto vem adquirindo caráter de política pública, na medida em que articula várias secretarias para a obtenção dos objetivos propostos. As atividades são coordenadas pela Assessoria dos Direitos da Mulher e pela Assessoria dos Direitos da Juventude – órgãos municipais vinculados à Secretaria de Assistência Social e Cidadania. Outras parcerias foram efetivadas para a realização de atividades do Projeto, com a Secretaria de Defesa Social, para a formação da guarda municipal e com a Educação de Jovens e Adultos (EJA), vinculada à Secretaria de Educação, Esporte e Lazer, para treinamento de educadores.

O trabalho da Assessoria dos Direitos da Mulher está organizado sobre quatro eixos: violência contra a mulher, geração de renda, participação popular e discussão sobre as masculinidades.

Para o atendimento a situações de violência de gênero, o município conta com dois equipamentos: a Casa Beth Lobo e a Casa Abrigo Regional. A primeira oferece atendimento interdisciplinar a mulheres em situação de violência de gênero, como assistência jurídica, psicológica e social, sendo a única na região do ABCD que presta atendimento também na área criminal. Além disso, proporciona outras atividades, como grupos de geração de renda. A Casa Abrigo tem por objetivo proteger mulheres em situação de violência doméstica, bem como seus filhos, caso necessário, de seus agressores – geralmente maridos ou companheiros.

Para o fortalecimento político das mulheres, a Assessoria organiza uma série de atividades, tais como o curso Promotoras Legais Populares⁸, ou o incentivo à participação das mulheres em instâncias como o Orçamento Participativo e os conselhos setoriais.

A proposta do Projeto Masculinidades e Cidadania foi efetivada por meio de parceria realizada com o Centro de Estudos para a Saúde (CES), organização não-governamental com foco na educação para a saúde sexual e reprodutiva. Com sede no município de Santo André, o CES atua desde 1989 com vários segmentos da população (jovens, idosos, mulheres e outros), e desenvolve atividades com homens desde 1994. A experiência acumulada do CES em relação ao tema das

⁸ Curso de formação em direito para mulheres lideranças comunitárias. Para maiores informações ver, por exemplo: Mattos, Janaina. *Promotoras Legais Populares*. Boletim Dicas – Idéias para a ação municipal, número 183. Disponível em <http://www.polis.org.br/publicacoes/dicas/281415.html>.

masculinidades e sua participação em experiência anterior realizada no município de Santo André, no Programa Gênero e Cidadania⁹, levou à constituição da parceria com a prefeitura de Diadema. O Centro é o responsável pela condução dos trabalhos com os grupos que foram contemplados pelas ações do Projeto no município.

Funcionamento

Os grupos de homens do Projeto Masculinidades e Cidadania formaram-se com base em ações que já ocorrem no âmbito das políticas públicas no município. Foram criados e funcionam dois grupos permanentes – um com homens jovens e outro com homens adultos –, envolvendo aproximadamente trinta homens. Os temas abordados nas reuniões tratam de questões como saúde, trabalho, desemprego, violência e relações conjugais.

O grupo de homens jovens se reúne semanalmente no projeto Versão H no Centro de Referência da Juventude. É realizada com os jovens uma série de atividades, de diferentes tipos. O grupo de homens adultos se reúne quinzenalmente na Associação de Moradores de Serraria – bairro escolhido pela prefeitura como foco de uma ação integrada.

Grupo de Homens do Serraria

O grupo de Serraria nasceu com base em movimento organizado em torno da questão da moradia e vem se reunindo desde 2002. É formado por dezesseis homens, entre 29 e 60 anos, todos casados. O critério para a participação é ser morador do bairro ou participar da Associação, mas não se trata de critério de exclusão, é apenas facilitador.

O foco das discussões é deliberadamente concentrado nas questões de gênero, mas incorpora também temas ligados à saúde de modo geral, com destaque para o tabagismo e o alcoolismo. Esse último é muitas vezes diretamente relacionado com a prática da violência, principalmente de gênero.

A metodologia e dinâmicas utilizadas durante os encontros pretendem despertar nos homens a consciência de que gênero é uma construção social. Historicamente as mulheres vêm sendo prejudicadas pelos modelos hegemônicos dos papéis masculino e feminino na sociedade. Depende também dos homens a reversão desse quadro e a construção de novos paradigmas para as relações

⁹ O Programa Gênero e Cidadania, implementado em Santo André, é direcionado a homens e mulheres moradores/as de núcleos habitacionais mais carentes, e aborda temas como relações de Gênero, Gênero e Identidade, Violência, Saúde, Masculinidade e Cidadania. Em 2002, o Programa recebeu o Prêmio Melhores Práticas, oferecido pelo Centro das Nações Unidas para Assentamentos Humanos e a municipalidade de Dubai, Emirados Árabes.

entre homens e mulheres. As dinâmicas buscam, por meio da exibição de vídeos, leituras de textos, montagem de bonecos masculino e feminino e outras metodologias, demonstrar os ganhos que eles podem obter com a adoção de novos comportamentos e da reflexão permanente sobre como é viver em sociedade.

Versão H

O projeto Versão H é uma das atividades oferecidas aos homens jovens que freqüentam o Centro de Referência da Juventude (CRJ), que representam cerca de 80% da população que participa das atividades realizadas no Centro. Dados estatísticos apontam a concentração de homicídios na cidade na faixa de jovens do sexo masculino de 15 a 30 anos. Isso indica a necessidade de um trabalho específico de prevenção, com esse segmento da população, na sua relação com a violência. Episódios de conflitos, disputas verbais e agressividade no cotidiano da casa contribuíram também para a criação do grupo. O Versão H consiste na realização de oficinas semanais com um grupo de doze adolescentes e jovens.

Segundo depoimentos, o início das atividades pareceu ter sido vista com desdém, tanto por técnicos como pelos freqüentadores do CRJ. Com o decorrer dos encontros, o interesse pelo Versão H foi despertado e acabou por ocasionar um problema de excesso de público. Tal situação levou a coordenação do projeto a definir um limite de doze participantes fixos, para permitir o aprofundamento das questões e a formação de multiplicadores. A idéia é que esse grupo possa levar o tema gênero para outras atividades das quais participam.

Sensibilização e formação em gênero para servidores municipais

Dentre as ações realizadas pelo Projeto, destaca-se a capacitação em gênero para o quadro de servidores municipais.

O primeiro grupo beneficiado foi a própria equipe técnica da Secretaria de Assistência Social e Cidadania, órgão municipal que coordena o Projeto. A segunda fase foi direcionada aos integrantes das guardas patrimonial (250 pessoas) e municipal (230). A capacitação consistia na realização de um curso de 20 horas para grupos de cerca de vinte pessoas. Todo o efetivo da Guarda (480 integrantes no total, sendo 36 mulheres) foi capacitado.

O curso foi organizado em dois blocos: no primeiro foram discutidas questões sociais vinculadas à temática de gênero, e no segundo, a questão da identidade masculina, saúde e DST/Aids. Além da coordenação técnica do CES, o curso contou com a participação de uma assistente social da Casa Beth Lobo, que realiza dinâmicas específicas relacionadas à questão da violência contra a mulher.

Os educadores do EJA/MOVA também receberam capacitação em masculinidades e violência, numa ação que consistiu em um curso de três horas, combinando com a temática da violência urbana.

Recursos

Os custos anuais do Projeto são da ordem de R\$ 20 mil, sendo 37% provenientes do Governo Federal, 50% da Prefeitura Municipal de Diadema e 13% do CES. A participação do Governo Federal é por meio do Ministério da Assistência Social e o financiamento é proveniente do Pac Asef¹⁰. Há quatro pessoas diretamente envolvidas na execução do Projeto, sendo duas da prefeitura e duas do CES.

Resultados

Tanto no grupo de jovens como no de homens adultos já despontam lideranças e multiplicadores que participam de outras atividades: realizam palestras ou participam de campanhas. Nas campanhas, homens do Projeto distribuem laços brancos nos semáforos da cidade chamando a atenção para a questão da violência contra a mulher.¹¹

O Versão H tem se transformado num espaço importante de reflexão, de auto-questionamento e de adesão a valores de respeito às diversidades e da equidade entre homens e mulheres. O projeto desperta nos adolescentes e jovens a consciência de que uma mudança na sua atitude pode transformar a relação com o outro. Depoimentos sugerem que esses jovens começam a compreender que sua atuação pode ser referência para o comportamento de outras pessoas, o que facilita a formação de multiplicadores.

As ações do Projeto Masculinidades parecem ter contribuído também para a valorização da Guarda Patrimonial – formada, na maioria, por servidores municipais em situação de alcoolismo, ou com problemas de identidade na função. A coordenação da Guarda realiza esforços no sentido de recuperar a cidadania desse grupo de servidores. Uma das iniciativas foi sua participação no curso sobre gênero e masculinidades. Um aspecto apontado pela coordenação foi a melhor integração entre as equipes mistas, o que é particularmente importante diante da recente incorporação de mulheres ao corpo da Guarda.

¹⁰ Programa de apoio social e educativo às famílias de baixa renda, com filhos entre 0 e 6 anos de idade que estejam frequentando creches municipais.

¹¹A Campanha do Laço Branco foi criada no Canadá em 1989 com o objetivo de sensibilizar homens e organizações para o tema da violência de gênero e mobilizá-los para que trabalhem por sua erradicação. A campanha já se estendeu por mais de 30 países. No Brasil, ela foi lançada no Seminário “Respondendo à violência intrafamiliar e de gênero: reflexões e propostas de trabalho para o parceiro

O Projeto colabora ainda para maior interação entre a Guarda e a Casa Beth Lobo, ao sensibilizar e capacitar o corpo da Guarda para a humanização do atendimento e para o adequado encaminhamento das vítimas de violência de gênero aos serviços correspondentes.

Dificuldades

A equipe coordenadora do Versão H tem realizado esforços para que o tema gênero seja incorporado por todos os serviços sociais oferecidos no município. Entretanto, é um desafio garantir a sustentabilidade das ações por meio de suporte técnico, produção de material didático adequado, formação contínua e supervisão – tanto para os profissionais envolvidos, como para os jovens multiplicadores.

O principal obstáculo para o avanço das atividades do Projeto consiste na carência de recursos físicos – pois nem todos os bairros contam com equipamentos adequados –, humanos e financeiros para ampliar o número de grupos.

A ampliação dos serviços para atender às novas demandas sociais geradas a partir das discussões com homens, tais como programas de saúde específicos, é outro desafio.

A dificuldade de diálogo com alguns setores do movimento feminista também não colabora à formação de consenso sobre a implementação do Projeto. Alguns desses grupos parecem discordar de propostas desse tipo por considerar que ainda há ausência de serviços públicos que dêem conta da gravidade da situação das mulheres, principalmente em relação à violência de gênero. O investimento em programas com foco nos homens estaria tirando recursos que poderiam ser investidos em novos serviços, tais como casas-abrigo. Esta resistência, no entanto, está se diluindo à medida que aparecem resultados concretos das ações do projeto.¹²

Em termos políticos o Projeto também apresenta fragilidades, por tratar-se de um tipo de proposta que não parece sensibilizar administrações de tendência mais conservadora.

Outro problema identificado diz respeito à locação mais adequada do Projeto na estrutura político-administrativa do município, pois já surgem questionamentos em relação ao fato dele ser coordenado por um órgão dedicado à questão feminina.

¹² Sobre a discussão relativa a masculinidades e feminismo ver, por exemplo, PAGÉS, Julio César González (2003).

Fatores de inovação

O projeto apresenta ganhos claros em termos de fortalecimento da cidadania de homens e mulheres, jovens e adultos, ao implantar a discussão sobre masculinidades como eixo transversal nos serviços públicos. Gera uma reflexão sobre as relações de gênero em várias ações implementadas pela prefeitura. Em termos quantitativos, alguns consideram que o projeto Masculinidades e Cidadania, dado seu caráter piloto, apresenta ainda poucos resultados na formação de novos grupos. Porém, existem vários pontos positivos a serem destacados.

Em primeiro lugar a problemática de gênero normalmente encontrada nas administrações municipais é, em sua quase totalidade, voltada exclusivamente para a população feminina, sobretudo a mulheres em situação de violência de gênero. Nesse contexto, o projeto implementado em Diadema inova em dois sentidos: primeiro por incorporar nessa “cruzada”, homens que não necessariamente tenham histórico de violência contra suas parceiras. A diferença, que não é pouco importante, é que os homens participam dos grupos espontaneamente. O que pode contribuir para uma maior consistência em sua participação e em sua atuação como agente multiplicador. Diante disso, o caráter preventivo das ações é um dos principais fatores de inovação. Principalmente porque o projeto pode trazer resultados também em relação à violência urbana de maneira geral e não somente em relação às mulheres.

Outra inovação é que a responsabilidade pela iniciativa foi de fato assumida pela administração no sentido de dotar os órgãos responsáveis pela execução com os recursos necessários, ainda que limitados, para a implementação da proposta, valendo-se de mecanismos como a parceria com outros órgãos da própria administração, com organizações da sociedade civil e com outras esferas de governo para o financiamento e o suporte técnico necessários à execução responsável das ações. Apesar de haver alguns avanços nesse sentido no país, modelos de gestão articulada são ainda embrionários no contexto da administração pública local brasileira e são sempre um desafio para gestores comprometidos com essa orientação.

Em termos de possibilidades de replicação em outras localidades, a principal dificuldade parece consistir no apoio técnico necessário para a coordenação e acompanhamento dos trabalhos. Não há ainda, em todas as regiões do país, equipes preparadas para realizar essas tarefas. No entanto, o programa não é caro, e depende mais de vontade política de gestores e comunidades do que propriamente de recursos financeiros.

Considerações finais

Incluir os homens na discussão sobre as masculinidades, encorajando-os a refletir sobre comportamentos sexuais e práticas sociais são recomendações encontradas em documentos recentes de vários organismos e instituições, nacionais e internacionais, presentes no campo das políticas públicas¹³. A discussão sobre o lugar e o papel do homem nas relações sociais, particularmente no contexto doméstico, aparece assim como uma possibilidade tradicionalmente negligenciada por políticas públicas que pretendem incidir sobre as relações de gênero buscando promover a equidade.

Mais ainda, os que argumentam a favor da introdução das masculinidades afirmam “que o conhecimento sobre práticas sociais masculinas pode contribuir para ampliar o impacto (e talvez a eficácia!) de programas voltados à prevenção de doenças sexualmente transmissíveis, ao controle da violência de gênero, à saúde das crianças, das mulheres e, principalmente, dos próprios homens” (Medrado, Lyra, Galvão e Nascimento, s/data).

No entanto, outro argumento presente nesse campo é que a introdução dessa temática das masculinidades no âmbito das políticas públicas pede atenção e cuidado para evitar que a questão de gênero venha a se transformar apenas em uma questão de saúde pública. Isso pode descaracterizar e prejudicar a luta pela igualdade de gênero, ao invés de fortalecê-la. Certamente, e apesar das muitas conquistas do movimento feminista, ainda estamos distantes de poder falar sobre uma efetiva equidade de gênero. Pois as mulheres continuam sendo alvo de inúmeras injustiças sociais, de diferentes ordens.

Por outro lado, muitos homens também enfrentam dificuldades para a atualização permanente do modelo hegemônico de masculinidade, na maioria das vezes impraticável, principalmente para homens em situações sociais adversas. Essa situação acaba levando muitas vezes à prática da violência como a única alternativa para a solução de conflitos. A participação nos encontros, portanto, abre espaço para o desenvolvimento de uma reflexão sobre a questão das masculinidades e das novas formas de ser homem, abertas com o advento da globalização, do desemprego e dos movimentos feministas, e que têm levado a importantes conquistas, tanto em termos de políticas públicas como em relação ao comportamento das mulheres e de seu lugar na sociedade contemporânea.

Vale observar, considerando especificamente a população jovem, tanto de Diadema como de outras localidades, que muitos desses garotos podem de fato nunca haver vivenciado a situação ideal. Aliás, isso orienta as relações e

¹³Ver, por exemplo: European Commission Childcare Network, 1990; Mundigo, 1995; Unaid, 2000 (citados em Medrado, Lyra, Galvão e Nascimento, s/data, disponível em <http://www.papai.org.br/homens-porque.htm>, consultado em 14.09.2004).

comportamentos de gênero na sociedade em que os papéis tradicionais de homem provedor e esposa do lar tenham sido plenamente atualizados, nas relações cotidianas de suas famílias e comunidades. O trabalho de Pedro Nascimento¹⁴ demonstra, por exemplo, como se dá a representação dos papéis masculino e feminino em famílias em que as mulheres são as provedoras, não mais em caráter temporário, mas já efetivamente há muitos anos, o que certamente deve acontecer também em Diadema. De fato, no grupo de Serraria, alguns participantes vivenciam situações semelhantes.

A proposta do Projeto de Diadema se insere nesse terreno de discussões em torno das políticas públicas de gênero. Aposta, não na criação de mais um campo de trabalho e órgãos específicos na máquina pública para lidar com os homens, mas sim na possibilidade de integrá-los a atividades que já são desenvolvidas em diferentes espaços pela administração com populações femininas, com a juventude e outras. Maximiza esforços e amplia o impacto das ações em direção à equidade de gênero e à erradicação da violência no município. ■

¹⁴Nascimento, Pedro Francisco Guedes. (s/data)

Piraí: Município Digital

Piraí - RJ

Piraí: Município Digital

Edson Sadao¹

Introdução

O pequeno município de Piraí localiza-se no interior do Estado do Rio de Janeiro a aproximadamente 80 quilômetros da capital, possui cerca de 23 mil habitantes e foi pioneiro no seu Estado na implementação de uma infra-estrutura própria de fibra ótica para transmissão de dados em alta velocidade e suporte a tecnologias sem fio em todo o município, antecipando em sete anos o previsto no programa da Agência Nacional de Telecomunicações, de estender o acesso à comunicação em alta velocidade a todos os municípios brasileiros.

O objetivo do programa “Piraí – Município Digital” é a democratização do acesso aos meios de informatização e comunicação com o intuito de gerar oportunidades de desenvolvimento econômico e social. Assume-se, como pressuposto, a visão estratégica de uma sociedade de informação local, na qual o cidadão se torna o principal ator na produção, gestão e usufruto dos benefícios das novas tecnologias de informação e comunicação.

O Programa foi lançado oficialmente em abril de 2002, mas o seu marco histórico inicial é bem anterior, pois antes mesmo da posse do ex-prefeito Luiz Fernando Souza² para o seu primeiro mandato, em 1996, já havia a percepção da necessidade de incorporar as novas Tecnologias de Comunicação e Informação (TCIs) à gestão municipal. Na época, como lembra o ex-prefeito da cidade: “no início da nossa gestão tínhamos apenas 2 linhas telefônicas e 2 computadores à disposição da prefeitura”. Um dos fatores que limitava o desenvolvimento do município, segundo o seu diagnóstico, era o baixo nível de informatização e a quase ausência de recursos de comunicação.

¹ Mestre e doutorando em Administração Pública e Governo pela FGV-EAESP.

² O ex-prefeito Luiz Fernando Souza (PMDB) foi reeleito em 2000 com quase 87% dos votos válidos, sendo o 3º mais votado, proporcionalmente, em todo o país.

Percebeu-se a necessidade de investir maciçamente nas novas tecnologias de comunicação e informação para mudar a realidade do município. Em virtude disso, no início de 1997, a Universidade de Brasília, com experiência no uso da informática na área governamental, foi convidada para elaborar o Plano Diretor de Informática que contemplou a qualificação de cerca de 300 servidores municipais. Em novembro de 2001, a cidade de Piraí foi reconhecida pelo Prêmio Gestão Pública e Cidadania pelo seu programa de desenvolvimento local, o que ampliou as possibilidades de captação de novos recursos a fundo perdido.

Foi a partir deste impulso que, em abril de 2002, o projeto foi desenhado e consolidado numa proposta que foi encaminhada ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). O foco da proposta apresentada ao BNDES era a área educacional e o custo para a implementação da rede (Sistema Wireless³ puro) foi estimado em R\$ 1,5 milhão. Houve uma recusa desta proposta pelo BNDES, mas isso não diminuiu o interesse da equipe de Piraí. Aliás, esse fato apenas reforçou a convicção de que era preciso construir algo no sentido de garantir o direito à informação e o conhecimento da população local por meio das novas TCIs.

Em junho de 2002, foi formalizado um convênio entre a prefeitura e a Universidade Federal Fluminense (UFF) para o desenvolvimento de um projeto para a rede educacional, envolvendo escolas, laboratórios e bibliotecas, interligando todos por meio de uma rede digital de dados. A concepção de desenvolvimento local estimulou a que os gestores do programa ampliassem a sua visão sobre as possibilidades do acesso, uso e usufruto das novas TCIs à toda a população, gerando um impacto na vida de toda a comunidade. Contudo, os recursos disponíveis, sobretudo os financeiros, não eram suficientes para a concretização dos propósitos do Programa Piraí – Município Digital.

O envolvimento e o interesse da equipe em concretizar a idéia de inclusão digital da população fizeram com que o problema financeiro se transformasse num desafio a ser superado. Esta situação de poucos recursos financeiros estimulou a criatividade de todos. Percebeu-se que os recursos provenientes para o Programa de Modernização da Administração Tributária (PMAT) via BNDES que seriam utilizados para conectar as diversas secretarias municipais poderiam, sem alterar o volume de recursos destinados inicialmente, colocar em rede as escolas e terminais públicos. A equipe conseguiu construir uma solução tecnológica mais barata e, ao mesmo tempo, mais adequada às características demográficas⁴ da região.

³ O Wireless (sem fio) é um sistema de transmissão de dados flexível que pode ser utilizado como alternativa para as redes cabeadas. É uma tecnologia que permite a conexão entre equipamentos sem uma conexão física direta.

⁴ O município de Piraí situa-se na região do Médio Paraíba e os seus distritos são separados por vales e montanhas numa área de aproximadamente 506 km², o que encarecia uma solução via cabo de rede. Optou-se, assim, por uma solução híbrida, onde a conexão de banda larga dava-se via sistema híbrido com suporte wireless (SHSW).

Esse processo de otimização da rede contou também com uma mudança no regime de parcerias neste programa. Ao invés de se criar uma dependência de parcerias com empresas de telecomunicação, optou-se por utilizar a potencialidade local. Um exemplo nesse sentido é que todas as empresas que decidem instalar-se no município e que invariavelmente dependem de uma infra-estrutura tecnológica, são convidadas a estender os esforços de adequação das suas necessidades de acesso às novas TCIs às escolas, bibliotecas, telecentros⁵ comunitários e demais locais públicos do seu entorno.

Em abril de 2003, foi inaugurada uma Universidade à distância a partir do consórcio das Universidades Públicas cariocas, UFF, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), possibilitando novas alternativas de formação superior e de educação continuada a toda a população piraiense. Para ampliar o processo de sensibilização dos gestores locais e a comunidade em geral, criou-se em janeiro de 2004 um Conselho da Cidade⁶ que tem a função de acompanhar a execução do Plano Diretor da Cidade Digital. No mês seguinte, foi inaugurada a rede em SHSW. Chegando, assim, ao ápice do que foi planejado pela equipe do programa, coroando os esforços realizados ao longo dos últimos anos.

A proposta de Pirai funciona a partir de três pilares principais: a arquitetura de rede, desenho de gestão e desenho do controle social. Ou seja, é a partir da conjugação de esforços tecnológicos, administrativos e, principalmente, do envolvimento dos atores dos diversos segmentos da sociedade local que o programa “Pirai – Município Digital” vem alcançando resultados expressivos quanto a modernização das secretarias e dos órgãos públicos; dinamização das escolas ao inserir as novas TCIs como uma espécie de catalisador do projeto pedagógico, respeitando a cultura local e a velocidade de absorção das ferramentas tecnológicas; ampliação das oportunidades de uma formação educacional continuada, em cursos de graduação e de pós-graduação; inclusão digital em caráter universal, garantindo o direito ao acesso, uso e usufruto das informações a todos, sem qualquer distinção.

Alguns diferenciais desta experiência

A iniciativa em curso no município de Pirai congrega uma série de inovações e sua importância insere-se num contexto em que cerca de 80% dos municípios

⁵ Local onde estão disponíveis as TCIs para pessoas que têm pouca ou nenhuma oportunidade de usar ou aprender a usar estas tecnologias.

⁶ Participam deste conselho: 15 representantes do Poder Executivo; 3 do Poder Legislativo; 1 do Poder Judiciário; 1 da Polícia Civil; 1 da Polícia Militar; 18 representantes das Associações de Moradores de Bairro; 11 representantes das ONGs, Entidades Profissionais e de Classe, Acadêmicas e de Pesquisa; 6 representantes de Operadores e Concessionários de Serviços Públicos; 6 representantes dos Trabalhadores por meio das Entidades Sindicais e 6 representantes das Indústrias.

brasileiros têm condições sociais, políticas e econômicas muito semelhantes que desafiam a administração pública local: alto índice de desemprego, economia estagnada, pessoas sem capacitação profissional adequada aos novos desafios do mundo do trabalho, funcionários públicos com baixa auto-estima e nem sempre com uma formação técnica adequada, descrédito na classe política, falta de infraestrutura tecnológica e de comunicação.

O Programa trouxe uma verdadeira revolução na vida dos seus cidadãos, exemplos disso não faltam: estão sendo disponibilizados 25 mil e-mails gratuitos (mais do que o número total de habitantes); os jovens estudantes estão mais assíduos nas bibliotecas e têm mais interesse em aprender e pesquisar; os servidores públicos, professores e estudantes que terminaram o curso médio têm à sua disposição cursos de graduação e pós-graduação viabilizando a continuidade dos estudos (a faculdade mais próxima de Pirai, com boa qualidade de ensino, fica a quase 90 km); com a entrada de novas empresas aumentou-se, conseqüentemente, o número de “bons empregos”, o que tem fixado os talentos profissionais na própria cidade; os moradores da área rural têm informações sobre a cotação da sua produção, informações sobre como exportar um produto, preços dos insumos utilizados etc.; os idosos podem ver e comparar o preço dos produtos e serviços que consomem, aumentando a sua capacidade de compra, entre outros. Isso em termos diretos, pois em termos indiretos, em virtude do aumento na arrecadação municipal e melhoria dos serviços públicos prestados, os impactos do programa, sobretudo nas populações mais pobres, já aconteceram e tendem a se ampliar nos próximos anos.

Essa nova realidade em construção foi fruto de um esforço coletivo de todos os seus cidadãos, pois estes são vistos como protagonistas no processo e há a clara compreensão de que todos devem se apropriar dos serviços e benefícios oriundos deste programa. Assim, as pessoas se uniram num propósito comum de buscar um desenvolvimento integrado, por meio de uma cuidadosa articulação e otimização dos recursos disponíveis. Neste contexto, a criatividade e o empenho dos seus gestores tornaram realidade o que para muitos não passava de um sonho. Alguns fatores foram identificados para tentar explicar os resultados obtidos:

Tecnologia híbrida e de baixo custo: o desenho da rede SHSW é inovador, pois solucionou o problema da barreira geográfica da região e, ao mesmo tempo, o baixo volume de recursos disponíveis para o investimento nesta iniciativa.

Visão integrada entre economia, sociedade e governo: o município optou por um tipo de desenvolvimento integrado em que todos os atores foram desafiados a encontrar soluções em que houvesse um ganho coletivo. Evitando, a partir disso, a sobreposição de esforços e, ao mesmo tempo, fez aflorar a capacidade que cada ator tinha em prol de um caminho de desenvolvimento local.

Uso racional e criativo dos recursos disponíveis: sem custo adicional, os recursos do PMAT que eram destinados à modernização do sistema tributário que implicavam na informatização das secretarias, foram se estendendo às escolas, centros comunitários, bibliotecas, etc. As empresas, por sua vez, ao compartilhar as suas redes de transmissão de dados, possibilitaram novas alternativas de expansão do programa, sem nenhum ônus.

Processo participativo na construção e implementação da proposta: a participação de todos trouxe maior legitimidade nas ações propostas e, além disso, possibilitou uma visão geral e integrada dos desafios em se implementar as novas tecnologias nos diferentes ambientes.

Articulação dos recursos e esforços empreendidos pelos diversos níveis de governo: A articulação do município com o Governo do Estado do Rio de Janeiro e também com o Governo Federal é um exemplo de habilidade e de capacidade política que merece a atenção dos outros municípios brasileiros.

Liderança governamental: O poder municipal não se eximiu dos problemas vividos e entendeu que entre os diversos atores ele deveria cumprir o seu papel enquanto agente ativo no município. Assim Pirai caminha na direção de um desenvolvimento sustentável.

Inclusão digital para todos: Pirai decidiu adotar uma proposta em que todos pudessem usufruir as novas tecnologias de comunicação e informação. É preciso reconhecer o mérito da proposta em buscar alternativas em que o direito seja garantido a todos.

Os principais resultados

Desde a inauguração da rede, em fevereiro de 2004, houve uma intensificação na procura de empresas interessadas no município. As facilidades tecnológicas oriundas da rede SHSW, bem como o dinamismo e a credibilidade na gestão pública, vêm atraindo a atenção de empresários e executivos. O número de empregos diretos desde o lançamento do projeto ultrapassa a marca de 1,5 mil e o de empregos indiretos é estimado em mais de 2,2 mil, o que é bastante significativo para uma cidade de 23 mil habitantes. Há uma perspectiva promissora quanto à entrada de novas empresas em Pirai, o que resulta num ciclo virtuoso para a cidade, pois em breve haverá novas oportunidades de trabalho direto e indireto.

Em fevereiro de 2004 a Controladoria Geral da União (CGU), numa rodada de auditorias em 50 municípios, constatou que Pirai não tinha falhas em suas contas. Além dela, apenas o município de Sumaré em São Paulo estava regular. A modernização na área tributária que garantiu essa posição de destaque estende-se em outros órgãos municipais: foram implementados 21 pontos de acesso nas áreas administrativas, cobrindo 100% delas; 13 pontos de acesso na área educacional,

representando a cobertura de 55%, e na área de saúde são 5 pontos de acesso, alcançando 33% de toda a rede municipal. Estes equipamentos estão devidamente conectados à rede SHSW.

Abriu-se um novo horizonte no que se refere às práticas pedagógicas com o uso das novas tecnologias. Mais de 56% dos 6.092 alunos matriculados na rede municipal de ensino têm acesso às novas TCIs. Professores e alunos experimentam as novas ferramentas com entusiasmo, buscando um ensino contextualizado com a realidade local. Nas bibliotecas, houve um aumento no volume de consulta aos livros, pois a Internet aguçou ainda mais a curiosidade se transformando numa espécie de janela do conhecimento. Com a possibilidade de ensino à distância e também da educação continuada, garantem-se novas oportunidades de capacitação dos funcionários públicos, dos professores e demais interessados na população em geral.

Na rodoviária, nos quiosques e nos telecentros comunitários as pessoas das mais variadas idades, condição socioeconômica e formação conectam-se e incluem-se a cada dia no mundo da informação, exercendo o seu direito de ter acesso aos benefícios proporcionados pelas TCIs. Os moradores da área rural⁷ (estes foram beneficiados por meio da informatização das cooperativas de trabalho e renda, pelos telecentros comunitários e quiosques), portadores de deficiência (a APAE da cidade é parceira do programa), idosos (as crianças e jovens, por exemplo, são estimulados a trazerem seus avós para os cursos de capacitação oferecidos pelo município), entre outros, não ficaram de fora deste programa.

Recursos mobilizados

A proposta inicial, focada na área educacional, e que foi apresentada ao BNDES tinha um orçamento de R\$ 1,5 milhão para um período de dois anos. Após a recusa os custos do Programa declinaram consideravelmente. Os recursos financeiros utilizados de 2002 a 2004 foram provenientes de vários parceiros, como: BNDES, Itaotec, Sebrae, UFF, Cintra, entre outros. O total dos valores atribuídos foi de R\$ 781.573,00. É preciso destacar os recursos não-financeiros provenientes dos parceiros empresariais, governamentais, sociedade civil e multissetoriais do Programa que se agregam à captação de recursos. Esses parceiros ofereceram ao Programa: laboratórios de informática, quiosques, telecentros, equipamento de Wireless, apoio técnico, etc.

⁷ A área rural representa 20% do total da população de Pirai. A solução tecnológica para conectar a área rural à internet foi encontrada a partir da utilização de antenas nos pontos mais altos e estratégicos (do ponto de vista geográfico) e, conseqüentemente, a transmissão via ondas de rádio, tipo wireless. Apenas 2 distritos da área rural ainda não foram conectados em virtude da topografia do município. No planejamento do programa está prevista a inclusão destes distritos.

A diversificação nas parcerias, bem como nos tipos de recursos e apoios recebidos são positivos, pois o programa não fica à mercê de única fonte, assim fortalece a sua continuidade no longo prazo. Há diversos atores interessados e envolvidos com a proposta, o que diminui as possibilidades de eventuais instabilidades políticas ou econômicas.

Conclusão

Envolver diferentes pessoas e instituições com interesses e perspectivas diversas não é algo simples de ser feito, porém é um dos pontos mais relevantes. Fazer com que estes atores assumam uma direção comum é uma arte difícil de ser concretizada. A proposta de se construir um município digital alcançou este intento e isso tem conseqüências positivas em todas as dimensões deste programa.

A administração pública municipal de Pirai evoluiu em diversos aspectos da sua gestão por meio da implementação da proposta que permitiu a intensificação do acesso, uso e usufruto das novas tecnologias de comunicação e informação. As ações, projetos e iniciativas do Poder Público estão cada vez mais disponíveis a toda a população, favorecendo a transparência e o accountability⁸; o sistema tributário e fiscal municipal é cada vez mais ágil, eficiente e eficaz; os funcionários públicos têm à sua disposição os meios para realizar as suas tarefas com rapidez e precisão requeridas, entre outros.

Abre-se a perspectiva de que município tenha uma nova fonte de arrecadação – o que provavelmente favorecerá as ações empreendidas pela prefeitura – que é uma espécie de “imposto digital”. O processo de inclusão digital universal trouxe ao município um ambiente propício às inovações no âmbito das empresas e nos espaços públicos.

O município de Pirai tem o objetivo de compartilhar a sua experiência com os outros municípios, em especial os da sua macrorregião. Ao ensinar o que está aprendendo, Pirai acaba por aprender ainda mais sobre a sua própria realidade e, em virtude disso, pode aperfeiçoar o que vem fazendo.

Os resultados obtidos pela prefeitura de Pirai chamam a atenção nas áreas: tecnológica, pela solução encontrada numa região com barreiras geográficas consideráveis e aliada ao baixo custo de implementação; governamental, pelo dinamismo e articulação de diferentes atores por meio das parcerias internas;

⁸ A participação de diversos segmentos da sociedade, discutindo as suas necessidades, os seus desejos e as suas prioridades, em todas as fases do programa gerou um ambiente favorável ao envolvimento com as propostas, mas sobretudo com os resultados planejados. O Poder Público, dessa forma, é cobrado constantemente pelos diversos compromissos assumidos, propiciando a construção de uma cultura de “responsabilização” que não se restringe, necessariamente, ao programa Pirai Digital. Essa postura na gestão de Pirai pode ser resumida na declaração feita pelo prefeito: “quanto mais somos cobrados, melhor fica, pois o desafio é o de alcançar a máxima excelência no que fazemos, nunca podemos ficar parados”.

empresas e sociedade civil, pela inovação no uso dos recursos do PMAT porque não ficou restrito à idéia de melhorar o processo de arrecadação municipal.

Percebem-se algumas resistências às inovações tecnológicas, especialmente nos gestores da área de educação (administrativa e pedagógica). Os alunos e professores estão em constante interação e colocam-se num mesmo desafio, permitindo o exercício do aprendizado. Os resultados foram positivos porque o projeto pedagógico de cada escola foi preservado e a tecnologia utilizada como facilitador.

De acordo com Pierre Lévy, autor do livro “A inteligência coletiva”, o uso das novas tecnologias de comunicação e informação possibilitaria, entre outras coisas, a invenção de técnicas; novas formas de organização social, política e econômica; multiplicar as imaginações e experiências; e negociar em tempo real e em todas as escalas as soluções práticas aos complexos problemas vividos pela humanidade. O município de Pirai é um exemplo concreto da teoria construída por Lévy e isso serve de exemplo e de estímulo para os administradores públicos brasileiros, sobretudo os que trabalham nos governos locais. ■

Produção Limpa na indústria joalheira de Guaporé

Guaporé - RS

Produção Limpa na indústria joalheira do Rio Grande do Sul

Fernando Monteiro¹

Introdução

Há algo brilhando em Guaporé (RS), além das jóias ali produzidas. O município é o segundo maior pólo joalheiro do país e está conseguindo superar um dos maiores desafios da cadeia produtiva de jóias: produzir de forma ambientalmente responsável.

A tradição da atividade joalheira no município remonta ao início do século passado, quando imigrantes italianos implantaram as primeiras indústrias de jóias da região. Com o passar dos anos e a relativa simplicidade no processo produtivo, houve no município uma significativa expansão no número de pequenas fábricas especializadas na produção de jóias. As etapas que envolvem a fabricação de jóias são o trabalho das peças brutas, geralmente em latão, banhos especiais, onde é feito revestimento das peças e por fim o acabamento. É justamente na fase dos banhos que surgem os maiores problemas. Os produtos utilizados na indústria galvânica – principalmente cobre, cianeto, níquel, ouro e prata – são altamente tóxicos ao ambiente e ao homem. O sistema de produção é simples e as unidades produtivas pequenas, geralmente de estrutura familiar empregando, em média, 10 a 20 pessoas. Essa característica organizacional torna o controle ambiental extremamente difícil, dado o elevado número de estabelecimentos que devem ser monitorados. Os impactos ambientais deste tipo de atividade são bastante conhecidos pelos órgãos de fiscalização, sendo a região de Limeira, no Estado de São Paulo, um exemplo claro.

Entretanto, em municípios pequenos como Guaporé, o poder público, quando deparado com problemáticas de natureza ambiental, geralmente encontra

¹ Mestre em Ciência Ambiental pelo PROCAM-USP

o seguinte dilema: taxar os produtores e manter preservado o ambiente ou “relaxar” a fiscalização e manter aquecida a principal atividade econômica do município. Geralmente, uma terceira alternativa, e na maioria das vezes a mais acertada, que trata de articular forças produtivas e regulatórias em torno de uma solução negociada, não é considerada. Guaporé, entretanto, parece estar conseguindo superar esse desafio.

O projeto

Guaporé tem cerca de 20 mil habitantes, dos quais quatro mil estão empregados no setor joalheiro. Ao empregar cerca de 1/5 da população, o segmento representa uma força econômica – e política – importante no contexto municipal, o que torna as intervenções públicas no setor um assunto extremamente delicado.

O crescimento da atividade joalheira no município trouxe consigo os já esperados e conhecidos problemas ambientais típicos da atividade: contaminação atmosférica em função dos gases emitidos no processo dos banhos de metais; resíduos sólidos gerados a partir do lodo galvânico natural deste processo e os efluentes líquidos, que resultam dos descartes das águas de enxágüe das jóias, despejados na rede pluvial de esgoto municipal.

Frente a este cenário de crescente deterioração ambiental, a Prefeitura Municipal, por meio da Secretaria da Indústria e Comércio, tomou a iniciativa de implantar ações que alterassem essa trajetória. O projeto Produção Limpa foi concebido a partir de duas premissas: orientar os empresários sobre a necessidade de tratamento e minimização de resíduos industriais; e apoio para adoção de tecnologias e processos ambientalmente mais limpos, disponibilizando informação e acesso aos centros de referência tecnológica.

Inspirado no modelo produtivo do norte da Itália, onde as unidades produtivas são pequenas mas desenvolveram uma ampla capacidade de coordenar ações, e tendo como ponto de partida uma lógica cooperativa, capaz de diminuir os custos de transação e ampliar consideravelmente a produtividade da região, Guaporé buscou articular as principais lideranças nos setores produtivo, acadêmico, público e não-governamental. Os conceitos norteadores do projeto são a inovação tecnológica, por meio de convênios com entidades de pesquisa e empresas especializadas no tratamento de efluentes industriais, a articulação institucional e a cooperação entre empresários e poder público.

Baseada nessas diretrizes, a Prefeitura lançou o programa a partir do seminário A eficiência produtiva e a minimização do impacto ambiental na indústria joalheira, organizado em parceria com o Sindicato das indústrias de jóias de Guaporé (Sindijóias). O evento contou com o apoio do Centro Nacional de Tecnologias Limpas do Senai no Rio Grande do Sul (CNTL/SENAI). Um dos principais

produtos deste seminário foi a criação de um grupo de trabalho, constituído por seis empresários e técnicos do CNTL, cujo objetivo era identificar possibilidades de melhoria ambiental e aumento da produtividade no setor joalheiro. A partir dos resultados alcançados nessa experiência piloto, outras empresas demonstraram interesse em iniciar alterações nos seus processos produtivos que permitissem ao mesmo tempo aumentar a eficiência e melhorar o controle ambiental.

Aos poucos, foi-se construindo no município uma rede de atores sociais articulados em torno da necessidade de redução dos resíduos gerados pelo setor joalheiro. Essas articulações ganharam força a partir da doação, pela prefeitura, de um lote no distrito industrial municipal para a construção de uma estação de tratamento de efluentes líquidos. Esse ato foi percebido pelos agentes produtivos como uma sinalização de que a prefeitura realmente estava preocupada com a questão.

Atores relevantes e articulação em rede

A rede da produção limpa no setor joalheiro de Guaporé é formada principalmente pelos seguintes atores: Prefeitura Municipal, por meio da Secretaria Municipal de Indústria e Comércio; Sindicóias; Câmara de Indústria e Comércio de Guaporé (CIC); duas empresas de assessoria ambiental (Hidroquímica, especializada no tratamento de efluentes líquidos e Vale Deserto, especializada no tratamento de gases tóxicos); Associação Guaporense de Fomento Ambiental (organização de 105 empresários para a construção de um aterro ambiental que receberá os resíduos sólidos do processo); Conselho Municipal de Meio Ambiente (criado em 2003, o conselho se constituiu na instância formal de discussão da temática e um apoio institucional às iniciativas em curso); Universidade Caxias do Sul, que a partir do seu envolvimento no projeto passou a incorporar no currículo de técnico em joalheria disciplinas de cunho ambiental; o Sebrae, que apoiou financeiramente a realização dos encontros e simpósios; e o CNTL/SENAI, que prestou assessoria técnica aos empresários.

A capacidade desses atores em articular suas atividades e projetos, a partir de uma rede criada para o enfrentamento da problemática ambiental decorrente dos padrões de produção locais, é o ponto principal para a explicação do sucesso do projeto.

Estudos que se propõem a explicar o dinamismo ou estagnação econômica de regiões cada vez mais apontam para a importância que as redes sociais criadas a partir da interação e proximidade social entre atores privados, instituições, agências públicas e organizações não-governamentais exercem para o desenvolvimento. Mais do que as adversidades da região, são os padrões de relacionamento estabelecidos entre esses atores os principais determinantes para o sucesso ou fracasso. Essas redes de relacionamento se tornam o “locus” no qual se estabelecem regras e normas – ou instituições que irão ordenar o relacionamento entre os atores, e se configuram em

um espaço social importante para o estabelecimento de um ambiente cooperativo. Este conjunto de atributos capaz de permitir a cooperação e coordenação de ações entre atores, presentes em um grupo social em maior ou menor escala, vem sendo chamado de capital social, e diz respeito a “...características da organização social, como confiança, normas e sistemas, que contribuam para aumentar a eficiência da sociedade, facilitando as ações coordenadas”².

Por outro lado, iniciativas de ativação social que pressuponham a reunião de diversas forças produtivas e políticas requerem um esforço de liderança e articulação bastante grandes. O custo para sensibilizar os atores sociais a respeito da relevância do tema, mobilizar recursos e coordenar iniciativas dispersas não é pequeno. Em se tratando de iniciativas de ação coletiva, em que a percepção dos benefícios diretos a cada um dos atores é pequena frente aos esforços – e custos – individuais, a opção por não cooperar e assumir um comportamento do tipo “carona”³ torna-se tentadora. Neste sentido, merece destaque o papel de liderança e coordenação que a Secretaria de Indústria e Comércio assumiu no decorrer do processo.

Beneficiários

O projeto tem como principais beneficiários os empresários do setor joalheiro ou galvânico, de Guaporé. O município, de apenas 20 mil habitantes, conta com o impressionante número de 112 empresas inseridas na cadeia produtiva joalheira. Destas, a maioria concentra suas atividades no processamento das peças brutas e nos banhos de ouro ou prata. Em maio de 2002, apenas 18% (8 empresas) tratavam seus efluentes líquidos e 9% (4 empresas) tratavam suas emissões gasosas. O perfil do setor joalheiro local dificultava ações mais contundentes da prefeitura, típicas do poder público quando se refere ao enquadramento de indústrias na legislação ambiental. Por se tratar de um segmento em que as empresas são pequenas, geralmente instaladas “no fundo do quintal” e altamente sensíveis à imposição de multas – o que poderia para muitas significar o encerramento das atividades – a prefeitura optou por uma outra maneira de comunicação, priorizando o diálogo e a busca de soluções consensuadas.

Ações desenvolvidas

Desde o início do Projeto, esse grupo empresas e organizações, por meio da liderança da Secretaria de Indústria e Comércio já conseguiu realizar diversas ações, como:

2 PUTNAM, Robert D. (1993/96) – Comunidade e Democracia – A experiência da Itália Moderna – Editora da Fundação Getulio Vargas, Rio de Janeiro

3 O termo “carona” refere-se ao comportamento predatório que um ator social pode assumir por não se envolver diretamente na produção de um bem coletivo, mas ainda assim se beneficiar pelos bens gerados a partir do esforço de todos.

- a) Doação pela prefeitura de um terreno para a construção de uma estação de tratamento de efluentes a ser construída e operada pela iniciativa privada (empresa Hidroquímica);
- b) Realização do seminário Eficiência produtiva e a minimização do impacto ambiental;
- c) Projeto Pró-galvânico (Progal) com a participação de seis empresas que produzem jóias banhadas em ouro e prata;
- d) Programas CNTL com a formação de um grupo de nove empresas do setor de fabricação de peças brutas de jóias e que contou com apoio do SEBRAE-RS;
- e) Criação do Consórcio Privado para a destinação de resíduos sólidos industriais, materializado na figura da Associação Guaporense de Fomento Ambiental, que tem por objetivo a construção de um aterro sanitário para receber os resíduos sólidos locais;
- f) Disseminação do conceito de Produção Limpa no ensino fundamental e médio por meio de palestras para mais de 1.000 alunos no ano de 2003;
- g) Monitoramento da qualidade das águas da bacia hidrográfica por meio de análises químicas realizadas em parceria com a Universidade Caxias do Sul;
- h) Consolidação das ações e divulgação de todo o projeto por meio do site www.guapore-rs.com.br e divulgação na imprensa nacional e local;
- i) Produção de um manual toxicológico para orientar o tratamento de pessoas contaminadas por produtos químicos, informação que o município era carente até então.

Investimentos realizados

O projeto teve início no ano de 2002. Assim, como as ações realizadas foram resultado de um esforço coletivo, os investimentos também contaram com a participação dos diversos atores envolvidos no projeto. As tabelas abaixo resumem os investimentos já realizados e as projeções para 2005.

Tabela 1: Investimentos, por setor, realizados no projeto Produção Limpa

Setor	Ano 2002	%	Ano 2003	%	Ano 2004	%	Ano 2005	%
Prefeitura	R\$ 29.000	100	R\$ 63.000	19	R\$ 36.850	13	R\$ 41.850	7
SEMA	-		-	-	R\$ 7.000	2	R\$ 7.000	1
SEBRAE	-		R\$ 156.000	47	R\$ 51.000	18	R\$ 15.000	2
Empresas	-		R\$ 109.000	34	R\$ 189.000	67	R\$ 566.500	90
TOTAL	R\$ 29.000		R\$ 328.995		R\$ 283.850		R\$ 615.350	

Fonte: PM Guaporé

O que chama a atenção na tabela é a dinâmica dos investimentos ao longo do tempo, representada pela participação relativa de cada segmento. Se no primeiro ano, a prefeitura aportou o maior volume de recursos (em termos percentuais), essa composição está claramente se alterando. Para 2005, previu-se que a participação dos empresários chegasse a 90% dos recursos previstos no projeto⁴. Essa dinâmica é bastante representativa da forma como se dão as relações entre o público e privado no país. A princípio, o setor produtivo vê com desconfiança as iniciativas do poder público no campo do desenvolvimento socioeconômico, e é resistente a realizar investimentos. À medida que as relações se estreitam e os vínculos entre esses atores são fortalecidos de forma que as desconfianças possam ser superadas, o setor produtivo passa a assumir uma postura mais incisiva e a se “apropriar” do processo.

Resultados

Iniciativas que envolvam a articulação de diversos atores com interesses nem sempre convergentes, por diversas vezes esbarram na falta de objetividade das ações, dificuldade de construção de consensos e desânimo nas pessoas. Isso causa o declínio na participação e descomprometimento. No caso de Guaporé, conseguiu-se superar esses desafios. Talvez por conta da objetividade da questão com a qual se deparavam ou pela determinação dos que tomaram a frente do processo, o fato é que o projeto vem conseguindo efetivamente promover alterações não apenas na maneira como as jóias são produzidas em Guaporé, mas também na relação que os empresários desenvolveram com a questão ambiental. Produzir de forma ambientalmente limpa deixou de ser uma possibilidade remota. Na verdade, para muitos a questão ambiental – e social – nem mesmo era considerada. Atualmente, a Prefeitura conta com um sistema de gestão ambiental desenvolvido especificamente para o acompanhar o setor galvânico, utilizando ferramentas de gerenciamento como: planilhas de mapeamento da cadeia produtiva, monitoramento do tratamento de efluentes, indicadores de desempenho no tratamento dos efluentes gerados, geo-referenciamento de todas as unidades produtivas do setor galvânico do município e acompanhamento das empresas para adesão ao consórcio para construção do aterro sanitário. Considerando um universo total de 37 empresas que mantêm em seus processos produtivos o banho galvânico, atividade responsável pela geração de resíduos sólidos (lodo), líquidos (enxágüe) e gasoso (evaporação dos banhos), o projeto teve a seguinte evolução na taxa de adesão de empresas ao tratamento de seus efluentes:

⁴ Os investimentos referem-se, principalmente, à construção do aterro industrial para resíduos sólidos.

Tabela 2. Empresas do setor joalheiro que mantêm sistema de tratamento de efluentes líquidos

Período	Quantidade de empresas	Percentual
Maio / 2002	8	18%
Maio / 2003	22	50%
Maio / 2004	29	67%
Dez / 04 (meta)	43	100%

Fonte: PM Guaporé

Com relação às emissões atmosféricas, o projeto obteve os seguintes resultados:

Tabela 3. Empresas do setor joalheiro que mantêm o sistema de tratamento de emissões atmosféricas

Período	Quantidade de empresas	Percentual
Maio / 2002	4	9%
Maio / 2003	8	18%
Maio / 2004	11	26%
Dez / 04 (meta)	20	47%
Dez / 05 (meta)	43	100%

Fonte: PM Guaporé

Considerações finais

A experiência de Guaporé é interessante por representar uma mudança lenta porém certa na administração pública. A insuficiência de recursos públicos no Brasil infelizmente é a regra e não a exceção. Frente a este panorama por vezes desolador, o gestor público tem invariavelmente duas opções: reproduzir a forma tradicional de administração que marcou o setor público no nosso país, com posturas clientelistas junto à população, dividindo recursos de acordo com as conveniências políticas em um verdadeiro “banquete dos famintos”; ou buscar

formas inovadoras de gestão, amparadas na construção de alianças entre poder público, setor produtivo, academia e sociedade civil. Frente ao esgotamento da primeira opção, tanto pelo aspecto econômico quanto político, a busca de formas inovadoras de gestão local se apresenta como um espaço cada vez mais vigoroso para a promoção do desenvolvimento. Neste sentido, a experiência de Guaporé deve servir de inspiração para todos aqueles preocupados com a modernização do poder público. ■

Programa Geração de Trabalho e Renda de Chapecó

Chapecó - SC

Programa Geração de Trabalho e Renda de Chapecó-SC

Fernanda Teles de Lima ¹

I. Introdução

Um Desenvolvimento Econômico Local (DEL) tem como objetivo final estimular os investimentos que promoverão o crescimento elevado e sustentado em uma comunidade local e melhorar o bem estar social, no curto e longo prazo (Making Cities Work, 2005²).

O objetivo é analisar o caso de um programa de Desenvolvimento Econômico Local através da geração de emprego e renda no município de Chapecó no Brasil. Uma experiência de DEL ocorrida em uma cidade de aproximadamente 160 mil habitantes (considerada um pequeno município no interior do estado de Santa Catarina) a 561 Km da capital do Estado, que pode ser considerada inovadora por aplicar o DEL para esta dimensão. Diferentemente dos programas tradicionais de DEL, em Chapecó o objetivo foi gerar emprego e renda à população com alto risco social proveniente das áreas urbanas e rurais. Para proceder a análise, apresentamos na seção II o projeto subdividido em suas principais partes. Inicialmente descrevemos o contexto e a relevância do programa relativos ao impacto do desenvolvimento econômico. A seguir é descrito o funcionamento do Programa em termos de público-alvo atingido e ações realizadas. A equipe, parcerias e recursos financeiros são apontados para se ter uma dimensão da sustentabilidade. Depois são apresentados os principais resultados qualitativamente e quantitativamente, bem como os obstáculos enfrentados e os projetos futuros. Por fim, ressaltamos o inovador no projeto. E na última seção estão delimitadas as considerações finais.

¹ Formada em administração pela FEA – USP/RP, mestre em administração pública e governo pela FGV-EAESP e doutoranda em Economia pela Universidade Nova de Lisboa.

² Making Cities Work. 2005. Assessing and Starting a Local Economic Development (LED) Initiative: A Primer for USAID Field Staff. Disponível em <http://www.makingcitieswork.org/>. Visita de 19 de maio de 2005.

II. Projeto

II.1. Contexto e Relevância do Programa

O programa de Geração de Trabalho e Renda é implementado pelo Departamento de Geração de Trabalho e Renda da Secretaria de Assistência Social e Habitação no município de Chapecó em Santa Catarina. A formação do departamento surgiu em junho de 2002 como continuação ao projeto da Secretaria de Desenvolvimento Econômico chamado de “Comunidade do Futuro”, realizado desde o primeiro ano da gestão (2001), um grupo de enfrentamento da pobreza.

A missão do Departamento de Geração de Trabalho e Renda é “de integrar as ações nesta área, instituindo-se também uma coordenação intersetorial, com o intuito de facilitar a articulação e gestão das políticas públicas”.³

O programa tem por objetivo “incentivar iniciativas econômicas de caráter individual ou coletivo, visando o processo emancipatório das famílias”.⁴ De fato o programa se propõe a gerar emprego e renda a famílias em situação de risco social por meio da economia solidária para se ter um desenvolvimento sustentável. Efetivamente o programa seleciona as famílias que não possuíam emprego ou outra fonte de renda, atende-as com os programas da Secretaria de Assistência Social, insere-as em associações ou cooperativas, capacita-as a trabalharem nestas associações e cooperativas, e as insere na educação formal. Estas ações têm como objetivo no médio e longo prazo que o indivíduo não dependa dos subsídios do Estado e gere, de forma mais ou menos constante, sua renda.

Assim a idéia do desenvolvimento local inerente ao programa é a de que “o desenvolvimento somente tornar-se-á efetivo se for capaz de reduzir as desigualdades”.⁵

II.2. O Funcionamento do Programa de Geração de Trabalho e Renda

O município de Chapecó é dividido em nove regiões⁶, sendo as primeiras regiões atendidas: Bormann, Caic e Efapi, pois nestas regiões ocorrem as maiores densidades demográficas com famílias de risco (1000 famílias na média por região).

As famílias cadastradas nesta primeira etapa foram compostas de 500 pessoas e agrupadas por interesses a fim de realizar o curso de capacitação e criação das associações ou cooperativas.

Os empreendimentos têm de atentar para a questão ambiental, organização social e para a questão de gênero.

³ Informações Complementares, Ciclo de Premiação 2004, nº 1034.

⁴ <http://www.chapeco.sc.gov.br>.

⁵ Informações Complementares, Ciclo de Premiação 2004, nº 1034.

⁶ São elas: Bormann, Efapi, São Cristóvão, Palmital, Universitário, Caic, Passos do Forte, Cristo Rei e Centro.

Para a realização do empreendimento conta-se com as parcerias de outras áreas do governo (secretarias e órgãos públicos), organizações não-governamentais e universidade.

O resultado da produção é para consumo local e o excedente é para comercialização. A forma depende do produto - para as hortas têm-se as feiras e o Programa Fome Zero realiza um repasse de verba de R\$ 600 mil para a compra da produção dos agricultores familiares. A produção é usada na merenda escolar e a compra beneficia diretamente 64 produtores agroindustriais. E para o artesanato tem-se a Feira de Artes aos Domingos.

II.2.1. Público-Alvo

A população das zonas rurais e urbanas, que prioritariamente é beneficiária dos programas de seguro-desemprego, da assistência social e do Programa Fome Zero.

São trabalhadores que apresentam as seguintes características: baixa renda, participantes da economia solidária, sem jornada de trabalho fixa, realizam trabalho individualizado, subemprego, carência previdenciária ou trabalho sazonal. Observou-se nestes grupos a carência alimentar, o baixo nível educacional e a baixa qualificação para o trabalho. Por fim, a distinção deste grupo com os demais municípios são as precárias condições de moradia, falta de transporte e segurança, a insalubridade e o risco de contaminação por doenças.

II.2.2 Ações

As ações desenvolvidas nestes empreendimentos são divididas em quatro áreas: organização social, qualificação, microcrédito e comercialização.

Cursos de capacitação em autogestão, cooperativismo e economia solidária são realizados na área de organização social, “com o intuito de elevar o nível de organização e coesão dos trabalhadores associados aos empreendimentos”.⁷ O participante do empreendimento deve realizar no mínimo um dos cursos para poder continuar no grupo que será formado um empreendimento.

Durante a capacitação do grupo, pesquisas são realizadas para descobrir qual a vocação do futuro empreendedor e assim direcioná-lo ao curso de qualificação. Porque “a sustentabilidade econômica e o alcance social dos empreendimentos associativos dependem do processo de formação e capacitação proporcionado aos trabalhadores”.⁸ De 2002 a 2004 foram oferecidos os cursos: hortas, panificados, cabeleireiro e manicure, administrador do lar e marcenaria.

⁷ Ficha de Inscrição, Ciclo de Premiação 2004, nº 1034.

⁸ Ficha de Inscrição, Ciclo de Premiação 2004, nº 1034.

Depois da participação nos cursos são formados grupos (aproximadamente 15 pessoas) para dar início aos empreendimentos. Para a formação de cada empreendimento é necessário um aporte inicial de capital que pode ser realizado através do Banco do Povo (microcrédito), de recursos Federais ou de investimentos da iniciativa privada de Chapecó. O microcrédito é utilizado para o capital de giro, materiais permanentes ou materiais de consumo. A taxa foi de 2% ao mês sendo o próprio Banco do Povo o avalista para o primeiro empréstimo de cada empreendimento.

Durante a formação do empreendimento e até o momento em que comece a gerar resultados financeiros a seus cotistas, a prefeitura encoraja as pessoas participantes a manterem sua fonte de rendimento atual, mesmo que esporádica. Os que não têm rendimento são incluídos no Programa de Renda Mínima, Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) ou no Programa de Cesta Básica. Os frutos dos empreendimentos são para consumo próprio, para gerar um nível maior de independência dos indivíduos e o excedente para comercialização.

Por fim, a comercialização é viabilizada por meio da disponibilização de pontos-de-venda na cidade pela prefeitura. O artesanato é comercializado em um “Box” no “camelódromo” no centro da cidade. As hortas comunitárias são escoadas na feira livre e em um “Box” no Mercado Municipal. Apesar da prefeitura ter conseguido a vaga, são os próprios empreendimentos que pagam o aluguel.

Afora estes grupos de ações a metodologia de aplicação é a realização semanal de reuniões dos gestores da assistencial social com o grupo, para acompanhamento das dificuldades diárias de gestão de cada projeto e para a motivação dos envolvidos. A Unochapecó e Cooptrasc também realizam o acompanhamento, a primeira na qualificação da mão-de-obra e gestão de relações interpessoais, e a segunda na capacitação de organização social.

Outros 16 empreendimentos estão em andamento, divididos em seis áreas de atuação: Mulheres, Hortas Comunitárias, Panificados, Serviços Gerais, Material Reciclável e Corte.

II.3. A Equipe e Parcerias que Sustentam o Programa de Geração de Trabalho e Renda

A equipe da prefeitura é composta de cinco assistentes sociais, duas psicopedagogas, uma pedagoga e um economista.

Na fase de organização social esta equipe conta com as parcerias da Cooperativa dos Trabalhadores da Reforma Agrária de Santa Catarina (Cooptrasc), Fundação Solidária de Formação e Programa de Economia Solidária.

Na fase da qualificação, a prefeitura organiza os cursos a serem realizados em parcerias com a Universidade do Oeste Catarinense (Unochapecó), ministérios do Trabalho e do Desenvolvimento Social, Cenar, MOVA e EJA para os cursos de horta, panificados, embelezamento pessoal, confecção e artesanato.

Para implantação do empreendimento a Prefeitura realiza a intermediação da abertura legal com a empresa-mãe, o microcrédito com o Banco do Povo, o financiamento a fundo perdido com CNBB e o Fundo do Banco do Brasil. E na comercialização conta com o apoio do Governo do Estado de Santa Catarina e do Programa Fome Zero. Além da participação dos Programas de Complementação de Renda e de Complementação Alimentar, que apesar de serem pontuais, são importantes para a realização dos empreendimentos. A Renda Mínima emancipa os programas até a alternativa para a autonomia sair, depois de atendida a escolaridade e a habitação.

Assim, existem parcerias de caráter permanente ou pontual, para todos ou alguns empreendimentos e por tipo de ação.

II.4. Recursos Financeiros

Os empreendimentos são financiados com recursos da prefeitura, de Fundos do Governo Federal ou de Instituições privadas.

Os recursos da prefeitura foram para o pagamento dos instrutores na organização social e qualificação, manutenção e reforma de empreendimentos, materiais de consumo e para a compra da primeira matéria-prima. Os recursos federais foram para pagamento dos instrutores nas áreas da organização social e da qualificação e também do espaço de comercialização.

A organização social contou com os recursos do Fundo de Mini Projeto – da CNBB, da Fundação do Banco Brasil e Empresas de Chapecó – para o investimento inicial nos projetos. E o microcrédito contou com o aporte de capital do Banco do Povo – o que já foi pago por todos os empreendimentos e refinanciados novamente.

II.5. Principais Resultados

Os resultados do Programa podem ser observados pelos seus aspectos qualitativos, por meio da percepção e de fatos internos e externos ao ambiente dos empreendimentos, bem como quantitativamente.

Amplitude

1. A abrangência do público-alvo em uma diversidade de empreendimentos.
2. Os usuários são os próprios multiplicadores.

Cooperação

3. Utilização do próprio saber popular para ensinar os pares.
4. Realização de trabalho coletivamente.

5. Criação do trabalho em equipe dentro da própria prefeitura.
6. No caso das hortas, número de entidades com concepções muito próximas propiciando a troca de experiências.

Credibilidade

7. Aumento da credibilidade da população nos programas de geração de emprego e renda.
8. Criação da cidadania à população excluída: inclusão social, a obtenção de documentos e a "limpeza" do nome.
9. Criação ou aumento da auto-estima, cidadania, dignidade e acreditar em si mesmos.

Sinergia

10. Realização de ações para além do assistencialismo emergencial: criar novas oportunidades e manter, apesar das conjunturas históricas, profissionais e econômicas.
11. Capacitação em economia solidária e profissional que provê a alimentação.

Quantitativo

1. 510 pessoas realizaram os cursos e foram capacitadas para algum empreendimento, o que atinge um total de 2.550 pessoas, considerando a média de cinco indivíduos por família no período de junho de 2002 a dezembro de 2003. Até agosto de 2004 foram atendidas 750 pessoas, das quais 68% foram mulheres.
2. Aumento da qualificação profissional e educacional (MOVA – Movimento de Alfabetização de Adultos e EJA – Escola para Jovens e Adultos) de 500 pessoas.
3. Reduziu a transferência de benefícios emergenciais de 500 pessoas.
4. Estruturação de 16 empreendimentos de autogestão.
5. Aumento dos postos de trabalho com o empréstimo do microcrédito de 50 pessoas.
6. Geração de renda às famílias foi para 1000 pessoas.

II.6. Obstáculos Enfrentados

Nem todo o trajeto enfrentado pelo Programa foi livre de obstáculos. Podemos elencar os mais importantes, sejam eles iniciados no passado e já superados ou que ainda se mantêm presentes.

Os principais obstáculos enfrentados internamente foram: a descrença dos envolvidos; o imediatismo por parte do público-alvo (porque na fase inicial tem-se apenas a realização de reuniões e não o trabalho efetivo que gere renda o qual demora de 1 a 2 anos para gerar o rendimento necessário); o cultural (pois depende de como as pessoas vêem o projeto de vida, o qual se manifesta no dualismo de

assistencialismo versus autonomia e carteira assinada versus administrar o próprio negócio); e a resistência do público-alvo (devido à história de vida, à média de idade ser de 45 anos, à dificuldade no diálogo, e o analfabetismo). Todos estes obstáculos foram superados com os cursos de capacitação, reuniões semanais e o convívio dos beneficiários em grupo.

Já no âmbito externo temos a legalidade dos empreendimentos, a criação de uma maior articulação e novas parcerias, por exemplo: o trabalho da universidade é apenas pontual. Para cada empreendimento este obstáculo se faz presente, porém é resolvido com o desenvolvimento do empreendimento.

Na legalidade tem o exemplo da Coopervida, que tem sua operacionalização ameaçada pelo Ministério Público da União. Pois, segundo a intimação nº 1067/04 os governos locais não podem fazer contratos com cooperativas e devem seguir a mesma legislação do governo federal. Devido a este fato a Coopervida será constituída como uma empresa-solidária, e não mais como cooperativa, para poder concorrer novamente à licitação da prefeitura (que havia ganhado este ano pelo prazo de 60 meses). Paralelamente a prefeitura está tentando contatar três empresas para diminuir o impacto negativo caso a Coopervida perca a licitação.

O principal obstáculo – iniciado no passado e que ainda se mantém – é encontrar fontes de financiamento para os empreendimentos, o que leva muitos grupos formados a terem que esperar, por até um ano, por uma verba para continuarem. Isto faz com que 40% dos atores destes grupos, que já tiveram cursos de organização social e capacitação, desistam do empreendimento.

Extrínseco ao Programa, há a resistência do comércio em colocar à venda o produto da economia solidária e a dos produtos ao poder público, o que necessita de licitação e nem sempre o produto da economia solidária é o de menor preço.

Outro fator é a falta de apoio do governo estadual que, segundo o Programa resulta da falta de programas de Assistência Social no Estado, além de serem de partidos diferentes, porém estão na mesma coligação (Frente Popular: PMDB – estado, PT - prefeitura).

E, o maior impedimento à continuidade do Programa é a possível mudança da orientação partidária do município nas eleições, pois muitos empreendimentos irão parar por não continuarem a parceria com a prefeitura e a Universidade.

II.7. Projetos Futuros

Em 2005 foram previstas na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) do município, as criações de mais quatro associações: duas hortas, uma padaria e uma associação de produtos de limpeza. Com o objetivo de atender uma demanda reprimida de cinco regiões num total de 10 projetos (isso significa mais 150 atendidos).

Nesse mesmo ano, na fase da comercialização foi finalizado o galpão para agregar a parte administrativa aos Boxes para todos os empreendimentos chamados de central de comercialização. Desta forma será possível uma assessoria efetiva na comercialização. Pretende-se também aumentar a articulação na cidade para vender os produtos e ampliação dos contratos de serviços. Outras metas são a criação do marketing institucional para o consumo solidário e para o marketing social, e a criação de uma base tecnológica para a realização de incubadoras de cooperativas.

II.8. O que é Inovador

É inovadora a própria existência e funcionamento do programa que agrega diversas formas já implementadas de geração de emprego e renda (economia solidária e Banco do Povo) com fundos e apoio de entidades diversas (Fundos do Governo Federal, ONGs, Igreja e Empresas) coordenando num único propósito e programa: gerar emprego e renda.

É inovador por utilizar o saber popular, promover e capacitar a participação efetiva dos beneficiários nas decisões e na dinâmica do trabalho coletivo.

Também por articular a qualificação e a capacitação profissional com ações de elevação do nível de escolaridade.

Por atender a diversas áreas de abrangência: confecção, material reciclável, hortas comunitárias, panificadora, serviços domésticos, cabeleireiras, artesanato, serviços gerais e erva mate.

Por fim, por incluir socialmente os beneficiários por meio do trabalho.

III. Considerações Finais

O Programa tem como pontos fortes a integração da equipe e dos beneficiários, os resultados efetivos dos empreendimentos, o cuidado e dedicação da equipe e a ênfase preventiva na educação.

Os pontos fracos são a dependência do Programa ao apoio da prefeitura e ao financiamento por parte do Governo Federal, municipal e de outras entidades; não estar integrado a outras iniciativas existentes de Cooperativas e Associações do Estado de Santa Catarina ou outros estados que podem fortalecer e favorecer novas iniciativas pela troca de experiências; e não possuir dados e uma memória referente aos atendimentos prestados por ações.

A sustentabilidade do Programa se dá pela interação e cooperação entre a equipe da prefeitura e dos parceiros, bem como pela motivação dos beneficiários dos empreendimentos que estão implantados e gerando trabalho e renda.

Finalmente, a replicabilidade do Programa é perfeitamente possível pela metodologia utilizada, necessitando do apoio dos governos locais para a realização. ■

**Projeto Ação
Comunitária em Arte
e Ofício:
Experiências Educativas
em Comunidades
Negras do Pará**

Estado do Pará

Projeto Ação Comunitária em Arte e Ofício: Experiências Educativas em Comunidades Negras do Pará

Antonio Faria¹

O Projeto Arte e Ofício em Comunidades Rurais Negras, desenvolvido pela Fundação Curro Velho, é uma iniciativa do Programa Raízes – que conta ainda com a parceria do Instituto de Artes do Pará – no sentido de lidar com as questões culturais e reconhecimento das diversas identidades étnicas existentes no estado, sejam elas relacionadas às comunidades indígenas, ainda de difícil equacionamento, ou às comunidades quilombolas, aparentemente mais permeáveis à ação estatal.

Segundo diagnóstico realizado pela Fundação Curro Velho, as populações rurais negras vivenciam uma realidade de muitos contrastes, não dispondo muitas vezes de energia elétrica, nem tampouco de água encanada. Utilizam-se diretamente de poços, rios e igarapés. A grande maioria das fossas estão a céu aberto, e o lixo sem destino adequado torna-se um problema sério para a saúde dos moradores e para o meio ambiente. O trabalho é pesado e as atividades realizadas em grande parte são predatórias, como a produção de carvão vegetal e a extração de pedras e madeira. Suas moradias, via de regra, são precárias, e crianças, jovens e adultos enfrentam longas distâncias para terem acesso à educação básica (Fundação Curro Velho, 2004c).

Um esforço de contextualização

A luta pelo reconhecimento dos direitos territoriais e pelo domínio e titulação das terras é uma questão central quando tratamos de sociedades indígenas ou comunidades quilombolas. No caso destas últimas, apesar de a Constituição de 1988, em seu artigo 68, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias,

¹ Mestre em Administração Pública e Governo pela FGV-EAESP.

afirmar que é dever do Estado emitir aos quilombolas os títulos de propriedade definitiva das terras que ocupam por vezes há séculos (Salles, 1971), poucas foram as governadorias que tomaram a sério o desafio de elaborar legislação específica regulamentando no âmbito estadual os procedimentos jurídicos.²

Isso porque, entre outras razões, ainda há muita resistência por parte de alguns interessados em se apropriar, via expropriação e expulsão dos moradores, das terras habitadas desde bastante tempo por essas comunidades.³ Casos de tensões e conflitos com proprietários legais – que dispõem de títulos de terras adquiridas por meio de várias transações de compra e venda registradas em cartório, e se utilizam de expedientes de valorização dos seus empreendimentos agrícolas (Acevedo, 2003) –, além de supostos proprietários e alguns grileiros, que arvoram o direito de extrair ilegalmente madeira de lei (como vem ocorrendo na Comunidade de Umarizal, município de Baião), ou demolir casas de famílias desprotegidas (como ocorreu na Comunidade de Abacatal, no município de Ananindeua, ambas visitadas) são comuns em algumas áreas, sobretudo aquelas mais valorizadas, seja por sua proximidade à capital do estado (Acevedo & Castro, 1999), seja pela ainda existência de amplos recursos naturais.

Nesse contexto, a dimensão privilegiada é o campo do discurso, tanto por aqueles que querem deslegitimar os direitos legalmente adquiridos pelos remanescentes dos quilombos, quanto pelos próprios quilombolas, ao se reconhecerem como “remanescentes das comunidades dos quilombos” e se organizarem em associações civis de âmbito local e estadual. Os primeiros, ao afirmar contundentemente, com base em pressupostos raciais, que no estado no Pará quase não existem negros, mas apenas cafuzos; os segundos ao (re)inventar tradições – ou atualizar a “tradição da invenção”⁴ – e (re)construir dentro de um novo ordenamento legal e institucional identidades étnicas e culturais

² Segundo o Projeto Manejo dos Territórios Quilombolas, cinco constituições estaduais reconhecem o direito dos quilombolas à propriedade da terra (Bahia, Goiás, Maranhão, Mato Grosso e Pará). Porém, Bahia e Maranhão, estados que possuem uma significativa população quilombola, ainda não regulamentaram o processo de titulação das terras de quilombo através de leis ou normas. Não há também legislação sobre a matéria em estados como Mato Grosso do Sul, Goiás e Rio de Janeiro, cujos governos já desenvolveram e/ou desenvolvem ações pelas comunidades quilombolas. São os estados de São Paulo, Amapá e Pará aqueles que aparentemente mais avançaram na legislação estadual. Para outras informações ver www.quilombo.org.br e Almeida (1998). Ver em Oliveira (org., 2001) um debate entre especialistas sobre a legislação pertinente ao tema.

³ Almeida (2002: 58-9) chama a atenção para a histórica mudança da atitude na definição do estatuto e da noção de quilombos: antes se tratava de capturar os “negros fugidos”, “indisciplinados”, e trazê-los de volta pra dentro das grandes propriedades de domínio senhorial, para serem reintroduzidos no denominado “hábito do trabalho”; agora a questão que se coloca é como colocá-los pra fora, como expulsá-los das antigas fazendas de algodão e cana que foram abandonadas pelos proprietários (a casa-grande aquilombada, uma vez que a autonomia passou a existir também internamente às fazendas), muitos deles herdeiros do velho sistema de sesmarias.

⁴ Faço referência ao debate travado pelo antropólogo Eduardo Viveiros de Castro (1999) com a “escola contatulista” acerca da noção de “etnogênese”, a propósito dos índios do Nordeste. Ver também em Carneiro da Cunha (1987) a penetrante metáfora da cultura como “guarda-roupa” (ou “acervo cultural”), sobre as operações realizadas pelos grupos étnicos na seleção de traços diacríticos contrastivos, sobre, enfim, “o caráter manipulativo da etnicidade”.

informadas por um claro sentido político.⁵ Como afirma Rosa Acevedo (2003: 16), “o discurso de direito ao território provoca a invenção de uma ordem social e nela é preciso produzir nova identidade, definir negociações, formas de atuação e encontrar soluções”.

Etapas de implantação, ações desenvolvidas e recursos empregados pelo Projeto Ação Comunitária em Arte e Ofício

A Fundação Curro Velho, responsável pela inscrição do Projeto Arte e Ofício foi criada em 1990 e é vinculada à Secretaria Especial do Estado de Promoção Social. Ela tem como missão de “promover ações voltadas a crianças e adolescentes, objetivando o desenvolvimento da capacidade de expressão e representação através de processo sócio-educativo, tendo como instrumentos a arte e o ofício, na perspectiva de valores éticos e estéticos”.⁶ O Projeto Arte e Ofício foi iniciado em 1990, na capital, por meio de um trabalho de arte-educação direcionado a crianças e adolescentes, estudantes das escolas da rede pública. No entanto, desde 1994 a Fundação vem expandindo suas atividades para vários municípios paraenses, por intermédio de oficinas itinerantes de capacitação de agentes multiplicadores e assessoramento de projetos culturais, incorporando ainda a dimensão dos ofícios e suas possibilidades de geração de ocupação e renda.

Idealizado durante os primeiros meses de 2002, e desenvolvido a partir de meados do mesmo ano, O Projeto Ação Comunitária em Arte e Ofício surgiu como resultado do processo de avaliação de atividades organizadas por ocasião dos Primeiros Jogos Quilombolas (em dezembro de 2001), quando a Fundação foi convidada pelo Programa Raízes para animar a viagem de barco entre Belém e a cidade de Óbidos, na fronteira com o estado de Amazonas. Durante o percurso, que teve um forte sentido simbólico porque refazia a trajetória dos antepassados negros que foram levados para o interior da Amazônia nos navios negreiros, à medida que o navio subia o rio ia recolhendo os moradores das comunidades ribeirinhas que se juntavam à expedição. Naquela ocasião participaram 300 pessoas, de 23 comunidades, as quais estiveram reunidas durante 10 dias e se organizaram em torno de oficinas abertas, que compreenderam dois grupos, de artesanato e de musicalidade e teatro. Antes da realização das competições, havia um desfile com os representantes de cada comunidade apresentando os estandartes de seus respectivos santos padroeiros, suas danças, e demais tradições culturais e religiosas. Segundo a equipe do Programa Raízes, os Jogos Quilombolas foram a primeira

⁵ Para uma discussão teórica sobre etnicidade e (re)definição de grupos étnicos em termos de suas dinâmicas e fronteiras, ver Barth (1998). Para um balanço da produção recente (1970-95) em ciências sociais sobre a “questão racial e etnicidade”, ver Schwarcz (1999). Para o debate contemporâneo em Antropologia sobre identidade étnica e comunidades quilombolas brasileiras, ver O’Dwyer (org., 2002). Ver ainda Almeida (1998 e 2002), para uma importante discussão e balanço sobre a ressemantização jurídica e política do termo quilombo.

⁶ Para maiores informações ver www.currovelho.pa.gov.br.

oportunidade em que parte de cerca de 240 comunidades remanescentes de quilombos identificadas até o momento, em 35 municípios do território paraense, estiveram reunidas num processo de descoberta e reconhecimento mútuo.

O primeiro passo para a organização do Projeto nas comunidades rurais negras foi a identificação das demandas existentes, “tendo como eixos condutores as questões da identidade cultural, a ocupação de crianças, adolescentes e jovens e o vislumbrar de possíveis fontes de geração de renda para as famílias a partir de recursos locais” (Fundação Curro Velho, 2002), e ocorreu com o deslocamento de técnicos da Fundação em visita às comunidades mais organizadas naquele momento. Acompanhados das lideranças locais, os profissionais percorreram os povoados, identificando os moradores mais antigos num esforço de intercâmbio de experiências entre saberes técnicos e tradicionais. Nesta ocasião, além de se apresentarem aos moradores os propósitos do Projeto Arte e Ofício, foram rememorados ofícios e habilidades locais, e feito o levantamento das matérias-primas existentes em cada localidade. Buscou-se também conhecer o calendário de festividades e comemorações e outras manifestações artístico-culturais.

As atividades sócio-culturais sugeridas visaram ao desenvolvimento de produtos que pudessem vir a ser comercializados, uma vez que o turismo é uma atividade em expansão nas primeiras áreas trabalhadas. Entre os meses de novembro e dezembro de 2002 foram oferecidos cursos, com carga horária de 80 horas cada, de artesano em cerâmica, iniciação artística, produção de eventos culturais, confecção de instrumentos percussivos, capoeira angola e ritmos afro-brasileiros, dança folclórica, confecção de objetos em fibras naturais e de ambientação de espaços. Foram beneficiadas nesta ocasião 11 comunidades, localizadas em oito diferentes municípios.

Durante o ano de 2003 ampliou-se para 15 o número de comunidades atendidas, em 12 municípios, tendo sido realizadas 53 oficinas culturais itinerantes, das quais participaram 1.166 pessoas, entre crianças, adolescentes e adultos. Na sua maioria os cursos foram realizados a partir do mês de maio, concentrando-se no período da estação seca, sendo que alguns também foram realizados no segundo semestre do ano. Ampliou-se também o leque das oficinas ofertadas, abrangendo, além das já citadas, cursos de dança afro, de trança afro para cabelo, serigrafia, estamperia em tecidos, confecção de bonecos de pano, trançado em fibras, teatro de bonecos, brincadeiras juninas, jogos teatrais e técnicas circenses, e confecção de pipas, entre outros. Sete integrantes de comunidades quilombolas também participaram na capital de cursos de treinamento para instrutores em arte e ofício, que objetivaram capacitar pessoas para atuar como mediadores culturais em comunidades no interior do estado, “buscando o desenvolvimento de experiências na perspectiva de valorizar o indivíduo como elemento participativo e atuante num contexto cultural específico a partir de quatro grandes vertentes: educação,

cultura, meio ambiente e geração de renda” (Fundação Curro Velho, 2003a). E seis representantes de comunidades rurais participaram de um evento de capoeira angola, realizado pelo Grupo da Universidade Federal do Pará (UFPA). No mesmo ano foram organizados ainda os Segundos Jogos Quilombolas do Pará (entre 10 e 23 de novembro, nas comunidades de Itancoã e Guajará-Miri), durante os quais foram oferecidas oficinas específicas, de dança afro, música/animação, confecção de adereços/figurino, e ambientação de espaços, cada um com 80 horas-aula, dos quais participaram jovens e adolescentes acima de 15 anos.

Em 2004, são 29 as comunidades que vêm sendo atendidas pelas oficinas culturais do Programa Arte e Ofício, localizadas em 15 municípios distintos,⁷ entre os meses de abril e setembro. Mantiveram-se a maioria dos cursos já citados, e se acrescentaram atividades de beneficiamento de fibras e artesanato em cipó e em palha, trançado em fibras naturais, montagem de boi-bumbá, cordão do boi, danças folclóricas, nativas e sagradas, pintura em tecido, aperfeiçoamento em cerâmica e cerâmica utilitária, teatro aplicado à educação ambiental e confecção de bijuterias, além dos cursos de manutenção em capoeira angola, e a realização de encontros de capoeira angola e de mulheres quilombolas (Fundação Curro Velho, 2004b).

Para o ano de 2004, o Projeto Arte e Ofício dispõe de R\$146.265,00, recursos previstos dentro do orçamento do Programa Raízes, e repassados por meio de destaque orçamentário para a Fundação Curro Velho. Esse valor representa apenas 4,05% da dotação total do Programa Raízes, cujo montante soma mais de R\$3,5 milhões, o que, por sua vez, representa somente 0,07% do orçamento geral do estado do Pará no atual exercício. Acredita-se que esse valor é suficiente para cobrir os custos previstos, mas há algum espaço para negociação de crédito suplementar em caso da ocorrência de imprevisibilidades.

Fatores de inovação

É inegável que o governo do estado do Pará tem demonstrado sensibilidade com relação à questão da identificação e regularização das terras ocupadas por remanescentes de quilombos. Apesar de notícias recorrentemente veiculadas pelos órgãos de imprensa, denunciando a persistência de renovados regimes de escravidão em certas fazendas localizadas no estado, vêm sendo tomadas medidas no sentido de coibir essa prática odiosa e avançar na construção de uma estrutura administrativa capaz de articular as várias dimensões da espinhosa questão agrária. A criação do Programa Raízes no primeiro ano da atual gestão

⁷ Abateuba, Acará, Ananindeua, Baião, Cachoeira do Piriá, Cametá, Capitão Poço, Colares, Mocajuba, Moju, Óbidos, Oeiras do Pará, Oriximiná, Salvaterra, Santa Izabel do Pará.

(2000) e sua vinculação à Secretaria Especial de Defesa Social (SEDS), à Secretaria Especial de Promoção Social (SEPS) e à Secretaria Executiva de Justiça (SEJU), é um exemplo pioneiro de como fortalecer a luta contra a exclusão social e contra o racismo institucional.⁸

O processo de mapeamento das comunidades quilombolas – a partir de demandas formuladas pelo Centro de Cultura Negra do Estado do Pará (CEDENPA) e de grupos de quilombolas já organizados (como a ARQUEOB) à Secretaria de Ciência e Tecnologia do Pará – passou a ser desenvolvido por volta do final da década de 90. Trata-se de uma iniciativa da governadoria paraense em parceria com o Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) e a Associação das Universidades Amazônicas (UNAMAZ). Mesmo que o referido projeto de pesquisa conte por vezes com alguns impasses, devidos a dificuldades de renovação de convênios com a SEJU e repasse de recursos, parece vir progredindo significativamente (Acevedo & Castro, 1999; Acevedo, 2003a; Acevedo, 2003b; Castro, 2003). No Pará já foram reconhecidas cerca de 240 comunidades de remanescentes de quilombos, o que tende a fortalecer a luta pela demarcação e reconhecimento da titularidade sobre as “terras de preto”, tal como vem sendo tratada a questão na atualidade.⁹ Dos 20 títulos de terras expedidos pelo estado entre 1995 e 2003, 17 foram entregues após a criação do Programa Raízes no ano de 2000.

A realização dos jogos quilombolas é outro momento importante nesse percurso. Os encontros de representantes de comunidades durante esses eventos criam oportunidades para que as comunidades se conheçam e se reconheçam, num processo de fortalecimento das identidades étnicas.

Com relação específica ao Projeto Arte e Ofício, e conforme depoimentos fornecidos pela equipe da Fundação Curro Velho, as comunidades participam de todo o processo, desde a fase de planejamento, quando são definidas as atividades, divididas as responsabilidades e tarefas em relação à mobilização e estadia dos monitores das oficinas a serem realizadas, até das decisões relacionadas aos desdobramentos das ações, como a implementação de possibilidades viáveis de ocupação e renda, e sugestões de passos posteriores ao processo das oficinas, a exemplo da indicação de locais adequados à instalação de pequenos núcleos de produção.

A ênfase no emprego de matérias-primas nas oficinas ofertadas tem também proporcionado um excelente mote para o desenvolvimento de atividades de educação ambiental *in loco*, contribuindo para a discussão de temas candentes, como a questão da conservação dos recursos naturais, da destinação do lixo e da importância da pressão dessas comunidades com relação aos Executivos locais no

⁸ O termo aparece em um trabalho recente desenvolvido para o IPEA por Jaccoud & Beghin (2002: 40).

⁹ Ver Almeida (1998) para um balanço da situação atual em vários estados brasileiros.

sentido de promover ações de saneamento ambiental, os quais, aparentemente, e salvo em caso pontuais, têm-se mostrado indiferentes à situação dos povoados habitados por essas populações.

Foi impressionante notar também o poder que o curso de capoeira angola tem com relação às crianças e jovens das comunidades. É importante assinalar que as oficinas de capoeira não estão baseadas no aspecto luta e/ou desfeza pessoal. Por meio das aulas de capoeira angola, que tem muito de uma filosofia de vida, o mestre transmite valores de solidariedade, disciplina pessoal, respeito aos equipamentos públicos, às pessoas mais velhas da comunidade, além de discutir questões cotidianas, como a importância do cuidado com a comunidade, com o destino do lixo ali produzido. Enfim, seu poder de encantamento e beleza são atrativos para que os participantes reflitam mais sobre o seu estar no mundo, e a importância de dar sua contribuição para a coletividade.

Além disso, temos que considerar que o Projeto Arte e Ofício inova ao encarar o desafio do difícil acesso às comunidades, com todas as dificuldades de deslocamento e locomoção dos técnicos e monitores da capital Belém para os povoados rurais, e de uma comunidade para outra, dado o enorme tamanho do território paraense. Comumente as vias de acesso são precárias estradas de piçarra, com terrenos alagadiços, ou ainda requerem a travessia de rios e igarapés. Isso para não mencionar que algumas comunidades estão localizadas a dias de viagem de barco, e que normalmente nem sempre as comunidades possuem instalações adequadas para abrigar os monitores, que por lá residem durante a duração dos cursos. Quando é a época chuvosa, então, essas dificuldades aumentam sensivelmente, devido por vezes à intrafegabilidade pelas estradas da região. Tudo isso requer, afinal, um espírito de aventura e disposição para encarar os imprevistos que são muito prováveis de acontecer, o que a equipe da Fundação Curro Velho e os monitores contratados por ela têm demonstrado possuir de sobra.

Resultados, dificuldades e perspectivas

Como vimos acima, a dotação orçamentária do Projeto Arte e Ofício ainda é pequena, mas apesar disso a sua equipe tem demonstrado um enorme esforço de emprego eficiente dos recursos disponíveis, e já é notável também a sua eficácia e efetividade em função do acúmulo de resultados das ações empreendidas. O número de cursos e oficinas realizadas demonstra como se pode fazer muito, mesmo dispondo de poucos recursos. O esforço de sua diversificação, e o crescimento no número de comunidades atendidas, localizadas em número de municípios também crescente é uma prova de como o Projeto Arte e Ofício tem avançado no cumprimento de suas metas, sem descuidar de abraçar outras demandas surgidas no contato constante com as comunidades quilombolas.

O Arte e Ofício também tem avançado na (re)criação e (re)animação de grupos folclóricos originais das comunidades, e fomentado a retomada de núcleos de produção com vocações artesanais, que voltaram a desenvolver práticas comunitárias artísticas e culturais, Assim, as oficinas realizadas contribuem para o fortalecimento da auto-imagem e da auto-estima daqueles que se reconhecem como negros “remanescentes das comunidades quilombolas”, e colaborado para a afirmação de sua identidade étnica, que ainda que legitimamente baseada numa ancestralidade comum, não se limita a “resgatar um passado”, mas, mais que isso, se lança num projeto futuro de viabilização socioeconômica, ambiental e cultural das comunidades, uma garantia da sustentabilidade e do devir daquelas populações.

Não podemos esquecer que tanto o Programa Raízes, quanto o Projeto Arte e Ofício da Fundação Curro Velho apresentam potencial de serem replicados em outras unidades da federação que também contam com comunidades de remanescentes de quilombos. Neste sentido o Projeto Arte e Ofício é exemplar, pois busca promover uma adequada articulação da ação estatal com as comunidades, no sentido de romper com o isolamento a que estão sujeitas, trabalhando ao mesmo tempo no sentido de sua autonomização, ao fornecer instrumentos que as capacitam para estabelecer diálogos com a sociedade circundante. Queremos dizer que, apesar do seu protagonismo, o tema do acesso à titulação das terras não é a única questão quilombola. Estamos sugerindo, além disso, que existem várias questões daí decorrentes, como aliás ocorre nos demais assentamentos rurais espalhados pelo país. Além de ser necessário garantir os direitos assegurados pela lei, é indispensável ficar atento para as dinâmicas internas de cada comunidade, para conseguir criar ambientes institucionalizados de debate e encaminhamento dos conflitos que porventura surjam, favorecendo assim a renovação das lideranças, que sempre serão requisitadas no momento de negociação com os órgãos estatais.

Por outro lado, arriscamos a mencionar que, por isso mesmo, a equipe do Projeto talvez devesse procurar equacionar melhor algumas questões. Notamos, por exemplo, que um maior esforço de coordenação dos cursos ofertados é importante no atual momento. Assim, a definição de um objetivo comum, passível de ser compartilhado pelos monitores, poderia garantir uma melhor noção do sentido político do trabalho realizado. Investir numa maior compreensão das dinâmicas peculiares, em função da situação particular de cada comunidade, é fundamental para uma atuação mais orgânica.

Além disso, por vezes percebemos que as comunidades manifestam um sentimento de “abandono” depois da realização de um pacote de cursos, reclamando um devido acompanhamento dos seus possíveis desdobramentos. Como costuma ocorrer nos casos em que a população beneficiária nunca teve acesso aos serviços

estatais, a presença de algum órgão público fomenta o crescimento exponencial de demandas até então nunca formuladas. Neste caso específico, pode ser que as comunidades acabem considerando a Fundação Curro Velho como sendo porta-voz do estado ou do governo estadual. Sendo assim, é importante não descuidar da busca de maior autonomização das comunidades atendidas em relação ao Projeto a partir do reforço dos laços sociais, e não insistindo no discurso de que os cursos ofertados e seus produtos poderão vir a gerar ou complementar a renda dos participantes, o que acaba por produzir efeitos nocivos ao instrumentalizar a cultura e alimentar demasiadas expectativas dos moradores em relação aos frutos do trabalho realizado.

Acreditamos ainda que outra preocupação deve nortear o trabalho futuro. É indispensável não incorrer no equívoco de folclorização das manifestações culturais e artísticas existentes nas comunidades, o que também diz respeito a uma possível preocupação extremada de inserção daquelas comunidades num nicho de mercado, seja ele ecoturístico, artesanal ou midiático. ■

Referências bibliográficas

- ACEVEDO, Rosa (org). Famílias de Cacaú e Ovos nas terras apropriadas pela EMPASA S.A. no município de Colares, Pará. Belém: SEJU/Programa Raízes/Unamaz/UFPA/NAEA, Projeto de Pesquisa “Mapeamento das Comunidades Negras Rurais no Estado do Pará”, 2003a, CD-ROM.
- ACEVEDO, Rosa. Itancoã, nosso sítio no Baixo Acará. Belém: UNAMAZ, 2003b.
- _____. & CASTRO, Edna. No caminho das pedras de Abacatá: experiência social de grupos negros no Pará. Belém: UFPA/NAEA, 1999.
- ALMEIDA, Alfredo W. B. Quilombos: repertório bibliográfico de uma questão definida. BIB – Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais, n° 45, 1° semestre, Rio de Janeiro: Relume Dumará/ANPOCS, 1998.
- _____. Os quilombos e as novas etnias. In O'DWYER, Eliane C. (org). Quilombos: identidade étnica e territorialidade. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.
- BARTH, Fredrik. Grupos étnicos e suas fronteiras. In POUTIGNAT, Philippe & STREIFF-FENART, Jocelyne. Teorias da etnicidade. São Paulo: Unesp, 1998.
- CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. Etnicidade: da cultura residual, mas irredutível. In _____. Antropologia do Brasil. 2ª ed., São Paulo, Brasiliense, 1987.
- CASTRO, Edna. Quilombolas de Bujaru: memória da escravidão, territorialidade e titulação da terra. Belém: SEJU/Programa Raízes/Unamaz, Projeto de Pesquisa “Mapeamento das Comunidades Negras Rurais do Estado do Pará”, jul 2003, CD-ROM.
- FUNDAÇÃO CURRO VELHO. Relatório de atividades educativas desenvolvidas pela Fundação Curro Velho em comunidades rurais negras – 2002. Belém: Programa Raízes/Fundação Curro Velho, 2002, cópia xerográfica.
- _____. Síntese das atividades desenvolvidas em comunidades quilombolas – 2003. Belém: Fundação Curro Velho, 2004a, cópia xerográfica.
- _____. Programação das oficinas itinerantes – 2004. Belém: Fundação Curro Velho, 2004b, cópia xerográfica.
- _____. Projeto Ação Comunitária em Arte e Ofício em Comunidades Rurais Negras do Estado do Pará: Revisitando a Comunidade de Umarizal. Belém: Fundação Curro Velho, 2004c, DVD.
- GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ. Legislação referente à questão quilombola. Disponível em www.quilombo.org.br.
- JACCOUD, Luciana & BEGHIN, Nathalie. Desigualdades raciais no Brasil: um balanço da intervenção governamental. Brasília: IPEA, 2002. Disponível em <http://www.ipea.gov.br/TemasEspeciais/desigualdades/Parte1.pdf>.
- O'DWYER, Eliane C. Introdução: Os quilombos e a prática profissional dos antropólogos. In O'DWYER, Eliane C. (org). Quilombos: identidade étnica e territorialidade. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.
- OLIVEIRA, Leinad A. (org). Quilombos: a hora e a vez dos sobreviventes. São Paulo: Comissão Pró-Índio de São Paulo, 2001.
- PROGRAMA RAÍZES. Terra de Negro. Belém: IAP/Programa Raízes/Governo do Estado do Pará, 2003a, Livro de fotos e depoimentos e fita de vídeo.
- _____. Relatório de atividades. Belém: Programa Raízes, 2003b, Folder.
- SALLES, Vicente. O negro no Pará, sob o regime de escravidão. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas/ Universidade Federal do Pará, 1971.
- SCHWARCZ, Lília K. M. Questão racial e etnicidade. In MICELLI, Sergio (org). O que ler na ciência social brasileira (1970-1995). Antropologia, vol. I. São Paulo/Brasília: Editora Sumaré/ANPOCS/Capes, 1999.
- VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. Etnologia brasileira. In MICELLI, Sergio (org). O que ler na ciência social brasileira (1970-1995). Antropologia, vol. I. São Paulo/Brasília: Editora Sumaré/ANPOCS/Capes, 19

Desenvolvimento Florestal Sustentável na Amazônia Brasileira: O Programa Floresta Estadual do Antimary

Estado do Acre

Desenvolvimento Florestal Sustentável na Amazônia Brasileira: O Programa Floresta Estadual do Antimary – Acre

Estevão Eller¹
Luis Fujiwara²

O Acre: passado e presente

A história do Acre é intimamente ligada ao processo de extração da seringa (*hevea brasiliensis*). A vulcanização da borracha foi criada em 1839 por Charles Goodyear, desde então este commodity se valorizou no mercado internacional. A Amazônia, rica em borracha, aproveitou o contexto favorável e teve um precoce surto de desenvolvimento chamado primeiro ciclo da borracha.³

Do Acre do passado também foi herdado o tradicional sistema de aviamento. Por meio deste sistema é regida a relação produtiva entre o patrão seringalista e os seringueiros. O patrão é na região o único fornecedor dos produtos de aviamento, os quais são necessários para a sobrevivência na floresta.⁴ Ocorre que o custo do aviamento é sistematicamente superfaturado. Ao patrão também cabe o domínio do comércio da seringa. Neste caso, entretanto, os preços praticados são artificialmente subdimensionados. Dessa forma o seringueiro rapidamente se encontra em uma situação de “escravidão branca”, derivada de seu endividamento junto ao patrão.

De certa forma a situação atual é ainda pior. Com a criação de seringais de cultivo no Leste Asiático a borracha brasileira tornou-se cara, perdendo espaço no mercado internacional.⁵ Como alternativa econômica são desenvolvidas novas possibilidades de exploração deste ecossistema, dentre as quais se destaca a extração

1 Bacharel em Administração Pública pela FGV-EAESP.

2 Mestre em Administração Pública e Governo pela FGV-EAESP e aluno do Programa de PhD na Lyndon B. Johnson School of Public Affairs da Universidade do Texas em Austin.

3 O I Ciclo da Borracha foi de meados de 1850 até aproximadamente 1910.

4 Por exemplo, sal, óleo, açúcar, farinha, botas, facões, querosene, etc.

5 Atualmente cerca de 2/3 da borracha consumida no país vem do Sudeste Asiático. O estado de São Paulo é o maior produtor nacional, sendo responsável por cerca de 30% do total.

madeira predatória, a criação de gado e o plantio da soja. Especificamente no Acre, a partir de meados dos anos 70, desenvolveu-se a atividade madeira, a qual desde então tem ameaçado os seringais com as suas motosserras.

Este contexto levou ao surgimento de conflitos armados nos anos 80, onde seringueiros se postavam à frente do maquinário utilizado para a extração de madeira. A ideia de impedir o avanço dos tratores utilizados para a derrubada da floresta se materializou na forma dos chamados “empates”.

No bojo desta transformação, foram organizadas importantes instituições como: associações de seringueiros, sindicatos, a igreja e ONGs. Tal mudança entretanto não saiu de graça, líderes seringueiros como Chico Mendes e Wilson Pinheiro foram assassinados. Pagaram com a própria vida pelo sonho do uso sustentável da floresta.

A partir dessa época começaram a ser desenvolvidos na região amazônica diversos projetos de desenvolvimento sustentável organizados institucionalmente em torno de governos locais. É neste contexto em que se dá a gênese do Programa de Desenvolvimento Florestal Sustentável na Amazônia Brasileira – Floresta Estadual do Acre (PFEA).

A busca por uma estratégia de manejo florestal de uso múltiplo

Em diversas áreas da Amazônia está em processo uma mudança no paradigma exploratório da região. A base para esta mudança é o reconhecimento de que a riqueza da floresta está em suas múltiplas possibilidades.

Cientes desta situação o governo do estado do Acre e a International Tropical Timber Organization (ITTO)⁶ assinaram um convênio no final da década de 80. Tal convênio objetivava promover o manejo sustentável dos recursos da Floresta Amazônica⁷. É este convênio que dá origem ao PFEA. A ITTO financia parte dos gastos, cabendo ao governo do estado complementá-lo. Do valor total de R\$ 5 milhões gastos com a implantação do PFEA, cerca de 57% são de responsabilidade da ITTO, e 43% coube ao governo estadual.

Além do manejo múltiplo florestal o PFEA visa promover a participação cidadã dos povos tradicionais da floresta, e buscar o desenvolvimento de um novo modelo de utilização do solo, o qual prioriza a agregação de valor aos produtos florestais e o uso sustentável dos recursos.

⁶ A ITTO é uma organização sediada em Yokohama (Japão). Esta instituição foi criada por intermédio da ONU para promover a assinatura de convênios e políticas que promovam o manejo florestal sustentável assim como o conservacionismo. A ITTO também auxilia países tropicais na implementação e adaptação de programas de ação de âmbito local.

⁷ Projeto PD94/90 ITTO versão 3 – Desenvolvimento Integrado da Amazônia Ocidental baseado nos Recursos Florestais. Fase II – Tecnologia para Utilização Sustentada de Matérias Primas Florestais.

Para a implementação deste convênio foi criada em 1988 a Floresta Estadual do Antimary⁸, localizada no município de Bujari, próximo a capital Rio Branco, na região centro-leste do Acre. A Floresta possui cerca de 77 mil hectares, nela residem 383 pessoas de 109 diferentes famílias. A população da Antimary, em sua grande maioria, é composta por seringueiros oriundos do próprio Acre.

O PFEA está sob a responsabilidade da Fundação de Tecnologia do Estado do Acre (FUNTAC). Este programa também conta em sua execução com a parceria da Secretaria Estadual de Floresta (SEF). A SEF tem como objetivo o desenvolvimento de novas tecnologias de manejo que agreguem valor aos produtos da floresta. Neste sentido o PFEA se coloca como um programa piloto, o qual, de acordo com o Secretário de Florestas de Acre, está sendo avaliado como um dos possíveis modelos de exploração florestal que podem vir a ser replicados em outras áreas do estado.

O Manejo Múltiplo como estratégia de exploração produtiva na floresta

Em termos operacionais o PFEA se organiza com vistas ao manejo sustentável de dois eixos produtivos: o madeireiro e o não-madeireiro. Em relação aos produtos não-madeireiros o principal mérito deste programa foi promover a ruptura com o padrão de aviamento existente.

O caso do látex é emblemático das mudanças promovidas a partir da eliminação da figura do patrão seringalista. Antigamente, dois padrões seringalistas dominavam o comércio na região. A desapropriação da área e o estabelecimento de uma associação de seringueiros e de uma cooperativa esvaziou o poder de ambos. Um deles continua a trabalhar com a borracha, mas agora enfrenta a concorrência da cooperativa criada graças ao PFEA. O outro optou por mudar de ramo e investe agora na criação de gado na pequena área que lhe restou.

O papel da cooperativa é essencial por dois motivos. O primeiro diz respeito a ruptura com o modelo de aviamento. Agora os seringueiros adquirem seus produtos da cooperativa a preços em média um terço mais baratos do que os praticados pelo patrão. Além disso, os preços da borracha se valorizaram por conta do fim do monopólio regional,⁹ e também porque foram desenvolvidas novas técnicas produtivas.

Ao invés da tradicional “bola” de seringa, a borracha agora é vendida em barras ou in natura, apresentando um maior nível de pureza. Por conta disso o

⁸ A Floresta Estadual do Antimary se localiza na mesma região onde surgiu em 1911 a primeira reserva florestal do Brasil.

⁹ Na época da visita o litro do látex era cotado a R\$ 2,00 na cooperativa e a R\$ 1,70 com o patrão.

processo de trabalho possibilita uma maior capacidade de agregação de valor. O látex in natura é utilizado para a fabricação de preservativos, sendo exportado para São Paulo. As barras de látex, chamadas de crepe claro, são usadas para a confecção de solados para calçados.

A cooperativa também abriu um pequeno depósito de produtos básicos. Segundo o presidente da cooperativa, o lucro porventura obtido com a venda de aviamentos é repartido entre os cooperados. Como no caso da venda da borracha, o seringueiro-cooperado pode receber sua parte em dinheiro, ou em produtos.

A população beneficiária do Antimary é formada majoritariamente por seringueiros. Os baixos preços da borracha praticados pelos países asiáticos faz com que a castanha-do-brasil se destaque na geração de renda para o público beneficiário. O quadro a seguir apresenta a produção anual e o valor médio alcançado pelos principais produtos não-madeireiros extraídos da Antimary. De acordo com este quadro a renda per capita média oriunda de produtos não-madeireiros dos habitantes da Antimary foi de cerca de R\$ 680,00.

Quadro 1. Renda obtida com produtos não-madeireiros

	PRODUÇÃO EM QUILOS	PREÇO UNITÁRIO**	VALOR ARRECADADO**
castanha-do-brasil	120.000	1,50	180.000,00
borracha	12.000	2,20	26.400,00
óleo de copaíba*	260	12,00	3.120,00
sementes florestais	1.270	40,00	50.800,00
		VALOR TOTAL	260.320,00

*em litros ** em reais - Fonte: Coordenação do PFEA

Também se destaca na geração de renda um projeto já iniciado de trabalho com a coleta e comercialização de sementes florestais nativas, o qual deve se desenvolver ainda mais nos próximos anos. Trata-se de um projeto piloto que se destaca por sua alta capacidade de agregação de valor e por seu impacto na manutenção da biodiversidade.

Está sendo desenvolvido também um projeto para a exploração de produtos como a quina e a copaíba, os quais são usados para a produção de fitoterápicos. Ainda que a produção ainda seja reduzida, a comunidade é beneficiada pela oferta de, por exemplo, sabonetes e shampoos de uso medicinal. O principal desafio neste caso tem sido conseguir a autorização da ANVISA para o desenvolvimento industrial dos cosméticos e produtos fitoterápicos.

É a exploração dos produtos madeireiros, entretanto, que pode gerar uma verdadeira revolução na vida dos beneficiários. De acordo com levantamento da Secretaria de Florestas o Acre possui o potencial de gerar riquezas anuais da ordem de US\$ 1 bilhão¹⁰ somente com a exploração da madeira.

O trabalho de exploração madeireira se inicia com a realização de uma licitação que cede a um consórcio de empresas o direito de exploração de uma determinada área. Após várias licitações canceladas, o primeiro contrato para exploração sustentável de madeira foi firmado em 2003. Por meio desta licitação 3,7 mil hectares da Floresta Estadual do Antimary foram designados para a extração sustentável de madeira.

A licitação gerou uma receita da ordem de R\$ 250 mil. A qual foi inteiramente internalizada nas comunidades atendidas pelo PFEA. Dez por cento deste valor foi repassado diretamente para a Associação dos Seringueiros, sendo esta instituição obrigada a investir tal valor em obras de melhoria das estruturas comunitárias. Os restantes R\$ 225 mil são usados para o pagamento dos moradores da Antimary envolvidos no processo de extração da madeira, e também para remunerar cada família de acordo com a quantidade de árvores extraídas de sua colocação.

Além disso há que se destacar os ganhos ecológicos de tal procedimento. O padrão de exploração convencional se caracterizava por seu caráter predatório, não havia planejamento da ação extrativa, nem tampouco um levantamento das espécies a serem exploradas. De forma simplória se pode afirmar que grandes clareiras eram abertas para facilitar o acesso a três ou quatro tipos de árvores que possuíam valor comercial superior no mercado.

Conforme determinado pela licitação realizada há, no caso do PFEA, uma série de especificidades relativas ao processo produtivo. Inicialmente há a exigência de se ampliar o número de espécies exploradas, o que permite a preservação da biodiversidade. Há também normas específicas para o processo de derrubada e transporte, de modo a preservar o máximo possível de cobertura vegetal.

O monitoramento ambiental é realizado com base em áreas chamadas de parcelas permanentes. Estas áreas não-manejadas são comparadas a cada três anos com áreas onde houve o manejo. Estes grupos de controle permitem a mensuração aproximada do impacto ambiental nas áreas exploradas em termos de biodiversidade, quantidade e qualidade da cobertura florestal. São também realizados monitoramentos por meio da presença de animais, os quais evitam áreas de grande impacto ambiental, visto que estas já não possuem um ecossistema adequado a sua sobrevivência.

¹⁰ São 6 milhões de hectares com potencial para exploração, gerando cerca de 1,8 milhões de metros cúbicos de madeira, que ao preço médio de US\$ 550/m³, totalizam US\$ 990 milhões.

O monitoramento também se constitui como uma estratégia de refinamento das técnicas de manejo, podendo trazer informações sobre tecnologias que podem promover o aumento da produtividade.

Outra faceta do PFEA se materializa no Projeto Promanejo-FUNTAC, o qual trata da capacitação técnica para o manejo de impacto florestal reduzido. Este projeto conta com o suporte da Secretaria de Florestas e de empresários do setor madeireiro. Por intermédio do Promanejo estudantes e professores da Universidade Federal do Acre, assim como de instituições bolivianas e peruanas, são treinados em técnicas de manejo madeireiro de impacto florestal reduzido.

Durante a visita de campo haviam cerca de 30 treinandos na Floresta do Antimary. Um dos professores, oriundo da Bolívia, destacou o fato de que esse tipo de intercâmbio é extremamente enriquecedor, ainda mais por conta do caráter estratégico para a implantação de um pólo de manejo florestal de baixo impacto na região conhecida como MAP (Madre de Dios – Peru; Acre – Brasil; Pando – Bolívia).

Por fim, desenvolve-se, também, o Projeto de Construção de Moradia Popular em Madeira. Por meio deste projeto famílias da comunidade são beneficiadas pela construção de novas unidades habitacionais. A madeira utilizada como matéria-prima é oriunda de duas fontes. Inicialmente são utilizadas madeiras exploradas de forma ilegal apreendidas por órgãos governamentais, também são usados detritos oriundos da produção madeireira industrial e moveleira.

Sustentabilidade econômica e ambiental: de madeireiros a manejadores

Conforme entrevistas realizadas com dois empresários do ramo madeireiro a extração sustentável possui duas vantagens comparativas em relação ao processo convencional. O aumento da produtividade é citado como um elemento redutor de custos. A produtividade por hectare das áreas manejadas é superior a observada no caso da exploração madeireira convencional, mesmo se levando em conta os gastos iniciais com o planejamento da ação. Isso ocorre basicamente por dois motivos. Inicialmente há que se destacar a ampliação do número de espécies exploradas,¹¹ há também o fato de que o planejamento traz consigo ganhos de escala no consumo de insumos e no investimento em maquinário e pessoal.

Outra vantagem é que com o manejo sustentável amplia-se indefinidamente o uso das áreas exploradas. Seja por meio da ampliação e diversificação do mercado de madeira, seja pela renovação constante da cobertura vegetal.

¹¹ No manejo convencional eram três as espécies exploradas, com o manejo de baixo impacto são ceca de quarenta.

O manejo sustentável permite também que as áreas já exploradas possam ser novamente utilizadas em um prazo de cerca de dez a trinta anos.¹² Segundo os empresários entrevistados a combinação destes fatores faz com que seja plausível o investimento na aquisição de áreas de floresta, as quais funcionam como reserva de valor e ao mesmo tempo garantem ao empresário manejador o acesso a matéria prima abundante.¹³

Podem ser observadas também uma mudança cultural na atitude dos madeireiros. A empresária¹⁴ entrevistada relatou como o setor era mal visto pela sociedade, “como se fosse um trabalho de gangsters”. Segundo ela, seus filhos eram “ofendidos” na escola como “filhos de madeireiros” o que levava as crianças a afirmarem que tinham vergonha da atividade da mãe. Com o manejo sustentável os madeireiros do Acre passaram a exigir que fossem chamados de manejadores, desenvolvendo uma nova estratégia de inserção social, que priorizava o trabalho de suporte ao meio ambiente ao contrário da visão anterior de “piratas da floresta”.

Ainda segundo os empresários o manejo de baixo impacto é vantajoso porque elimina o caráter nômade do trabalho do madeireiro¹⁵, assim como diminui o risco do negócio e o medo da fiscalização ambiental anteriormente presentes.

Sustentabilidade social: impactos observados nas comunidades da floresta

Ambos eixos produtivos assim como a comunidade se beneficiam dos investimentos em infra-estrutura realizados para a implementação do PFEA. Foram construídas diversas vias de acesso, escolas e um posto de saúde onde pessoas da comunidade são treinadas para identificar e iniciar o tratamento de algumas doenças tropicais.

Os ganhos sociais podem ser mensurados especificamente pelo maior acesso a serviços e direitos básicos, como saúde, moradia e educação. Como resultado as taxas de analfabetismo foram amplamente reduzidas, assim como a incidência de

¹² Quando uma árvore de grande porte é retirada da floresta a área se recupera bem mais rápido. Essas árvores tem copas frondosas e geram muita sombra dificultando o desenvolvimento das outras espécies. Quando são abatidas, a luz solar entra com maior facilidade na floresta acelerando o crescimento das outras menores. Com isso árvores chegam a uma espessura bom em bem menos tempo. O manejo revitaliza a floresta.

¹³ Um dos empresários está em fase de finalização de construção de uma fábrica de compensados orçada em R\$ 25 milhões. Segundo seu depoimento a fábrica deve entrar em funcionamento em 2005 gerando mais de 500 empregos diretos.

¹⁴ A empresária em questão tornou-se presidente da associação dos manejadores do Acre. É também dona da única empresa certificada para a exploração do mogno no Brasil.

¹⁵ Assim como os motosserristas, os madeireiros vieram do Centro-Oeste para Rondônia e agora Acre.

endemias tropicais. Muitas das famílias foram agraciadas com as novas moradias do Projeto de Construção de Moradia Popular em Madeira.¹⁶

Outro resultado apresentado diz respeito a maior organização social dos beneficiários do Antimary, a qual possibilitou também o aumento da renda familiar. A Associação de Seringueiros e a Cooperativas foram fundamentais para a ruptura com o sistema de aviamento, o que levou a um aumento da renda familiar.

O caso da borracha é emblemático. A eliminação do padrão seringalista promoveu um aumento no valor de venda do quilograma da borracha, visto que este mercado já não se encontra mais monopolizado. Segundo depoimento de alguns cooperados a renda familiar dos moradores da Antimary oriunda dos produtos não-madeiros aumentou em média 60%. Há ainda que se ressaltar que os preços cobrados pela cooperativa são 30% mais baratos do que os praticados pelo padrão seringalista.

A comunidade também se beneficia financeiramente do manejo de baixo impacto, seja pelo fato de que o mesmo gera empregos para parte da população beneficiária, e também porque os consórcios de exploração são obrigados a pagar para as famílias pela extração de madeira de suas colocações.

Com o intuito de se garantir uma maior sustentabilidade política ao Programa Floresta Estadual do Antimary foi criado em setembro o Conselho Consultivo da Floresta Estadual do Antimary,¹⁷ o qual pretende garantir a participação do público beneficiário e da sociedade civil organizada no processo de discussão e tomada de decisões relativas a exploração desta área.

Impactos na cidadania e inovação

O Norte do Brasil era antigamente um lugar marcado pelo atraso, onde predominavam relações de poder paternalistas e faltava cidadania. O Estado, muitas vezes ausente, pouco podia fazer frente ao padrão histórico de ocupação e desenvolvimento da região.

Como resultado se podia observar a formação de oligopólios que controlavam a logística e o comércio dos vários produtos amazônicos transacionados na balança de exportações brasileiras. Outro resultado foi a geração de um mercado ilegal de produtos da floresta, extremamente rentável para alguns poucos e excludente para o elo mais fraco da cadeia produtiva composto por seringueiros, ribeirinhos, açazeiros, castanheiros e outras populações tradicionais da floresta.

O Programa Floresta Estadual do Antimary tem como público beneficiário direto duas comunidades de seringueiros que habitam o sul de seu território. Tais

¹⁶ A tecnologia de construção de tais moradias foi também implementada em cidades como Bujari e Rio Branco, favorecendo também a população urbana.

¹⁷ Tal conselho foi criado por meio do decreto nº 10.808, de 23 de setembro de 2004.

comunidades têm se beneficiado das ações do programa, com ganhos visíveis em termos de cidadania. Isso ocorre por meio da ação conjunta de dois elementos. De um lado há o aumento da renda das famílias oriundo da eliminação da figura do atravessador e de receitas derivadas da exploração madeireira. De outro, há o aumento no acesso a aparelhos e serviços públicos de saúde, educação e transporte. Em ambos os casos as famílias beneficiadas ampliaram seu acesso a direitos, sendo portanto empoderadas.

O PFEA é inovador porque se constitui em um novo modelo de governança para a região, trata-se de uma floresta pública de uso múltiplo pactuada por processo licitatório. Mais do que isso trata-se de um novo modelo de desenvolvimento que reafirma o valor que a floresta tem de pé baseado na extração sustentada de produtos madeireiros e não-madeireiros.

O PFEA reafirma seu caráter inovador, como um projeto piloto que pode, e deve vir a ser implementado no restante do território acreano e até mesmo em outros estados brasileiros. Entretanto, o fato de ser politicamente vinculado ao atual governo estadual ¹⁸ pode colocar a experiência em risco. É difícil prever o que aconteceria em caso de mudança na orientação política do governo. ■

¹⁸ Jorge Viana, governador do Acre, é funcionário licenciado da FUNTAC e foi um dos idealizadores deste programa em sua gênese.

Bibliografia

- BENSON LIBRARY LATIN AMERICAN COLLECTION. The Acre territory. Documents concerning the controversy between Brazil and Bolivia over a contract made with American citizens. EUA: 1902.
- FUNDAÇÃO DE TECNOLOGIA DO ESTADO DO ACRE (FUNTAC). Plano de Manejo de Uso Múltiplo da Floresta Estadual do Antimary (AC). Governo do Estado do Acre. Rio Branco – AC: 1995.
- _____. Estudo Socioeconômico. Programa Floresta Estadual do Antimary (AC). Governo do Estado do Acre. Rio Branco – AC: 2002.
- _____. Relatório de Progresso. Programa Floresta Estadual do Antimary (AC). Governo do Estado do Acre. Rio Branco – AC: 2004.
- _____. Reportagens do Projeto Antimary. Programa Floresta Estadual do Antimary (AC). Governo do Estado do Acre. Rio Branco – AC: 2004
- IMAZON. O setor madeireiro no Amapá : situação atual e perspectivas para o desenvolvimento sustentável. IMAZON: 1999.
- JORNAL DO COMMERCIO. O Amazonas e o Acre: artigos publicados no “Jornal do commercio.”. Rio de Janeiro, Typ. do Jornal do Commercio, 1907.
- MENDES, Chico. Fight for the forest : Chico Mendes in his own words. Monthly Review Press, 1992.
- SILVA, Zenóbio Abel Gouvêa Perelli da Gama e (org.). Floresta Estadual do Antimary: estudos temáticos. Governo do Estado do Acre. Rio Branco – AC: 2004.
- VENTURA, Zuenir. Chico Mendes, crime e castigo : quinze anos depois, o autor volta ao Acre para concluir a mais reportagem sobre o herói dos Povos da Floresta. São Paulo : Companhia das Letras: 2003.
- INTERNET
- www.ac.gov.br/m_amb/antimary.htm
- <http://www.itto.or.jp>
- www.imaflora.org
- <http://www.socioambiental.org/>

Turismo como alternativa de desenvolvimento do semi-árido

Cabaceiras - PB

Turismo como alternativa de desenvolvimento do semi-árido

José Luís Abreu Dutra¹

Apresentação

A Cidade de Cabaceiras está localizada no Cariri da Paraíba a 189 km da capital, tem cerca de cinco mil habitantes, em aproximadamente 500 Km² de território, tendo 166 anos de emancipação. O título de cidade com menor índice pluviométrico do Brasil, ao contrário do que pode parecer, vem ajudando a pequena cidade. No meio do lajedo que se espalham na paisagem de um escaldante sol nordestino, diversos turistas, inclusive estrangeiros, desembarcam com grande curiosidade. As atrações são muitas. Na zona rural, em cenários que encantam e intrigam, vários sítios arqueológicos escondidos entre os lajedos da região transformam o lugar num dos mais importantes pontos de estudos arqueológicos do País. Na cidade, decorada com preservados sobrados do início do século passado, museus e uma festa, justificam a invasão de turistas, que há alguns anos vem mudando a imagem do seco Cariri paraibano, bem como da sua população.

I. Ações desenvolvidas pela prefeitura para a promoção do turismo

Consiste na identificação, reconhecimento e promoção de aspectos ligados à história, cultura, meio ambiente, artesanato, arqueologia e comportamento do povo cabaceirense. A prefeitura resgatou festas populares tradicionais, como os festejos juninos, criou novos eventos a exemplo da Semana Cultural e da “Festa

¹ Mestre em Administração Pública pela Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas (EBAPE), da Fundação Getúlio Vargas (FGV). Graduado em Ciências Sociais pela Universidade Federal Fluminense.

do Bode Rei”. Criou o Museu Histórico e Cultural do Cariri Paraibano. O fato de o município ser conhecido como o lugar que chove menos no Brasil, passou a ser aproveitado turisticamente. Um dos slogans promocionais é: “Cabaceiras sol pra você”. Portanto, o que antes representava vergonha para os nativos, hoje é motivo de convite para os visitantes: “venha conhecer esta terra que tem sol o ano inteiro”.

1.1 – A “Festa do bode Rei”

Entre os eventos criados, a “Festa do Bode Rei” é a de maior projeção turística para o município. O festival recria o cenário de antigos castelos, com muradas reais, praça e a residência de sua majestade, o bode. Durante o evento também acontece desfile da “comitiva real”, composta pelo “Bode Rei”, “Cabra Rainha”, príncipe e princesa nas principais ruas da cidade.

O bode é coroado como rei dos animais do Cariri por sua importância na economia da região e pela sua capacidade de resistência e adaptação à seca. A cidade possui o terceiro maior rebanho da Paraíba, com cerca de 20 mil cabeças, distribuídas por cerca de 400 caprinocultores (se levar em consideração a formação da família em torno de quatro pessoas, pode-se supor que apenas a criação envolve, diretamente, 25% da população do município).

A festa se constitui num grande festival de animais, produtos, serviços e cultura ligados ao mundo dos caprinos e ovinos que atrai turistas da Paraíba, dos estados vizinhos e distantes e até do exterior. A festa acontece em quatro partes distintas interligadas entre si: Parque do Bode Rei, onde é realizada a expofeira de animais, produtos e serviços da caprinovinocultura, com desfile e exposição de animais (julgamento de raças); Arraial do Bode Rei, ambiente destinado à exposição do artesanato; Praça de Alimentação (espaço da gastronomia regional, também chamada de “culinária bodística”, com iguarias como pizza, hambúrguer, buchada, lingüiça, almôndega, carne de sol de bode); Amostra de bens culturais com companhias de danças, quadrilhas, forró pé-de-serra, “bumba-meu-bode” e a Praça do Bode Rei, o lugar onde acontece os shows e as apresentações musicais.

A Divisão de Cultura da Prefeitura Municipal criou a Companhia de Cultura do Município, que tem produzido vários espetáculos de dança e teatro. Com o espetáculo “Bumba Meu Bode”, já se apresentaram em vários eventos regionais e nacionais, entre eles, o VIII Festival do Folclore da Fundação Joaquim Nabuco no Recife - PE e no Festival Nacional de Artes (Fenart) em João Pessoa – PB. A culinária regional é outro aspecto aproveitado turisticamente. A cada ano, durante a “Festa do Bode Rei”, a Prefeitura promove o Festival Nacional de Buchadas e o Festival Gastronômico, como forma de promover a culinária regional, aumentando a competitividade dos negócios. A importância deste

evento é representada pelo fato de a cidade, com menos de cinco mil habitantes, receber quarenta mil visitantes em apenas uma semana.

1.2 – O Museu Histórico e Cultural do Cariri paraibano

Este espaço conta a história da região e de sua população através de peças que são verdadeira relíquias do passado. O município de Cabaceiras, que preserva boa parte da arquitetura original, apresenta-se como cenário para uma visita dos detalhes de uma Paraíba cabocla. Este espaço está implantado no antigo prédio da cadeia pública da cidade e na antiga residência oficial do prefeito. O primeiro prédio data de 1890, passando por um processo de restauração, onde foi preservada a arquitetura da época e investiu-se na recuperação de peças com valor histórico para o Estado como a descoberta de inscrições com nomes, datas e até frases nas telhas que cobriam a cadeia, além de vestígios da antiga calçada e de peças artesanais. A residência do prefeito era um prédio que despertava muita curiosidade por parte da população, mas servia para promover um distanciamento entre poder executivo e os cidadãos, já que apenas um grupo muito restrito tinha acesso a esta casa.

O espaço abriga a história da caprinocultura, desde a sua aparição na pré-história até os tempos atuais, apresentando toda a cadeia produtiva e sua importância para sua economia local, além de atuar como atrativo turístico para o município e fonte de pesquisa e estudo. Uma casa de alpendre com sala, cozinha e toda a indumentária dos criadores de caprinos da região também faz parte do museu, que conta com fogão de barro, tamboretas, bancos, sandálias, totalizando mais de 200 referências ligadas à tradição local.

1.3 – Ação de capacitação da comunidade:

Outra ação voltada à promoção de produtos turísticos locais está na cuidadosa elaboração de *folders*, cartazes, logomarcas, *slogans*, imagens em vídeo e cds. A Prefeitura tem buscado a parceria de várias instituições especializadas na área, a exemplo do Sebrae, PBTUR (Empresa Paraibana de Turismo), Universidades Públicas e Privadas, entre outros. De acordo com o Prefeito Arnaldo Júnior, nesse aspecto, “indiscutivelmente o Sebrae tem sido um parceiro de primeira grandeza”.

As parcerias são voltadas para promoção de cursos, palestras, treinamentos, participação em feiras e demais eventos do gênero, com a finalidade de promover a capacitação empreendedora dos envolvidos com a atividade, bem como, proporcionar a conscientização da comunidade local. Um importante programa de capacitação a ser destacado é o “programa turismo na escola”, realizado, também, em parceria com o Sebrae. As escolas do município utilizam o turismo de diversas formas nos seus conteúdos curriculares. Trabalham aspectos da história, cultura

e meio ambiente local. Alunos da oitava série da Escola Municipal de Ensino Fundamental Abdias Aires de Queiroz produziram um “vocabodário”, a partir de um trabalho de pesquisa sobre expressões populares faladas no dia a dia, baseadas na cultura de caprinos. Foi produzido, também, literatura de cordel ligada ao setor. Durante as Semanas de Culturas são promovidas palestras, debates e oficinas com temas variados: dança, música, teatro, literatura, patrimônio histórico, cinema etc.

1.4 – Ação de Apoio à Criação de Empreendimentos Turísticos

As ações que os representantes do poder público afirmam terem sido desenvolvidas para o fortalecimento do turismo em Cabaceiras foram as seguintes:

- Criação de pontos de comercialização de artesanato na cidade e incentivo para a abertura de outros. A revitalização da Praça General José Pessoa, patrimônio histórico do município, possibilitou a instalação de mais dois negócios: um de comercialização de artesanato local e outro de doces, biscoitos, água de coco etc;
- Em parceria com Sebrae, está sendo montado um centro de qualificação profissional para artesãos que utilizam o couro como matéria-prima (principalmente o couro do bode), que é fruto de uma experiência bem sucedida – a cooperativa Arteza. Estimula, ainda, a participação destes artesãos em feiras regionais e nacionais;
- Disponibilização de infra-estrutura de barracas para comercialização de bebidas e comidas nos principais eventos da cidade;
- Estímulo ao surgimento de grupos musicais e vários artistas regionais por meio de apoio financeiro para “artistas da terra” nas produções de seus trabalhos, a exemplo da produção de cds, livros e cordéis, esculturas etc
- Apoiou na construção do Hotel Fazenda Pai Mateus e na Pousada Rancho da Ema. No momento, está incentivando a criação de um novo equipamento de hospedagem local – a Fazenda Rural Santa Terezinha.
- Construiu na cidade um centro de produção e comercialização de artesanato, que já é bem aproveitado para a realização de negócios durante os eventos na cidade.
- De acordo com a percepção de representantes do poder público municipal, uma ação da prefeitura que tem se mostrado fundamental do incentivo ao surgimento de serviços ligados ao turismo reside na redução do ISS, imposto de competência municipal sobre serviços. Anteriormente a alíquota deste imposto era de 5% sobre quaisquer tipos de serviços. Foi verificado que ninguém pagava esse tributo e a Prefeitura fazia de conta que não existia. Com a elaboração de um novo código tributário a alíquota do ISS foi reduzida para 2%.

2. Resultados

Cabaceiras é hoje reconhecido pela Embratur como Município de Potencial Turístico do Brasil. Atualmente, é um dos principais destinos turísticos da Paraíba, com destaque para o grande fluxo de turistas internacionais. A partir do ano de 2001 chegou a receber turistas estrangeiros em maior número do que os recebido pela própria capital do estado. As belezas singulares da reserva ecológica Pai Mateus é o principal atrativo. Os resultados também podem ser dimensionados quando se destacam os seguintes aspectos:

2.1. Ambiental

A partir da divulgação do Lajedo do Pai Mateus, as autoridades se deram conta de que esta região necessitaria de um programa oficial para sua preservação. Atualmente, pretende-se transformá-lo em arte de uma Área de Proteção Ambiental (APA)². Quando há alguma apreensão de animais feita pelo Ibama, o Lajedo é uma das áreas em que os animais são soltos para regressarem em seu habitat natural. Assim, verifica-se que o investimento em turismo neste local pode propiciar a mudança de comportamento em relação à exploração dos recursos naturais.

2.2. Econômico

Novos empreendimentos foram criados, como hotéis, pousadas, bares, restaurantes, lojas de artesanato, mercados diversos. De acordo com informações de representantes da prefeitura, tais estabelecimentos geram mais de 100 empregos diretos e cerca de 400 indiretos. O recente empreendimento Pai Mateus e a Pousada Rancho da Ema, empregam diretamente 42 funcionários.

Com a promoção de eventos a exemplo da Festa do Bode Rei, Semana de Cultura, Festejos Juninos, Festa Religiosa de São Bento, em torno de 300 pessoas são empregadas temporariamente em suas produções. Na última edição da Festa do Bode Rei, a prefeitura cadastrou 150 empreendedores locais e de cidades vizinhas, entre barraqueiros e ambulantes. No período de festas a Prefeitura cria o serviço de hospedagem alternativa. A ação consiste na ligação entre o turista e o proprietário do imóvel. Algumas pessoas utilizam suas próprias casas como hospedaria, criando mecanismos alternativos de geração de renda.

² “Área de Proteção Ambiental (APA) é uma categoria de Unidade de Conservação, voltada para a proteção de riquezas naturais que estejam inseridas dentro de um contexto de ocupação humana. O principal objetivo é a conservação de sítios de beleza cênica e a utilização racional dos recursos naturais, colocando em segundo plano, a manutenção da diversidade biológica e a preservação dos ecossistemas em seu estado original. Esta categoria de área protegida, estabelecida pela Lei n° 6.902, de 27 de abril de 1981, foi inspirada originalmente nos Parque Naturais de Portugal, tendo concepções semelhantes às dos Parque Nacionais da Inglaterra e ‘Landschaftsschutzgebiet’ da Alemanha” (<http://www.apadescalvado.cnpm.embrapa.br/apa.html>. Acessado em 18 de agosto de 2004).

O comércio formal regularizou as vendas. O artesanato aumentou o faturamento e a quantidade de artesãos³. Hoje, são mais de 100, produzindo artesanato em couro, madeira, tecido, cordão, flores, fuxico etc. Tais resultados promoveram impacto positivo na arrecadação da prefeitura. O ISS arrecadado em Cabaceiras apresentou a seguinte evolução:

1996	R\$ 142,67
1997	R\$ 204,86
1999	R\$ 8.654,54
2000	R\$ 8.122,68
2001	R\$ 9.494,38
2002	R\$ 31.053,45
2003	R\$ 15.423,03

Fonte: Prefeitura Municipal de Cabaceiras

2.3. Social

O município sempre foi visto pelos municípios vizinhos como motivo de piada, por ter o menor índice pluviométrico do País. Esse fato fez com que sua população tivesse vergonha de dizer que era de Cabaceiras. Com as ações recentes, principalmente com enfoque no turismo, o município hoje se destaca de forma positiva na grande mídia regional, nacional e até internacional⁴. De acordo com um representante do Sebrae, “nos anos de 2002, 2003 e 2004, as vezes que o estado da Paraíba figurou de forma positiva na imprensa, em grande parte, foi por meio das realizações de Cabaceiras”. Isso tem melhorado a percepção que os cabaceirenses estão tendo sobre sua cidade e sua auto-estima.

³ O setor de curtimento do couro de caprinos e ovinos também está movimentando a população da cidade de Cabaceiras. A Cooperativa dos Curtidores e Artesãos em Couros de Cabaceiras – Arteza – tem cerca de 27 associados, entre artesãos e curteiros que produzem suvenires vendidos aos turistas que visitam a região. Criada em 1998, a cooperativa está abastecendo não apenas o mercado local, mas também os estados de Alagoas, Rio Grande do Norte, Minas Gerais, Paraíba, além do Distrito Federal. Mas o trabalho da Arteza não está apenas em trabalhar o couro. A preparação da matéria-prima também faz parte do ofício dos associados. Segundo o diretor industrial da cooperativa, Carlos Castro, o curtimento do couro era feito na “beira do rio, sem preparo nem preocupação com o meio ambiente”. Hoje, o curtimento de 100 peles do couro da cabra é feito em 48 horas, passando por uma lavagem com produto natural, o tanino. “Temos o cuidado de preparar o couro para que ele não saia do curte com cheiro forte característico dos caprinos e ovinos”, afirma Carlos.

⁴ A Pousada Pai Mateus tem um arquivo com diversas revistas nacionais e internacionais, especializadas em turismo ou revistas de linhas aéreas que destacam o potencial turístico de Cabaceiras, tendo como principal expoente o Lajedo do Pai Mateus.

Com os cursos, treinamentos, palestras, são beneficiados, estudantes, professores, proprietários e funcionários de equipamentos ligados ao turismo. De acordo com as falas de moradores da cidade, as campanhas educativas voltadas a receber bem o turista, a manter sua cidade limpa, a economizar água e energia estão permitindo com que toda população do município contribua para o turismo no município.

Um dos argumentos da prefeitura é que as ações voltadas para o turismo vêm colaborando para a melhoria do Índice de desenvolvimento Humano (IDH) – que se encontra com o IDH-M 2000: 0.6826, tendo a classificação nacional: 3269 em 5507 municípios e a classificação no Estado em 8º, com 223 municípios – e a diminuição ou até mesmo a estagnação do êxodo em direção aos estados do sul e sudeste. Este fato pode ser reflexo de outros fenômenos sociais, uma vez que é baseado nos dados do censo do PNUD de 2000 IBGE de 2000 (que demonstram que, depois de muitos anos de trajetória descendente, a população de Cabaceiras cresceu), e, que por isso, poderia não dar tempo suficiente para verificar tais ações que começaram em 1998.

2.4. Cultural

Com a noção de que investimento em turismo vem permitindo o resgate da história, revitalização de casas antigas, articulação com a religiosidade, capacitação da comunidade, que envolve o conhecimento da história de cabaceiras e se tornarem multiplicadores destas histórias para os turistas; fortalecimento e incentivo de produção de cordéis, criação de grupo de teatro, para atuar, inicialmente em peças que retratam a história do município.

Neste ponto, as ações se dão no sentido do aproveitamento do cotidiano do povo da região. Assim, a caprinocultura serve de inspiração para desenvolver atrativos turísticos. As ações do fortalecimento da caprinocultura não ficam restritas à “Festa do Bode rei”. Pretende-se também incutir na idéia de que o caprino, além de sua importância econômica e de subsistência gera também um comportamento característico dessa população que se manifesta no modo de falar. Pensando nisso, buscou-se desenvolver o “vocabodário”, que é uma espécie de glossário das expressões forjadas pelos criadores de bode, desenvolvendo uma espécie de etimologia de palavras que têm como origem a caprinocultura.

2.5. Cidadania

A Prefeitura criou o Conselho Municipal de Turismo em 31 de dezembro de 2001, instrumento de planejamento e deliberação sobre a política local de turismo, reunindo iniciativa privada (comércio e rede de hospedagem), setor público (executivo e legislativo) e sociedade civil (associação de criadores de caprinos e ovinos, cooperativa dos artesãos, Rádio Comunitária Cabaceiras FM, Igreja Católica e Igreja Evangélica). Criou assim, um importante instrumento

de formulação de ações voltadas para este setor, aonde as decisões vêm se dando de maneira participativa. Foi observada também, nas falas de alguns moradores da cidade a disposição de colaborar nos eventos. Esta colaboração se dá tanto na divulgação de cabaceira para conhecidos de outras cidades, quanto na disponibilidade de suas casas para alugar durante a “Festa do Bode Rei”. A consciência de muitos sobre a necessidade de manter bem conservada a cidade revela também uma atitude cidadã.

2.6. Físico-territorial

O maior atrativo turístico do município é o Lajedo Pai Mateus. De acordo com a lenda, o mesmo serviu de moradia a um eremita curandeiro no século XVIII, que se chamava Pai Mateus. O lajedo fica na Fazenda Tapera, hoje transformada em Hotel Fazenda Pai Mateus, localizada a 25 km de Cabaceiras, com acesso por estrada de terra.

Segundo o proprietário da pousada, a preocupação da fazenda era com a criação de bovinos, ovinos e caprinos, com a produção agrícola de subsistência e com a exploração do granito. “Nunca se pensou em fazer deste lugar um hotel fazenda e receber pessoas. Mas a partir de 1998, com a filmagem de O Auto da Compadecida, tivemos que alojar alguns dos atores e produtores. Foi aí surgiu a idéia de montarmos um hotel”, relembra. Para tanto foram construídos 22 apartamentos, totalizando 65 leitos. Quatro funcionários trabalham como guias. Todos eles receberam aulas de inglês, noções sobre atendimento ao público, culinária e conscientização ambiental.

O empresário acredita que a procura dos turistas pela cidade e pelo hotel-fazenda se dê mais pela curiosidade em conhecer o local onde foi produzido o filme. Por conta dessa alta demanda, o empresário firmou um contrato de exclusividade por cinco anos com uma agência de turismo da Escandinávia, a SLG. Mais de mil turistas estrangeiros já visitaram o hotel-fazenda em dois anos. No livro de registros da Pousada pode ser verificada a assinatura de mais de sete mil turistas, que visitaram a pousada e o lajedo a partir de 1999.

2.7. Político-institucional

O Programa de Turismo do Município de Cabaceiras vem recebendo uma grande colaboração do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) da Paraíba, que ajudou na capacitação das pessoas, no que se refere ao atendimento, inglês básico, espanhol básico. Outro ponto é a ajuda nos empreendimentos, na tentativa de manter o povo na sua terra, impedindo que vá buscar oportunidades de trabalho em outros estados.

Ajudou também na sensibilização regional, ampliando a quantidade de parceiros, entre eles agentes de turismo de outros municípios, que começaram

a divulgar Cabaceiras. Esse fortalecimento se incrementou na medida em que Cabaceiras passou a fazer parte do “Pacto novo cariri”, que congrega 31 municípios. Tal iniciativa visa promover o desenvolvimento da região, por meio de políticas públicas que partam de vocações locais e possam ser desenvolvidas de forma integrada entre os municípios. Entre os parceiros do Pacto estão a Federação dos Municípios da Paraíba (Famup), a Associação dos Municípios do Cariri Paraibano (Amcap), a Empresa de Assistência Técnica de Extensão Rural (Emater) da Paraíba, o Tribunal de Contas do Estado, o Banco do Nordeste, além do próprio Sebrae.

2.8. Científico-tecnológica

Como já fora destacado, o programa de turismo busca se articular com outros segmentos produtivos da cidade. Os que mais se destacam são: o Projeto Mandala e a cadeia da caprinocultura.

O Projeto Mandala é um modelo inovador de irrigação que distribui água uniformemente para plantações diferentes em pleno sertão nordestino. A irrigação é em forma de círculos concêntricos e com várias culturas integradas, possuindo um custo inferior à irrigação tradicional. Ela é voltada para os pequenos proprietários ou associações rurais. A “Mandala” de José Maria, num distrito de Cabaceira, tem atraído visitantes, inclusive de outros Estados, que ficam impressionados com a fartura e diversidade de plantações em uma área tida como pequena. Dessa forma, a “Mandala” vêm se caracterizando também como um ponto turístico (uma espécie de turismo de negócios), gerando ainda uma renda extra para as famílias beneficiadas, que acabam recepcionando as pessoas com comidas típicas da região.

Na cadeia da caprinocultura, o artesanato tem despertado muita curiosidade aos turistas, virando um ponto de visita no município. Tornou-se, dessa forma, um atrativo a exposição de como era o curtume antigamente e como é hoje. Outro ponto é a parceria que a prefeitura vem articulando com a Universidade Federal de Campina Grande para ampliar formas de consumo da carne caprina. Desenvolveram o hambúrguer de bode, batizado de “mec bode”, aparecendo de forma bastante inovadoras nas exposições culinárias que a cidade promove em suas festas. ■

3. Referências bibliográficas

BANDEIRA, Pedro. "Participação, articulação de atores sociais e desenvolvimento regional". In: *Texto para discussão nº 630*. Brasília: IPEA, 1999.

FRANCO, Augusto de. *Porque precisamos de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável*. Brasília: Instituto de Política/ Millenium, 2ª edição, 2000.

MARSIGLIA, Javier. "Desenvolvimento e Gestão Local: Temas e Atores em um Cenário de Mudanças". In: BAVA, Silvio Caccia, Org. *Desenvolvimento Local*. São Paulo: Pólis, nº 25, 1996, p.63/74.

Sites:

<http://www.sebraepb.com.br/desenvolvimento/cariri/>. Acessado em 17 de agosto de 2004.

<http://www.apadescalvado.cnpm.embrapa.br/apa.html>. Acessado em 18 de agosto de 2004.

**CAPS/SESAMAR –
Transformando o lugar
social da loucura no
Vale do Jequitinhonha**

Araçuaí - MG

CAPS/SESAMAR – Transformando o lugar social da loucura no Vale do Jequitinhonha

Jacqueline Brigagão¹

Araçuaí é um dos 58 municípios do Vale do Jequitinhonha, a região mais pobre do estado de Minas Gerais. De acordo com os dados do Censo de 2000 a população de 35.713 pessoas distribuídas em 67 comunidades rurais e dois distritos: Engenheiro Schnoor e Itira e a Zona urbana. A cidade está localizada a 678 kms de Belo Horizonte e a 365 de Montes Claros. O confronto diário com o os problemas advindos da falta de recursos e das demandas da população tem levado a equipe responsável pela saúde mental do município a buscar alternativas criativas para solucionar os problemas e superar obstáculos para a construção de um projeto de saúde integral da população.

O Contexto histórico

Durante muito tempo os portadores de sofrimento mental vagavam pelas ruas e não havia nenhum serviço especializado na cidade. Há relatos de pessoas que viviam confinados em “quartinhos”. Nunca houve leitos psiquiátricos e os casos que necessitavam internação eram encaminhados para Belo Horizonte, Barbacena e Governador Valadares, muitos são os relatos de pessoas que foram internadas nesses hospitais e que sofreram com o isolamento e com os tipos de terapêuticas adotados (eletro-choque, por exemplo). A maioria destas pessoas eram enviadas de volta a Araçuaí sem apresentar melhora significativa.

Em 1997, a prefeitura de Araçuaí elegeu como uma das prioridades de governo o enfrentamento da problemática do atendimento á saúde mental. A prefeitura fez uma parceria com o Consórcio Intermunicipal de Saúde do Médio Jequitinhonha (CISMEJE) e criou o Serviço de Saúde mental de Araçuaí (SESAMAR) que desde

¹ Doutora em Psicologia e professora da USP (Campus Leste)

o início pautou suas atividades pelos princípios do movimento antimanicomial e pela prestação de um atendimento humanizado a saúde priorizando os aspectos preventivos e a inclusão social. Em 2000, o serviço foi credenciado pelo como sendo um Centro de Atenção Psicossocial. Como o Centro já era muito conhecido pelo nome SESAMAR a equipe decidiu denominá-lo CAPS/SESAMAR .

Todos os anos, nom mês de maio, a equipe comemora a Semana de luta Antimanicomial com eventos públicos, nos quais a comunidade tem participado ativamente. Podemos dizer que em Araçuaí a transformação não está restrita as modalidades de atendimento e ao tratamento da doença mental, mas também, atua nos dispositivos culturais e nas subjetividades.

Abrangência das Ações

O CAPS/SESAMAR atende a 1084 usuários e é referência para uma população de 117.014 habitantes, dos seguintes municípios: Araçuaí , Chapada do Norte, Coronel Murta, Francisco Badaró, Itinga, Jenipapo de Minas , Virgem da Lapa e Berilo. Para atender a todas essas localidades foi realizado um plano de ação onde cada município contratou profissionais responsáveis pelo acompanhamento dos portadores de sofrimento mental. Esses profissionais foram capacitados e estão em constante diálogo com a equipe do CAPS/SESAMAR que continua responsável pelos atendimentos médicos e pelo tratamento em momentos de crise.

No quadro abaixo é possível observar a população de cada cidade, o número de usuários do CAPS/SESAMAR e os recursos existentes em cada localidade.

Município	População	Total de usuários	Profissionais
Araçuaí	35.439	419	equipe do CAPS/SESAMAR
Berilo	12.979.	35	uma cuidadora
Chapada do Norte	15.220	131	uma cuidadora
Coronel Murta	9.124	79	um cuidador
Francisco Badaró	10.294	123	um assistente social e dois cuidadores
Itinga	13.836	174	uma psicóloga e um cuidador
Jenipapo de Minas	6.461	55	uma psicóloga e um cuidador
Virgem da Lapa	13.616	65	uma cuidadora
Total	117.014	1084	

É importante lembrar que os cuidadores são pessoas da comunidade que não tem necessariamente uma especialização em saúde mental, eles foram capacitados e estão trabalhando em conjunto com a equipe do CAPS/SESAMAR.

A metodologia de Trabalho

O CAPS/SESAMAR é um Centro de Atenção Psicossocial destinado a atender portadores de sofrimento mental considerados graves, ou seja pessoas com diagnósticos de psicoses ou neuroses graves e egressos de hospitais psiquiátricos, mas como é o único serviço especializado da região, algumas vezes atende casos de dependência química e de pessoas com transtornos mentais considerados mais leves. A equipe é constituída por: uma coordenadora, uma psicóloga, uma enfermeira, um medico clinico (atende apenas uma vez por semana), um médico psiquiatra, um terapeuta ocupacional, dois cuidadores, uma auxiliar de enfermagem, uma recepcionista, uma cozinheira e uma motorista.

O usuário pode chegar por diversos caminhos: procura voluntária, encaminhado por outros serviços da rede ou através da chamada busca ativa, que é quando a equipe se desloca até a casa do usuário ou o local que ele se encontra.

O pronto atendimento é realizado diariamente sem restrição de horário, e os profissionais se dividem ao longo do dia para realizar o que eles denominam “acolhimento”. Essa é a forma de contato inicial com o usuário onde se procura escutar a demanda desse e encaminhá-lo para o profissional mais indicado. O horário de funcionamento é das 9:00 as 18:00 horas. São servidas três refeições: café da manhã, almoço e lanche esses momentos também são considerados terapêuticos porque possibilitam a confraternização dos usuários entre si e a equipe que conversam livremente em uma relação horizontal.

Diversas atividades são desenvolvidas diariamente, desde atendimentos médicos e psicoterapias individuais e grupais, oficinas terapêuticas, até grupos com as famílias. Semanalmente, realiza-se uma Assembléia com os usuários onde se abre espaço para discutir e questionar a organização do serviço bem como assuntos de interesse do grupo.

A participação dos usuários, em qualquer uma das atividades é sempre voluntária, e eles escolhem o que querem fazer. De acordo com a terapeuta ocupacional eles escolhem uma oficina e passam a freqüentá-la regularmente. Alguns freqüentam o CAPS somente nos dias das oficinas que lhes interessam. As oficinas terapêuticas são oferecidas por um determinado período de tempo e são encerradas, e logo se inicia outra oficina com outra temática. Atualmente são desenvolvidas as seguintes oficinas:

Coral – A cidade de Araçuaí é conhecida como a “cidade dos corais”, a musicalidade esta muito presente no cotidiano da cidade e existem vários

grupos que ensaiam regularmente e se apresentam nas festividades da cidade. A decisão de criar o coral do CAPS/SESAMAR surgiu dessa leitura de que cantar faz parte da cultura local e que é uma atividade que promove a participação social dos usuários para muito além das questões associadas a doença mental. Atualmente o coral conta com a participação usuários, membros da equipe e os familiares estão sendo convidados a participar. O repertório é composto basicamente por músicas regionais.

Beleza e auto cuidado - Essa oficina é realizada todas as sextas feiras e tem como objetivo fortalecer a auto-estima, bem como trabalhar a relação dos usuários com o próprio corpo. Os usuários, disseram sentir-se em um salão de beleza porque podem lavar, cortar e arrumar os cabelos, fazer as unhas e aprendem a cuidar e valorizar o próprio corpo. Essa oficina é coordenada pela terapeuta ocupacional e por um dos cuidadores. Um dos desdobramentos dessa oficina, foi o projeto de criação de banheiros nas casas de alguns usuários.

Sexualidade – Como os usuários estão conquistando novos espaços de circulação e assumindo novas posições no mundo eles trouxeram uma demanda de discutir aspectos ligados à atividade sexual e aos relacionamentos amorosos. Assim, essa oficina é um espaço para esse tipo de discussão, como também para a discussão em torno da prevenção de DST/;AIDS. A oficina é coordenada pela enfermeira e pela Terapeuta Ocupacional.

Alongamento (Relaxo) – Essa oficina trabalha o corpo, a partir de técnicas corporais de alongamento, onde o usuário é levado gradativamente a perceber o próprio corpo e liberar as tensões a partir de exercícios físicos, por isso foi denominada de Relaxo. É coordenada pela psicóloga que afirma ter ido buscar treinamento com professores de educação física e perceber resultados muito positivos no grupo

Esporte – Criada a partir da percepção de que muitos usuários não fazem nenhum tipo de atividade física e de que os esportes coletivos representam uma excelente estratégia de integração social. Assim, uma vez por semana eles vão ao ginásio poliesportivo da cidade jogar (futebol é o jogo preferido provavelmente por ser o mais conhecido) e também fazer caminhadas nas imediações do ginásio. Essa atividade também é coordenada pela psicóloga e dela participam tanto os homens como as mulheres.

Horta - Na cidade de Araçuaí é possível observar a íntima relação cidade campo – grande parte da população ainda vive na zona rural e apesar da seca, a terra ainda é uma das principais fontes de subsistência. Nesta perspectiva a utilização do terreno livre para o plantio de uma horta foi um modo de possibilitar a continuidade dessa relação com a terra, no espaço do CAPS. Plantar, ver crescer e poder comer os vegetais da horta permite aos usuários

não só o resgate de valores tradicionais, mas também o reconhecimento da capacidade produtiva dos mesmos. Essa oficina é coordenada por um dos usuários que é o responsável pela horta.

Artesanato – São realizadas três oficinas de artesanato: a de papel reciclado, a de bordado e a de confecção de imãs de geladeira. Essas oficinas são coordenadas pela Terapeuta Ocupacional e pela enfermeira que estudam junto aos usuários possibilidades de comercialização dos itens produzidos. Mas muitos dos usuários preferem guardar para si os produtos do trabalho ou presentear as pessoas afetivamente próximas

Grupo de famílias – Esse grupo tem por objetivo possibilitar um espaço de discussão para as famílias, onde elas compartilham os saberes que estão construindo para enfrentar os problemas cotidianos que surgem na convivência com um portador de sofrimento mental. O trabalho com as famílias tem sido fundamental para ampliar as ações terapêuticas para além das fronteiras do CAPS/SESAMAR. Os esforços em desmistificar a doença mental, sensibilizar e orientar as famílias tem sido uma constante no trabalho com as famílias e de acordo com as famílias os resultados tem sido excelentes.

Algumas oficinas contaram com a participação de membros da comunidade, como a oficina de barro e argila que foi oferecida pela associação dos artesãos da cidade ou a oficina de voz que foi coordenada por um profissional especializado de Belo Horizonte.

As principais dificuldades:

Implantar e viabilizar a continuidade um projeto como o CAPS/SESAMAR, fundamentado em uma perspectiva de promoção da cidadania, da liberdade e da inclusão social, não tem sido uma tarefa fácil, já que os fantasmas da clausura, do isolamento e da periculosidade historicamente associados a loucura, tem de ser enfrentados e desconstruídos diariamente. Além disso, há as dificuldades concretas, como o fato de que no início do projeto muitos portadores de sofrimento mental, eram pessoas em situação de rua que haviam perdido todos os vínculos com as famílias de origem e não tinham para onde ir.

As condições socioeconômicas da população, a escassez de recursos, assim como a ausência de políticas de desenvolvimento local, são dificuldades que devem ser enfrentadas constantemente, daí a necessidade de maximizar o uso de recursos da rede e desenvolver projetos paralelos em parceria com entidades da sociedade civil. Um bom exemplo de como a equipe do CAPS/SESAMAR, tem lidado com essa questão é o projeto de construção de banheiros que discutiremos a seguir.

Inovando na busca de soluções

O ambulatório

O CAPS/SESAMAR dispõe de um amplo espaço físico, duas casas e uma grande área externa. Na casa maior funcionam as oficinas, a cozinha, o escritório e a recepção. E na casa menor funciona o ambulatório, onde tem dois leitos e recursos para medicação intravenosa e a sala da enfermeira. O objetivo dos leitos é de possibilitar para os usuários em crise um espaço para descansar e tomar medicação no período das 9:00 às 18:00. Assim nos casos graves ou seja, nos momentos de crise a família é orientada como proceder durante a noite e sempre há alguém da equipe que pode ser localizado em casos de urgência. Assim, mesmo nos momentos de crise a equipe do CAPS tem conseguido atender aos usuários sem a necessidade de encaminhar nenhum paciente para a internação.

É no ambulatório que os usuários retiram a medicação e recebem orientações sobre como tomar os remédios. Cada paciente recebe uma cartela com desenhos explicativos que indicam se o remédio deve ser tomado de manhã (sol), à Tarde (sol quase encoberto pelas nuvens) ou à noite (lua). Em cada dia da semana são anexados à cartela saquinho plástico com a quantidade exata de medicação que deve ser tomada. Essa é mais uma das estratégias criativas que a equipe tem desenvolvido para garantir que o tratamento seja viabilizado fora dos muros dos Manicômios.

Casa de Passagem

É uma casa onde os usuários do CAPS/SESAMAR de outros municípios e da zona rural de Araçuaí, podem dormir quando, em períodos de crise necessitam de atendimento diário. Para ficar na casa é necessário estar acompanhado, já que na casa não há funcionários. É necessário também trazer roupa de cama, e todos os utensílios pessoais. Na casa há somente as nove camas, uma geladeira e um fogão que é utilizado apenas para esquentar a comida, que é enviada do CAPS/SESAMAR. Essa casa surgiu da demanda de usuários das cidades vizinhas que não conseguiam se deslocar diariamente até Araçuaí e das dificuldades que eles tinham de pagar hotéis ou pensões pela cidade. A responsável pela casa de passagem é a coordenadora do CAPS, ela nos contou que, tudo que tem na casa foi doado, ou seja não há nenhuma verba extra destinada a esta e ela é mais um dos serviços do CAPS/SESAMAR. Como a ideia é de promoção da autonomia, não há funcionários e nem serviços prestados na casa e quando mais de um família esta usando a casa eles se organizam para deixar tudo em ordem. Não ter funcionários na casa de passagem representa um avanço, já que a ideia é possibilitar aos usuários e suas famílias um local de hospedagem e não de internação. Sem acompanhante

não é possível utilizar a casa de passagem, já que nesta perspectiva a o sujeito não deve ser retirado do convívio social em hipótese nenhuma. Assim, colocar um funcionário da saúde trabalhando lá o tempo todo se correria o risco de repetir os velhos modelos de isolamento e dependência associados ao tratamento do sofrimento mental.

Como a equipe vem buscando a participação da comunidade em todos os processos uma das chaves da casa de passagem e de responsabilidade do Sr. Zezinho que tem uma padaria próxima a casa, o que facilita devolver a chave quando as pessoas vão embora para suas cidades de origem.

A casa Lar Mens Sana

Quando o projeto iniciou-se em 1997, a equipe realizou um trabalho de localizar nas ruas as pessoas portadoras de sofrimento mental e tentou ajudá-las a reencontrar suas famílias. Mas, algumas delas já não sabiam mais onde procurar e outras as famílias se recusavam a receber. Assim decidiram criar uma casa lar, onde essas pessoas pudessem viver com dignidade. Atualmente vivem na casa lar ,nove usuários que são solicitados a participar da arrumação da casa a cuidar da própria roupa. Mas, há uma equipe de profissionais responsável pela casa lar que são : dois cuidadores (dia e noite), cozinheira e 1 Assistente social.

A equipe do CAPS/SESAMAR continua investindo na possibilidade de promover a inserção social dessas pessoas e atualmente esta tentando inscrever uma das usuárias no programa de “Volta para casa” do SUS.

O Projeto de construção de banheiros nas casas de usuários

A partir de uma perspectiva de promoção da saúde e ciente das péssimas condições de vida de alguns usuários que só dispunham de banheiros improvisados no quintal com buracos no chão, a equipe do CAPS/SESAMAR desenvolveu um projeto de construção de banheiros com o piso revestido de cerâmica, vasos sanitários descargas,lavatórios e chuveiros na casa de nove usuários.

O projeto contou com o financiamento da Congregação das Irmãs Franciscanas e os usuários beneficiados com o projeto ofereceram algum tipo de contrapartida, alguns contribuíram com um pouco de dinheiro, outros com trabalho durante a construção. Os usuários que foram beneficiados com esse projeto verbalizaram a satisfação e alegria de poder tomar banhos de chuveiro.

De certa forma este projeto é um desdobramento da oficina de auto-cuidados e de beleza, já que concretiza a possibilidade de cuidados com a higiene e o corpo fora do contexto do CAPS.

Esse projeto é um excelente indicador da luta da equipe no sentido da promoção da saúde integral dos usuários e do enfrentamento da pobreza, bem como da capacidade da equipe de fazer parcerias estratégicas para viabilizar os projetos

As leis municipais

Alem da criação de todos esses serviços que discutimos anteriormente a atual administração criou o Decreto municipal 045/2001 que dispõe sobre a criação de três vagas na prefeitura de Araçuaí para a contratação de usuários do serviço de saúde mental para a prestação de serviços temporários. Atualmente apenas uma dessas vagas está ocupada e o usuário realiza trabalho de jardinagem. Esse decreto é uma tentativa de fazer avançar as ações de inclusão social dos portadores de sofrimento mental através da inserção no mercado de trabalho. Uma outra lei importante que a atual administração aprovou é a lei Municipal 019/2001 que autoriza o passe livre para os portadores de transtorno mental, deficientes físicos e ou mentais, nos transportes coletivos municipais. Trata-se de um incentivo a livre circulação pelos espaços da cidade o que do ponto de vista local pode ser considerado um grande avanço.

O impacto na promoção da cidadania

Ao visitar Araçuaí, conversar com as pessoas da cidade, com os usuários e com os membros da equipe fica evidente a revolução que este projeto esta fazendo. A população e a equipe reconhecem as transformações qualitativas e quantitativas que o CAPS/SESAMAR vem realizando. Estão conseguindo uma ampla cobertura da área, não há casos sem tratamento, não há casos de internação, nem de confinamento. Houve uma mudança radical nos modos de viver dos portadores de sofrimento mental. O psiquiatra da equipe, afirma que: *"As melhoras são surpreendentes, até eu fiquei surpreso no início (...) as pessoas recompõe o semblante de forma muito harmoniosa."* Ele nos contou que já trabalhou em São Paulo e em Campinas, mas que, em Araçuaí a qualidade dos serviços e os resultados obtidos são superiores aos outros serviços que ele conhece. Ele lembrou também, que alguns aspecto característicos da população ribeirinha, como a íntima relação com a música tem sido utilizada com fins terapêuticos e os resultados tem sido excelentes.

Uma moradora da cidade, que não é do mesmo partido que a prefeita e que pensa que a atual gestão fez muito pouco pela cidade, já que ainda

existem muitos problemas, afirmou que: “o *SESAMAR* foi uma coisa boa, tem gente que está até melhorando”

A história João é ilustrativa de como ele está transformando a sua realidade depois que passa a contar com o suporte da equipe do CAPS.

João tem 42 anos de idade é separado, tem três filhos, o filho mais velho tem doze anos e mora com ele. Ele tem uma casa de quatro cômodos construída no mesmo terreno da casa da mãe e uma de suas irmãs (com o marido uma filha e dois netos) que não tinham onde morar estão vivendo com ele. Há muitos anos ele não trabalha devido as crises depressivas e aos surtos psicóticos que o levavam a buscar o isolamento. Ele é usuário do CAPS desde 1997 e gradativamente foi reorganizando a sua vida. Ele vai ao CAPS todas as manhãs toma a medicação e trabalha na horta. Os surtos estão cada vez mais esporádicos e esta pensando se quer ou não, namorar uma das usuárias do CAPS que esta muito interessada nele. Recentemente com a ajuda da coordenadora do CAPS ele conseguiu se cadastrar junto ao INSS e passou a receber um auxílio- doença Com o dinheiro ele esta pouco a pouco melhorando a qualidade de vida. Ele esteve no CAPS no início de agosto para entregar o convite para a sua festa de aniversário. Será a sua primeira festa de aniversário.

Devolver a dimensão humana para a loucura, ultrapassar os diagnósticos de doença e promover o exercício dos direitos e da cidadania tem sido uma tarefa executada com sucesso pelo CAPS/SESAMAR. ■

BIBLIOGRAFIA

COSTA-ROSA,LUZIO C.A., YASUI S. – Atenção Psicossocial:rumo a um novo paradigma na Saúde Mental Coletiva. In: Archivos de Saúde Mental Editora Nau. Rio de Janeiro 2003.

KODA M.Y.- A construção de sentidos sobre o trabalho em um núcleo de Atenção Psicossocial. In: Archivos de Saúde Mental Editora Nau. Rio de Janeiro 2003.

ROLNIK S. Psicologia, subjetividade , ética e cultura. In :Saúde Loucura-v.6 1997.

**Programa Municipal
de Apoio à Cadeia
Produtiva da
Caprinovinocultura –
PROCAP**

Mossoró - RN

Programa Municipal de Apoio à Cadeia Produtiva da Caprinovinocultura – PROCAP – Mossoró/RN

Fernando do Amaral Nogueira¹

Resumo

O Programa Municipal de Apoio à Cadeia Produtiva da Caprinovinocultura (PROCAP) é desenvolvido, desde 1997, pela Prefeitura Municipal de Mossoró, Rio Grande do Norte, para organizar a cadeia produtiva de caprinos e ovinos, cultura pecuária tradicional da região e adaptada ao clima semi-árido. Nesse tempo, os esforços foram concentrados em inserir os pequenos agricultores familiares nessa cadeia, promovendo a capacitação, o incentivo ao associativismo e o acesso ao financiamento, e, por outro, desenvolver e organizar a demanda pelos produtos – principalmente a carne – com estratégias de promoção comercial e cultural, agregação de valor e garantia de um mercado cativo para a carne de bode.

A Prefeitura tem um papel empreendedor em muitas destas ações e, sobretudo, de articuladora de parceiros privados e públicos para o planejamento e a realização do Programa. Com baixo investimento próprio tem conseguido alavancar recursos diretos e de financiamentos de seus parceiros, ajudando a promover o desenvolvimento social e econômico de parte da área rural do município de Mossoró.

Contexto

O município de Mossoró, segunda maior cidade do Rio Grande do Norte com 220 mil habitantes, ostenta simultaneamente dois perfis contraditórios: possui setores econômicos dinâmicos - pouco comuns na região nordeste para cidades

¹ Mestre em Administração Pública e Governo pela FGV-EAESP.

de semelhante porte - dos quais podem ser ressaltados a extração de petróleo, as salineiras, a fruticultura de médio e grande porte e um nascente parque industrial que se instala à beira da cidade.

Ao lado desse quadro de dinamismo econômico, Mossoró continua exibindo baixos indicadores humanos e sociais, com um Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM/2000) que a posiciona na 2.312ª colocação entre 5.506 municípios brasileiros. O censo de 2000 revelou uma renda mensal média de R\$ 481,78, equivalentes a 50% da renda nacional. Esse quadro se agrava especialmente para os 15 mil moradores de sua região rural (6,6% da população total).

A área rural de Mossoró, de grande extensão territorial, abriga dois tipos de agrupamentos sociais: comunidades “tradicionais”, compostas por agricultores há muito já lá instalados e os assentamentos de reforma agrária, todos estabelecidos nos últimos 10 anos. Ainda que as necessidades básicas como educação e saúde já tenham sido minimamente equacionadas, muitas comunidades ainda enfrentam problemas como a falta de água e a dificuldade de transporte, impedimentos ao seu desenvolvimento social e econômico.

É nesse contexto que aparece a caprinovinocultura como atividade pecuária tradicional na região, porém pouco valorizada. Dado a crenças e hábitos culturais que tendem a ver bodes e cabras como animais resistentes acima de tudo, porém menos valiosos se comparados aos bovinos, sua criação costuma se dar de forma rudimentar, com pouca ou nenhuma tecnologia, resultando em uma cultura de subsistência, de baixo valor agregado.

O PROCAP procurou intervir nesta realidade para implementar uma estratégia de desenvolvimento local com base em uma cultura já tradicional e adaptada à região, porém com espaço para melhoria – no manejo do rebanho, nas condições sanitárias e em sua alimentação. Os desafios enfrentados desde 1997 incluíram a organização da comercialização da carne e dos animais, a capacitação técnica dos pequenos produtores, a valorização da cultura local e tradicional e ações para institucionalizar o Programa por meio de parcerias e valorização do papel dos pequenos produtores, principalmente dos organizados em associações comunitárias.

Objetivos e metas do programa

O desenvolvimento do Programa se deu de forma pouco planejada. Nasceu em 1997, a partir da demanda espontânea de pequenos produtores rurais e comerciantes que improvisaram, em um terreno baldio, uma feira popular para vender e trocar bodes e cabras. Esta prática se transformaria, após intervenção da Prefeitura, na Feira do Bode e hoje representa um espaço dotado de

infraestrutura mínima para comercialização de animais, principalmente ovinos e caprinos, tanto direcionados aos *marchantes* (açougueiros), como a outros produtores de pequeno e médio porte, buscando aumentar ou simplesmente diversificar seu rebanho. Os encontros ocorrem duas vezes por semana, sempre às terças e sextas-feiras de manhã, e até 150 produtores diferentes expõem seus animais ao longo do ano.

À medida que a Feira foi se organizando, a Prefeitura começou a identificar ações necessárias nas duas pontas para organizar e dinamizar a cadeia como um todo – na produção, voltadas basicamente ao pequeno agricultor, e na demanda, juntando diversos atores públicos e privados interessados. Assim foi se configurando o PROCAP, que se organizou como Programa, exatamente, em janeiro de 1999, e tem atualmente os seguintes objetivos:

- Organizar a cadeia produtiva da caprinovinocultura e inserir o agricultor familiar e os pequenos e médios produtores, gerando emprego e renda;
- Capacitar tecnicamente os pequenos e médios produtores rurais e agricultores familiares para a atividade da caprinovinocultura;
- Promover e fortalecer a organização social dos produtores, através de suas associações comunitárias, facilitando também seu acesso ao financiamento;
- Promover o resgate de valores culturais relacionados ao consumo de produtos derivados de caprinos e ovinos.

As atividades desenvolvidas: parcerias e inovação

As atividades desenvolvidas pelo Programa foram se caracterizando pelo estabelecimento de parcerias com órgãos públicos e privados. Esta estratégia permitiu o acesso a recursos e habilidades que dificilmente a Prefeitura, isoladamente, teria. Ademais, o envolvimento de diversos parceiros contribuiu para a institucionalização e sustentabilidade das práticas adotadas, ainda que traga fragilidades decorrentes de características próprias de cada parceiro.

As atividades ligadas à demanda e à comercialização têm como importantes parceiros o Banco do Nordeste e o Banco do Brasil, por meio do repasse de recursos de programas federais como o Programa de Apoio ao Pequeno Produtor (PAPP), e do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF).

A capacitação técnica aos pequenos agricultores visa melhorar o manejo do rebanho, sua alimentação e condição sanitária realizada em parceria com o SEBRAE, com a Escola Superior de Agricultura de Mossoró (ESAM) e com a Fundação de Amparo à Geração de Emprego e Renda (FUNGER) da própria Prefeitura.

O financiamento e as atividades de capacitação técnica concentram-se na Festa do Bode. Criada em 1999, a Festa reúne, por três dias ao ano, agentes produtivos de toda a cadeia da caprinovinocultura nordestina, bem como profissionais, instituições de pesquisa e extensão, órgãos públicos, comerciantes, estudantes da área agropecuária e o público em geral, promovendo atividades de promoção comercial, capacitação técnica e promoção cultural.

Outros parceiros importantes são as associações comunitárias, o Sindicato da Lavoura (sindicato dos trabalhadores rurais de Mossoró) e a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER/RN). Tais entidades buscam organizar as demandas dos agricultores e das comunidades frente à Prefeitura e facilitar a obtenção dos financiamentos junto aos bancos.

Por último, duas ações de melhoria da comercialização devem ser ressaltadas: a melhoria do Abatedouro Frigorífico e Industrial de Mossoró (AFIM), buscando agregar valor ao corte da carne de caprinos e ovinos e reduzir o abate clandestino, sem condições sanitárias e a lei que inseriu o consumo de tal carne na merenda escolar.

Gestão do Programa

Para entender as relações entre os parceiros no planejamento e na execução das atividades, cabe agora descrever os vários níveis de articulação política e estratégica em que o PROCAP está envolvido: dentro da Prefeitura, em nível regional com os parceiros institucionais e dentro das comunidades.

O Programa é desenvolvido no município pela Gerência Executiva de Agricultura e Recursos Hídricos (GEARH), instância subordinada à Secretaria de Desenvolvimento Econômico. Outras secretarias e gerências executivas são envolvidas pontualmente (como a Gerência de Indústria, Comércio e Turismo no caso da Feira e da Festa do Bode, ou ainda a de Assistência Social na atenção às comunidades).

Nas comunidades há uma forte heterogeneidade de arranjos locais: há conselhos comunitários, conselhos de assentamento, associações comunitárias e grupos do Sindicato da Lavoura. Exceto em comunidades mais tradicionais ou mesmo mais recentes, mas com forte liderança, há uma certa pulverização de interesses e as demandas são negociadas caso a caso com representantes da Prefeitura e de outras instituições envolvidas. As tentativas de criação e fortalecimento de um “conselho de comunidades rurais” ainda demonstra resultados limitados. Demandas mais diretas para o Programa também são filtradas pela ASCCOM.

Há pouca inovação na gestão do Programa nos diversos espaços, pois cada rede ainda está em construção e tem visíveis fragilidades. O que esses

diversos arranjos permitem é criar abertura para o estilo empreendedor da Prefeitura, especialmente da Gerência Executiva de Agricultura e Recursos Hídricos, facilitando o acesso a parceiros e a articulação das atividades em torno de seu projeto.

O Programa não tem um espaço formal específico que reúna todos os parceiros para o planejamento e o acompanhamento de todas as atividades. O que não significa que seja insensível às demandas ou sugestões das comunidades e das instituições envolvidas; basta lembrar que o próprio mercado que deu origem à Feira e à Festa do Bode nasceu por demanda espontânea dos pequenos criadores de caprinos e ovinos. E desde então esta tem sido a dinâmica de desenvolvimento do projeto – uma alternância contínua no atendimento de demandas e na realização de ações com objetivos definidos segundo o próprio entendimento dos técnicos da Prefeitura e de parceiros.

Fontes de recurso

Nos últimos anos, são utilizados recursos próprios da Prefeitura, recursos para investimento externo (parceiros como Sebrae e de Ministérios Federais) e, por último, recursos oriundos de bancos de financiamento (Banco do Brasil e do Nordeste).

Um desafio enfrentado no financiamento do Programa é a natural competição por recursos próprios da Prefeitura. O PROCAP conseguiu tornar-se ele próprio um item exclusivo de gasto no orçamento municipal seguinte, aumentando assim sua visibilidade e consistência enquanto programa municipal. Esse avanço foi visto pelo Secretário da GEARH como uma importante conquista para a sustentabilidade financeira e política do PROCAP, especialmente por se tratar 2004 de um ano de eleição.

Prefeitura, sociedade civil e cidadania

Por meio do PROCAP, a Prefeitura, representada institucionalmente pela GEARH, consolida três importantes alterações na relação entre poder público e cidadão. A primeira inovação se dá pelo papel empreendedor da Prefeitura, ao apontar direções claras de desenvolvimento, juntar parceiros e definir, com certa porosidade às demandas externas, as prioridades de investimento. Busca dinamizar um potencial que já está na própria comunidade e setor privado da cidade, sem mostrar-se dominante a ponto de sufocar as iniciativas e lideranças locais.

O segundo ponto explicita uma aparente contradição observada em cada um dos níveis de relação do PROCAP. Assim, o sucesso do Programa depende da força e autonomia de cada elo na corrente, por meio de capacitações e desenvolvimento

próprio. Ao mesmo tempo, é condição para esse crescimento a participação em programas ou espaços de planejamento e decisão de outras instituições, tornando inevitável a convivência e o respeito à diversidade. A dualidade autonomia / interdependência se evidencia em diversas relações: os bancos de financiamento dependem do apoio técnico e do acompanhamento aos agricultores prestados por associações, Sebrae, ESAM e Sindicato; o agricultor se fortalece por iniciativa própria e também ao participar ativamente de capacitações e de sua associação local; e a Prefeitura depende da articulação dos diversos parceiros para planejar e, sobretudo, implementar suas ações.

Por último, uma importante mudança a ser introduzida, ainda que com resultados tímidos, é a retirada de intermediários e atravessadores nos diversos pontos da cadeia produtiva. Ao fortalecer o papel dos atores públicos na cadeia e ao organizar o mercado, a Prefeitura ajuda a melhorar a renda dos agricultores, a democratizar o acesso aos locais de comercialização, busca garantir a qualidade do produto final e evitar a evasão fiscal. Porém, há bastante o que se avançar neste sentido, já que ainda há diversos abatedouros clandestinos e intermediários nas compras e vendas de animais antes de chegar à Feira. A evasão fiscal, de valor não estimado pela Prefeitura, é resultado destes dois processos.

Condições de replicação em outros contextos

O PROCAP exhibe elementos conceituais e técnicos que lhe permitem servir de inspiração para iniciativas semelhantes, seja no contexto de políticas de desenvolvimento regional, seja no contexto de estratégias de convivência com o semi-árido ou, ainda, em iniciativas que partem de hábitos, cultura e práticas locais.

Inicialmente, nos aspectos específicos da caprinovinocultura, mostra-se interessante não por possuir fortes inovações técnicas ou tecnológicas, mas sim por agregar parceiros em todos os pontos da cadeia produtiva. Essa prática pode ser seguida em cidades e regiões de condições e tamanhos semelhantes.

Se o foco de atenção for à adaptação de uma política de desenvolvimento às realidades locais, o Programa evidencia um dilema significativo que essa estratégia contém. Por um lado, busca valorizar a cultura e o hábito local de criação de caprinos e ovinos. Por outro, busca introduzir técnicas mais científicas e consistentes na criação dos rebanhos. O alerta a esse dilema deve ser levado em conta por quem planeja políticas semelhantes.

Finalmente, se abstraímos as características específicas do Programa vale ainda ressaltar o espírito simultaneamente empreendedor e articulador da Prefeitura. Esta abordagem procura um ponto de equilíbrio em que o poder público tem um papel forte e ativo na implementação de uma política pública, sem sufocar ou

isolar iniciativas diversas e plurais da sociedade; ao contrário, integra-as na busca pelo resultado comum.

Considerações finais

A cadeia produtiva da caprinovinocultura da região foi totalmente integrada pelo Programa, incluindo parceiros financeiros, técnicos e de pesquisa. Porém, em cada elo de ligação há ainda espaço para melhorias e avanços – na adoção das novas práticas pelos agricultores, no planejamento e na gestão compartilhada pela Prefeitura e seus parceiros, na agregação de valor e exploração de outros produtos relacionados (leite de cabra, couro, etc), e no maior envolvimento e protagonismo da comunidade e dos próprios criadores.

Um passo importante é a realização do diagnóstico dos criadores e produtores nele envolvidos. Além da importância *per se* do levantamento, é significativa sua forma de implementação: foi firmado um convênio entre a GEARH e a ASCCOM para que a própria associação o desenvolva. Mais do que uma forma de terceirizar uma atividade de gestão, este passo sinaliza uma vontade de ambos parceiros de fortalecer o papel da iniciativa privada e comunitária como lideranças do Programa.

A ASCCOM reúne cerca de 100 sócios, incluindo pequenos e médios criadores, técnicos, comerciantes e associações comunitárias rurais (para facilitar a participação dos pequenos agricultores). Além de promover mais oportunidades de capacitação dos pequenos produtores, a associação tem como objetivo facilitar o encaminhamento de demandas do setor perante o poder público e valorizar e promover a caprinovinocultura.

Assim, o futuro do Programa aponta para um novo papel desempenhado pela Prefeitura – menos empreendedora “direta” e mais articuladora de parceiros e estratégias – e para fortalecimento da comunidade e dos criadores organizados. Essa saída é vista como positiva para a sustentabilidade do Programa e para que a GEARH tenha fôlego de replicar essa experiência com outras cadeias produtivas típicas da região. Entretanto, revela também uma das fragilidades do Programa, que é a relativa pulverização da participação comunitária.

Esse pouco protagonismo comunitário tem suas raízes sem dúvida na falta de tradição e de cultura associativista da região. Tal dificuldade, apontada pelos gestores do Programa como o principal obstáculo a seu desenvolvimento, fica patente nas comunidades e, sobretudo, nos assentamentos rurais. Por uma política institucional que busca criar tal hábito, todos os assentamentos têm as áreas privadas, de cada assentado, e uma área coletiva, onde cada um deveria trabalhar igualmente para sua manutenção. A prática cotidiana mostra forte tendência ao abandono ou pouco cuidado com a área coletiva, justificando-se sempre que “se o outro não cuida, eu também não vou”.

Os assentamentos constituem outro desafio, sendo alguns apenas parcialmente equacionados. Por último, à medida que se aproxima o limite de absorção da produção local pela Prefeitura e pelo mercado, será cada vez mais necessário investir na melhoria da qualidade do produto e na diversificação e exploração de outros mercados.

Frente a tais pontos fracos, podemos contrapor como pontos fortes várias das práticas: o espírito empreendedor e articulador da Prefeitura; a valorização de lideranças nos diversos níveis e parceiros; a visão integral na implementação e expansão do Programa; as boas parcerias técnicas; o aproveitamento das oportunidades percebidas como financiamento facilitado e da valorização geográfica (boa localização, cidade pólo regional).

Na expressão de vários entrevistados, o bode – personagem principal do PROCAP – “teima” em crescer, mesmo quando há pouco cuidado e enfrentando condições adversas; teima em se desenvolver e trazer leite, carne, renda e alívio para famílias carentes da região. O Programa parece ter adquirido tal característica e capacidade de resistência. Luta, porém, cada vez mais para que seu desenvolvimento seja menos fruto de “teimosia” e sim de planejamento, integração de esforços e cuidados constantes. ■

Programa de Formação Intercultural Diferenciada e Bilíngüe de Professores Indígenas

Estado do Acre

Programa de Formação Intercultural Diferenciada e Bilíngüe de Professores Indígenas

Silvia Craveiro e Nathalie Perret¹

São inúmeros os desafios no sentido de construir uma educação escolar indígena no Brasil. A dificuldade de acompanhamento por parte do Ministério da Educação, a falta de pessoal que saiba trabalhar com educação diferenciada nos estados e municípios e a falta de vontade política, são alguns dos diversos entraves enfrentados pelos povos indígenas para a consolidação de uma educação escolar indígena de fato.

O Programa de Formação Intercultural Diferenciada e Bilíngüe de Professores Indígenas representa uma iniciativa duplamente inovadora: foi a primeira experiência de educação escolar indígena no país que partiu da participação indígena e de sua autonomia para criarem suas escolas e, até o presente, é um dos únicos estados brasileiros que desenvolve um sistema de educação escolar indígena, como estabelece a legislação federal.

O Acre e os povos indígenas

A partir da metade do século XIX, a ocupação da região, onde hoje está localizado o Acre, foi intensa com a chegada de milhares de pessoas atraídas pela extração da borracha. Grandes seringais foram instalados no estado, sob o domínio de poderosos seringalistas (patrões) que, progressivamente, estabeleceram-se como o mais forte grupo político da região.

No início da década de 70, uma nova frente de expansão atinge o estado, desta vez representada pela instalação da atividade agropecuária, desenvolvida por grandes grupos econômicos do sul do país. Eles compraram os seringais de

¹ Silvia Craveiro é Mestra em Administração Pública e Governo pela FGV-EAESP; Nathalie Perret é graduada em Administração Pública pela FGV-EAESP.

proprietários endividados com o Banco da Amazônia S.A., aproveitando-se do baixo preço das terras na região dos rios Purus e Juruá. A grande preocupação dos “paulistas”, como eram chamados, era de limpar a área, procurando retirar os posseiros, indígenas e seringueiros que ali estavam, oferecendo indenizações irrisórias ou usando métodos violentos. Os indígenas que não continuaram nos seringais passaram a trabalhar como peões nas fazendas criadas.

Ainda na década de 1970 esta situação começou a se modificar com a instalação de uma equipe da FUNAI na região para reconhecimento dos povos indígenas e posteriormente de suas terras². Neste período houve um acirramento dos conflitos entre posseiros e fazendeiros e entre indígenas e não-indígenas no estado. Em 1976 começaram os primeiros estudos para a identificação dos povos e demarcação das terras indígenas. Com a crescente mobilização da sociedade civil e o desenvolvimento de uma ação mais organizada por parte de algumas ONGs, como é o caso da CPI/AC³, e de lideranças indígenas iniciou-se o diálogo com os seringueiros para o desenvolvimento de um trabalho em conjunto: “*Por ocasião da segunda Assembleia Indígena, que convidamos o Chico Mendes e Osmarino Amâncio Rodrigues para participarem. Na oportunidade pudemos explicar a eles que os índios eram tão seringueiros quanto os demais. Que os índios e seringueiros eram explorados pelos mesmos patrões. Não eram inimigos entre si. E, ao invés da indiferença deveria ser motivada a Aliança dos Povos da Floresta*”⁴. Assim, as primeiras lutas pelas demarcações das terras indígenas envolveram o movimento dos seringueiros e inspiraram a proposta de criação das reservas extrativistas.

A partir de 1983, as lideranças indígenas passaram a realizar assembleias anuais em Rio Branco. Nesses encontros, um dos temas discutidos era a criação de uma entidade de representação política. Em 1986, representantes dos povos indígenas da região decidiram criar a União das Nações Indígenas do Acre e Sul do Amazonas (UNI). A criação da UNI fortaleceu o movimento indígena e estimulou o surgimento de outras organizações de representação política. Em meados dos anos 1990, a necessidade de criação de uma entidade dos professores indígenas do Acre começou a ser discutida. A concretização desta idéia deu-se em 1997, onde os professores criaram uma comissão para representar a política de educação escolar indígena junto

² Até o final da década de 1970, oficialmente, não existiam povos indígenas no Acre. O Serviço de Proteção ao Índio (SPI) - órgão criado em 1910 para prestar assistência aos indígenas no Brasil, hoje FUNAI - na época contribuiu para legitimar patrões de seringais que escravizavam os indígenas, ao negar sua existência na região. Os indígenas eram conhecidos como caboclos.

³ A Comissão Pró-Índio do Acre (CPI/AC) foi criada em 1979, por um antropólogo acreano (Terri Aquino) que trabalhou com a FUNAI pela demarcação das terras indígenas no Acre. Ele foi integrante de um movimento nacional de “brancos” para ajudar os indígenas, que levou à criação de inúmeras comissões pelo país, sendo que uma das mais atuantes até hoje é a do Acre. Outras ONGs indigenistas presentes no cenário da época eram o COMIN e o CIMI (Conselho Indigenista Missionário).

⁴ Antônio Macedo, um dos fundadores da CPI/AC. In Comissão Pró-Índio do Acre festejando 22 anos de História, 2002.

às entidades de apoio governamentais e não governamentais, e em 2000, foi criada a Organização dos Professores Indígenas do Acre (OPIAC).

No Acre existem, atualmente, 14 povos indígenas contatados: Kaxinawá, Shanenawá, Yawanawá, Shawãdawa, Katukina, Nukini, Náwa, Apolina Arara, Jaminawa Arara, Jaminawa, Poyanawa, Ashaninka, Manchineri e Madijá. São povos falantes de línguas indígenas provenientes de três famílias lingüísticas distintas: Arawá, Aruak e Pano. Correspondem à cerca de 10.000 pessoas, espalhadas por 28 terras indígenas, distribuídas em 11 municípios (o Acre possui 22 municípios). Essas terras correspondem a 14,6% da extensão total do estado. Além dos 14 povos existem grupos isolados, que ainda não foram contatados pelos não-indígenas, tais povos, conhecidos na região como “brabos”, estão em um determinado território que é protegido pela FUNAI.

A política estadual de educação escolar indígena

O processo de formação da atual política de educação escolar indígena desenvolvida no Acre teve início em 1983, a partir de um projeto denominado “Uma experiência de autoria”, promovido por uma parceria entre lideranças indígenas e a CPI/AC.

Todo o projeto foi pensado a partir das próprias expectativas dos indígenas para a obtenção de conhecimentos que garantiriam a posse e o gerenciamento dos seus territórios, conseguindo meios para melhorar as condições de vida de suas comunidades, reforçando a língua materna, os costumes, as tradições do povo e mantendo sua cultura extrativista. O professor indígena representaria o elo de ligação entre o conhecimento tradicional de seu povo e o conhecimento não indígena.

Para atingir tais objetivos os professores deveriam inventar ou renovar a prática escolar até ali vivenciada, o currículo, seus livros didáticos, decidir sobre o uso da escrita das línguas na escola e fora dela, serem os principais autores de um inovador processo educativo relacionado às suas culturas.

O governador Jorge Viana assumiu em 1999 e com ele houve uma transformação no cenário político do Acre, de um estado tradicionalmente clientelista comandado por poderosos donos de terra, tornou-se um estado do “governo da floresta”, constituído por membros dos movimentos sociais (seringueiros, indígenas, dentre outros), cujas principais bandeiras são a cidadania e o desenvolvimento sustentável. Um dos compromissos do governo estadual é com as populações indígenas sendo que uma atenção especial é oferecida à educação.

Apesar dos esforços da CPI/AC e dos professores indígenas, o projeto de formação de professores tinha um alcance limitado, visto que, pela estrutura da instituição, não tinha condições de atender todas as etnias do estado, muito menos todos os professores das comunidades. Desta forma, a ação acabava limitada a uma determinada região geográfica.

A partir de 1999 o governo estadual buscou organizar-se para ampliar a formação dos professores indígenas e dos técnicos das secretarias municipal e estadual que trabalhavam com educação escolar indígena, além de investir na construção de escolas nas aldeias, na contratação de professores através de concursos específicos e na organização de inspetorias e atendimentos diferenciados.

Segundo Manoel Estébio⁵, gerente de educação escolar indígena, logo no início do mandato, o governo estadual reuniu-se com a CPI/AC e a convidou para conduzir a política de educação escolar indígena no Acre, entretanto a proposta não foi aceita, pois havia interesse da instituição em continuar com seu caráter não governamental, fora da máquina estatal. Esta recusa, contudo, não representou uma ruptura, mas sim o início de uma grande parceria que será explicada no decorrer do texto.

Em seguida Manoel foi convidado a ser o responsável pela área dentro do governo, por sua luta no movimento social e longa experiência no desenvolvimento de projetos de educação junto aos seringueiros. Teve início assim, a construção de uma equipe multidisciplinar (pedagogo, bióloga, antropólogo e historiador) dentro da Secretaria Estadual de Educação (SEE), voltada especificamente para trabalhar com a temática. Até 1999 a estrutura observada para educação indígena dentro do governo estadual era uma pessoa responsável, quando havia, dentro do setor de educação rural.

A implantação do Programa se estabeleceu com a criação do Setor de Educação Escolar Indígena, em março de 1999, que era vinculado ao Departamento de Ensino Fundamental, no mesmo nível do Setor de Educação Rural. Nessa etapa inicial desenvolveu-se o diagnóstico da situação da educação escolar indígena.

O diagnóstico elaborado demonstrava um déficit de escolas nas aldeias: havia em todo estado 75 escolas indígenas em funcionamento atendendo o segmento de 1º a 4º série, muitas oferecendo ensino sem as especificidades que a Lei assegura. Constatava-se também a necessidade de ampliação das séries oferecidas, com o objetivo de evitar que os alunos buscassem estudar nas cidades. Além disso, nem todos os professores indígenas tinham acesso

⁵ Manoel Estébio foi seringueiro e trabalhou por muito tempo no movimento social junto com Chico Mendes, foi membro da ONG Centro de Trabalho Amazônico (CTA).

aos cursos de formação e havia professores não-indígenas lecionando nas escolas indígenas.

Em 2000 estabeleceu-se a parceria com a CPI através da implantação, pela Secretaria, do Programa de Formação Intercultural Diferenciada e Bilíngüe com base no Projeto “Uma Experiência de Autoria dos Índios no Acre”, e com a realização conjunta do 1º. Curso de Formação e Capacitação de Professores Indígenas. A partir de então se deu continuidade à iniciativa desenvolvida pela CPI/AC dentro do âmbito governamental.

Os cursos de formação de professores passaram a ser oferecidos na cidade de Plácido de Castro, que oferece uma infra-estrutura adequada para o desenvolvimento de atividades que englobam todos os professores do estado interessados, cerca de 195 pessoas. Os cursos representam ainda um importante momento de encontro entre os diversos professores como declara o professor Joaquim Paulo Maná Kaxinawá: *“Foi nos cursos de formação de professores que tivemos a visão de começar a fundar o movimento indígena, as associações e as nossas próprias organizações locais, de acordo com a realidade de cada povo. Essas novas formas de organização vêm procurando abrir novas alternativas econômicas para o desenvolvimento das comunidades que sempre foram dominadas pelos padrões dos seringais”*.

O programa de formação inclui ainda o trabalho de assessoria aos professores complementando e ampliando os conteúdos estudados nos cursos. Ao contrário de outros projetos de formação cujo acompanhamento é realizado, sobretudo por especialistas não-indígenas, no programa de formação de professores do Acre é privilegiada a atuação de técnicos indígenas, que participam da formação desde o início das atividades da CPI/AC em 1983 e tem um conhecimento mais aprofundado. São 10 técnicos indígenas, remunerados pelo governo estadual e considerados integrantes da equipe de educação escolar indígena da SEE.

Dando continuidade a todo o trabalho iniciado no primeiro mandato do governo estadual, o segundo mandato, iniciado em 2002, buscou ampliar sua atuação. Nesse sentido, houve em 2003, uma reforma estrutural na SEE, levando o setor de educação escolar indígena à condição de Gerência. Desta forma, as dificuldades relacionadas à falta de recursos poderiam ser melhoradas implicando em maiores condições para gerenciar recursos financeiros e materiais, além de possibilitar uma ampliação dos recursos humanos.

Em 2003 foi criada a Secretaria Extraordinária de Povos Indígenas (SEPI), uma secretaria consultiva com o objetivo de representar os interesses indígenas nas iniciativas desenvolvidas pelo governo do estado. Francisco da Silva Pianko, do povo Ashaninka é o secretário e comentou

sobre a importância da SEPI na estrutura do governo do estado e o que ela representa: “a SEPI é um canal de articulação para a defesa dos direitos indígenas através de um trabalho intersetorial. A gente percebe como ela vem ajudando na valorização de algumas comunidades”.

A SEPI é uma das parceiras da SEE no desenvolvimento da política de educação no estado do Acre. Ela atua representando as comunidades no desenho das ações da SEE e acompanha os resultados atingidos. A educação é uma das prioridades da SEPI, como ilustra Ivanise Poyanawa⁶: “a gente só pode lutar quando tem conhecimento”.

Além da parceria com a SEPI e a CPI/AC, o programa atua em parceria com a FUNAI, FUNASA, UNI e CIMI (Conselho Indigenista Missionário). A interação com as entidades governamentais acontece por meio da coleta e fornecimento de dados, e da ajuda institucional para mobilização das comunidades. No caso das instituições não governamentais a parceria ocorre principalmente na mobilização das comunidades. Há a parceria com o MEC, que envia recursos do FUNDEF e FUNDESCOLA, mas a grande maioria dos recursos é proveniente do orçamento estadual.

Resultados e a relação com a comunidade

Os resultados do Programa de Formação de Professores Indígenas do Acre representam o desenvolvimento e a consolidação de uma política de educação escolar indígena iniciada em 1983 e incorporada pelo Governo Estadual em 1999.

Por ser uma das iniciativas pioneiras de educação escolar indígena no Brasil, a experiência de formação de professores indígenas do Acre apresenta-se bastante amadurecida em seus aspectos administrativos e pedagógicos. Por um lado, verifica-se o atendimento de todas as aldeias do estado através de um sistema regional de ensino inovador. Por outro, apresenta o desenvolvimento do processo pedagógico, a partir da evolução do debate dos professores e lideranças sobre o tipo de escola que desejam implantar. Isto é percebido através de outros projetos que são desenvolvidos a partir do momento que o conhecimento e compreensão sobre o mundo não-indígena é mais claro. Neste contexto começam a se desenvolver o projeto de agentes agro-florestais, de inclusão social, diálogo com professores de outros povos, dentre outros.

⁶ Ivanise é uma importante liderança indígena feminina, sendo uma das pioneiras no movimento indígena do estado trabalhando junto à UNI (União das Nações Indígenas do Acre e Sul do Amazonas).

Com relação ao número de professores em formação, atualmente, existe uma demanda total para formação em magistério de 224 docentes. O Programa do Governo Estadual atende a 195. No programa de formação continuada da CPI/AC há 25 professores participando. Os outros quatro professores estão matriculados em cursos superiores, 2 na Universidade Federal do Acre, em um projeto em parceria com a SEE e 2 na Universidade Estadual do Mato Grosso. Assim, todos os professores do Acre estão sendo assistidos.

Atualmente, são 130 escolas indígenas funcionando nas aldeias do estado, sendo que 95 são ligadas à rede estadual de ensino e 35 ligadas à rede municipal. A grande maioria das escolas atende da 1ª à 4ª série, sete atendem o segmento de 5º a 8º série, e, a partir do ano letivo de 2005, algumas escolas iniciarão o ensino médio. Um exemplo é a escola da aldeia Barão⁷, do povo Poyanawa, que já solicitou a introdução deste segmento na escola.

De acordo com as informações do cadastro escolar indígena do estado, no ano de 2003, 4.257 alunos estavam matriculados nas escolas indígenas.

Quanto aos materiais didáticos, os resultados impressionam pela quantidade e qualidade dos materiais produzidos pelos professores indígenas. Pelo fato da produção ter sido iniciada há mais de 20 anos, existem mais de 65 publicações de autoria indígena, que foram publicadas pela CPI/AC. Uma grande parte nas línguas indígenas. Livros didáticos de matemática, geografia, português, história, ciências/saúde e ecologia; cartilhas de alfabetização; material de leitura, contos e poemas. A partir de 1999, a SEE passou a publicar outros livros principalmente dos povos que não eram abrangidos pela formação da CPI/AC como os Nukini e Shanenawá, e os dois povos que assumiram sua identidade mais recentemente: Náwa e Apolima Arara. Essas novas publicações correspondem a sete livros.

Embora os números demonstrem a capacidade do sistema escolar indígena do Acre atingir os professores e alunos interessados, outros resultados podem ser apontados demonstrando, qualitativamente, os impactos da iniciativa junto aos povos indígenas do estado.

A partir da observação de algumas escolas e da conversa com professores e alunos foi possível perceber o quanto é importante a educação escolar para a comunidade, sendo vista como o principal meio de fortalecimento político e valorização cultural entre os envolvidos. É possível perceber também o quanto amadurecido está o debate sobre o tipo de escola que eles querem: *“a nossa capacitação tem uma grande vantagem em relação à formação dos professores brancos,*

⁷ A escola 13 de maio da aldeia Barão foi visitada pelas autoras. Segundo dados do censo escolar indígena é uma das maiores escolas indígenas do estado do Acre, com cerca de 200 alunos.

porque, geralmente, a formação dos professores é uma coisa decorada. Os professores [indígenas] se formam fazendo materiais, buscando aquela experiência adquirida na comunidade e passando da parte oral para a parte escrita. E, a partir, daí, torna-se mais rico”, afirma o professor Adeilson Yawanawá.

Através da visita percebemos o atendimento específico que é dado pela equipe do governo estadual de acordo com as características e anseios de cada povo envolvido. Verificamos na prática alguns exemplos de como isso acontece ao visitarmos dois povos distintos (Katukina e Poyanawa), que se encontram em diferentes estágios de contato. O primeiro, cujo contato mais intenso com os não-indígenas se deu nos últimos 30 anos, e o segundo com mais de um século de contato, sendo a aldeia localizada há poucos quilômetros da cidade mais próxima. Os Poyanawa utilizam o português como principal língua de comunicação e as características da escola indígena da aldeia são muito semelhante as das escolas não-indígenas, com horários definidos e calendário semelhante ao não-índios. Já nos Katukina a língua principal é o katukina sendo que poucos compreendem o português, as aulas são basicamente na língua indígena e muito ligadas às atividades da aldeia. Nesse dois casos o trabalho dos técnicos é refletir com as comunidades o tipo de escola que eles querem. No caso dos Poyanawa a comunidade decidiu por uma escola muito parecida com o padrão da rede oficial, pela proximidade da cidade e sua influência no modo de vida dos habitantes. Entretanto há uma preocupação que as disciplinas sejam voltadas para a realidade e as necessidade da aldeia, e que a língua poyanawa seja, crescentemente, utilizada entre os alunos, como aponta o professor Mário Poyanawa⁸: *“a língua hoje para mim é um documento. Eu não falava. Tinha vergonha. Sei muitas coisas e sei ensinar para quem quiser destas meninas. E, já temos até esta língua escrita no papel, mesmo que tenha alguns erros para consertar”*. No caso dos Katukina houve uma escolha por um ensino baseado na língua nativa, nas aulas participam tanto as crianças quanto os mais velhos, para proporcionar uma troca de conhecimento tradicional. Como observa Manoel Estêbio, *“entre os alunos tem desde o mamando até o caducando”*.

Há outros dois importantes resultados do programa. O primeiro está relacionado a dois povos que, até então, não se intitulavam como indígena e, a partir do apoio do governo do estado, passaram a se autodeterminar com tal e a intensificar a busca pelas tradições ancestrais: Náwa e Apolima Arara. Segundo Eucilene Oliveira, técnica da SEE, este dois povos foram muito perseguidos e discriminados no passado pelo poder local o que fez com

⁸ Um dos habitantes mais antigos da aldeia e que mais conhece a língua poyanawa. Ele dá aula de língua poyanawa para todos os alunos da escola.

que negassem sua identidade indígena como forma de proteção. A partir das ações do atual governo estadual de valorização aos povos indígenas, tais etnias passaram a acreditar no apoio governamental e se sentiram seguras e motivadas a retomar sua identidade nativa. Outro importante resultado foi o aumento da tolerância entre as diferentes etnias do estado através da participação nos cursos de formação. Muitas etnias do estado são tradicionais rivais e isso prejudicava o desenvolvimento de atividades em muitas aldeias. Os cursos têm contribuído para a reflexão de uma ação conjunta entre as diversas tribos do estado e um momento de articulação política.

As inovações e a disseminação

Embora exista uma legislação que estabelece a execução da educação escolar indígena como responsabilidade estadual, um dos únicos governos estaduais que implementa esta diretriz de fato é o governo estadual do Acre. Existem alguns estados que possuem ações voltadas à educação escolar indígena⁹, entretanto são ações isoladas e não representam a implantação de uma política educacional no nível estadual e nem o desenvolvimento de uma estrutura e recursos que garantam o funcionamento de cursos de formação, acompanhamento pedagógico, construção de escolas, produção e distribuição de material escolar específico. Um outro aspecto inovador do programa refere-se ao desenvolvimento de um sistema regional de gerenciamento, que possibilita o atendimento universal dos povos indígenas do estado, de forma efetiva. Com relação ao acompanhamento pedagógico, a meta é que cada escola receba duas visitas por ano da equipe da Gerência de Educação Escolar Indígena. Para tanto o estado foi dividido em cinco regiões e cada um dos cinco técnicos da Gerência é responsável pelas escolas de uma determinada região. Além da ida desses técnicos existe o acompanhamento realizado por 15 técnicos locais¹⁰, que moram nas aldeias, ou nas proximidades, cuja função é acompanhar o trabalho nas escolas e manter a Gerência atualizada do que vem acontecendo. Segundo Eucilene Oliveira, o trabalho destes técnicos locais, que em sua maioria são indígenas, é acompanhar não só o trabalho em sua própria aldeia, mas também nas aldeias mais próximas contribuindo para uma maior interação entre as localidades. É importante destacar que também

⁹ Dentre os estas ações destacamos as que já foram premiadas pelo Programa Gestão Pública ao longo de seus oito anos de existência. Algumas delas representam uma iniciativa de Prefeituras (Escola Guarani Kaiowá, Educação Tupinikim e Guarani); e outras representam a iniciativa de organizações indígenas em parceria com organizações não governamentais indigenistas (Educação Ticuna, Projeto de Formação de Professores do Parque Indígena do Xingu, Projeto Anike 2002).

¹⁰ São 10 indígenas e 5 não-indígenas, os não-indígenas são pessoas que moram na localidade, podem ser ligados a secretarias municipais.

há um trabalho em parceria com a CPI/AC, que acompanha o trabalho em algumas escolas. A SEE está pensando em diminuir a carga horária dos cursos anuais e aumentar na assessoria, por acreditarem ser mais efetivo, já que nas assessorias trabalham com os professores dentro de suas realidades.

Com relação às especificidades de cada povo, o trabalho dos técnicos da Gerência tem sido de refletir junto com a comunidade o que eles desejam: desde o conteúdo, calendário, merenda, horários, utilização de materiais, construção de escolas, municipalização/ estadualização de escolas, dentre outros. Segundo Elizabeth Lins, técnica da SEE, a comunidade Madijá é uma comunidade que está neste processo de reflexão para verificar se querem realmente implantar uma escola na aldeia e como ela será. A comunidade tem a autonomia para definir as ações, mas os técnicos buscam estimular uma discussão bastante crítica, como por exemplo, em uma aldeia do povo Yawanawa havia o interesse que fosse ensinado a língua inglesa, sendo que a língua indígena, embora utilizada, estava sendo esquecida pelos mais jovens. A equipe da SEE organizou alguns seminários com os professores e lideranças da comunidade para refletir sobre a importância do uso da língua nativa. Após estas conversas a comunidade decidiu pelo ensino em língua nativa e portuguesa, e caso haja necessidade, futuramente, aprender uma língua estrangeira.

Toda esta preocupação em criar uma equipe e uma gerência de educação indígena tem como objetivo incorporar a temática dentro da SEE, de forma que, em caso de mudança de governo, a equipe e a gerência dêem continuidade à política de educação escolar indígena no nível estadual. A criação da SEPI também contribui para esta continuidade, pois busca a consolidação da representação indígena no governo de fato, além de ser um importante espaço de manifestações indígenas na formulação, implementação e avaliação da política de educação escolar indígena.

Com relação à disseminação, o fato de ter sido uma experiência pioneira em educação escolar indígena, em que envolvia o indígena como ator fundamental nos processos de desenvolvimento ela inspirou o desenvolvimento de outras iniciativas consideradas, na época, como alternativas (não-oficiais), as quais buscavam transformar os processos de educação para o índio, de forma a valorizar a participação e a valorização cultural.

Além de inspirar iniciativas alternativas de educação escolar indígena, a experiência no Acre tem inspirando de forma fundamental o desenho da legislação federal que estabelece as características da escola indígena, seus alcances, competências, dentre outros.

Considerações finais

O programa de formação de professores do Acre e seus desdobramentos representam uma iniciativa inovadora e histórica no nível estadual e nacional. Ela surgiu em um local onde os indígenas eram oprimidos por patrões seringalistas ou fazendeiros, eram reconhecidos como caboclos e não como indígenas e não tinham o direito sobre suas terras. Em nível nacional surge em um contexto de mobilização para o desenvolvimento de uma outra educação para o índio, que não negasse sua identidade e que possibilitasse a sua autonomia. E os resultados demonstram a consolidação da iniciativa e sua ampliação a partir de sua incorporação pelo governo estadual do Acre.

Se a sua continuidade inicial demonstrou que o protagonismo indígena funciona e faz a diferença ao desenvolver uma escola indígena criada pelos professores e inspirando iniciativas similares por todo país, além de uma nova legislação federal, a sua ampliação, a partir de 1999, demonstra, para outros estados brasileiros, a importância da atuação do governo estadual e os resultados que a construção de um sistema estadual de educação escolar indígena proporciona: universalidade, continuidade, qualidade e fortalecimento.

O programa vem demonstrando grandes resultados, tanto diretos quanto indiretos. Esses resultados puderam ser conferidos durante as conversas com os beneficiários: professores, alunos e comunidade. Nas aldeias visitadas percebe-se um grande orgulho em relação à escola e ao trabalho dos professores. Além disso, verifica-se um grande envolvimento da equipe da Gerência, com o trabalho realizado junto aos professores e escolas, bem como da SEE, fato que foi observado a partir de conversa com o Secretário Arnóbio Marques, onde ele enfatizou a importância da educação escolar indígena dentre as ações da Secretaria.

Toda a trajetória e os resultados que o projeto vem obtendo representam uma inspiração para outras iniciativas mais recentes na área de educação escolar indígena, e também para governos estaduais. A replicabilidade já se fez na prática e continua sendo feita.

As dificuldades relacionadas ao programa na realidade fazem parte de sua evolução, onde novos desafios são colocados e é preciso repensar estratégias. Uma dificuldade muito presente em outros projetos desenvolvidos por organizações não governamentais relaciona-se com a escassez e descontinuidade de recursos, o que não se observa nesta iniciativa que tem orçamento próprio e o comprometimento governamental.

O programa de formação de professores do Acre vem fazendo escola, servindo de inspiração para outras iniciativas indígenas e não-indígenas. O

papel desempenhado pelo professor indígena de construir escolas voltadas para a realidade do povo e envolver a comunidade na reflexão sobre projetos de seu interesse, além do envolvimento da comunidade na questão educacional dentro das aldeias e a função da escola, demonstram o papel político e cultural que a educação pode desempenhar em diversos contextos. Assim, observamos que os resultados do programa vêm contribuindo para o fortalecimento das comunidades. ■

Lei Municipal de Tombamento – Proteção do Patrimônio Cultural de Dois Irmãos

Dois Irmãos - RS

Lei Municipal de Tombamento – Proteção do Patrimônio Cultural de Dois Irmãos (RS)

Antônio Sérgio Araújo Fernandes¹

Considerações Iniciais

Dois Irmãos é um município de apenas 22.435 habitantes (Censo 2000), do estado do Rio Grande do Sul que pertence à Região Metropolitana de Porto Alegre. Sua receita orçamentária em 2003 foi de R\$ 21.372.739,00² e seu PIB em 2001 foi de R\$ 477,2 milhões³ tendo como principal fonte de riqueza a atividade industrial nos setores couro-calçadista e moveleiro.

A cidade possui sua fundação ligada à colonização alemã, onde seus habitantes na quase totalidade descendem de imigrantes que chagaram ali desde a primeira metade do século XIX. A identidade cultural com as tradições alemãs é bastante forte. Isso fez com que a partir da década de 1980, a população se mobilizasse em prol da defesa da preservação e conservação dos bens culturais capazes de manter viva a identidade da comunidade. Este processo iniciado na comunidade foi assumido pela Prefeitura de Dois Irmãos a partir de 1989 que passa a desenvolver uma série de ações consecutivas levando a criação em 2003 do Programa “Lei Municipal de Tombamento de Dois Irmãos”⁴.

O que se considera aqui como Programa “Lei Municipal de Tombamento de Dois Irmãos” na verdade é um conjunto de leis municipais criadas entre 2002 e 2003 que visam preservar a memória coletiva da cidade, por meio da conservação e restauro de todos os bens culturais e naturais que simbolizam a identidade do município. São estas as cinco leis que tratam da preservação do patrimônio cultural

¹ Professor de Ciência Política da UNESP (Campus Araraquara)

² Dados fornecidos pela Prefeitura de Dois Irmãos.

³ De acordo com a Fundação de Economia e Estatística (FEE) – Governo do Estado do Rio Grande do Sul em www.fee.tche.br

⁴ Nos quatro mandatos entre 1989 e 2004 Dois Irmãos foi governada por Prefeitos da mesma coalizão política liderada pelo PMDB. O atual Prefeito Juarez Stein foi eleito em 1996 e reeleito em 2000.

de Dois Irmãos: 1) Lei 1939/2002 – “Dispõe sobre a Proteção do Patrimônio Cultural e Natural do Município de Dois Irmãos e cria o Conselho Municipal do Patrimônio Cultural”; 2) Decreto 157/2002 que aprova o regimento interno do Conselho Municipal do Patrimônio Cultural; 3) Portaria 116/2003 – Dispõe sobre o tombamento de bens culturais pelo município, conforme Lei Municipal nº 1939/2002; 4) Lei 2055/2003 – Cria o Fundo do Patrimônio Cultural e Arquitetônico do Município de Dois Irmãos; 5) Estabelece Normas para a isenção do imposto predial e territorial urbano de imóveis tombados pelo município, prevista no artigo 16 da Lei 1939/2002.

O programa “Lei Municipal de Tombamento de Dois Irmãos” também é composto por ações integradas com a secretaria de Educação, Cultura e Turismo visando conscientizar a população mais jovem da cidade sobre a importância da preservação do Patrimônio histórico e cultural do município e também sobre a história e as tradições do lugar que estão representadas nos imóveis, nos costumes e nas festas. Disso decorreram dois programas realizados em parceria com o Departamento Municipal de Cultura, junto a alunos da rede municipal de ensino que são o Projeto “Turismo nas Escolas” e projeto o “Resgatando Histórias de Família e suas Festas”.

O texto a seguir apresenta a Lei Municipal de Tombamento, observando seus principais aspectos de gestão.

Descrição do Programa

Origem e Trajetória

Até o momento de criação do conjunto de leis nos anos de 2002 e 2003, citadas anteriormente, que regulam a preservação do patrimônio cultural de Dois Irmãos, um longo processo de amadurecimento acerca desta questão foi experimentado pela sua comunidade local. Isso tem início a partir de 1982 quando um grupo de profissionais liberais da cidade, entre eles arquitetos, professores, advogados, micro-empresários entre outros, preocupados com a situação de abandono da antiga Igreja Matriz de São Miguel, lideram um abaixo assinado⁵ junto ao Governo do estado do Rio Grande do Sul, pedindo o tombamento da mesma, algo que veio a ocorrer em 1984. O abandono da Antiga Igreja Matriz de São Miguel se explica pela decisão da diocese local de demoli-la visando construir uma nova em terreno localizado em frente desta. A antiga Igreja Matriz de São Miguel foi construída entre 1868 e 1880, em 1975 foi desativada pela diocese local e em 1984 foi tombada

⁵ O abaixo assinado dos moradores de Dois Irmãos, encaminhado ao Governo do Estado pedindo o tombamento da Antiga Igreja Matriz de São Miguel conteve 900 assinaturas.

pelo Patrimônio Histórico do Estado. Desde sua fundação até 1975, a antiga igreja da Matriz abrigou todos os acontecimentos religiosos e festivos da comunidade católica do município. De 1975 a 1989 a antiga igreja da matriz ficou sem uso apesar de tombada pelo governo do estado. A partir de 1989 a Prefeitura com o apoio da comunidade local, passa a desenvolver eventos culturais na Igreja, tais como concertos de música erudita e feiras do livro, visando sensibilizar toda a população sobre a importância deste bem cultural. No ano de 1991 a antiga igreja da matriz foi adquirida pela Prefeitura de Dois Irmãos junto à diocese local por meio de uma permuta de lotes de terra e em 1995 foram iniciados os trabalhos de restauração da igreja. A partir de 1984 ganhou importância a questão da preservação e conservação do patrimônio histórico cultural de Dois Irmãos com o tombamento da Antiga Matriz de São Miguel e neste contexto a Prefeitura em 1989 atende a essa demanda com a criação do Departamento Municipal de Cultura. Esse departamento vai desenvolver duas ações importantes na cidade na área de patrimônio cultural nos primeiros anos de sua fundação. A primeira delas é a criação do Museu Histórico Municipal no ano de 1989. E a segunda que se inicia a partir de 1991 foi o inventário de bens culturais da cidade com o objetivo de definir uma zona de interesse cultural para o Plano Diretor do município que começava a ser elaborado⁶. Em 1995 foi criada a Associação da Antiga Matriz de São Miguel e também a Associação Amigos do Patrimônio Histórico e Cultural do Município, compostas pelo mesmo grupo de pessoas que em 1984 liderou o movimento em torno do tombamento da Antiga Igreja Matriz de São Miguel⁷.

O processo de tombamento, restauração e conservação.

Após uma rápida revisão do caminho trilhado até chegar à “Lei de Tombamento Municipal de Dois Irmãos” torna-se relevante saber que tipo de bem é tombado no município, como se dá o processo de tombamento bem como a etapa de restauro e conservação dos imóveis tombados.

Até o momento foram tombados 21 imóveis e a maior parte se trata basicamente de construções erguidas entre a primeira e a segunda metade do século XIX em padrão germânico do século XVII e XVIII. Destacam-se no

⁶ O Plano Diretor do Município de Dois Irmãos (Lei 1.462/96) foi sancionado pelo Prefeito da cidade em 1996 e traz em seu art.10 que define as zonas urbanas de ocupação a chamada Zona de Interesse Cultural - que se caracteriza pela concentração de prédios de valor histórico e cultural distribuídos ao longo da Av. São Miguel, eixo viário que deu origem à cidade.

⁷ Algumas das pessoas que fundaram a Associação Amigos do Patrimônio Histórico e Cultural de Dois Irmãos passaram depois a colaborar com a Prefeitura no Departamento de Cultura, na Secretaria de Educação ou na assessoria jurídica para elaboração do Plano Diretor e da Lei de Tombamento.

conjunto de bens, a antiga igreja da matriz de São Miguel bem como as igrejas luterana e evangélica, estas duas últimas em estilo gótico⁸ (cf. anexo 1). Há ainda o tombamento de alguns armazéns, de um moinho e de uma serraria. Entretanto a maior parte dos imóveis tombados, dez destes, são casas em padrão enxaimel⁹, inclusive o imóvel que abriga o Museu Histórico Municipal (anexo 2). A casa enxaimel possui um estilo arquitetônico originário das regiões agrícolas da Europa Central Medieval (Bavária, Vestfália, Schleswig-Holstein). Eram casas construídas utilizando madeira, junto também com barro ou alvenaria em partes específicas que abrigavam fogo (chaminés, estufas etc). O partido arquitetônico tem como característica principal a existência no interior da unidade habitacional de: estufa na sala de convivência para aquecimento do ambiente mantida por uma chaminé; sala de convivência – que também servia de dormitório; gabinete de trabalho – para o exercício de atividades comerciais ou públicas; eira – que abrigava o trabalho agrícola (debulhar, limpar e estocar), além de atividades de cozimento¹⁰.

No que se refere ao processo de tombamento cabe ao Conselho Municipal do Patrimônio Cultural proceder à avaliação técnica para tombamento do bem, e posterior sugestão à Prefeitura de inclusão do bem na lista de bens culturais tombados pelo município. O Conselho é composto por 4 representantes da Prefeitura: 1 representante da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Turismo; 1 representante do Departamento Municipal de Cultura; 1 representante da Secretaria Municipal de Indústria e Comércio; 1 representante da Secretaria Municipal de Planejamento; 4 representantes de Entidades Culturais da Comunidade sendo: 2 representantes da Associação de Amigos do Patrimônio Histórico; 1 representante da Rota Colonial Bauschneiss; 1 representante da Associação Cultural Cantares.

O Conselho Municipal do Patrimônio Cultural faz o acompanhamento junto com a Prefeitura no que se refere à orientação ao proprietário sobre a conservação do bem tombado assim como no que tange à restauração deste. O tombamento não significa desapropriação, implica que o proprietário do imóvel tombado não poderá destruir ou reformá-lo de modo a descaracterizá-lo. Qualquer recuperação no imóvel fica sob o monitoramento do Conselho Municipal do Patrimônio. O proprietário de imóvel tombado, tendo parecer favorável para obras de restauração (reconstituição da feição original do imóvel) e conservação (manutenção do imóvel), emitido pelo Conselho Municipal do Patrimônio Cultural, poderá pedir isenção de IPTU tendo que renovar o pedido de isenção de dois em dois anos. Em 2003 as isenções de IPTU dos 21 imóveis tombados somaram R\$ 2.246,58 (cf tabela abaixo).

⁸ É importante lembrar que o município foi fundado e ainda possui uma boa parte da população composta por luteranos e evangélicos, além de católicos.

⁹ Casa Ellwanger; Casa Família Engelmann; Casa Auler; Casa Diestmann; Casa Soine; Museu Histórico Municipal; Casa Konrath; Casa Kolling; Casa Kolling II; Casa prof. Matheus Grimm.

¹⁰ Günter Weimer. *Arquitetura da Imigração Alemã*. Porto Alegre: Editora da Universidade, 1983.

O programa conta com recursos oriundos da Prefeitura e também da Lei de Incentivo Cultural (LIC) do Governo do estado do Rio Grande do Sul que em 2003 somaram o montante de R\$ 234.960,00 como pode observado na tabela abaixo sobre o gasto orçamentário da lei Municipal de Tombamento. O total de recursos utilizados pelo Departamento de Cultura em 2003 somou R\$ 352.445,58 (cf tabela abaixo) equivalendo a 1,65% da receita orçamentária de Dois Irmãos. Especificamente no que se refere Programa Lei de Tombamento Municipal, este apresentou em 2003 o montante de R\$ 160.745,58 que representa a maior despesa do Departamento de Cultura (45,61%) e equivale a 0,75% do orçamento municipal.

Lei Municipal de Tombamento de Dois Irmãos

Gasto Orçamentário (em R\$)

Atividade	Valor (em R\$)
Manutenção das atividades do Departamento de Cultura	191.700,00
Manutenção das atividades do Museu Municipal	12.000,00
Auxílio financeiro a instituições culturais	50.500,00
Aquisição de acervo para o museu	5.000,00
Fundo municipal do patrimônio cultural*	20.000,00
Restauração do patrimônio histórico	70.999,04
Isenção tributária	2.246,58
Lei Estadual de Incentivo (LIC)	234.960,00
Total	587.405,62

Fonte: Dados fornecidos pela Prefeitura de Dois Irmãos

*O fundo municipal não possui uma porcentagem prévia de qualquer receita orçamentária da Prefeitura. O montante de recursos que serão alocados pela Prefeitura é decidido a cada ano.

Dentre os 21 imóveis tombados até o momento sete estão com obras de restauração. São estes: 1. Igreja Luterana de Dois Irmãos: restauração de rebocos, telhado e pintura; 2. Casa Paroquial Luterana: restauração de rebocos, telhado e pintura; 3. Antiga Igreja Matriz de São Miguel¹¹: restauração da escadaria principal, vitrais e pintura da torre, restauração das pinturas murais; 4. Casa Matheus Grimm: restauração e adequação a novo uso; 5. Casa Konrath: restauração e adequação

¹¹ Com a conclusão das obras a Antiga Igreja da Matriz será transformada em espaço cultural, oferecendo à comunidade um local para exposições de artes plásticas, concertos de música erudita e apresentações artísticas e culturais diversas.

a novo uso; 6. Moinho Collet: escoramento e proteção; 7. Museu Histórico Municipal: recuperação de esquadrias e pintura total.

A gravura abaixo busca dar uma idéia da localização de alguns dos imóveis da cidade que foram tombados em relação ao seu núcleo central.



Fonte: Jornal ABC. Dois Irmãos, domingo 8 de setembro de 1996.

Conscientização sobre a preservação do patrimônio cultural

A outra face do programa “Lei de Tombamento Municipal de Dois Irmãos” é um tanto mais estratégica e gerencial e menos ligada à parte arquitetônica propriamente dita, que se refere estritamente à conservação e restauro. Trata-se do desenvolvimento de dois programas em parceria com a Secretaria de Educação, Cultura e Turismo. O primeiro deles é o projeto Turismo nas Escolas que tem como proposta levar os alunos e professores da rede municipal para conhecer a chamada rota turística Colonial Baumschneiss. A rota Bauschneiss teve origem no povoado do Travessão Rügenich que pensou em diversificar suas atividades mostrando como era a vida dos antigos colonos alemães. As paradas para visita que percorrem os sete quilômetros da rota são: Casa da Colônia Klaus; Cemitério Evangélico; Serraria e Carpintaria Becker; Campo 7. A visita tem o objetivo de informar aos alunos e professores sobre o estado dos bens que estão sendo visitados, mas também de conscientizá-los da importância das atividades culturais para o desenvolvimento turístico. A importância estratégica disso decorre do fato que Dois Irmãos é um município inserido na chamada “rota turística romântica” do estado uma vez que compõe a chamada região do

vale do Rio dos Sinos¹². Considerado como o “Portal da Serra”, Dois irmãos é o elo de ligação entre os municípios que pertencem ao pólo turístico da Serra Gaúcha que tem Gramado e Canela como cidades mais conhecidas.

O outro projeto desenvolvido em parceria com a Secretaria de Educação, Cultura e Turismo é o “Resgatando Histórias de Família e suas Festas”. O projeto é desenvolvido junto aos alunos da 3ª série do ensino fundamental da rede municipal e tem como objetivo desenvolver atividades educacionais e culturais por meio de seminários, oficinas e visitas a bens tombados visando resgatar a história das famílias tradicionais do município e, ao mesmo tempo, observar as modificações sofridas pela cidade com as novas famílias migrantes que aparecem em Dois Irmãos a partir da segunda metade do século XX que não são mais compostas de alemães. A busca é integrar a história das novas famílias que começaram a chegar a 30 anos à tradição familiar mais antiga da cidade. Como atividade prática, os professores conversam com as crianças sobre as festas que são realizadas em suas casas e na cidade. Após isso, as crianças passam a desenvolver um relato desta observação por meio de texto e desenhos.

Paralelamente ao Projeto “Resgatando Histórias de Família e suas Festas” está sendo realizada uma pesquisa na comunidade sobre o Kerb de São Miguel, a principal festa da cidade, bem como outras festas familiares e comunitárias e as informações reunidas serão utilizadas para a realização do próximo Kerb.

O Kerb de São Miguel é a festa mais tradicional de Dois Irmãos comemorada no dia 29 de setembro. Origina-se na promessa realizada pelos primeiros imigrantes alemães náufragos que se aportassem um dia no Brasil, consagrariam esse dia de sua chegada como feriado e seria oferecido ao santo do dia. Era 29 de setembro de 1829, dia do Arcajo São Miguel quando os imigrantes alemães chegaram em solo gaúcho. Esses imigrantes destinados à colônia de Bauschneiss mais tarde a denominaram de São Miguel dos Dois Irmãos que se tornou o padroeiro da cidade. É uma festa que dura o dia todo e é composta de procissões, bailes, além de comidas e bebidas típicas.

Considerações Finais

O programa Lei Municipal de Tombamento de Dois Irmãos mostra inovação na medida em que um programa de preservação e conservação do patrimônio histórico é realizado em um pequeno município, algo raro de se verificar. Normalmente, no Brasil legislações e políticas de conservação e restauração de patrimônio histórico

¹² A região do Vale do Rio dos Sinos é composta além de Dois Irmãos pelos municípios de: Araricá, Campo Bom, Canoas, Estância Velha, Esteio, Ivoti, Nova Hartz, Nova Santa Rita, Novo Hamburgo, Portão, São Leopoldo, Sapiranga e Sapucaia do Sul.

em pequenos municípios são feitas na maior parte das vezes pelo Governo Estadual e/ou Federal. Os casos em que se observam a própria esfera de poder municipal regulando e administrando o patrimônio histórico municipal, na maior parte das vezes, tratam-se de capitais e grandes cidades. Portanto, na medida em que o próprio município de Dois Irmãos inicia e assume para si a tarefa de regular e administrar o seu patrimônio histórico e cultural em todos os aspectos que o cercam, como turismo e a conscientização, isso é algo de algum modo inovador. É importante observar que este aspecto se revela até na estrutura administrativa dado que é o Departamento de Cultura o setor responsável pela preservação e conservação de patrimônio histórico. Este é um traço que foge um pouco do que normalmente se observa no Brasil acerca de Departamentos ou Secretarias de Culturas de cidades pequenas, onde na maior parte das vezes são responsáveis apenas pela organização de festejos e/ou eventos.

Os resultados do programa tanto em sua dimensão objetiva quanto subjetiva trazem impactos para a cidadania. Na dimensão objetiva, o trabalho de conservação e restauração mantém viva a história e guarda para as gerações futuras o testemunho do legado deixado pelas gerações antigas. Na dimensão subjetiva, o trabalho de conscientização junto aos alunos da rede municipal é que vai formar o público futuro que vai conservar e preservar o lugar. Além disso, todos os eventos abrigados na Antiga Igreja Matriz de São Miguel como os concertos de música erudita e as feiras do livro, bem como as visitas das crianças da rede municipal a rota Bauschmeiss e ao museu histórico municipal são projetos adjacentes que objetivamente têm a intenção de formar cidadãos. Cabe ressaltar ainda que o projeto Lei de Tombamento Municipal tem um aspecto ligado à geração de Emprego e Renda uma vez que está voltado para o turismo. Com os bens culturais preservados e capazes de sediar eventos, como concertos, Dois Irmãos que compõe a rota romântica pode ter mais um produto turístico a oferecer além do Kerb e do café colonial, o que faria aquecer o setor de serviços na cidade¹³.

Um detalhe a ser ressaltado aqui se refere ao processo de origem do programa. Dado o forte capital social da comunidade local, esta provocou o poder público municipal para a importância da conservação e preservação do lugar. Isso demonstra que ocorreu um processo de cidadania que se auto-reforçou com a Lei de Tombamento Municipal de Dois Irmãos. ■

¹³ Recentemente o SEBRAE/RS em parceria com a Prefeitura de Dois Irmãos, bem como os pequenos produtores e comerciantes da Rota bauschneiss prepararam um inventário de bens culturais que compõe um catálogo turístico da região que e serve para a identificação de rotas turísticas nas regiões de imigração alemã do Rio Grande do Sul.

Projeto Crescer

Boa Vista – RR

Projeto Crescer – Boa Vista – Roraima

Silvia Regina da Costa Salgado¹

CONTEXTUALIZAÇÃO DA EXPERIÊNCIA

Tendo como objetivo a implementação de uma política pública de atendimento aos adolescentes e jovens de baixa renda para garantir sua inclusão social, o Projeto Crescer articula ações nas áreas de educação, saúde, assistência, esporte, geração de renda, entre outras, voltadas principalmente para infratores e envolvidos com drogas.

Buscando a construção de cidadania plena para esse segmento, a iniciativa combate problemas como a marginalidade e a delinquência advindas da ociosidade das ruas e do uso de drogas; a violência entre os jovens, fato presente em tantos lugares, mas que em Boa Vista aparecia de maneira mais acirrada pela existência de 35 “galeras” em bairros, provocando brigas e, não raro, mortes; a falta de oportunidades de postos de trabalho inerente à “economia do contracheque”; e a inexistência de políticas públicas para oferecer atividades artísticas, esportivas, culturais. O Projeto enfrenta ainda o desinteresse desse público pelo trabalho, estudo, e conhecimento que, gerado pelas condições de vida, ocasiona também o desconhecimento de valores éticos e de dignidade.

Nesse panorama complexo, a Prefeitura implementa o Crescer baseado no tripé Ser/Valores; Viver/Convivência e Aprendizagem; Fazer/Geração de Renda, que resulta em três núcleos respectivamente: Escola, Oficinas e Cooperativa. Com currículo e metodologia construídos especialmente para multirrepetentes e excluídos do sistema formal de ensino, a Escola desenvolve uma proposta pedagógica de ensino acelerado, integrando três áreas de aprendizagem: linguagens e códigos e suas tecnologias; ciências humanas e suas tecnologias; ciências da natureza e

¹ Doutora pela ECA-USP.

suas tecnologias. As Oficinas trabalham a convivência em grupo, aprendizagem de ofícios e a formação lúdica dos jovens. Funcionando no turno oposto ao da Escola, o conteúdo programático envolve duas horas de aprendizagem, uma hora de curso de informática, além de outra para atividades como dinâmicas com psicólogos e palestras sobre temas como sexualidade e drogas. Cabe à Cooperativa o papel de agregar, à educação, a oportunidade de geração de renda.

Tendo como referência o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que preconiza a condição da criança e do adolescente como pessoas em desenvolvimento, sujeitos de direitos e merecedores de proteção integral, o Projeto inova pela maneira como implementa política pública garantindo oportunidades concretas de aprendizagem e de inserção na sociedade, de forma qualificada e sustentável, a todo adolescente e jovem do Município.

DA CIDADE MAPEADA AO CRESCER: UM PROJETO E SUA CONSTRUÇÃO

Quintal de uma casa simples. Sob a mangueira reúnem-se “meninos e meninas” do Crescer, Moacir Collini, encarregado do Projeto, o Secretário Municipal da Juventude, e outros componentes da equipe. Trata-se de uma reunião com os “considerados” que querem discutir os aspectos logísticos para atuarem em eventos que marcam o período eleitoral. Finalizados os trabalhos, e curiosos com a presença de alguém que veio para conhecer a iniciativa, abrem espaço para o diálogo revelando comportamentos, infrações e condições de vida, antes e depois do Crescer. A impressão que se tem é que muitos anos se passaram desde que foram identificados pelo Censo, realizado em 2001, como formadores de galeras e usuários de drogas.

Concebido no Programa de Governo como capacitação do jovem para o trabalho, o Projeto tem seu desenho remodelado pela realidade revelada pelo instrumento aplicado pelo Programa Braços Abertos. Este, gerenciado pela Secretaria Municipal de Gestão Participativa e Cidadania, constitui o referencial para as ações desenvolvidas e o estruturador do Programa da Prefeita Teresa Jucá. O Censo propiciou o conhecimento da situação de cada habitante e o dimensionamento dos problemas, facilitando a implementação de uma gestão compartilhada, que prioriza a inclusão social como objetivo e a provisão e melhoria dos serviços como obrigações básicas do poder público.

A peculiaridade do Censo “casa a casa” e a base informativa construída a partir dele transformam o Projeto Esporte Noite Adentro em facilitador na aproximação e identificação da clientela. Das 19 às 22 horas, o Noite Adentro torna-se espaço de lazer, além de fornecer assistência médico-odontológica para jovens e famílias inteiras. Após esse horário, uma habilidosa equipe

– monitores preparados – “mapeia” os formadores de “galeras” e usuários de drogas.

A improvisação de uma oficina de marcenaria para a preparação da Festa Junina, acontecimento importante na vida local, consolida a relação com 150 jovens identificados. É a primeira turma do Crescer que monta as barracas e executa a decoração do evento que transcorre sem a violência habitualmente verificada. A “empreitada” bem-sucedida origina as duas oficinas iniciais: a de panificação e a de sinalização, sediada no Departamento Municipal de Trânsito. Essa interação com os “meninos” demonstra, segundo Collini, que a situação identificada pelo Censo é muito mais complexa. Em 21 de dezembro de 2001, a Lei n.605/01, que cria oficialmente o Projeto, estabelece objetivos mais adequados, reformulando a proposta original do Programa de Governo.

Em janeiro de 2002, 470 adolescentes e jovens passam pela etapa que a equipe denomina primeira capacitação. Diferentes grupos, em diversos locais, discutindo possibilidades de ações. Simultaneamente uma parte da equipe busca instalações físicas, equipamentos e material.

Quando são obtidos recursos do governo japonês, entusiasmado após uma visita do Cônsul à Região Norte, organizam-se as oficinas e são enfrentados os primeiros problemas. “A molecada vendia os uniformes, roubava o material de uso, utilizava vale-transporte como moeda de troca para obter drogas... Foi uma época de muitas brigas e até facadas”, recorda o coordenador do Projeto. A gravidade da situação é exemplificada pelo conflito entre dois bairros, provocando mortes alternadas de ambos os lados. A prefeita Teresa Jucá intervém e consegue um primeiro “acordo de paz”, de muitos outros que viriam. Collini informa que a própria mãe de um dos líderes manifesta-se quanto à inutilidade de qualquer apoio ao mesmo, denotando a falta de perspectivas para esse segmento da população.

A proposta inova em relação à forma de abordagem. Enquanto convencionalmente há todo um processo de aproximação institucionalizada, a equipe, apoiada e com a participação da prefeita, “experimenta” na criação de vínculo. Além de fazer contato com as famílias, a prefeita tem desde o início uma relação direta com os “meninos e meninas” do Projeto. Como contrapartida, esses jovens, como os “considerados” sob a mangueira, passam a dedicar parte de seu tempo para causas de interesse comunitário.

Apresentando-se como política pública, o Projeto representa uma oportunidade de produção de mudanças na vida de adolescentes e jovens que vivem em bairros onde existem a casa e um boteco na esquina, como ilustram os gestores. Não se tratando de um plano de gabinete, sua construção, a partir de 2001 com o Esporte Noite Adentro, constitui uma sucessiva

seqüência de fases que se repetem e alternam de acordo com a dinâmica gerada pela comunicação que envolve sobretudo a “escuta do outro”.

CENTRALIDADE DO ATENDIMENTO: GERENCIAMENTO INOVADOR

Aglutinando ações conjuntas para os adolescentes e jovens em situação de risco pessoal e social, o Crescer funciona de acordo com as peculiaridades demonstrando a atenção dos gestores a necessidades específicas dos “meninos e meninas” de Boa Vista. Como um espaço aberto para mudança, o Projeto fornece acesso aos equipamentos e serviços públicos que quaisquer adolescentes e jovens têm direito, respeitando as diferenças inerentes a esse grupo, sejam elas socioeconômicas, familiares ou individuais.

Oficinas: Núcleos de Produção e Convivência

Segundo pesquisa realizada, 70% dos participantes do Crescer o vêem como oportunidade de profissionalização, mas 94% dos pesquisados classificaram-no como responsável pela reestruturação familiar. Indicadores de que as oficinas, ação pioneira do Crescer, significam muito mais do que equipamentos profissionalizantes, são detectados também pelos gestores. A vida de cada menino/menina é conhecida – seu nome e apelido, seus problemas familiares. “O Projeto tem um tipo de abordagem íntima única, além do contato sistemático com as famílias, que o tornam o esteio dos jovens: do acompanhamento ao hospital à assistência na cadeia”, ilustra o coordenador Moacir Collini.

São 13 oficinas profissionalizantes: informática; serigrafia; moda; sinalização; panificação; serralheria; eletricidade; embalagens; teatro; reciclagem de papel; lutheria (fabricação de instrumentos musicais de corda), plasticultura com cultivo de hortaliças, ervas, legumes e flores, além dos trabalhos com biscuit, balata e cestaria. Todos os produtos são comercializados na Loja Criatividades do Crescer, que está iniciando a comercialização pela Internet. O Projeto conta também com um Cyber Café.

A pesquisa também aponta que 95% dos jovens do Projeto sabem a importância dos preservativos para prevenção da Aids e outras doenças e a utilização correta da camisinha, conforme orientação das palestras e dinâmicas de grupos em todas as oficinas. É nesses espaços que acontecem também discussões sobre a sexualidade e namoro; gravidez na adolescência; saúde e qualidade de vida, entre outros temas. As atividades são realizadas de acordo com a faixa etária e obedecem a uma proposta pedagógica formulada com o apoio da Unicef.

Oficinas de auto-estima, além de várias modalidades de esportes duas vezes por semana, complementam a proposta, fortalecendo a autoconfiança desses jovens que se tornam mais preparados inclusive para cumprirem seus papéis nas diversas ações promovidas pela prefeitura como: prevenção à dengue, educação no trânsito, prevenção ao abuso sexual, etc.

A Escola: Núcleo de Apoio Psicopedagógico

Identifica-se que os “meninos e meninas” do Crescer têm necessidade de outros conhecimentos. Torna-se imperativo garantir-lhes escolarização em nível de ensino fundamental e médio. Muitos deles estavam fora da Escola já há algum tempo e outros sequer foram alfabetizados.

Atentos para a realidade de que a clientela já fora excluída da escola, por diversas vezes, Boa Vista inova também na decisão de instalar uma Escola diferenciada que, contando com recursos específicos, seja capaz de acolher incondicionalmente seus alunos, garantir-lhes condições concretas de se apropriarem de aprendizagens significativas e conquistarem a certificação de ensino fundamental e médio.

Além de garantir o acesso escolar como direito de todos os jovens da cidade de acordo com a legislação vigente no Brasil (Constituição/1988, LDB/1996, Estatuto da Criança e do Adolescente), a Escola Municipal Frei Arthur agrega dois outros aspectos: a vinculação da proposta curricular às características locais e regionais e sua articulação à Política de Atendimento de Adolescentes e Jovens. Inserida na modalidade Educação de Jovens e Adultos – EJA – a Escola busca a construção do pertencimento dos jovens ao território integrante da Amazônia legal como forma de otimizar a apropriação do conhecimento e variabilidade de situações de inserção. Os participantes são incentivados à proposição de idéias e ações para o desenvolvimento social e econômico dessa sociedade. A instalação de um Centro de Referência para o Trabalho com os jovens na Região, disponibilizando avanços conquistados nesse espaço para os demais estabelecimentos da rede pública também são finalidade da Escola.

Organizada em ciclos de aprendizagem e garantia de progressão continuada, a Frei Arthur Agostini abre suas portas no início do ano letivo de 2004. Uma dinâmica para integração entre alunos, professores e demais membros da equipe traz uma reflexão sobre a identidade de cada um e a nova Escola. Desde então várias crises, previstas ou não, são enfrentadas não só com profissionalismo e competência técnica, mas com criatividade. O Núcleo de Apoio Psicopedagógico é implementado nesse contexto, buscando por meio de dinâmicas, exercícios e interação de grupos, atender casos mais graves de adaptação. Conforme os

gestores, são respeitadas as especificidades da clientela, incluindo o fato de que a cada saída da aula/escola há um mundo diferente a esperá-la.

Além das disciplinas regulares e da sala de informática, com 19 microcomputadores com acesso à internet, os alunos têm aulas de dança, teatro, artes, boxe, timbalada, etc. Uma parceria com a Universidade permitiu a instalação de um curso pré-vestibular, que incorporado pela Escola, tem 70 alunos.

A Cooperativa: Núcleo de Geração de Renda

Contando com parcerias, o cooperativismo passa a ser incorporado ao dia-a-dia dos jovens por meio de treinamentos como Aprender a Empreender (Sebrae/RR) e Capacitação Cooperativista (Sindicato e Organização das Cooperativas Brasileiras no Estado de Roraima). A idéia é que os jovens percebam não apenas os aspectos de educação inerentes às oficinas, mas a perspectiva de um instrumento de geração de renda. Cerca de 80 participantes do Crescer têm filhos e, como outros, sabem que a bolsa-incentivo de R\$ 100,00 é apenas um auxílio. Os freqüentadores do projeto buscam alternativas de sustentabilidade econômica diante da inexistência de empregos: dos 836 jovens, 150 estão hoje inseridos no mercado de trabalho.

A Cooperativa faz a mediação entre o projeto formativo e a geração de renda e funciona com grupos de produção. Esse processo define o perfil de interesses em cada oficina. Não obrigando a participação, a iniciativa pode também identificar os “meninos e meninas” mais aptos à autonomia fornecida pela Cooperativa. Exemplo disso é a encomenda de 2 mil lençóis à Oficina de Moda, cujo atendimento teve a participação de 24 das 40 meninas. É assim também com as demais oficinas. Seja na confecção de placas de trânsito, na fabricação de móveis ou de lixeiras, seja com os produtos confeccionados – objetos de decoração, móveis, papelaria, vestuário, artesanato – comercializados na Loja do Crescer, a Cooperativa trabalha com a perspectiva de geração de renda.

DOS RECURSOS E DA SUSTENTABILIDADE

O projeto tem um custo para a Prefeitura de R\$ 3.800.000,00 e três convênios complementam seu orçamento: Ministério da Justiça (R\$ 105.277,32); Petrobrás (R\$ 215.400,00) e Infraero (R\$ 132.000,00). O custo per capita de R\$ 550,00/mês é valor razoável, se comparado com outras iniciativas voltadas a esse segmento, e baixo, se avaliadas a amplitude e a complexidade do atendimento.

Identificando possibilidades de obtenção de recursos e munida de informações e indicadores proporcionados pela base informativa implementada, a Prefeitura encontra parceiros e formula propostas como:

“Cooperativismo”; A Busca de Sustentabilidade”, vencedora do Prêmio Sebrae Prefeito Empreendedor; “Projeto Crescer – Aeroporto Solidário”, solicitando bolsas de incentivo a 660 participantes; e o “Projeto Educação e Renda para Jovens da Amazônia”, encaminhado para a Petrobrás (Programa Fome Zero).

Além da manutenção/fortalecimento do projeto, os esforços estão centrados na ampliação de atendimento aos demais adolescentes e jovens em situação de risco. A preocupação com a geração de renda dos “meninos e meninas” do Crescer traz aos gestores a clareza da necessidade de articulação a um projeto de desenvolvimento que envolva também os governos federal e estadual. A busca de parcerias para ações como estudos de mercado, por exemplo, aliadas à aprendizagem de ofício e a Cooper Crescer, também constituem alternativas para as limitações em relação à inserção dos participantes ou iniciativa privada e nos próprios projetos governamentais que os absorvem.

O envolvimento do Estado e da sociedade civil de forma a inserir o Crescer na cidade de Boa Vista, consolidando parcerias e a sua gestão em rede, constitui um outro aspecto a ser apontado como forma de (auto) sustentabilidade do Projeto.

CONSIDERAÇÃO SOBRE OS RESULTADOS

As Oficinas, a Escola e a Cooperativa provocam uma efetiva mudança na realidade sobretudo em relação às perspectivas de vida social, econômica e cultural de 836 indivíduos marginalizados que passam desta condição à de cidadãos, reconhecidos inclusive por atuarem em diversas frentes de apoio à vida comunitária. Combate à desnutrição pelo plantio de hortaliças; promoção de eventos populares em parceria com a Prefeitura (montagem e decoração das principais festas populares); campanhas de educação ecológica (coleta seletiva de lixo, combate à dengue entre outros); participação militante em Fóruns de Garantias dos Direitos; apresentação de propostas em Congresso com a Unicef, inserem progressivamente os “meninos” na vida da cidade.

Campanhas premiativas, que conquistaram a simpatia da população – como a que identifica pelo radar os motoristas que estão dirigindo dentro da velocidade permitida –, integram “meninos e meninas” do Crescer à comunidade. Conjuntamente com alunos da rede municipal e particular, eles abordam os condutores de veículos oferecendo um brinde da Campanha pela Paz no Trânsito, caso o motorista esteja usando cinto de segurança. Nas oficinas de sinalização os jovens produzem placas, além de ajudarem a pintar quebra-molas, faixas, etc.

O Projeto Humanização do Trânsito contribuiu para a redução, de 2002 para 2003, em 50% de acidentes com vítimas fatais, segundo dados da Delegacia de Acidentes de Trânsito do Governo do Estado. Agregando outros exemplos como a Campanha da Paz ou a capacitação para atuar na prevenção às drogas e DST,

entre outras ações, constata-se que o Crescer tem efeitos positivos sobre toda a população de Boa Vista.

Além da mudança traduzida na redução da violência juvenil do número de “galeras”, o Crescer realizou as seguintes atividades: dois encontros de pais e formação de uma comissão para participação e acompanhamento do Projeto; implantação do espaço Pontocom na periferia da cidade; a montagem de Grupo de Teatro, Coral e o Clube da Corrida; o Regimento Interno do Projeto Crescer. Setecentos jovens realizaram no Sebrae o curso “Aprender e Empreender”. Destes, 200 complementaram o módulo seguinte – o “Jovem Empreendedor”.

Definido como a principal política de juventude, o Projeto é acompanhado por um Conselho Gestor que envolve: Gabinete da Prefeita; Secretarias Municipais da Juventude, Educação e Cultura, Trabalho e Desenvolvimento, Gestão Participativa e Cidadania, Saúde, Agricultura, Meio Ambiente e Assuntos Indígenas; Diretoria Municipal de Trânsito; e a Fundação de Educação, Ciência e Cultura (FECEC). São 209 pessoas envolvidas em sua operação, mas há um esforço para que os cidadãos em geral estejam interessados no acesso a oportunidades para os “meninos e meninas” para que eles possam ser estudantes, trabalhadores, cidadãos, enfim.

O empenho e cuidados dos gestores são multiplicados no trabalho para transformar a imagem do Crescer junto à população. De projeto que cuida de “menor, bandido, marginal” para o que faz parte da Política Pública de Juventude de Boa Vista, um longo caminho foi percorrido. O chavão inicial de que a prefeita estava do lado dos bandidos e não da comunidade tem se alterado apesar da questão ainda exigir muito trabalho dos gestores e dos meninos, explica o Secretário Municipal de Juventude. Dois eventos para discussão sobre políticas públicas voltadas a crianças, adolescentes e jovens (nov./2002 e maio/2004) são convocados pela Prefeitura. Com o apoio da Unicef, o I Fórum do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente resulta na Carta de Intenção da Sociedade de Boavistense, assinada por governantes e representantes de entidades como: Prefeitura, Governo do Estado de Roraima, Unicef, Tribunal de Justiça, Tribunal Regional Eleitoral, Ministério Público, Câmara Municipal, Assembleia Legislativa, Conselhos Estadual e Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente. No segundo encontro, 300 pessoas estiveram mobilizadas na discussão, cujo produto é o documento com propostas em três eixos: fortalecimento dos Conselhos; Rede de Serviços; Medidas Socioeducativas.

Os três anos de funcionamento do Crescer demonstram que, comparadas as metas propostas e as realizações, em Boa Vista uma Política Pública Municipal encontra-se no caminho da inclusão “radical” de seus adolescentes e jovens. ■

Programa de Coleta Seletiva de Londrina – “Reciclando Vidas”

Londrina - PR

Programa de Coleta Seletiva de Londrina – “Reciclando Vidas”

Gina Rizpah Besen ¹

INTRODUÇÃO

A implementação de programas de coleta seletiva é fundamental para o aquecimento dos impactos que os resíduos sólidos provocam no ambiente e na saúde dos cidadãos. A extração dos recursos naturais para a produção dos bens de consumo se encontra acima da capacidade de suporte do planeta, a produção de resíduos sólidos é crescente e a sua destinação ainda é inadequada em grande parte dos municípios brasileiros. A coleta seletiva promove a redução do lixo na fonte geradora, o reaproveitamento e a reciclagem de matérias primas, a geração de renda com inclusão social, assim como também minimiza o impacto ambiental causado pelo aterramento dos resíduos.

No Brasil, desde a década de 90, os programas municipais de coleta seletiva desenvolvidos em parceria com cooperativas/associações de catadores, se tornaram um modelo de política pública, com inclusão social e geração de renda. Hoje, as experiências estão disseminadas por todos os estados brasileiros, e os modelos adotados variam de acordo com as realidades locais.

No entanto, estes programas ainda apresentam uma grande fragilidade em virtude do aumento de catadores avulsos que, para garantir a sua sobrevivência, competem com as organizações já institucionalizadas. Outra fragilidade está associada aos baixos índices de coleta seletiva e a falta de autonomia dos grupos de catadores.

O Programa de Coleta Seletiva de Londrina – “Reciclando Vidas” aponta respostas para alguns destes desafios.

¹ Psicóloga e mestra da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo.

O PROGRAMA

O programa consiste na implementação da coleta seletiva através de uma parceria entre a prefeitura e vinte e seis Organizações Não-Governamentais (ONGs). Os principais objetivos, além da inclusão social e da geração de renda, são: ampliar o alcance da reciclagem na cidade e desenvolver uma estratégia que possibilite a sustentabilidade do programa e a autonomia das ONGs. Envolve um contingente de 474 pessoas, composto em sua maioria por catadores de rua, bem como por alguns desempregados.

A prefeitura dividiu o entorno da cidade em setores, e as ONGs ficaram responsáveis pela coleta, triagem e comercialização do material reciclável. O volume de resíduos sólidos, coletado e triado é, segundo a Companhia Municipal de Trânsito e Urbanização de Londrina (CMTU), em média, de 90 ton/dia, representando um índice de 23% de material que seria destinado ao aterro.

CONTEXTO

A cidade de Londrina, no Estado do Paraná, tem uma população de 447.065 habitantes (IBGE, 2000), sendo 97% urbana. A coleta de lixo atende a 98,2% dos domicílios, o abastecimento de água a 97,6% e 78,6% da cidade possui rede de esgoto. Figura como a 189ª no país e 10ª no Estado (IDH 2000).

Os serviços de coleta de lixo e o programa de coleta seletiva são gerenciados pela CMTU, uma sociedade de economia mista (empresa), na qual o poder público é o acionista majoritário (99,9%). A empresa foi constituída com a finalidade de gerenciar o trânsito e o transporte coletivo.

Os recursos para a operacionalização da gestão dos resíduos sólidos no município são orçamentários: uma parte é oriunda da cobrança da taxa de limpeza pública no IPTU, por meio de uma rubrica específica, e a outra provém do Fundo de Urbanização de Londrina (FUL), constituído em 1998 e gerido pela CMTU.

HISTÓRICO

Em 1996, a Secretaria Municipal do Ambiente (SEMA) iniciou a implantação da coleta seletiva de lixo. Essa política pública consistia na coleta porta a porta, do material reciclável, realizada por caminhões da prefeitura em 10.000 residências (de um total de 150.000 domicílios). Foi ampliada para 30.000 residências em 2000 e chegou a coletar e triar 4 ton/dia, sendo que o

material era enviado para uma central de triagem operada por funcionários públicos.

A nova administração promoveu mudanças na gestão dos serviços públicos da cidade e na gestão dos resíduos sólidos. A SEMA assumiu a Política de Resíduos Sólidos, e deslocou alguns técnicos para a CMTU-LD que passou a ser a gestora dos serviços de limpeza pública. Foi constituído um grupo de trabalho integrado por diversas secretarias² que propôs a terceirização da coleta regular e a municipalização da coleta seletiva.

A licitação da limpeza pública teve início em 2001 e término em 2003. Optou-se por um modelo de contratação da coleta regular de lixo, por preço global, ou seja, **coleta não remunerada por tonelada coletada**. O cálculo do preço global da licitação se baseou na cotação dos preços médios em cidades do porte de Londrina e pela média de toneladas aterradas. O controle da coleta é realizado pelos fiscais e pela população por meio do Serviço de Atendimento ao Cidadão (SAC).

O “Reciclando Vidas” começou com a retirada de catadores que trabalhavam no lixão, por ação do Ministério Público, e a assinatura de um Termo de Ajustamento para a sua incorporação na coleta seletiva. A área de abrangência foi ampliada para 50.000 residências, e isto provocou uma reação dos catadores de rua destas áreas do entorno de Londrina que se sentiram ameaçados pela proposta do poder público. Houve então uma negociação para integrá-los ao programa e formou-se um grupo inicial composto de 20 catadores do lixão e 30 carrinheiros que fundaram a primeira ONG para trabalhar na central de triagem em parceria com a prefeitura. Segundo o setor jurídico da CMTU, avaliou-se que o melhor formato jurídico inicial para estes grupos seria o de ONGs, para evitar encargos trabalhistas, a Lei de Licitações e os riscos advindos de mudanças políticas.

Os catadores que atuavam nas ruas organizaram-se em grupos e por iniciativa própria passaram a reivindicar centrais próximas às suas residências e às áreas nas quais atuavam coletando. Esta pressão dos grupos ocasionou um processo de descentralização gradativa que resultou em uma proliferação de ONGs: em 2001 foram criadas 13 ONGs reunindo 238 pessoas entre catadores e alguns moradores de bairros; em 2002, 10 ONGs com 186 pessoas; em 2003 duas novas ONGs, totalizando 42 pessoas; e em 2004, uma ONG com 8 pessoas. Dos 26 grupos, apenas dois ainda não estavam regularizados e com estatuto próprio quando da visita. A CMTU demarcou a área do entorno do centro, que corresponde a 80% das residências da cidade, subdividindo-a em setores distribuídos entre os grupos.

² Secretarias da Fazenda, SEMA, Obras, CMTU, e da Companhia de Desenvolvimento de Londrina – CODEL.

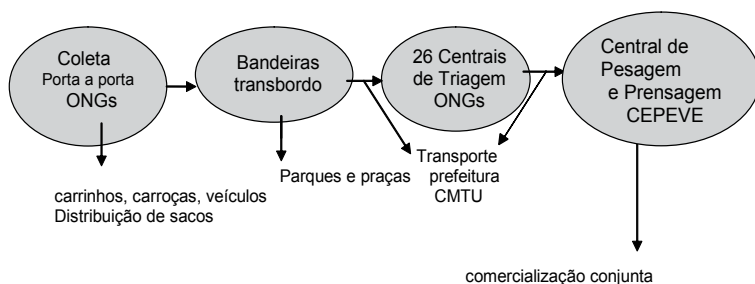
Em 2001 as ONGs iniciaram, em parceria com a prefeitura, um projeto de coleta seletiva porta a porta com carrinhos. A prefeitura ficou responsável pelo transporte dos materiais para as centrais de triagem, pelo fornecimento dos sacos plásticos verdes de 100 litros para armazenamento dos recicláveis nas residências e posteriormente pelo transporte dos materiais para a Central de Pesagem e Prensagem (CEPEVE), criada por demanda das ONGs, para coordenar a venda dos materiais recolhidos, visando aumentar o preço de venda e eliminar atravessadores, melhorando a renda dos associados.

Em 2002, por demanda das ONGs e com o apoio da prefeitura, foi criado o Conselho das Organizações de Profissionais de Reciclagem de Londrina. A eleição da Diretoria Executiva é bianual em Assembléia composta por um Presidente, Secretário, Tesoureiro e tem por finalidade principais :

- Viabilizar as ações que estimulem a revalorização dos materiais de pós-consumo, a preservação ambiental e inclusão social dos profissionais de reciclagem de resíduos sólidos;
- Propor à Administração Municipal uma programação de ações visando a educação ambiental e a valorização de ações praticadas pelas ONGs;
- Propor critérios e fiscalizar as programações e execuções orçamentárias do município de Londrina quanto à Limpeza Pública;
- Analisar e referendar os critérios de celebração de contratos ou convênios;
- Coordenar processo de unidade de ações entre os seus associados visando agregar valor aos produtos reciclados.

LOGÍSTICA

As ONGs promovem a conscientização dos moradores mediante a distribuição de sacos de lixo para a separação do material nas residências, além de estabelecerem diálogo sobre a importância da reciclagem. A coleta é realizada de forma variada, com veículos, carrinhos de mão e carroças com tração animal. O material reciclável coletado é estocado em alguns pontos denominados “bandeiras” nos quais é recolhido por caminhões da prefeitura que fazem o transporte até os galpões de triagem. A prefeitura também promove o transporte das Centrais de Triagem para a CEPEVE, para a comercialização conjunta.



As 26 ONGs encontram-se em diferentes estágios de organização, todas integram a CEPEVE, mas nem todas comercializam seus materiais via CEPEVE. Cerca de doze se encontram em galpões alugados pela prefeitura, algumas já assumiram o aluguel dos galpões, quatro possuem sede própria e as demais estão em processo de identificação de área para alugar.

As ONGs visitadas³ relatam que separam todos os materiais, mas que atualmente só estão comercializando via CEPEVE o tetrapack, papelão misto, PET, PEAD colorido e branco, PET óleo e tampinhas. Todas seguem o horário de trabalho das 8 às 17hs. Segundo informações da CMTU, 80% dos integrantes das ONGs são mulheres. As condições de trabalho nos galpões variam proporcionalmente ao grau de organização dos grupos. Observa-se uma diferença na organização do trabalho nas ONGs compostas apenas por mulheres ou por um contingente masculino reduzido. Estas apresentam uma organização mais eficiente e melhores condições de higiene e trabalho. A mais precária é a que congrega os ex-sucateiros que trabalhavam no lixão, cujos integrantes demonstram resistência às diretrizes organizacionais do programa.

Foi constatado nas visitas que o material coletado nas bandeiras e nas centrais apresenta uma excelente qualidade de separação: é limpo e seco. Segundo alguns catadores, eles trabalham com baixos índices de rejeição por parte dos residentes, uma vez que executam no corpo-a-corpo o trabalho de educação com os moradores.

Segundo a equipe da prefeitura as quantidades coletadas variam de 2 a 4 ton/dia perfazendo a média mensal de 90 toneladas. Este controle é realizado por meio do número de sacos fornecidos e do peso médio dos sacos. Na tabela 1, são destacadas algumas informações quantitativas acerca dos trabalhos das ONGs envolvidas com essa experiência.

³ Realizaram-se visitas técnicas do Programa Gestão Pública e Cidadania a 7 ONGs, localizadas em diferentes setores da cidade; Refúgio, Ressalte, Arel, Recicla Café, Novo Mundo, Primavera, e Novo Milênio.

Tabela 1 – Dados sobre a coleta seletiva por ONG

ONG	Nº membros	Renda Média	Existência	Quantidade
1.Reciclando para a natureza	15	150	2001	*
2.Reciclando para a saúde	17	290	2001	*
3.Primavera	10	270	2001	*
4.Recicla Café	7	290	2002	*
5.Reciclando a educação	18	310	2001	*
6.Grupo União	21	350	2001	*
7.Juventude	17	270	2001	*
8.Arlon	22	200	2002	*
9.Reciclando a cidadania	25	410	2002	*
10.Urna – Novo Amparo	19	100	2001	*
11.Recleste	18	150	2002	*
12.Monte Cristo	18	180	2002	*
13.Grupo Esperança	27	400	2001	*
14.Novo Milênio	26	250	2001	*
15.Arel	10	330	2001	*
16. Ressalt	26	180	2002	*
17.Refúgio	10	400	2001	*
18.Lutando Novo Mundo	10	280	2002	*
19.Ressul	15	210	2003	*
20.ARUVI	8	180	2004	*
21.Oest Limp	27	230	2003	*
22. Reciclando Oeste	24	280	2001	*
23. A Missão	19	250	2002	*
24. Arle	24	310	2001	*
25.União Norte	26	170	2002	*
26. IRERE	15	180	2002	*

Fonte: CMTU- Londrina

* a média é de 3 toneladas/dia/ONG.

A Central de Pesagem e Prensagem - CEPEVE

A CEPEVE começou a operar em 2001, e está instalada num galpão do município em área rural, antiga central de moagem de entulho agora desativada e acessada por estrada de terra em condições adequadas. Possui dois funcionários remunerados, mas segundo um funcionário, no início já chegou a ter cinco e já recebeu maior variedade de materiais (papel misto, papelão e sucata de ferro). Possui duas balanças de pesagem (até 500kg) e 8 prensas^{4*}.

⁴ Duas doadas pela CMTU, cinco pelo Banco do Brasil e uma de uma ONG de outra cidade.

Os dois funcionários, ambos com 53 anos, que trabalhavam no lixão, hoje obtêm uma renda de R\$ 300,00 mensais. Eles relatam que a quantidade atual vendida conjuntamente é de 12 a 15 toneladas/ mês: no início chegou a 30 ton/mês com a grande adesão, mas foi diminuindo. Com a redução de funcionários reduziu-se também a quantidade de materiais que chegam. A diminuição da participação se deu em função de problemas no pagamento (atrasos) e a não-existência de um fundo da CEPEVE que garantisse estes pagamentos. A Presidente alega que os 5% que a CEPEVE recebe das ONGs pela administração dos serviços são insuficientes para pagar os funcionários e garantir o pagamento antecipado dos materiais. Com isto, várias ONGs passaram a comercializar de maneira independente.

Com a criação da CEPEVE foi realizado um curso de capacitação que possibilitou que a separação dos materiais passasse de 20 a 32 itens diferenciados para a comercialização, melhorando seu valor. A tabela 2 informa a diferença de preço quando o material é comercializado diretamente pelas ONGs em comparação com o valor obtido pela CEPEVE.

Tabela 2 - Diferenças em R\$ nos custos de comercialização dos materiais via CEPEVE

Materiais	ONG	CEPEVE
Embalagens Tetrapack	0,03kg	0,10 kg
Garrafas plásticas PET	0,45 Kg	0,80kg
PEAD branco	0,45kg	0,80kg
PEAD colorido	0,30kg	0,47kg

Metas e Indicadores da Coleta Seletiva

O Programa utiliza os seguintes indicadores para verificar sua eficácia, eficiência e efetividade:

- Redução da disposição de resíduos sólidos no aterro sanitário.
Foi constatado o aumento da vida útil do aterro em 10 meses. O aterro já estaria com sua vida útil esgotada. Houve uma redução de disposição de resíduos sólidos de 348 ton/dia para 307 ton/dia, apesar da expansão da coleta regular em 17 novos loteamentos e bairros.
- Redução do número de caminhões da coleta regular e do número de viagens da coleta regular por setor.
Foi constatada a redução de um caminhão e uma guarnição de coletores na coleta regular, sem afetar a qualidade do serviço, conforme o SAC – Serviço de Atendimento ao Cidadão.

- Ampliação de ONGS, participantes e aumento do grau de organização. Passou de 13 ONGs em 2001 para 26 em 2004, e de 237 para 474 participantes. A criação da CEPEVE é um indicador do aumento do grau de organização dos catadores.
- Aumento do material coletado e da adesão da população. A taxa de 23% de desvio do aterro é alta e superior à média atingida pelos programas dos municípios brasileiros⁵.
- Redução do apoio da prefeitura e maior autonomia das ONGs. O indicador é o número de ONGs que estão assumindo os aluguéis dos galpões após o primeiro ano. A meta é que todas assumam o aluguel.
- Aumento do valor de venda dos materiais na CEPEVE. Começou com o PET e aumentou a quantidade de tipos de materiais comercializados em conjunto.

CUSTOS

A prefeitura considera seus custos com o programa com base no valor do contrato de coleta seletiva de lixo, que é de R\$ 79.950,00 mensais e inclui cinco veículos – um caminhão basculante para as 30 caçambas de rejeito das ONGs e quatro caminhões baús para o transporte dos materiais recolhidos das bandeiras para as centrais de triagem e das centrais de triagem para o Centro de Pesagem e Prensagem, além dos 150.000 sacos de lixo de 100 litros. No entanto, além destas despesas a prefeitura arcava no período da visita de campo, por meio da Companhia de Desenvolvimento de Londrina (CODEL), com o aluguel de 12 galpões utilizados pelas ONGs, sendo que elas, após o período de um ano, deveriam assumir o custo decorrente da locação do imóvel. A prefeitura ainda arca com os custos de seis prensas, e da equipe responsável pelo programa de coleta seletiva, que é composta de nove integrantes que correspondem a cinco técnicos e quatro estagiários da Universidade Estadual de Londrina (UEL).

DIFICULDADES

Segundo sua Diretora Presidente, a CMTU encontra dificuldades em gerenciar os problemas de relacionamento entre as ONGs e entre os integrantes dos grupos e em organizar os catadores avulsos na área central. A área central de Londrina não foi envolvida no projeto devido à atuação de carrinheiros avulsos que não se interessaram pela organização do projeto da prefeitura, alegando alto rendimento obtido pela catação. Segundo a Diretora da CMTU, “a prefeitura pretende iniciar

⁵ Estimada em 10 a 15%.

um trabalho mais intensivo com vistas à organização destes catadores, uma vez que esta etapa inicial demandou total dedicação dos quadros técnicos existentes em função das grandes dificuldades organizacionais e de relacionamento entre os integrantes das ONGs”. Destacou também a necessidade de parcerias para a capacitação e que a prefeitura está buscando viabilizar um convênio com a Universidade Estadual de Londrina – UEL.

Por parte das ONGs são muitas as reivindicações: capacitação para o empreendedorismo e o gerenciamento; alfabetização, além de queixas pelo fato de que a maior parte das lideranças vira patrão. Alegam, ainda, dificuldades de investir em artesanato com o reaproveitamento de materiais devido ao excesso de trabalho na triagem e a falta de mercado para os produtos.

Aspectos Inovadores

O Projeto apresenta alguns aspectos inovadores, entre os quais destaca-se a contratação de coleta de lixo domiciliar por preço global. Esta lógica de contratação se contrapõe à da maioria dos municípios brasileiros que contratam a coleta por tonelada na qual quanto mais lixo é coletado, maior o lucro da empresa. O contrato por preço global também é responsável pelos altos índices de coleta seletiva alcançados em Londrina, uma vez que estimula uma logística reversa, na qual passa a interessar à empresa que realiza a coleta a redução dos resíduos coletados. O resultado constatado é o apoio da empresa às ONGs visando reduzir os seus custos.

Outro fator que sustenta a alta taxa de coleta seletiva, é a organização territorial por meio da setorização da cidade e incorporação dos catadores de rua. Disso decorre a inexistência de coletas concorrentes e paralelas, assim como a quantidade coletada pelas ONGs de forma autônoma é computada no programa municipal. Pode-se considerar este modelo inovador, uma vez que nos programas municipais de coleta seletiva em que isto não ocorre, tais como os de Santo André, São Paulo, Porto Alegre, Curitiba, Florianópolis, Embu, entre muitos outros, o que se observa é o acirramento da disputa pela coleta do material entre os catadores autônomos e os integrantes dos projetos municipais.

Um outro aspecto inovador na coleta seletiva de Londrina é o real empenho da prefeitura em estruturar um modelo que caminhe para a autonomia das ONGs com relação à coleta seletiva de resíduos do município. Apesar dos discursos das prefeituras no sentido de apoiar a autonomia das cooperativas, observa-se uma tendência geral de tutelar e capitalizar a atuação das cooperativas/associações. No caso de Londrina, cerca de quatro ONGs possuem sede própria, e as demais operam em galpões que a prefeitura aluga apenas por um ano, após o qual a ONG assume todas as responsabilidades.

CONCLUSÃO

A experiência de Londrina representa uma mudança paradigmática na gestão de resíduos sólidos principalmente por adotar a modalidade de contratação de coleta de lixo por preço global. Com isso, pode ser considerada uma política de governo ousada, pois contraria os interesses econômicos das empresas de coleta de lixo e aponta para um caminho no qual a redução da geração dos resíduos, a inclusão social e a melhoria da eficiência dos programas de coleta seletiva de lixo tornam-se fundamentais para a melhoria da qualidade de vida e, conseqüentemente, para o futuro da humanidade.

Iniciativas como esta devem ser valorizadas, divulgadas e podem ser replicadas em realidades distintas, levando em consideração as particularidades e dificuldades existentes nos diferentes municípios. ■

Programa Escola do Campo

Araraquara - SP

Programa Escola do Campo

Hironobu Sano ¹
Juliana Speranza ²

Introdução

O resgate da qualidade na educação pública é um tema com o qual os governantes sempre se defrontaram e que agora também se apresenta para a sociedade civil. Resultados positivos têm sido alcançados em escolas que valorizam a cultura local, implantam uma gestão democrática e são capazes de tecer parcerias.

Este desafio se apresenta não somente para as escolas dos centros urbanos, mas para suas congêneres na zona rural. Com o Programa Escola do Campo, o município de Araraquara mostra que o êxito também é possível nas áreas rurais. Ao resgatar e valorizar a cultura do homem do campo e promover a efetiva participação da comunidade nos projetos escolares, a escola foi transformada no ponto de referência da comunidade, em torno da qual florescem as esperanças de um futuro digno.

Para uma melhor compreensão dos caminhos trilhados pela Escola do Campo, é preciso conhecer um pouco mais da cidade de Araraquara e região, seus aspectos econômicos e o histórico dos assentamentos rurais.

A Morada do Sol

O município de Araraquara, fundado em 1817, fica na região central do Estado de São Paulo, a 270 km da capital, sendo também conhecido como a Morada do Sol.

¹ Mestre e Doutorando em Administração Pública e Governo pela FGV-EAESP.

² Economista e Mestre em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ).

Suas origens remontam à abertura de um caminho alternativo para se chegar às minas de ouro em Cuiabá e, a partir de então, a cidade se desenvolveu junto com os ciclos do ouro e do café³.

Nas últimas décadas, o município deixou para trás este caráter rural e, de seus 182.471 habitantes⁴, a população rural corresponde a apenas 4,9%. Sua economia se destaca, entre outras atividades, pela produção de laranja e cana-de-açúcar.

Quanto à oferta de serviços educacionais públicos, existem 32 escolas de ensino infantil; 39 de ensino fundamental de 1ª a 8ª série, das quais 10 são municipais; e 10 de ensino médio estaduais. Do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF), Araraquara recebe cerca de R\$ 4 milhões anuais.

Das escolas municipais, três fazem parte do Programa Escola do Campo, sendo que duas se localizam em assentamentos rurais. O primeiro assentamento resultou da ocupação da Fazenda Monte Alegre, em 1985, propriedade que pertencia à FEPASA, entidade ainda ligada ao governo do Estado de São Paulo. A segunda área de ocupação ocorreu nas terras da Usina Tamoio que em 1988 foi desapropriada pelo Instituto Nacional da Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

Em busca de um programa para as Escolas do Campo

A oferta da educação fundamental no município de Araraquara foi sempre marcada pela presença do governo estadual que, em 1997, atendeu a 22.823 alunos⁵. Somente no ano seguinte, com a efetiva implantação do FUNDEF, o município assumiu seus primeiros 785 alunos. Em 1998, o número de matrículas saltou para 3.326, e atingiu cerca de 5.100 alunos em 2003. Mesmo com tal elevação, a rede municipal atende a menos de 25% dos alunos do ensino fundamental. No processo de municipalização foram priorizadas escolas estaduais localizadas na periferia que, de acordo com os critérios da Secretaria Municipal de Educação, tinham menos recursos e estavam “mais abandonadas”.

Quanto à educação na área rural, de acordo com dados da Secretaria de Educação de Araraquara, o município contava, em 1984, com 31 escolas rurais de 1ª a 4ª séries do ensino fundamental, todas estaduais. Na segunda metade daquela década, ocorreu um processo de fechamento de 29 escolas rurais, resultando na transferência dos alunos para a cidade. Assim, em 2001, quando a atual gestão

* A visita contou também com a colaboração técnica da Pedagoga e Mestra em Administração Pública e Governo (FGV-EAESP) Lília Asuca Sumiya.

³ Informações extraídas do site da prefeitura de Araraquara: www.araraquara.sp.gov.br

⁴ Dados sobre a população de Araraquara e seus indicadores sociais foram obtidos nos sites do IBGE (www.ibge.gov.br).

⁵ Dados do Sindicato dos Professores do Estado de São Paulo (APEOESP).

assumiu o governo municipal, estavam em funcionamento apenas três escolas rurais, duas das quais municipais e a outra estadual, que atendiam a 228 alunos. Uma característica marca duas destas escolas: estão localizadas em áreas de assentamento, e a terceira está numa área limítrofe entre os assentamentos e fazendas da região.

É neste cenário que surge o Programa Escola do Campo, que tem como objetivos desenvolver um projeto específico para o campo, democratizar o acesso à educação, promover a cidadania no campo, desenvolver a auto-estima dos educandos e implantar um modelo de desenvolvimento agrário sustentável que estimule a permanência do homem no campo.

Para orientar as ações na área da educação, foi realizada entre junho e agosto de 2001 (primeiro ano do atual governo municipal), a I Conferência Municipal de Educação de Araraquara, que discutiu e apresentou os resultados de um trabalho que se iniciou em janeiro do mesmo ano. Em abril também foi realizado o Fórum Municipal de Educação e formados os Grupos de Trabalho Temáticos responsáveis pela sistematização de propostas levadas à Conferência. As diretrizes para a Escola do Campo saíram do Grupo de Trabalho de Escola Rural:

- implementação de uma proposta pedagógica para o campo;
- desenvolvimento de um programa específico de formação continuada de educadores do campo;
- a municipalização do ensino na Escola Estadual Prof. Hermínio Pagotto⁶, garantindo um ensino combinando a reflexão teórica com a atuação prática no campo [...], além do fortalecimento dos vínculos com a família e a terra;
- implantação da Educação Infantil, através de convênio com o Centro de Desenvolvimento Comunitário do Assentamento Bela Vista;
- implantação de atendimento na rede municipal de ensino, da 5ª a 8ª séries do Ensino Fundamental, a partir de 2002, com proposta especial voltada ao homem e à mulher do campo;
- implantação do Programa de Educação Complementar nos Assentamentos Bela Vista e Monte Alegre, através dos Centros de Desenvolvimento Comunitário,
- inclusão de bibliografia pertinente à realidade da comunidade rural.

⁶ A Escola Prof. Hermínio Pagotto localiza-se numa área de assentamento rural e sua municipalização foi uma reivindicação da comunidade local.

Estas reivindicações apontam para a necessidade e a importância de uma proposta pedagógica voltada exclusivamente para o campo, diferenciando-a da proposta das escolas localizadas em zonas urbanas. A proposta deveria levar em consideração também a ampliação do atendimento, inicialmente limitada aos primeiros anos do ensino fundamental, e a capacitação dos professores, com base em um programa específico de formação.

De acordo com Alexandre Luis Martins de Freitas, Coordenador Administrativo, uma vez definidas as diretrizes, o próximo passo foi partir para a construção de um projeto próprio, etapa que contou com a participação de educadores, pais, educandos e colaboradores do projeto: alunos de graduação e pós-graduação da UNESP, USP, UFSCAR; representantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), da ONG Brincadeira de Criança e do Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP). A Secretaria divulgou por meio de cartazes e contato “boca a boca” que se iniciara um processo de construção de um Projeto de Escola do Campo e convidou todos a participar.

As Escolas do Campo de Araraquara

O município conta atualmente com três Escolas do Campo de Ensino Fundamental (EMEF):

- EMEF Eugênio Trovatti, localizada no Distrito de Bueno de Andrada, com 183 alunos;
- EMEF Maria de Lourdes da Silva Prado, localizada no assentamento Monte Alegre, com 206 alunos;
- EMEF Hermínio Pagotto, localizada no assentamento Bela Vista, com 151 alunos.

As três Escolas do Campo, com uma média de 18 alunos por sala, oferecem educação infantil e fundamental I e II (até a 8ª série) e têm um formato diferenciado desde 2002, quando o atendimento neste nível de ensino foi ampliado para 9 anos (com ingresso aos 6 anos) o que aumentou em um ano o período de permanência na escola⁷.

Apesar do número reduzido de alunos, apenas os educandos de 4 e 5 anos (educação infantil) ficam numa mesma sala. Para todos os demais a divisão obedece ao critério de uma sala para cada série, ou seja, não existem classes multisseriadas como é freqüente em diversas outras escolas rurais do Brasil.

⁷ Apenas em 2006, o MEC passou a estimular nacionalmente a adoção do período de 9 anos pelos sistemas de ensino.

O custo anual de manutenção do Programa é de R\$ 923.000,00 sendo que a principal fonte financiadora é o FUNDEF. O custo anual de cada aluno matriculado nas Escolas do Campo é cerca de R\$ 1.710,00, valor maior que o custo dos alunos da cidade, de aproximadamente R\$ 1.100,00 por aluno/ano. A diferença é justificada, segundo Freitas, em razão das características do programa rural, que envolve maior custo com transporte (ônibus para os alunos e professores) e menor número de alunos por classe por professor.

Para se chegar à atual configuração das Escolas do Campo, a Escola Estadual Professor Hermínio Pagotto foi inicialmente municipalizada, em dezembro de 2001. De acordo com o depoimento de uma mãe de aluno, a infra-estrutura da escola estadual era precária e os professores faltavam muito devido à dificuldade de acesso, fatores que levaram a comunidade a reivindicar a municipalização.

A implantação de um projeto específico para o campo não se configurou em um processo simples. Houve resistência de muitos educadores, em particular da Escola Eugênio Trovatti e até uma manifestação coletiva foi enviada para a Secretaria de Educação. Neste documento, os professores apresentaram diversas razões para a não inclusão da escola no Projeto, entre as quais: “na entrada do distrito há uma placa em que está escrito ‘perímetro urbano’”, “os moradores do distrito pagam IPTU e não o imposto sobre propriedade rural”. Estes argumentos procuravam caracterizar a escola como localizada na área urbana, o que tornaria desnecessário implantar um programa de escola rural. Como o trabalho não poderia ser imposto, a Escola foi inicialmente excluída, reforçando a autonomia dos professores na determinação do projeto pedagógico da escola.

Os Conselhos Escolares também são atuantes e ampliam as possibilidades de vivência da democracia tanto para a equipe escolar quanto para os pais dos alunos. Um exemplo citado pela diretora da Escola Hermínio Pagotto é o debate sobre o destino dos recursos do Programa Dinheiro Direto na Escola, do MEC. Apesar de representar uma verba de cerca de R\$ 1.000,00 por ano, a prática contribui para fortalecer a participação da comunidade no destino da escola, aumentando o senso de responsabilidade e a auto-estima.

A ampliação do ensino fundamental nas escolas rurais para 9 anos, com ciclos de 3 anos, atendeu a uma demanda das comunidades rurais. Após o ensino fundamental I (1ª a 4ª série), os alunos eram obrigados a se deslocar para a área urbana para estudar, criando um “choque” cultural e ficando expostos à discriminação por parte dos alunos da cidade. De acordo com uma das mães entrevistadas, suas filhas mais velhas, que estudaram na cidade, eram chamadas de “pés-vermelhos”, numa alusão à coloração que os sapatos adquirem quando ficam impregnados com o pó avermelhado típico da zona rural. Este tipo de situação foi

também relatada por muitos professores e membros da comunidade e se tornou, inclusive, tema de uma dissertação de mestrado desenvolvida na UNESP.

Assim, com a ampliação do ciclo, aumentou a identificação dos alunos com a escola e muitos, mesmo cursando o ensino médio na cidade, fazem da escola do campo um local de frequência constante, indo em busca de contato com antigos professores e colegas ou usando os espaços da escola como locais de socialização.

Uma proposta pedagógica inovadora

Uma das principais propostas dos ciclos de formação é desenvolver os currículos de acordo com “complexos temáticos, ou seja, dos temas geradores obtidos junto à comunidade escolar”, conforme relatou Adriana Caravieri, diretora da Escola Hermínio Pagotto. Estes temas geradores são trabalhados em atividades de classe, mas principalmente em trabalhos de campo.

Entre as várias atividades que promovem a interação entre a teoria e a prática do homem do campo, a cozinha experimental é uma das que fazem mais sucesso entre os alunos. A cada aula prática na cozinha da escola é preparado um prato, seguindo o programa do professor ou sugestão dos alunos. Para cada receita são trabalhados conceitos de matemática (fração, operações aritméticas, etc.), história e geografia (origem do prato, cultura, etc.), biologia (leguminosas, raízes, tubérculos, etc.). A língua portuguesa é trabalhada numa aula posterior, na qual os alunos relatam o processo de preparação do prato. Muitas vezes os alunos levam para a aula os produtos colhidos no quintal de casa, prática que também contribui para aumentar a sua auto-estima e valorizar a atividade agrícola de sua família.

Na Escola Eugênio Trovatti, por sua vez, foi construído um galinheiro por demanda dos próprios alunos, responsáveis por alimentar as aves e por recolher os ovos. Para aproveitar melhor esta atividade, foi proposto aos alunos um estudo sobre sua viabilidade econômica, uma vez que envolve gastos com a compra de ração, manutenção da estrutura, entre outros aspectos, bem como disponibilizada uma cópia da nota fiscal ao professor de matemática.

Uma outra prática comum nas escolas é a visita dos alunos aos lotes dos assentados, como parte das atividades curriculares, para conhecimento das atividades da propriedade – uma oportunidade de relacionar a vida real com a matéria curricular, tornando a aprendizagem muito mais significativa. A prática democrática é incentivada entre os alunos, principalmente no grêmio escolar. A participação dos alunos nas decisões é tão importante que a construção da quadra de esportes foi uma resposta às suas demandas. E,

para que os alunos não fiquem restritos ao seu próprio ambiente, ocorrem visitas à cidade para conhecerem museus, teatros e para se familiarizarem com o próprio ambiente urbano. Alunos de escolas da região central também visitam seus colegas do campo, num trabalho de aproximação e redução do preconceito.

O calendário escolar também reflete a realidade do campo. Fazem parte das comemorações e atividades culturais datas como o dia internacional de luta camponesa (17/04), dia da luta indígena (19/04), entre outras.

Os educadores do campo

Uma vez superada a resistência de alguns educadores em relação aos princípios da Escola do Campo, foi necessário superar outras dificuldades. A principal é a rotatividade dos docentes devido, principalmente, à distância que precisa ser vencida para se chegar às escolas, associada aos baixos salários.

Uma primeira ação foi disponibilizar um sistema de transporte exclusivo para deslocamento entre a cidade e o campo. A segunda iniciativa corresponde a um projeto de lei municipal para que os professores das Escolas do Campo recebam um adicional de 10% nos vencimentos.

A preocupação com a formação continuada dos professores tem sido alvo de intervenções e eles têm participado de cursos oferecidos pela Secretaria de Educação, processo que deve se intensificar com a conclusão do Centro de Desenvolvimento dos Professores.

Os educadores, além de sua atuação em sala de aula, também exercem certa influência sobre os rumos do assentamento. Isto porque os assentados de Bela Vista estão atualmente divididos em dois grupos: o primeiro e maior é composto por aqueles que seguem as diretrizes da reforma agrária e utilizam a terra para o plantio de subsistência e venda da produção excedente. Um segundo grupo é formado por colonos que simplesmente arrendam suas terras para as usinas da região plantarem cana-de-açúcar, contrariando as prerrogativas da reforma agrária.

Os assentados do segundo grupo, além de sofrerem pressão do governo federal para que se dediquem à agricultura de subsistência, acabam sofrendo pressão da própria comunidade e também de seus filhos. Esta pressão ocorre porque as questões relativas à reforma agrária, quando trabalhadas em sala de aula, acabam por trazer à tona a discussão sobre a postura dos pais dos alunos. Assim, mesmo que os professores adotem uma postura politicamente neutra, os alunos que têm pais no segundo grupo percebem que eles não estão agindo de acordo com as regras estabelecidas e, quando regressam ao lar, acabam por conversar sobre o tema com eles, pressionando-os para que deixem de arrendar a terra.

As Parcerias da Escola do Campo

As comunidades no entorno das Escolas do Campo podem ser vistas como as principais parceiras, que se envolveram desde o momento da concepção do Projeto. Além da população, participaram universidades, ONGs e voluntários. A parceria entre a universidade e o MST também está gerando novos frutos, pois além de participarem de encontros promovidos pelo movimento, quatro vagas num curso de pedagogia da terra⁸, a ser realizado na USP, foram reservadas aos assentados. As escolas também mantêm convênio com a UNESP que, semanalmente, oferece atividades de prevenção da saúde bucal. Ainda no âmbito acadêmico, a Escola Hermínio Pagotto abre espaço para que alunos de pós-graduação realizem pesquisas, cujos resultados podem contribuir para uma melhor compreensão do alcance e das limitações do programa.

No âmbito inter-governamental, uma parceria entre as Secretarias de Educação e de Esportes leva às escolas o projeto Escolinhas de Esportes, no qual instrutores orientam práticas esportivas. Um primeiro resultado pode ser observado no desempenho dos alunos das Escolas do Campo na I Olimpíada Municipal de esportes, redação e desenho: com cerca de 10% dos alunos de toda a rede municipal, os alunos das 3 escolas do campo conquistaram 35% das medalhas em disputa.

No assentamento da Bela Vista, a parceria na área da saúde ocorre diretamente entre a direção da Escola Hermínio Pagotto com os membros do Programa Saúde da Família (PSF). Além das visitas regulares dos agentes de saúde aos moradores do bairro, são realizadas palestras sobre diversos temas. E, para reduzir o alto índice de hipertensão e diabetes, principalmente na população acima de 45 anos, esta mesma parceria permitirá a construção de uma pista de caminhada ao redor da escola. A construção se justifica uma vez que as ruas locais não são pavimentadas e estão cheias de buracos e pedras, podendo provocar acidentes.

O espaço da escola é ainda utilizado para outras atividades: a alfabetização de adultos por meio do programa Movimento para Alfabetização (MOVA), cursinhos populares nas unidades de Bela Vista (desde 2001) e de Monte Alegre (desde 2004), mediante convênio com a UNESP.

Considerações finais

A busca por um programa específico para a realidade do campo é um processo em construção no município de Araraquara. Contando com o apoio político da Secretaria de Educação e do próprio prefeito, os

⁸ A pedagogia da terra é inspirada no educador Paulo Freire. N° de Inscrição: 47/2004

diferentes atores foram envolvidos no processo para que, em conjunto, construíssem sua própria escola.

Os primeiros resultados mostram que as três Escolas do Campo atendem a 100% das crianças da região que estão em idade escolar. Outra informação relevante é o índice de evasão: desde a implantação do programa nenhuma criança abandonou a escola, reflexo do intenso trabalho de acompanhamento realizado pela equipe escolar. Esta avaliação torna-se relevante quando contrastado com os dados do INEP 2003, que apontam para um índice de conclusão do ensino fundamental de apenas 40% nas áreas rurais.

Um resultado qualitativo somente pode ser avaliado *in loco*: a satisfação das crianças que freqüentam estas escolas. Em uma entrevista, uma garota disse: “eu prefiro estudar aqui porque é muito mais quieto que na cidade e é muito mais gostoso”. Este resultado surpreendeu até mesmo os técnicos da Secretaria. Uma delas revelou: “quando vieram com o Projeto da Escola do Campo, pensei que isto isolaria ainda mais as crianças das áreas rurais, pois eu mesma cresci no sítio e a escola era o único momento em que eu podia ter contato com a cidade. Mas hoje, vendo as crianças tão alegres e conscientes de seu espaço, percebo que estamos no caminho certo”.

Um incentivo adicional para os alunos é que um dos professores reside no próprio assentamento. Além de ser filho de um assentado, ele se graduou em pedagogia na UNESP e retornou ao seu local de origem para atuar como educador.

Apesar dos avanços, alguns desafios se apresentam às Escolas do Campo. Um deles é prover conexão com a Internet, desafio que se torna ainda maior quando se leva em consideração que toda a região do assentamento de Monte Alegre sequer possui telefone.

Um outro desafio é oferecer o ensino médio na zona rural. Além da própria demanda, a importância de se valorizar os jovens nesta faixa etária reside no fato deles já poderem ser empregados nas propriedades rurais como força de trabalho e, conforme apontam os estudos, é a faixa etária em que o abandono escolar é maior. Este é um desafio que exigirá uma articulação junto ao governo do Estado, pois, segundo a Lei de Diretrizes e Bases, a responsabilidade pelo ensino médio é da esfera estadual.

Transformar a escola num espaço democrático e de respeito aos valores do homem do campo foi o primeiro passo na construção de um projeto de Escola do Campo. O envolvimento da comunidade local nas atividades da escola tornou possível não somente resgatar o espaço da

escola, mas também a transformou no núcleo central da comunidade, em torno da qual acontecem muitas outras atividades.

O resgate da auto-estima e a valorização do homem do campo podem ser verificados no relato de um dos alunos, filho de um assentado, que, quando perguntado sobre seu futuro profissional, afirmou: “quero ser o que já sou agora: Fazendeiro”. ■

Programa Legislativo Interativo e Participativo

Santa Terezinha – MT

Programa Legislativo Interativo e Participativo Santa Terezinha – MT

Rafael Martins¹

Contextualização da experiência

Entre os anos de 1997 e 2000, o município de Santa Terezinha (MT) sofreu com uma administração municipal marcada por suspeitas de corrupção, práticas clientelísticas e desmandos. Na tentativa de reverter este quadro, a população apostou em mudanças e elegeu um novo prefeito para o período 2001-2004, que ao invés de restabelecer a boa gestão dos recursos e das políticas públicas, manteve a conduta de seu antecessor, conduzindo o município a uma situação insustentável.

Em 2001, a Câmara dos Vereadores do município criou uma Comissão Processante de Investigações (CPI) para apurar irregularidades administrativas do Poder Executivo, motivada por denúncia de um morador da cidade. As investigações comprovaram a gravidade das denúncias: a contratação de serviços sem licitação, a realização de serviços em área particular com recursos públicos, somadas à emissão de inúmeros cheques sem fundo, o atraso em mais de seis meses no pagamento dos salários dos funcionários públicos, além da sonegação de informações e o afastamento irregular dos conselheiros do Conselho Tutelar da Criança e do Adolescente. O trabalho da CPI resultou na cassação do Prefeito Reginaldo Honorato de Amorim (PSDB) no dia 28 de junho de 2002, em um processo que contou com intensa participação popular, que serviu inclusive para proteger alguns vereadores que estavam sendo ameaçados de morte por pistoleiros e pessoas próximas do então prefeito.

¹ Graduado em Administração Pública e Governo pela FGV-SP e pesquisador da rede LogoLink (Learning Initiative on Local Governance) no Pólis – Instituto de Estudos, Formação e Assessoria em Políticas Sociais.

Esse apoio teve seu ponto máximo quando uma multidão de moradores composta em grande parte por trabalhadores rurais e índios, se revezava dia e noite na porta da prefeitura impedindo que o prefeito, já afastado do cargo, entrasse na prefeitura mesmo de posse de liminar da Justiça e acompanhado pela polícia militar. Existia o temor de que o acesso dele ao gabinete do Chefe do Executivo provocasse o desaparecimento ou destruição de documentos importantes para a sua condenação pelo Judiciário.

É nesse contexto de instabilidade política, grave crise financeira da prefeitura e do município e participação ativa da população, antes mesmo da cassação do prefeito, que nasce o Programa Legislativo Interativo e Participativo de Santa Terezinha. A iniciativa surgiu quando um grupo de quatro vereadores nos primeiros meses de mandato resolveu levar ao conhecimento da população as matérias em debate, como estratégia para tornar públicos os assuntos em questão.

O MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA

O município de Santa Terezinha obteve sua emancipação em 1980. Está localizado no nordeste do Estado do Mato Grosso, às margens do Rio Araguaia. Distante quase 1.500 Km da capital do estado, Cuiabá, o acesso ao município somente pode ser feito por estradas de terra – que no período das chuvas ficam praticamente intransitáveis para veículos comuns – restando somente as voadeiras² ou veículos equipados com tração 4x4. A extensão territorial é de aproximadamente de 6.451 Km² e o município faz divisa ao norte com o Estado do Pará e ao leste com o Estado de Tocantins. Sua população é estimada em 6.474 habitantes³ e apresenta uma grande diversidade étnica e cultural, tendo dois povos indígenas habitando quatro aldeias: os Tapirapé e os Carajás, que somam cerca de 500 pessoas. O Índice de Desenvolvimento Humano do Município (IDH-M) é de 0,665, um dos mais baixos do Estado do Mato Grosso. A taxa de mortalidade infantil é de 56 por 1000 nascimentos e apresenta um número de analfabetos correspondente a 22% de sua população maior de 15 anos contra 12% comparado à média do estado.

O PROGRAMA LEGISLATIVO INTERATIVO E PARTICIPATIVO

Aproveitando o momento de forte mobilização da sociedade e a participação ativa da população no período posterior à cassação do prefeito, a Câmara dos Vereadores

² Trata-se de um tipo de lancha utilizada para navegação em rios.

³ Fonte: IBGE, Cidades@, 2003.

de Santa Terezinha começou a realizar uma série de ações com os seguintes objetivos: a) tornar de conhecimento público as atribuições constitucionais da Câmara Municipal, atraindo a população para participar de ações da Câmara e; b) democratizar as ações e o acesso ao Poder Legislativo. Essas ações não eram bem compreendidas – nem pela população nem pelos nove vereadores – como um programa estruturado e sistemático da Câmara, mas estavam relacionadas com uma mudança de postura da própria instituição liderada por um grupo composto pela maioria dos vereadores. Essas mudanças estavam orientadas por um desejo de exercer o mandato de vereador de uma forma mais transparente, democrática e participativa. Não houve inspiração em outras iniciativas do Poder Legislativo, mas sim em experiências de participação popular que incentivavam e valorizavam a participação da população e que se consubstanciaram na criação das atividades que são destacadas na seqüência.

Sessões Ordinárias na Zona Rural

Entre as ações mais importantes e inovadoras que o programa passou a executar estão as Sessões Ordinárias da Câmara Municipal na zona rural do município com o intuito de aproximar a população dessas localidades das ações do Poder Legislativo, ampliando o diálogo com a sociedade tanto nas atribuições de fiscalizar o Poder Executivo quanto na de legislar em favor do município. A idéia é que os vereadores possam dialogar com a população nas suas comunidades, que muitas vezes são distantes mais de uma hora de carro do centro urbano do município, e fiscalizar as ações do Poder Executivo – por exemplo, quanto à situação das estradas e das escolas.

Até o ano de 2004 foram realizadas cinco sessões em núcleos rurais e todas contaram com a participação intensa da comunidade e a presença dos vereadores. A realização de Sessões Ordinárias fora da sede da Câmara Municipal não está prevista no seu Regimento Interno. Assim, para que as Sessões acontecessem nas cinco comunidades foi necessário que a Câmara conseguisse, para cada uma delas, autorização do Juiz responsável pela COMARCA localizada no município vizinho de Vila Rica (distante aproximadamente 150 Km).

Não houve um critério definido para a escolha de quais comunidades receberiam as sessões em primeiro lugar. A Câmara foi atendendo as localidades orientada pelas condições climáticas da região. Isto porque durante os meses de novembro e fevereiro, o município é castigado por fortes chuvas. Dessa maneira, segundo os vereadores, o critério utilizado para definir a ordem das sessões nas zonas rurais foi a possibilidade de acesso à comunidade.

A população é mobilizada por meio do uso de carro de som, pela distribuição de convites aos alunos da rede municipal e também pela fixação de faixas em

lugares públicos e de fácil visualização. Lideranças populares e setores organizados da sociedade também são convidados e desempenham um papel importante no processo de diálogo entre os vereadores e o restante da população.

Quando os vereadores tomaram a decisão, incluída no seu planejamento de atividades do biênio 2003/2004, a Câmara não possuía um veículo próprio que pudesse transportar os vereadores e funcionários até as localidades. Para resolver este problema foi adquirido um veículo VW GOL 1.0 que possibilitou a realização do contato direto dos vereadores com a população. Por meio de uma parceria, também conseguiram que a Secretaria Municipal de Educação disponibilizasse um ônibus escolar para transportar as pessoas até o local da sessão.

Como forma de se criar um canal direto de interlocução entre os vereadores e a população, foi instituído durante a sessão o espaço “Palavra Livre”, uma oportunidade que os moradores têm de fazer perguntas aos vereadores, propor idéias, expressar demandas e fazer reivindicações. As sessões contam com o apoio da prefeitura que fornece os espaços físicos, geralmente escolas da rede pública de ensino e transporte aos moradores. A iniciativa também conta com o apoio do IBAMA e da Política Militar do Estado do Mato Grosso.

Conferências Municipais

A Câmara Municipal também foi responsável por organizar Conferências Municipais, em parceria com a prefeitura e a sociedade civil organizada, através de Decreto Municipal que definia um Regimento Interno de funcionamento que garantisse a paridade na participação e na deliberação. Foram realizadas quatro conferências sendo três na zona urbana e uma na aldeia indígena. Na área urbana foram organizadas Conferência das Cidades, Conferência da Saúde e Conferência Infante-Juvenil e de Meio Ambiente. Essa última também foi feita na aldeia indígena de Karajá da comunidade de Itxalá.

As conferências contaram com a ampla participação de movimentos sociais, conselhos municipais, sindicato de trabalhadores rurais, associações de moradores, Igrejas evangélicas e demais setores organizados da sociedade. A prefeitura apoiou a iniciativa da Câmara fornecendo os espaços físicos, ônibus para transporte dos participantes e lanche para a realização das conferências. Apesar do balanço bastante positivo realizado pelos vereadores e a população sobre as conferências, um ponto negativo apontado foi a fraca participação do prefeito e dos secretários no processo de discussão. Desejava-se que o Poder Executivo estivesse mais próximo da reflexão sobre o município e contribuísse com o processo de diagnóstico das dificuldades, comprometendo-se com as soluções. Mesmo assim, para os vereadores, “a população demonstrou interesse em participar mais dos debates sobre os problemas do município interferindo na formulação e implementação das

políticas públicas”. O apoio da prefeitura foi exclusivamente financeiro, arcando com custos de materiais, lanches, transporte e cedendo os prédios das escolas utilizadas pela conferência.

LEGISLATIVO INTERATIVO

Não existem veículos de informação no município como jornais ou mesmo uma rádio comunitária. A maioria da população tem acesso a energia elétrica apenas em algumas horas do dia, já que toda a energia do município é gerada por motores e geradores de energia elétrica movidos a óleo diesel. Não existem linhas de transmissão de energia elétrica e o sistema de telefonia é analógico e precário, ainda não possibilitando o acesso à internet.

Neste contexto, o fato de uma maioria dos vereadores ter aberto as portas da Câmara à população por meio de mandatos mais democráticos e transparentes conduziu a Câmara a um processo de modernização para atender essas novas necessidades e buscar soluções para problemas que a população enfrentava há vários anos. Isto demandou que a Câmara aumentasse o número de funcionários, fizesse investimentos em computadores e treinamento para seus funcionários e comprasse uma antena para ter acesso à internet via rádio.

Para isso, a Câmara fez um convênio com o Programa Interlegis⁴ do Congresso Nacional em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para dar suporte e aumentar o seu relacionamento com o Poder Legislativo estadual e federal. O Interlegis forneceu um computador e uma impressora, além da capacitação de um funcionário. Coube à Câmara comprar uma antena e contratar o serviço de Internet via rádio. Tanto a vinda do equipamento no âmbito do Programa Interlegis e o investimento no acesso à Internet, quanto o outro computador que foi posteriormente comprado, foram fundamentais, pois a Câmara não possuía computador até então. A partir daí, a Câmara iniciou a modernização e informatização de seus documentos e processos, além da possibilidade de ser informada com agilidade sobre mudanças nas legislações estadual e federal e acessar notícias de interesse da população que a Câmara recebe por correio eletrônico.

⁴ O Interlegis é um programa desenvolvido pelo Congresso Nacional, em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), de modernização e integração do Poder Legislativo nos seus níveis federal, estadual e municipal e de promoção da maior transparência e interação desse Poder com a sociedade. Os meios utilizados são as novas tecnologias de informação que permitem a comunicação e a troca de experiências entre as Casas Legislativas e os legisladores e entre o Poder Legislativo e o público, visando aumentar a participação da população no processo legislativo. Para mais informações, ver: www.interlegis.gov.br

Uma outra ação importante que a Câmara passou a prestar à população é a orientação e assessoria em relação a documentos tanto para cidadãos quanto para cooperativas e associações. A falta de orientação no passado deixou muitas pessoas e entidades sem chances de poder participar de programas do governo federal e estadual. Problemas sobre cadastro no INSS e o acompanhamento dos pagamentos de aposentados são demandas recorrentes neste trabalho da Câmara. Por conta da grande demanda por este tipo de assessoria, a Câmara recebeu a doação de mais um computador, além de outro que foi emprestado pela prefeitura, totalizando quatro computadores para nove vereadores e oito funcionários. Um destes computadores é dedicado somente a este tipo de trabalho e fica à disposição da população durante o horário de funcionamento da Câmara.

RECURSOS FINANCEIROS E PARCERIAS

Não é fácil saber, tampouco estimar, o gasto anual do Programa Legislativo Interativo e Participativo de Santa Terezinha. Como dito anteriormente, o programa é muito mais uma mudança de postura da Casa Legislativa que passou a desempenhar um conjunto amplo de novas ações e atividades não comuns em outras localidades com o mesmo perfil, do que projetos estruturados que recebem recursos definidos no orçamento.

Em 2003, o orçamento total destinado à Casa Legislativa do município foi de aproximadamente R\$ 265.000,00 e em 2004 este valor foi de R\$ 270.000,00. Segundo a presidente da Câmara, Vereadora Dagmar Aparecida Gatti, cerca de 20% de seu conjunto orçamentário é gasto com despesas de manutenção e alguns novos investimentos em atividades diretamente relacionadas às ações do programa.

A Câmara estabeleceu parcerias com várias entidades, órgãos e inclusive a prefeitura municipal, principalmente com a Secretária de Educação, para a realização das Sessões na zona rural e também no processo de realização das Conferências das Cidades. Entre as organizações que apoiaram e participaram mais ativamente do programa estão a Prefeitura Municipal de Santa Terezinha – apoiando pontualmente gastos de transporte, lanches e impressão de materiais –, o IBAMA, Associações de Pequenos Produtores Rurais, Associação de Educação, Assistência Social Nossa Senhora da Assunção – ANSA, Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Sindicato dos Profissionais da Educação do Ensino Público de Mato Grosso – SINTER, Prelazia de São Félix do Araguaia e Igrejas evangélicas.

RESULTADOS E DESAFIOS

O programa foi implementado por um grupo de seis vereadores que ao assumirem seus mandatos uniram-se em torno da tentativa de exercerem suas atribuições constitucionais de maneira democrática e participativa, fiscalizando o Executivo Municipal e informando os cidadãos em relação às ações dos gestores públicos. Essa união levou à cassação de um prefeito no ano de 2002 com ampla participação popular e os vereadores confirmaram a importância da população perto das ações do legislativo municipal acompanhando os trabalhos. Assim, no seu planejamento para o ano seguinte (2003), decidiram adquirir o veículo para dar mobilidade aos vereadores e as sessões ordinárias na zona rural puderam acontecer.

Durante conversas com cidadãos em diferentes comunidades, os depoimentos apontaram para um grande ganho de credibilidade da Câmara dos Vereadores como instituição, não ficando restrito a um ou outro vereador. Todos conseguiram perceber uma diferença de postura entre as legislações anteriores e a atual. As pessoas sentem-se livres agora para ir à Câmara quando têm um problema, fato que não era comum no passado. Muitos também demonstraram um sentimento de agradecimento e ficaram honrados quando os vereadores foram até as suas comunidades, conversaram com a população, anotaram suas demandas e cobraram ações da prefeitura como a reforma das escolas municipais, estaduais, abastecimento de água, etc. Hoje a população vê a Câmara como um aliado na busca de solução para problemas que, muitas vezes, fogem de sua competência jurídica e administrativa.

Os grandes desafios enfrentados pelo programa começam pelo nível limitado de capacitação em assuntos jurídicos dos próprios vereadores e dos demais funcionários da Câmara dos Vereadores para atuar de forma mais ativa na condução dos trabalhos. Esta realidade cria a necessidade da Câmara contratar uma assessoria jurídica que implica gasto adicional no orçamento que já se encontra comprometido com o pagamento de pessoal, manutenção do veículo e dos computadores, além das demais despesas de custeio.

O programa pode ser disseminado e apresenta potencial de replicação por tratar-se de ações simples e práticas, realizadas com o próprio orçamento da Câmara que incentivaram uma gestão mais austera e responsável dos recursos públicos, além de oferecer novas formas de assistência à população que é extremamente carente de postos de atendimento, cartórios e agências bancárias.

Apesar da dificuldade e da falta de instrumentos de avaliação e gestão das ações, a experiência de Santa Terezinha aponta para um conjunto de características que pode nortear novas iniciativas de Câmaras Municipais

do mesmo porte e com características semelhantes a este município matogrossense, que representa a grande maioria dos municípios brasileiros. Inova em relação às Sessões realizadas na área rural e no atendimento dado à população, além de apresentar uma postura mais ativa do que o comum na maioria das Câmaras Municipais brasileiras. ■

MATERIAIS CONSULTADOS

IBGE. Disponível em: www.ibge.gov.br

BNDES. Banco Federativo. Disponível em: www.federativo.bndes.gov.br

Projeto de Lei que institui o Código de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara Municipal de Santa Terezinha.

Diversos recortes de jornais e revistas do arquivo da Câmara de Santa Terezinha referentes ao processo de cassação.

Material de arquivo da Comissão Processante que cassou o Prefeito Reginaldo Amorin em 28/06/2002.

Programa Estadual de Prevenção e Combate à Violência contra a Mulher

Estado do Mato Grosso do Sul

Programa Estadual de Prevenção e Combate à Violência contra a Mulher

Rita de Cássia Bento Barboza¹

Uma pesquisa realizada em outubro de 2001 pela Fundação Perseu Abramo com 2.500 mulheres apontou que 43% delas foram vítimas de alguma forma de violência de gênero. Um terço admitiu ter sido vítima de violência física, sendo que 24% sofreram desde ameaças com armas até o cerceamento da liberdade de ir e vir; 22% sofreram agressões e 13% foram vítimas de estupro conjugal ou abuso. A violência psicológica atingiu 27% das mulheres pesquisadas e 11% afirmaram já ter sofrido assédio sexual.

Mesmo atingindo tantas mulheres, essa violência muitas vezes não chega ao conhecimento dos órgãos públicos. A denúncia pública ocorre com mais frequência nas ameaças por armas de fogo, e mesmo assim o índice não ultrapassa 31% dos casos. Apenas 21% dos espancamentos e 19% das ameaças de espancamento são denunciados. Para isso, as mulheres costumam procurar a delegacia de polícia comum. A Delegacia da Mulher atinge apenas 5% dos casos de espancamento.²

As Delegacias da Mulher foram criadas em vários estados ao longo da década de 80, para dar às mulheres um atendimento diferenciado e livre de preconceitos, e, também, com mais acolhimento e dignidade, o que não acontecia nas delegacias comuns.

No Mato Grosso do Sul, a 1ª Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher (DEAM) foi inaugurada em Campo Grande em 1987. O debate sobre as questões de gênero nesse estado vinha ganhando destaque desde o final dos anos 1970, quando grupos feministas em todo o país lutavam para garantir os direitos às mulheres. Os movimentos de mulheres do Mato Grosso do Sul reivindicavam políticas específicas nas áreas de saúde, trabalho, habitação e educação (escolas e creches), etc.

¹ Assistente Social e Técnica Ambiental

² Os dados da pesquisa são citados em VIOLÊNCIA contra a Mulher, 2003; e estão disponíveis no *site* da Fundação Perseu Abramo (www.fpabramo.org.br).

Conforme compromisso assumido com esses movimentos, o governo do Mato Grosso do Sul tem procurado garantir os direitos das mulheres sul-matogrossenses e em 1999 implantou o Programa de Prevenção e Combate à Violência contra a Mulher.

Contextualização do Programa

Em 1998, foi eleito o governador José Orcírio Miranda dos Santos, mais conhecido como Zeca do PT. O governo estadual criou em 1999 a Coordenadoria Especial de Políticas Públicas para a Mulher (CEPPM) para viabilizar a transversalidade da temática de gênero dentro de suas secretarias. Com isso se pretendia garantir que os gestores públicos, ao elaborar as políticas públicas, atentassem para as questões de gênero.

A Coordenadoria tem como missão propor, elaborar, articular e coordenar políticas públicas para a mulher. Trata-se de uma política abrangente que inclui cursos de qualificação profissional; implantação de novas Unidades de Saúde da Mulher, alfabetização para mulheres adultas, campanhas publicitárias sobre questões de gênero, capacitação em gênero para profissionais do governo e da sociedade e controle social das políticas, por meio do Comitê Estadual de Mortalidade e Aleitamento Materno, do Comitê Estadual pelo Fim da Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes (CONCEX), da Comissão Estadual de DST/AIDS e do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher.

A CEPPM tem uma equipe de 11 pessoas (oito mulheres e três homens), com formação acadêmica variada na área de humanas (psicologia, serviço social, direito). O Programa de Prevenção e Combate à Violência contra a Mulher está inserido nessa política mais abrangente e tem ações específicas que procuram superar as mais variadas formas de violência contra as mulheres, principalmente a violência doméstica e sexual. Para que esse objetivo seja alcançado, foram planejadas várias ações coordenadas pela CEPPM.

Funcionamento do Programa

O Programa se divide em duas frentes: prevenção e combate à violência. Isso possibilita fomentar e articular ações envolvendo todos os atores do governo e da sociedade para promover mudanças significativas visando o fim da violência contra a mulher.

a) Ações preventivas

Entre as ações preventivas, a capacitação em gênero é fundamental para mudar os paradigmas que reforçam a prática de violência e o desrespeito, principalmente nas instituições públicas onde a mulher será atendida. Os profissionais de saúde,

educação, segurança pública, assistência social e de outras secretarias recebem capacitação continuada por meio de oficinas, cursos e campanhas com o recorte de gênero. Só no primeiro semestre de 2004 foram capacitadas 900 pessoas.

Também foram oferecidos cursos de capacitação sobre relações de gênero e direitos para as mulheres de movimentos sociais (Assentamentos Casa Verde e Nova Andradina), para as que participam de curso de qualificação profissional em vários municípios (inclusive em algumas aldeias indígenas no município de Miranda)³, para as que participam dos vários Conselhos (da Mulher, da Criança e Adolescente, da Assistência Social, entre outros), e para as mulheres inseridas no Programa Bolsa-Escola. A inclusão da disciplina “Relação de Gênero e Violência contra a Mulher” na grade curricular dos cursos de formação dos policiais civis e militares em Campo Grande representa um grande salto para melhorar a qualificação desses profissionais e para mudar os modelos conservadores e autoritários da corporação. Entre 2003 e 2004, aproximadamente 500 policiais passaram por esse treinamento.

Outro instrumento fundamental da atuação preventiva do Programa é a realização de campanhas publicitárias na TV, no rádio e em materiais impressos. Uma das campanhas divulga o telefone do SOS Mulher, serviço para o qual as mulheres podem ligar gratuitamente a fim de obter informações e orientações.

Na *Campanha do Laço Branco: homens pelo fim da violência contra a mulher*, lançada em 25 de novembro de 2003 (*Dia Internacional pelo fim da violência contra a mulher*), a CEPPM promoveu uma passeata em Campo Grande, da qual participaram homens e mulheres de diversos segmentos da sociedade, além de policiais civis, militares e bombeiros. O evento entrou para o calendário oficial da cidade. Já a campanha *Documentação Mulher Cidadã* busca fornecer documentos pessoais às mulheres que ainda não têm RG, carteira de trabalho ou certidão de nascimento.

Outra campanha inovadora realizada pelo Programa desde 1999 é a que promove a inclusão do nome da mulher na nota do produtor rural, a fim de que ela possa comprovar que trabalhou na propriedade e, com isso, requerer o benefício de aposentadoria.

No âmbito do controle social, vale destacar o Conselho Estadual dos Direitos da Mulher, que milita na defesa dos direitos e no controle social das políticas públicas para mulheres. Com a criação da Rede de Atendimento à Mulher em Situação de Violência Sexual, em 2003, o Conselho, que existe desde 1987, ganhou ainda mais legitimidade, pois passou também a ser uma das principais instituições a fazer parte dessa Rede, com o papel específico de fiscalizar o funcionamento dos serviços.

³ As comunidades indígenas do estado representam o segundo maior contingente indígena do país (SCAFFI, 2003). O trabalho da CEPPM com as mulheres indígenas é focado na geração de renda e nas oficinas de discussão que fazem parte dos cursos de formação. O recorte de gênero tem sido tratado, porém com mais cautela, tendo em vista a especificidade cultural dessas comunidades.

b) Ações de combate

No combate à violência foram planejadas três redes de atendimento às mulheres: a Rede de Atendimento à Mulher em Situação de Violência Sexual (já estruturada em Campo Grande), a rede de atendimento nos municípios do interior (que está sendo construída nos municípios de Dourados, Nova Andradina, Paranaíba, Naviraí e Mundo Novo), e a rede de apoio para subsidiar os serviços prestados às mulheres nos Centros de Atendimento e nas Casas Abrigo.

A Rede de Atendimento à Mulher em Situação de Violência Sexual em Campo Grande foi criada em março de 2003, integrando diversos órgãos governamentais: CEPPM, Secretaria da Justiça e Segurança Pública, Secretarias Estadual e Municipal de Saúde, Secretaria de Assistência Social, Procuradoria Geral do Estado e, representando a sociedade civil, o Conselho Estadual dos Direitos da Mulher (CEDM). Esses órgãos assumiram o compromisso de priorizar em seus serviços o atendimento às mulheres em situação de violência sexual.⁴

Graças à criação da Rede, os profissionais das Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher, dos postos de saúde e hospitais, bem como de outros órgãos do governo, recebem a mesma orientação sobre como atender a mulher em situação de violência sexual. O Instituto Médico Legal (IML), por exemplo, tem uma proposta de atendimento humanizado. Ao procurar esse serviço, a mulher encontra-se fragilizada física e emocionalmente, e por isso é recebida primeiramente por estagiárias de psicologia da Universidade para o Desenvolvimento do Pantanal (Uniderp). Vinculado ao IML funciona o Laboratório de DNA - nele são obtidas as provas para a punição criminal dos estupradores. Esse Laboratório é inédito no país: nos demais estados, tal serviço é oferecido gratuitamente à população de baixa renda nos casos de reconhecimento de paternidade no âmbito cível, mas não no âmbito criminal.

Na Saúde, as secretarias municipal e estadual têm assumido o compromisso de garantir o fornecimento dos medicamentos necessários às mulheres que sofreram violência sexual (*kits* com anticoncepcionais de emergência e remédios de prevenção a DST e AIDS). Na área da Segurança Pública, foram implantadas mais 11 DEAM's no período de 1999 a 2004, uma em Campo Grande, e o restante nos municípios-pólos. Para ajudar as mulheres a sair da situação de violência, foi implantado em Campo Grande o Centro de Atendimento Cuña Mbarete (em guarani, "mulher forte"), no ano de 1999, e o Centro de Atendimento Viva Mulher, em Dourados, no ano de 2001. Os Centros oferecem orientação por meio do disque S.O.S Mulher em todo o Estado; além de atendimento e acompanhamento social, psicológico, jurídico, grupo de apoio e reflexão, e a Defensoria Pública exclusiva, que tem sido referência para outros Estados.

⁴ A autora participou de uma reunião com representantes da Rede de Atendimento, na qual estava em discussão o aborto legal. Embora seja previsto na legislação para casos de estupro, o aborto ainda desperta polêmica e não existe um posicionamento institucional para garantir esse direito às mulheres que sofreram violência sexual.

A Defensoria Pública presta assistência jurídica gratuita nos Centros de Atendimento às mulheres que têm demandas judiciais como separação, pensão alimentícia, retirada do agressor da residência, entre outras. Só em Campo Grande, no período de 1999 a junho de 2004, foram realizados pela Defensoria Pública mais de 3 mil atendimentos e, pelo Centro de Atendimento, quase 9 mil.

As Casas Abrigo (uma no município de Campo Grande e outra em Dourados), têm como principal objetivo proteger as mulheres em situação de violência doméstica e sexual que correm risco de morte. Muitas dessas mulheres não têm para onde ir quando decidem romper com o ciclo de violência, já que nem sempre as casas de parentes ou de amigos são lugares seguros, pois os agressores poderão encontrá-las. A Casa Abrigo é um lugar seguro, de endereço sigiloso, onde a mulher terá um tempo para reorganizar sua vida. Na Casa Abrigo de Campo Grande são desenvolvidas atividades como acompanhamento técnico (social, psicológico e jurídico), oficinas temáticas, terapia individual e em grupo, atividades recreativas com as crianças, acompanhamento escolar, atividades de *yoga* e curso de computação.

O espaço físico da Casa prevê acomodação para portadores de deficiências e as mulheres são acomodadas com seus filhos em apartamentos separados (com quarto e banheiro exclusivo). A capacidade de atendimento é de aproximadamente 10 mulheres com seus filhos, sendo o período de permanência de três meses. Esse prazo pode ser prorrogado dependendo da situação.

Alguns depoimentos de mulheres que participam do Grupo Emoções (grupo psicológico) registrados pela psicóloga da Casa Abrigo de Campo Grande, demonstram a disposição das beneficiárias em reconstruir suas vidas: “Eu creio que vou sair desta com mais saúde, felicidade e paz”; “Desejo ser feliz com os meus três filhos, e sentir algo junto com eles, ser outra pessoa: transformada, ter alegria no coração”; “Hoje eu me sinto mais confiante e com o coração cheio de alegria e paz”.

No período de setembro de 2002 a agosto de 2004 foram atendidas 63 mulheres e 140 crianças. Após a saída das mulheres, a equipe oferece um acompanhamento que dura em média seis meses.

Parcerias e convênios

A CEPPM exerce um papel imprescindível na construção do diálogo entre os gestores e a sociedade civil com relação às questões de gênero. Para isso, conta com o estabelecimento de diversas parcerias, que viabilizam o funcionamento do Programa de Prevenção e Combate à Violência contra a Mulher:

- Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública: implantação de novas DEAM's no estado e a inclusão da questão de gênero na formação dos policiais civis, militares e bombeiros.

- secretarias estadual e municipal de saúde: fornecimento, pelos hospitais e centros de saúde, dos *kits* com os medicamentos de anticoncepção de emergência e de prevenção a DST e AIDS.
- Procuradoria Geral do Estado: reservou parte de seu orçamento para a criação da Defensoria Pública para a Mulher de Campo Grande, um serviço inédito no país.
- Universidade Estadual: parceria para o oferecimento de estágio aos alunos de Psicologia, o que pode estimular a reflexão sobre o recorte de gênero entre os futuros profissionais. Em contrapartida, essa parceria possibilita que o IML ofereça um atendimento mais humano às mulheres ao oferecer-lhes o atendimento por estagiárias de psicologia.

Com a Secretaria Estadual da Educação, no começo o diálogo foi mais difícil, tendo em vista os paradigmas sexistas que ainda norteiam as práticas educacionais. A CEPPM tem desenvolvido cursos de capacitação para a equipe de profissionais que atua diretamente com as crianças e adolescentes, além de oficinas com os pais e mães.

A Secretaria da Economia Solidária e do Trabalho, por meio de suas ações de geração de trabalho e renda, também constitui uma parceria importante, sobretudo para as mulheres que têm dificuldade de romper o ciclo de violência por depender financeiramente dos seus agressores. Os Centros de Atendimento e as Casas Abrigo, por outro lado, estão vinculados à Secretaria de Assistência Social.

Já a parceria com as Prefeituras tem viabilizado a criação da rede de atendimento à mulher vítima de violência no interior do Estado. No município de Aquidauana, por exemplo, a prefeitura criou uma Coordenadoria Municipal para implementar políticas locais direcionadas às mulheres, contando com a assessoria técnica da CEPPM.

A Coordenadoria também firmou alguns convênios com o governo federal (Ministérios da Justiça e da Assistência Social e Secretaria Especial de Políticas para Mulheres), para a efetivação de alguns projetos, entre eles a construção da Casa Abrigo em Campo Grande (R\$ 240 mil), a construção da Casa Abrigo de Dourados (R\$ 279 mil), a capacitação da rede de atendimento à mulher em situação de violência (R\$ 73 mil) e a compra de máquinas de costura para o curso de geração de renda (R\$ 20 mil).⁵

Resultados

Para a grande maioria das mulheres que fazem a denúncia, a delegacia especializada é uma “porta aberta” para a defesa e garantia dos seus direitos. Em Campo Grande, a 1ª DEAM atendeu de janeiro de 2001 a dezembro de 2003 aproximadamente 15 mil mulheres, e em todo o Estado, a rede de DEAM’s atendeu cerca de 20 mil mulheres. A inclusão da disciplina “Relações de Gênero e Violência contra a Mulher” na grade curricular do

curso de formação da polícia aponta para uma transformação profunda dessa instituição, historicamente considerada como conservadora e autoritária.

A rede de atendimento à mulher em situação de violência sexual, oficializada em março de 2003, traduz o esforço institucional de garantir, entre outras coisas, a agilidade e a resolutividade do crime de estupro. Segundo a delegada titular da 1ª DEAM de Campo Grande, os casos registrados como estupros na capital foram resolvidos por meio de exames de DNA. “Os resultados dos exames deram subsídios às investigações policiais para identificar os autores dos crimes, preservando as mulheres de outros traumas, como ter de reconhecê-los, prática que anteriormente era necessária”, disse a delegada.

Uma conquista política importante para a Coordenadoria foi sua participação no planejamento e na elaboração dos cursos de capacitação em gênero para os profissionais que atuam na área de educação. O trabalho da CEPPM foi além das ações pontuais que haviam sido realizadas nessa área até 2004 (palestras, oficinas, seminários, etc.), evidenciando a efetividade do diálogo entre a Coordenadoria e os gestores públicos.

Dificuldades

Uma das principais dificuldades do Programa, segundo a equipe da CEPPM, é o fato de que os recursos financeiros específicos para o Programa ainda não estão garantidos em todas as áreas do governo. Não se tem percentual orçamentário definido para novas ações do Programa. O funcionamento e a qualidade dos serviços ficam sujeitos à sensibilização e ao compromisso dos gestores.

Uma dificuldade ainda maior pode ser trazida pela troca de governo. Para enfrentar esse risco, a Coordenadoria vem trabalhando para formar gestores que possam atuar em todas as secretarias, assegurando não só que as políticas públicas tenham o recorte de gênero, mas também que as políticas existentes sejam efetivadas, como é o caso dos *kits* para mulheres em situação de violência sexual.

O Programa carece de instrumentos de avaliação que possam dar maior visibilidade às mudanças ocorridas na vida das mulheres atendidas, embora o depoimento dos profissionais aponte para mudanças significativas na vida dessas mulheres. Falta sistematizar melhor as ações do Programa.

Conclusão

A estratégia de atuação da CEPPM trouxe resultados importantes, sobretudo no âmbito do Programa de Prevenção e Combate à Violência contra a Mulher no

⁵ Segundo Sandra Alt, coordenadora da CEPPM, o governo estadual investiu cerca de R\$ 700 mil na construção das Casas Abrigos.

Mato Grosso do Sul. Esses resultados evidenciam que o Programa tem atendido às demandas dessas mulheres e que a Coordenadoria tem atingido o seu objetivo.

A discussão de gênero no ambiente escolar, disseminando novos modelos de valorização da pessoa humana, pautada na igualdade e no respeito, é uma das grandes conquistas na prevenção da violência, pois favorece a construção de novos referenciais na formação das crianças e dos adolescentes.

A inclusão da disciplina “Relações de Gênero e Violência contra a Mulher” na grade curricular do curso de formação da polícia é uma ação inovadora, possibilitando a desconstrução de paradigmas autoritários que historicamente fizeram parte da corporação policial.

Citamos ainda as campanhas publicitárias, a implantação de DEAM’s, Centros de Atendimento, Defensoria Pública, Casas Abrigo, Laboratório de DNA e outros serviços que materializam a disposição do poder público em assumir a responsabilidade para o enfrentamento da violência. Esses serviços se caracterizam pela qualidade no atendimento à mulher em situação de violência e no fortalecimento de sua dignidade, como já mencionado.

Enfim, ao mesmo tempo em que o tema gênero se pauta diariamente na agenda política do governo estadual, a experiência do Mato Grosso do Sul reúne vários esforços (individuais, coletivos e institucionais) para que os direitos das mulheres sejam reconhecidos e respeitados. ■

Bibliografia

COORDENADORIA ESPECIAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A MULHER. Relatório de Atividades (de 1999 até maio de 2004).

COORDENADORIA ESPECIAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A MULHER. Planejamento Estratégico para 2004. Campo Grande: 2003.

Relações de Gênero e Violência contra a Mulher. Curso de formação de Policiais Militares e Cíveis. s/d.

Revista da CEPPM, s/d.

Governo do Estado de Mato Grosso do Sul. Portaria Conjunta nº 0001 de 31/03/2003.

SCAFFI, Nazira. *Rompendo o silêncio: os desafios para a participação das mulheres indígenas no Mato Grosso do Sul*. Campo Grande: Coordenadoria Especial de Políticas Públicas para a Mulher do Governo do Estado de Mato Grosso do Sul, 2003.

Governo do Estado de São Paulo: Os direitos das Mulheres são Direitos Humanos – Conselho Estadual da Condição Feminina. Março/1998.

VIOLÊNCIA contra a Mulher. Cadernos Cidadanix (publicação do mandato da vereadora Flávia Pereira), nº 1, 2ª edição, São Paulo, Câmara Municipal de São Paulo, junho/2003.

OLIVEIRA, Fernanda Martínez de e LOTTI, Gabriela. “Política de gênero em Belo Horizonte”. Relatório de Visita de Campo do Ciclo 2003 do Programa Gestão Pública e Cidadania.

Sites consultados: www.ms.gov.br; www.ibge.gov.br; www.fpabramo.org.br.

**Organização
Sociopolítica do Povo
Xukuru do Ororubá**

Estado de Pernambuco

Organização Sociopolítica do Povo Xukuru do Ororubá

Pedro Paulo Freire Piani¹

A recente organização Sociopolítica do Povo Xukuru da Serra do Ororubá (no Estado de Pernambuco) teve início em 1985 com a liderança de Francisco de Assis, conhecido como Xicão Xukuru, e de outros índios que articularam uma eleição para o *Cacicado*. Em 1986, Xicão Xukuru foi eleito Cacique pelo *Povo Xukuru*, tarefa que os índios atribuíram aos designios da Mãe Natureza. A dispersão desse grupo indígena pelas fazendas da região como trabalhadores temporários e na cidade de Pesqueira, nas décadas anteriores a 1980, não fez esquecer as relações que haviam tido como povo indígena. As relações familiares, o *Toré* (dança ritual sagrada), algumas instituições como a *Pajelança* e o *Cacicado*, mantiveram viva a identidade como *Povo Xukuru*. Os relatos dos indígenas mais antigos indicam que a iniciativa da articulação para unir novamente o então disperso *Povo Xukuru* deve-se principalmente a Xicão Xukuru, que se constituiu como liderança espontânea a partir das conversas com os mais velhos. A conversa entre índios *antigos* e jovens é uma prática muito comum entre os *Xukuru*. Nesse processo inicial houve participação do Conselho Indigenista Missionário (CIMI) e depois do Centro de Cultura Luis Freire (CCLF) – ONG sediada em Olinda (PE).

Nos últimos dezoito anos o objetivo principal dos *Xukuru* foi a reconquista da terra situada na Serra do Ororubá, município de Pesqueira, região do agreste pernambucano. Durante esse período uma série de iniciativas empreendidas por lideranças indígenas e índios em geral configurou a ocupação do território como algo amplo e integrado. O envolvimento de várias lideranças teve como conseqüências, após a eleição de Xicão Xucuru, a formação de um Conselho de Lideranças, um Conselho de Professores em 1997 – que já produziu um livro para as crianças e atualmente conta com 123 professores *Xukuru* e sete professores não-Xukuru –, um Conselho de Saúde em 2001, a diversificação dos itens de plantio

¹ Doutorando em Psicologia Social pela PUC-SP.

(mandioca, milho, cenoura, beterraba, cebolinha, coentro e outros) e das frutas em geral. Hoje os *Xukuru* ocupam 85% do território homologado (27.555 ha). Parcerias foram firmadas com o Estado de Pernambuco, a Fundação Nacional de Saúde (FUNASA), e a TELEMAR, embora nem sempre tenham sido cumpridas por parte dessas agências e órgãos. A TELEMAR instalou uma antena no território indígena por intermédio de acordo que previa a implantação de telefones públicos nas 24 aldeias, mas somente três telefones públicos foram instalados até então.

Uma forma de reconquista do território foi a *retomada* – nome dado pelos índios à ocupação de partes do território (áreas abertas, sedes de fazenda). Em muitas retomadas houve resistência por parte dos fazendeiros, mesmo depois da promulgação do decreto de homologação. A primeira retomada foi a da aldeia de Pedra D'Água, em 1991. O processo para a legalização de terras indígenas envolve estudo da área por parte da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), demarcação, homologação e desintrução (retirada dos não-índios com indenização da União). A retomada serve para ocupar o território e iniciar o processo de reconhecimento, assim como para desintrusar os que continuam em terras já homologadas. Mais de 30 retomadas foram realizadas desde 1991. Durante as retomadas de terras cânticos indígenas eram entoados.

Esse período de organização e reconquista teve conseqüências dramáticas para o *Povo Xukuru*: ocorreram cinco assassinatos de lideranças e várias tentativas de homicídio que resultaram em feridos. O Cacique Xicão foi um dos assassinados em 1998, com vários tiros. A investigação policial concluiu que um fazendeiro da região foi o mandante. Este fazendeiro foi encontrado morto na prisão. Há suspeita do envolvimento de outros fazendeiros. O Cacique atual – Marcos – também sofreu um atentado em 2003, no qual dois outros índios morreram. Um índio era *Xukuru* e outro da etnia *Atikum*. O Cacique Marcos e mais um adolescente *Xukuru* de 14 anos conseguiram fugir da tocaia.

Inovações

A reaglutinação e organização de um povo que estava disperso, mas que mantinha contatos familiares e continuava com algumas tradições como o *Toré*, a *Pajelança* e o *Cacicado*, parecia o grande desafio a ser enfrentado para voltar a conviver como povo indígena. Relatos dos índios mais antigos atestam a realização escondida do *Toré* nas matas da Serra do Ororubá em razão da proibição de realizar qualquer ritual, imposta pelos fazendeiros aos índios. Hoje são mais de 9.000 índios e índias distribuídos em mais de 2.000 famílias. Números mais precisos são esperados com a divulgação do diagnóstico feito pelo Serviço de Tecnologia Alternativa (SERTA). O levantamento teve a participação de agentes de saúde, professores e lideranças *Xukuru* na coleta de dados.

A maior inovação do desafio enfrentado está na forma como os *Xukuru* ocuparam o território e organizaram-se internamente. As grandes decisões são tomadas em Assembléia ou pelos Conselhos essencialmente formados por índios e índias. Há uma Comissão Interna de membros que acompanha as decisões. A presença dos jovens nas atividades coletivas e nos conselhos aumentou nos últimos anos, talvez pelo fato do Cacique atual ser jovem. Os jovens e os *antigos* estão presentes na constituição dos conselhos.

Outra inovação percebida na história recente dos *Xukuru* é que o território é sempre pensado como espaço para o cultivo, para a educação e para a promoção da saúde. Nas conversas com vários índios e índias é recorrente o tema de cuidar bem da terra para passá-la para seus filhos. Os quatro reservatórios de água (açudes) do território indígena, que abastecem a cidade de Pesqueira, são cuidados pelos *Xucuru*. *Eles* proíbem banhos e outras práticas que possam contaminá-los ou sujá-los. A educação das crianças é outro tema presente em suas falas.

As festas do *Povo Xukuru* ganharam novo ânimo. A *Festa da Pedra do Rei do Ororubá* se realiza todo ano no dia 06 de janeiro. Em uma caminhada os índios e outros participantes sobem até o alto da *Pedra do Rei* – a chegada deve acontecer antes do meio-dia. Na *Pedra do Rei* de Ororubá dá-se a consagração do Cacique *Xukuru* quando eleito. Na Festa de São João é realizada a *busca da lenha*. Outro ritual é o da *Pedra do Conselho*, na aldeia de Cimbres, reservado aos mais velhos que vão até o local (a chegada deve acontecer antes da meia-noite) para conversar e receber conselhos dos encantados da floresta, incluindo os guerreiros mortos. Na concepção *Xukuru* um guerreiro não morre, mas é plantado na terra para fazer crescer novos guerreiros. Há também vários terreiros espalhados pelas aldeias para a realização de rituais, por exemplo, o *Toré* que é considerado como um dos principais traços que manteve a unidade e identidade étnica do *Povo Xukuru* nos anos de dispersão e expulsão de suas terras. *Tupã* (homem) e *Tamain* (mulher) são deuses que acompanham e protegem os *Xukuru*.

Objetivos e metas alcançadas

Vários objetivos foram alcançados segundo as lideranças *Xukuru*. O principal deles é a reocupação do território. Hoje são 27.555 ha homologados, área pequena se comparada a outros territórios indígenas no Brasil. A homologação deste território foi concluída em 2001 e corresponde a 85% do território reivindicado. O restante (15%) está em fase de desintrusão. Fazendeiros já saíram e receberam a indenização, outros fazendeiros esperam a indenização, que depende da liberação de recursos da União. Há também fazendeiros que saíram do território e não aceitaram a indenização, o que traz preocupação para o *Povo Xukuru* quanto à segurança de permanecerem no lugar. Apesar de não haver um registro, famílias

Xukuru que estavam na cidade de Pesqueira voltaram a morar no território indígena depois da homologação da terra.

Com relação à educação, os professores das escolas indígenas (ensino fundamental) são índios e índias *Xukuru* em sua maioria (123), sendo sete não-índios, em um total de 130 professores. Esta foi uma exigência do Conselho de Professores *Xukuru* implementada conforme os mesmos capacitavam-se para a tarefa do magistério. Publicaram em 1997 um livro-texto para o ensino fundamental intitulado *Xukuru, filhos da Mãe Natureza: uma história de resistência e luta* com textos e ilustrações dos próprios *Xukuru*, editado e publicado com o apoio do Centro de Cultura Luis Freire. O livro tem 76 páginas e contém um registro de palavras da língua *Xukuru*, que foi praticamente perdida, pois não houve registro anterior. O Centro de Cultura Luis Freire, a partir de informações de estudiosos, calcula haver 600 palavras conhecidas da língua desta etnia. O ensino médio é ofertado na cidade de Pesqueira. Seis índias e índios ensinam arte *Xukuru* nas escolas (como fazer ornamentos, colares, pulseiras e artefatos).

Há três postos de saúde funcionando regularmente nas aldeias de São José, Cimbres e Canabrava. Nos encontros e reuniões procura-se valorizar a medicina indígena local. Existe um projeto para a elaboração de um livro sobre a medicina indígena *Xukuru*. O Pajé “Seu Zequinha” cuida dos problemas de saúde mais simples da população. Os casos mais graves são encaminhados para os postos de saúde das aldeias e para o hospital de Pesqueira. A vacinação das crianças *Xukuru* acontece periodicamente, conforme o calendário nacional de vacinação. Está sendo discutida com a FUNASA a implantação do Programa de Saúde da Família Indígena (PSFI).

Ouvindo índios e lideranças, percebe-se consenso quanto à fartura na alimentação. Há mais variedade de alimentos atualmente. Isso pode variar de família para família dependendo da capacidade de desenvolver sua própria horta e plantio. Há o incentivo dos conselhos. Existem projetos de cultivo comunitário de produtos para a venda nos supermercados da região. Alguns já implantados, como o de hortaliças. Outros projetos dependem de definição do *Povo Xukuru*. Para isso, funciona a Assembléia anual que é soberana nas decisões de todo o território. A definição de metas é realizada nesta Assembléia.

A principal forma de avaliar as metas alcançadas pelos *Xukuru* é a Assembléia, considerada pelo Cacique Marcos e as lideranças consultadas como termômetro das atividades das lideranças e do povo *Xukuru*. Apesar da falta de instrumentos mais precisos de avaliação e acompanhamento do que se propõe, os resultados no campo da ocupação do território e na educação indígena são importantes para o grupo.

Fontes de captação de recursos

Há diversas fontes de captação de recursos hoje nas aldeias *Xukuru*. Podemos dividir em fontes voltadas para a coletividade e fontes individuais e familiares. As fontes coletivas de captação provêm da articulação dos conselhos indígenas que reivindicam políticas públicas para o território: no campo da saúde, com a construção de postos de saúde e saneamento, e no campo da educação, com a construção de escolas ou aumento de salas de aula. Há projetos aprovados e em andamento da FUNAI e da FUNASA para aumento das escolas e saneamento básico. Outra fonte coletiva dá-se com a venda de parte da produção agrícola e de frutas para a cidade, que ocorre em pequena escala. Nesse caso, a produção é familiar e uma parte da venda é destinada para a Associação Indígena. Terras para o cultivo coletivo já foram preparadas para receberem grãos e sementes. A feira na cidade de Pesqueira recebe produtos cultivados pelos índios, assim como artesanato feito pelas famílias das aldeias. Como fontes individuais, os *Xukuru* cultivam pequenas hortas e plantações para consumo e venda dos produtos. Os índios também têm suas profissões: são eletricitistas, artesãos, professores contratados pelo Estado de Pernambuco para lecionar nas escolas indígenas, agentes de saúde, enfermeiros. O contato com a cidade e as políticas de capacitação empreendidas pelos Conselhos de Liderança, Professores/as e Saúde possibilitou essa variedade de profissões e ocupações.

Há parcerias com o Centro de Cultura Luis Freire para a área de formação de professores indígenas, com o Conselho Indigenista Missionário para a área jurídica e com o Grupo Tortura Nunca Mais, em razão das constantes ameaças que as lideranças indígenas sofrem.

Gerenciamento da organização

Nesse período de reconquista do território, do retorno dos índios que estavam na cidade e da reorganização dos que viviam em terras de fazendeiros, houve a composição de uma forma de governar o território que envolve instituições tradicionalmente conhecidas como indígenas e formas de participação e decisão que são caracterizadas como democráticas. Um Conselho de Lideranças foi instalado com um membro de cada aldeia. Um Conselho de Professores foi criado em 1997 (Conselho de Professores/as Xukuru - COPIXO), decorrente do primeiro encontro de professores *Xukuru*, realizado em 1992. Este Conselho é filiado à Comissão de Professores Indígenas de Pernambuco - COPIPE. Um Conselho de Saúde foi constituído em 2001 (Conselho Indígena de Saúde Xukuru do Ororubá – CISXO) com um membro de cada aldeia (24 no total). Quem decide grandes questões é a Assembléia Anual que reúne pelo menos 10 representantes

de cada aldeia. No plano jurídico, foi constituída a Associação *Xukuru*. Para encaminhar as decisões da Assembléia e dos Conselhos há uma comissão interna composta de 56 membros, sendo 32 homens e 24 mulheres.

A presença das mulheres é grande no Conselho de Professores, de Saúde e de Lideranças. Nas retomadas realizadas a participação feminina foi fundamental na logística e no apaziguamento dos ânimos quando necessário, segundo relatos dos índios.

O Conselho de Professores conta com 130 professoras e professores que se reúnem a cada dois meses e que elaboraram seu Projeto político-pedagógico. O material didático de ensino fundamental é indígena. O livro *Xukuru* e material didático-pedagógico indígena do Ministério da Educação e Cultura são utilizados no ensino fundamental.

A Assembléia Geral de 2002 teve como tema o desenvolvimento sustentável do território. Neste sentido, há uma preocupação tanto com a preservação física do território, que possui os reservatórios de água que abastecem Pesqueira, como com os benefícios possíveis na relação com a cidade de Pesqueira abastecendo-a com produtos orgânicos de qualidade, sem agrotóxicos. A experiência religiosa dos *Xukuru* apresenta uma relação estreita com a Natureza – chamada de Mãe –, por isso, ela não pode ser agredida. Mesmo com a influência cristã, essa experiência religiosa assume características dadas pelos *Xukuru*.

Cidadania

A luta política pelo território *Xukuru* tem uma dimensão que se ampliou para políticas que atendessem direitos à educação e saúde, e recuperação do meio ambiente, que se encontrava com muitos pastos e pouco gado. Esta dimensão possibilitou um sentimento de cidadania expresso nas falas, no livro *Xukuru* e nas reuniões. Nas conversas com índios e lideranças, a cidadania significa viver como coletividade e ser útil também para a cidade de Pesqueira e região. O medo presente nas décadas anteriores de declarar-se índio ou índia *Xukuru* deu lugar à auto-afirmação como pertença a uma etnia indígena com fortes laços com outras etnias indígenas do Estado de Pernambuco. Segundo lideranças indígenas e o Centro de Cultura Luis Freire, somente a elite econômica ligada à pecuária extensiva no município de Pesqueira e região perdeu com o retorno do território indígena. A população de Pesqueira pode se beneficiar com produtos mais baratos (frutas e hortaliças) e água mais cuidada. Esse aspecto é lembrado com frequência pelos indígenas.

As mulheres estão representadas no Conselho de Lideranças. Na Comissão Interna são 24 dos 56 membros. No Conselho de Professores e de Saúde constituem a maioria. Há cursos de capacitação na área de saúde com grande presença de mulheres.

O Conselho de Professores conseguiu ter seus quadros preenchidos pelos *Xukuru* (com 123 membros). Algumas professoras afirmam ser importante a existência de professores não-*Xukuru* (que são sete atualmente). Desse universo, 30 tem contrato com o Estado de Pernambuco, mas aguardam liberação de verbas para pagamento de salários.

Percebe-se entre os *Xukuru* (Cacique e lideranças) a vontade de continuar mantendo relações amigáveis com a população de Pesqueira, o que já é uma realidade com as visitas da comunidade à Pesqueira e dos moradores de Pesqueira às aldeias. Esta relação reforça-se na feira das quartas-feiras na cidade e pela venda de algumas hortaliças e frutas para supermercados.

A venda regular de bebida alcoólica é proibida no território indígena como forma de diminuir o alcoolismo. Há programa de Alcoólatras Anônimos para a superação desse problema, que agora conta com o reforço do trabalho na terra como prática terapêutica.

As atividades do Conselho de Professores e a forma de governo por meio da Assembléia Anual, do Conselho de Lideranças e da Comissão Interna são aspectos substanciais para serem desenvolvidos em outros territórios indígenas e áreas tituladas de remanescentes de quilombos (estas consideradas ocupações coletivas especiais pela Constituição Federal de 1988), ambos territórios autônomos da jurisdição municipal ou estadual.

Considerações finais

O território é pensado a partir dos plantios e da promoção da saúde e da educação, principalmente das crianças. Ou seja, há uma concepção de território como algo vivo desde as primeiras retomadas. A ocupação atual não permite mais desmatamentos como os que aconteciam no tempo recente de criação de gado. A agricultura familiar e coletiva dá-se em pequena escala, que pode atender as necessidades do *Povo Xukuru* e da região. A convivência espontânea entre jovens e *antigos* no governo favorece a continuidade da organização associada a políticas voltadas para as crianças.

Outro aspecto positivo é a utilização da infra-estrutura deixada pelos fazendeiros, como casas e barracões, para o uso dos próprios índios para realizar oficinas e cursos de capacitação, e servir como moradia de lideranças, principalmente das que sofrem ameaça de morte.

Das aldeias mais distantes há dificuldade para chegar aos locais de reuniões, geralmente mais próximos das áreas centrais. Há uma reivindicação de transporte público para o interior do território indígena, que considera as várias necessidades dos índios, inclusive daqueles que fazem o ensino médio na cidade de Pesqueira.

Os atentados que ocasionaram morte ou ferimento de várias lideranças e a continuidade das ameaças, mesmo depois da demarcação do território pela União, fazem os *Xukuru* se voltarem para esse problema, o que prejudica o encaminhamento e efetivação de outras políticas. Esse problema é notado pelos próprios *Xukuru* que afirmam haver ressentimento por parte dos fazendeiros da região com a perda das terras e promessas de vingança. Nesse contexto, fica difícil a dedicação integral aos projetos de desenvolvimento do território *Xukuru*. Contudo, os *Xukuru* sabem que têm que conviver com essas ameaças até que novas gerações da cidade de Pesqueira esqueçam a campanha empreendida por vários setores da região contrários à devolução das terras aos índios.

O que chama mais atenção é ver um território que até a década passada estava dividido em fazendas de criação não-intensiva de gado voltada para especulação e hoje está ocupado por mais de duas mil famílias indígenas de forma racional, com escolas e postos de saúde, além de pequenas e diversificadas plantações e com uma forma de governo que favorece a participação social. Esse foi o maior impacto para indígenas e demais moradores de Pesqueira e região. ■

Cheque Moradia – Agencia Goiana de Habitação

Estado de Goiás

Cheque Moradia – Agencia Goiana de Habitação

Guilherme. Henrique. de Paula e Silva*

Contextualização da experiência

Não é tarefa simples engendrar um programa habitacional para famílias do estrato mais baixo de renda, ou seja, famílias com renda entre zero e três salários mínimos que, atualmente, equivale à renda entre zero e R\$ 900,00¹. De modo geral, são famílias numerosas e de pouca educação formal. No entanto, a emenda constitucional de nº 26, de 2000, incluiu entre os direitos sociais do Art. 6º da Constituição Federal, o direito à moradia.

Para os estratos mais altos – mesmo aqueles imediatamente acima, isto é, com renda familiar entre três e cinco salários mínimos (R\$ 900,00 até R\$ 1.500,00) – o sistema de financiamento consegue alguma eficácia na provisão de moradia, por intermédio de créditos com juros subsidiados e prazos que podem chegar até 25 anos.

Os programas habitacionais, para famílias do estrato mais baixo, que lançam mão do modelo de crédito subsidiado, de modo geral se vêem as voltas com um alto índice de inadimplência que chega, em alguns casos, a comprometer a sua existência. Mas, uma vez que esta inadimplência está ligada diretamente ao montante e à irregularidade da renda dos membros desta família, assim como à mobilidade territorial desta população em busca de sobrevivência onde houver trabalho de baixa qualificação, cria-se frequentemente uma equação de resultado imprevisto.

Nos últimos anos, usando o recurso de comprometimento do trabalho destas famílias com a nova moradia, através de mutirões com financiamento do material

* Arquiteto e Mestre em Administração Pública e Governo pela FGV-EAESP.

¹ Valor do Salário Mínimo a partir de maio de 2005: R\$ 300,00.

ou mesmo financiamento direto através de associações de mutuários criadas especificamente para esta finalidade² chegou-se a um certo grau de sucesso, mas ainda assim, acompanhado por um índice relativamente alto de inadimplência.

O Governo do Estado de Goiás, diante desse quadro tendente à paralisia ou à administração da inadimplência, optou por um caminho direto. Transfere, pura e simplesmente, parte de sua arrecadação de impostos para as famílias com renda até três salários mínimos, para construção, reforma ou ampliação de suas casas, em terreno doado pela prefeitura participante do Programa ou no terreno do próprio beneficiário, exigindo como contrapartida um comprometimento de trabalho na construção da moradia.

Numa descrição rápida, o Governo do Estado doa, diretamente ao beneficiário, parte da arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICMS), exclusivamente para compra de material de construção. A prefeitura conveniada doa o terreno com o alicerce pronto³, e o beneficiário, por sua vez, arca com a mão-de-obra necessária para a construção de sua casa a partir daquele ponto. A planta da casa segue, em linhas gerais, um padrão adotado em quase todos os programas de habitação popular do país, isto é, uma planta aproximadamente quadrada, com dois dormitórios, e um banheiro, totalizando 40 m² de área construída e aproximadamente 36 m² de área útil, no centro de um terreno de 200 a 250 m².

O Estado de Goiás tem uma população de mais de cinco milhões de habitantes⁴. Do ponto de vista da existência de favelas, o estado está mais numa situação menos caótica do que a verificada no país, uma vez que apenas 6,50% dos seus municípios têm favelas contra 22,41% dos municípios brasileiros. Porém, 4,47% dos municípios goianos possuem cortiços contra apenas 0,05% dos municípios brasileiros.⁵

A estrutura produtiva de Goiás mantém-se praticamente inalterada há pelo menos dez anos, com o PIB distribuído, em média, entre a agropecuária (16,72%), indústria (29,71%) e serviços (53,57%). A área mais dinâmica da economia, a indústria é, na maior parte, do setor de vestuário (29,32%), seguido pelo setor de produtos alimentícios (26,25%) e pelo setor de produtos minerais não metálicos e de metalurgia (14,32%).⁶

Para a população de renda até três salários mínimos, que é o público alvo do Programa da AGEHAB, o Censo IBGE/2000 apresenta, para Goiás, 34,14% dos domicílios alugados ou cedidos e 65,86% de domicílios próprios, num total de 844.699

² Veja-se, por exemplo, o Programa Paraná Solidariedade, de responsabilidade da Companhia de Habitação do Paraná – COHAPAR, que foi um dos 30 pré-finalistas no Ciclo de premiação de 2002.

³ Caso o beneficiário já tenha o lote, a prefeitura faz o alicerce neste lote.

⁴ Fonte: IBGE / PNAD – 2002 (5.233.574 de hab.).

⁵ Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2001.

⁶ Fonte: Secretaria da Fazenda do Estado de Goiás. SEPLAN-GO/SEPIN/Gerência de Estatísticas Socioeconômicas – 2004

domicílios, contra, respectivamente, 25,28% e 74,72% para o Brasil, num total de 24.208.536 de domicílios.⁷

O Programa “Cheque Moradia”.

A Agência Goiana de Habitação (AGEHAB), responsável pela execução da política habitacional no âmbito estadual e, conseqüentemente, pelo Programa Cheque Moradia, nasceu em fins de 1999, no âmbito de uma reestruturação administrativa da máquina do estado para eliminação de superposições e delimitação de atribuições dos diversos organismos da administração direta e indireta.

Nesta época, o atual Diretor Presidente da Agência, engº. Álvaro César, era Presidente da Associação dos Dirigentes das Empresas do Mercado Imobiliário em Goiás (ADEMI), que congrega as empresas construtoras e do setor de corretagem de imóveis e imobiliárias. Como representante daqueles empresários, procurou o governador para manifestar a posição da organização, que pleiteava a extinção da Companhia de Habitação do Estado de Goiás (COHAB) e a implantação de um novo órgão que gerisse uma política habitacional de governo.

Esta posição era motivada, principalmente, por uma certa falta de iniciativa da Companhia, cuja causa estava, em grande parte, na necessidade de administração de um enorme passivo formado que resultou da inadimplência de mutuários. Mas, ao invés de receber um sim ou um não como resposta, ele recebeu um convite do governador, para assumir a direção da nova empresa a ser criada e colocar em prática as idéias que tinha levado como pleito de sua Associação.

Diante desta nova situação, ele voltou a se encontrar com os colegas da ADEMI, aos quais expôs o convite feito e recebeu estímulo para que aceitasse a incumbência, além das naturais sugestões de como poderia se constituir a futura agência do governo.

O Programa.

O Cheque Moradia, nome que decorre diretamente da natureza do Programa, surgiu de algumas idéias básicas e esparsas adotadas por diversas áreas – como o cheque de viagem e o sistema de proteção ao crédito entre outras – e um recurso tributário central que é o chamado crédito tributário. Para que se compreenda o funcionamento do Programa, é imprescindível compreender o que significa o crédito tributário e como isto funciona na prática cotidiana dos governos estaduais e dos contribuintes do ICMS.

Chama-se crédito tributário ao montante devido pelo contribuinte do imposto incidente sobre uma determinada operação de compra e venda. Assim, o programa Cheque Moradia é um crédito de ICMS do Governo do Estado de Goiás doado a

⁷ Fonte: IBGE/Censo - 2000

famílias com renda de até três salários mínimos, exclusivamente para compra de materiais destinados à construção, reforma ou ampliação de sua moradia.

A rigor, não é doação em dinheiro, mas do crédito tributário do governo. Esta doação aos beneficiários é feita sob a forma de cheques, cujas liquidações só podem ser feitas pelo pagamento de um crédito tributário, isto é, pelo pagamento de um valor devido de ICMS frente ao fisco estadual (aqui a inspiração do cheque de viagem). Estes cheques, impressos na própria AGEHAB com valores determinados de R\$ 10,00; R\$ 50,00; R\$ 100,00 e R\$ 200,00 e numerados seqüencialmente como quaisquer cheques bancários (na verdade, parecem cheques bancários), têm valor monetário somente nas casas de material de construção que, por sua vez, poderão usá-los para liquidação de créditos tributários devidos ao Tesouro do Estado de Goiás.

Assim, quando um beneficiário recebe um certo valor em cheques – até R\$ 4.000,00 – terá, obrigatoriamente que trocá-los por mercadorias em uma loja de materiais de construção e dentro de um prazo de aproximadamente 90 a 120 dias. Isto, porque os cheques são impressos com prazo de validade, findo o qual perderão o valor. No momento da compra, a loja comunica-se com a AGEHAB por telefone para validação dos cheques recebidos que, a partir desta validação e operação, poderão ser usados para liquidação de créditos tributários (aqui, a inspiração da proteção ao crédito).

Este procedimento, ainda que pareça estranho no ambiente da administração pública, funciona de maneira rápida e eficiente. Há, em uma das salas da AGEHAB, uma central de atendimento telefônico com quatro ou cinco operadores dispondo de computadores ligados no sistema de controle de cheques (emissão – cadastramento – validação – liquidação), que atendem a loja de materiais de construção e recebem os números dos cheques, que estão sendo usados nas compras, verificando número e valor década a década, tal qual um sistema comum de proteção ao crédito usado pelo comércio de qualquer lugar do Brasil. Após esta validação, os cheques poderão ser usados a qualquer época, deixando de ter prazos. No entanto, eles são, normalmente, rapidamente liquidados por um óbvio interesse das empresas de comércio – ou da indústria como se verá adiante.

Evidentemente, um sistema dessa natureza só se torna possível com uma infraestrutura de informática eficiente, o que é visível em todos os setores da Agência, cujo Presidente tem acesso aos dados das operações, em tempo real, a partir de sua própria sala. Esta eficiência e boa qualidade de infraestrutura, foi possível perceber, não é generalizada em toda a máquina administrativa. Para que conseguíssemos uma tabela simples, com dados históricos de arrecadação do ICMS no estado, tivemos que esperar pelo dia seguinte para que ela fosse elaborada a partir, provavelmente, de dados dispersos.

A Agência funciona, no Programa, como uma unidade coordenadora. O trabalho de campo é realizado pelas prefeituras conveniadas que se obrigam, ao assinarem o convênio, ao cadastramento das famílias, à coordenação local, ao apoio logístico para as visitas da AGEHAB, à fiscalização da aplicação dos recursos pelas famílias e à divulgação dos resultados utilizando a logomarca do cheque moradia. Além disso, a prefeitura assina, como interveniente, o contrato entre a família e a AGEHAB.

Para que haja uma padronização nos procedimentos das diversas prefeituras, a Agência conta com técnicos que ministram cursos na própria AGEHAB e com dois eixos principais: trabalho social e construção. Cursos estes que visam o treinamento dos funcionários das prefeituras para as diversas tarefas desde o cadastramento até a fiscalização das obras e aplicação dos recursos, incluindo a orientação da construção propriamente dita.

Ao fazer o cadastramento, a prefeitura segue os critérios definidos pela Agência, coletando os dados que estão definidos numa ficha de cadastro fornecida pela AGEHAB. A decisão quanto à concessão do benefício, que é dada pela Agência, é apoiada no sistema informatizado que, por meio de uma matriz de pontuação de características de cada família, gera a relação de candidatos a beneficiários, isto é, gera uma lista classificada pela pontuação obtida pelos candidatos, invalidando aqueles que escapam aos critérios.

A esse respeito, o eng^o. Álvaro reconheceu que há pedidos políticos para que se favoreça uma ou outra família cadastrada, mas assegurou também que, não obstante isso, o governador tem dado todo o apoio à sua atividade, para que não se atropelem os critérios de seleção de candidatos, dados por aquela matriz de pontuação e que foi construída pela área de assistência social da AGEHAB⁸.

A fiscalização do Programa é feita principalmente pelas prefeituras, mas há abertura para a participação de ONG's, além da própria AGEHAB. Como o controle é informatizado, uma família beneficiada em um município não será em outro. Obriga-se ainda, a prefeitura a atualizar o cadastro dos moradores a cada seis meses durante oito anos, comunicando à Agência qualquer irregularidade (como, por exemplo, outro morador que não o beneficiado). Estas irregularidades existem, de fato. Mas, em níveis muito mais baixos que a inadimplência normalmente encontrada em outros programas financiados. Atualmente, há um índice de 2,65% de irregularidades várias, que significam pouco mais do que 1.421 famílias num total de 56.647.

Dada a freqüente falta de documentos entre as famílias deste estrato de renda, as prefeituras ficam com o encargo de orientar e acompanhar a coleta da

⁸ Os critérios básicos são: econômicos (renda até três Salários Mínimos e não possuir outro imóvel a não ser o que será beneficiado); sociais (ter pelo menos um dependente); legais (maior de 18 anos ou emancipado); e locacionais (residir no município desde uma data anterior ao ano de 2000).

documentação necessária. Entre estes, destaca-se a exigência de comprovante de vacina e de matrícula escolar para as crianças da família.

Os lotes não são doados imediatamente para as famílias. Primeiro, a gleba é transferida para o Estado de Goiás através de doação sem ônus para o donatário, ou seja, o terreno onde serão implantados os lotes é doado, mas o beneficiário só receberá o seu lote individualizado – com escritura e registro consolidando a propriedade – 8 anos após ser contemplado pelo Programa.

As obras de construção, reforma ou ampliação das moradias são assistidas pela equipe técnica das prefeituras, que se obriga, ao assinar o convênio, a “orientar as famílias na execução dos serviços, disponibilizando técnicos e/ou mão de obra qualificada na proporção de, no mínimo, um orientador para cada 40 moradias a serem construídas, reformadas ou ampliadas”.

Vantagens indiretas.

Ainda que os cheques moradia só possam ser liquidados pelo pagamento de créditos tributários pela empresa que os recebe, há a possibilidade de conversão destes cheques em mercadorias – possibilidade que, na verdade, é muito usada pelos comerciantes de material de construção – através do pagamento do fornecedor, isto é, da indústria, com estes cheques.

Como as indústrias (ou mineradoras) fornecedoras de materiais de construção pagam o ICMS pela venda dos seus produtos, a loja de material de construção pode negociar (e o faz com freqüência) o pagamento de sua compra por meio dos cheques moradia, para que a indústria os liquide através do pagamento de seu crédito tributário.

Esta operação secundária é considerada normal pela Agência, que criou este cheque tentando cercá-lo de todas as medidas que pudessem evitar seu uso indevido como dinheiro paralelo, que é o que ocorre freqüentemente com sistemas de pagamento que usam “passes” ou “vales”, os quais acabam se tornando moedas paralelas com mercado próprio e sem nenhuma relação com a finalidade para a qual foram criados.

Por outro lado, a injeção de recursos cada vez mais vultosos neste Programa, tem provocado alguns movimentos de capital que favorecem investimentos em Goiás. Como os recursos desse Programa têm dobrado a cada ano, desde seu lançamento em 2001, há cada vez mais interesse das empresas participarem deste nicho de mercado.

A média de doação por família, nos quatro anos de existência do Programa, é de R\$ 1.788,47, chegando a R\$ 2.276,88 em 2003 e tendo o menor valor em 2002 quando as famílias receberam, em média R\$ 1.296,71. Estes valores, no entanto, referem-se exclusivamente aos valores doados sob a forma de cheque moradia. Não se incluem aí, a doação dos lotes com a fundação pronta. Abaixo, a tabela de valores agregados do Programa ilustra melhor os resultados quantitativos.

CHEQUE MORADIA				
	Orçamento Anual (R\$ milhões)	Efetivamente Gasto (R\$ milhões)	Nº. de Municípios Atendidos (acumulado)	Nº. de Famílias Beneficiadas
2001	8,0	1,2	7	592
2002	15,0	27,9	135	21.516
2003	30,0	34,9	183	15.328
2004*	60,0	25,2	212	16.224
Total	-	89,2	212**	53.660***

Obs.: Até 31/07/2004

** Representa 86,2% dos Municípios do Estado.

*** Inclui 13 unidades Comunitárias.

Uma situação vivida por uma grande fabricante de tintas sediada no Estado de São Paulo, ilustra bem as motivações das empresas para conquistar pelo menos parte deste mercado. Esta indústria estava perdendo mercado em Goiás porque tinha que pagar a maior parte do ICMS no estado de origem, deixando pouca margem para recebimento do cheque moradia como meio de pagamento do comércio de materiais de construção.

Diante da perspectiva de perder definitivamente – ou mesmo por longo período – o mercado de tintas de Goiás para outras indústrias concorrentes e sediadas no Estado, decidiu abrir uma empresa de entreposto de tintas em solo goiano, o que permitiu que ela enviasse seu produto para aquele estado sem pagar o ICMS no Estado de São Paulo. No Estado de Goiás, a indústria paga o ICMS quando da venda do produto estocado em seus armazéns, o que permite que aceite o cheque moradia como pagamento de suas vendas.

O Programa Cheque Moradia atingiu até 2004 mais de 86% dos municípios de Goiás (212 dos 246), distribuindo o benefício por mais de 50 mil famílias, os recursos são disseminados por todo o estado gerando dezenas de milhares de operações de compra e venda. O montante dos recursos incluídos no orçamento de Goiás gira em torno de 2% da arrecadação de ICMS, arrecadação esta que tem crescido linearmente desde 1999, atingindo, em 2003, a cifra de R\$ 3,5 bilhões.⁹

Vê-se que não é possível dimensionar este Programa em termos de unidades construídas, tão ao gosto da propaganda política em época de eleições. Na verdade, por suas características, até a avaliação quantitativa tem que ser feita em termos mais humanos: famílias. Mesmo porque há um benefício, previsto pelo programa: o cheque comunitário, que ainda reduzido em termos numéricos, atinge famílias e pessoas moradoras de localidades em que a carência é o padrão. Queremos nos referir às chamadas reformas e construções de caráter comunitário – que somam 13 unidades e que são reformas, ampliações ou construções de edifícios e equipamentos de uso público ou comunitário, feitas nos mesmos moldes. Neste caso, o cheque comunitário é repassado para a prefeitura que se encarrega de propor a obra.

⁹ Elaboração a partir de dados da Secretaria de Fazenda do Estado de Goiás.

Considerações sobre os alcances do Programa.

Não seria possível conhecer o Programa em todos os municípios onde foi implantado pelas distâncias envolvidas num estado extenso como o de Goiás. Assim, as observações são bastante limitadas. A rigor, referem-se apenas a um município: Santa Bárbara de Goiás, localizado a cerca de 100 km da capital, onde se construiu um conjunto de moradias, e a prefeitura estava em processo de iniciar o asfaltamento das ruas do conjunto, cujas casas estavam prontas e já com moradores.

As construções observadas, no conjunto de Santa Bárbara, são de boa qualidade, não diferindo em nada, neste item, das construções executadas por programas similares existentes em Porto Alegre, Paraná ou São Paulo. Tecnicamente, são impecáveis e não poderiam ser de outra forma, pois a competência para aprovação técnica de construções é da própria prefeitura que, no caso, é quem orienta as construções do Cheque Moradia.

Os itens classificados como infraestrutura urbana, são providos pela própria prefeitura (transporte), pela empresa de água de Goiás (água, pelo menos) e pela companhia de eletricidade (luz e força).

Todos os moradores entrevistados disseram-se extremamente satisfeitos e destacaram a impossibilidade de, com os próprios recursos, obterem uma moradia digna do nome. Mesmo um operário de uma mineradora próxima, Sr, Ivônio – que, aliás, ganhou da empresa folga de quinze dias para se dedicar à construção de sua casa – reconheceu sua incapacidade financeira para dar conta de uma casa própria. Feliz com sua esposa, Da. Francisca, já tinha construído mais um cômodo, um banheiro e uma área coberta de lavanderia no fundo do terreno, onde se instalava uma cozinha. A parte central da planta padrão era usada como uma área nobre, local para se receber as visitas ao casal, inclusive dos filhos já casados e moradores de cidades próximas, e que até mereceu um piso cerâmico de boa qualidade para substituir o cimento “queimado”¹⁰ da planta padrão.

Todo o entrave legal e econômico que foi posto diante dos mais pobres, ao longo de toda a nossa história, criando impedimentos para que conseguissem seu lote de terreno e dinheiro para a construção de suas casas, parece pedir uma contrapartida que recomponha um melhor equilíbrio entre esta população e os outros cidadãos de melhor sorte ou nascimento.

Não é possível, ainda, avaliar o impacto deste programa na evolução geral da economia goiana ou na evolução social daquele estado. Mas, quer-nos parecer que a transferência de renda para populações excluídas, no mínimo, ampliará o mercado consumidor do estado. O que já é indúzir ao aumento da produção e, portanto, do emprego, ambos numa área que depende pouco de importações de outros estados. ■

¹⁰ Chama-se cimento “queimado” à argamassa que recebe uma última camada de pó de cimento puro, a qual é molhada e alisada com uma desempenadeira deixando-a lisa e permitindo o uso de cera.

Projeto Oficina Boracea

São Paulo - SP

Projeto Oficina Boracea

Janaina Machado Simões¹

O Projeto Oficina Boracea é uma iniciativa da Prefeitura Municipal de São Paulo que visa atender à população em situação de rua, disponibilizando-lhes acolhida, convívio e autonomia. Sob a coordenação da Secretaria de Assistência Social do Município e com um mecanismo de gestão mista, o programa estabelece parcerias com órgãos públicos e da sociedade civil, oferecendo serviços de alimentação, abrigo, higiene, cultura, arte, educação e qualificação profissional, possibilitando oportunidades para a reinserção social e a revalorização do indivíduo.

I. CONTEXTO DO PROJETO

O Município de São Paulo possuía em 2003, de acordo com dados do IBGE, uma população de aproximadamente 10 milhões e 650 mil habitantes. Porém, o censo do IBGE não considera nessa pesquisa as cerca de 10 mil pessoas que, de acordo com a Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE), estavam em situação de rua nesse período. Outro ponto é que cerca de 60% dessas pessoas são moradoras de albergues, enquanto as demais residem nas ruas.

Dentre as pessoas em situação de rua 84% são do sexo masculino e 14% do sexo feminino. Com relação à faixa etária 36% possuem entre 26 a 40 anos, 35% têm entre 41 a 53 anos e os demais (14%) são indivíduos com mais de 56 anos. Um fato a ser destacado é que 67% dessas pessoas em situação de rua possuem animais que as acompanham e 32,3% são catadores de materiais recicláveis, sendo que destes, 61% possui algum tipo de carrinho para coleta.

¹ Mestranda da Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas da Fundação Getúlio Vargas (EBAPE/FGV).

Diante dessa problemática, destaca-se a importância de políticas públicas eficazes que busquem realmente soluções para esses já consolidados problemas. Torna-se cada vez mais necessárias e urgentes iniciativas inovadoras, tanto em relação aos serviços oferecidos, quanto no que diz respeito a seus mecanismos de gestão, por parte dos gestores públicos na área social. Programas e projetos que propõe novas abordagens à população em situação de rua vem surgindo no país. Dentre eles, podem ser citados os programas do município de Porto Alegre e do Rio de Janeiro, que procuram estabelecer ações objetivando a reinserção e cidadania dos indivíduos e, no caso de São Paulo, o Programa Oficina Boracea, foco do presente relatório, propõe-se a ser referencial no setor, inovando no atendimento à população em situação de rua.

2. DESCREVENDO O BORACEA E SEU FUNCIONAMENTO

O Oficina Boracea integra o Programa Acolher-Reconstruindo Vidas, da Secretaria de Assistência Social do município de São Paulo. Teve seu início em 15 de maio de 2002 com o lançamento do Programa Acolher. Em fevereiro de 2003 se deu o início das ações de formação profissional no projeto, ainda durante as reformas do espaço físico. Em 26 de junho de 2003, ele foi apresentado como um conjunto de serviços e abrigo ao público.

Está localizado em um terreno de 17.000 m², no centro da cidade, em amplas instalações que comportam desde dormitórios e espaços de convívio ao restaurante. A capacidade de atendimento varia de acordo com o serviço prestado. Cerca de 1.000 pessoas usufruem diariamente dos serviços de arte, cultura, educação e profissionalização.

O projeto está voltado à qualificação dos padrões de atenção à população de rua, tendo por prioridades a acolhida de catadores, já que estes não possuem espaços apropriados em outros serviços, além receber de idosos e adultos com serviços diferenciados. Funcionando 24 horas por dia, o programa dispõe de um conjunto articulado de atividades desde a abordagem por educadores sociais ao acolhimento, buscando sempre a preservação da dignidade e individualidade. O Boracea ainda estabelece o convívio social para

a reconstituição de vínculos e o desenvolvimento de capacidades para a construção de autonomia e alternativas de reinserção social. possui ainda, uma proposta intersetorial, integrando vários órgãos governamentais, além de parcerias com diversas organizações da sociedade civil e empresas. A proposta gerencial busca um diálogo entre essas organizações e uma gestão horizontal, propondo o trabalho de forma cooperativa, cruzando as visando a construção de uma rede local. Dessa forma, o programa estabelece os seguintes objetivos:

- Desenvolver ações de acolhida em moldes que preservem a dignidade, a individualidade e o respeito às particularidades das pessoas em situação de rua;
- Desenvolver ações de convívio social que possibilitem o resgate da vida, o fortalecimento da auto-estima e a reconstrução de vínculos grupais, familiares e societários;
- Desenvolver vivências sócio-culturais que estimulem o exercício da solidariedade, do cooperativismo e da construção da cidadania;
- Desenvolver potencialidades e capacidades que promovam a autonomia, a independência e favoreçam a inserção no mercado de trabalho;
- Articular a participação da sociedade e dos moradores do bairro na construção dos direitos das pessoas em situação de rua, promovendo a co-responsabilidade social e a superação de uma cultura discriminatória; e,
- Possibilitar o acesso às demais políticas públicas

Para o alcance desses objetivos, o programa baseia-se numa abordagem pedagógica do direito e da emancipação, construída metodologicamente a partir da reflexão de questões do cotidiano e do incentivo à participação das pessoas. E buscando desencadear a reconstrução da autonomia e estimular a independência.

Com a observação do quadro 1, na seqüência, é possível perceber que a maioria das atividades propostas está em funcionamento. Salienta-se, porém, dois pontos: o primeiro refere-se ao caso do banco de talentos, que ainda não está em funcionamento, mesmo com previsão para abertura para o segundo semestre; no segundo, que diz respeito ao relacionamento com a comunidade, ainda são verificadas grandes restrições apesar das iniciativas que promovem a interação com o projeto.

Quadro 1. Síntese das estratégias do Boracea e sua situação atual

Estratégias	Atividades	Situação atual
1. Acolhida	Albergue para adultos e famílias	Em funcionamento
	Albergue para idosos	Em funcionamento
	Albergue para catadores	Em funcionamento, junto com o albergue para adultos
	Guarda/control de objetos e bagagens	Em funcionamento
	Estacionamento para carrinhos de catadores	Em funcionamento
	Canil/tratamento para animais	Em funcionamento
2. Necessidades básicas	Centro de atenção médico-odontológica	Centro odontológico não está em funcionamento
	Oficinas de cuidados com o corpo e cabelos	Em funcionamento
	Restaurante subsidiado	Em funcionamento
	Lavanderia coletiva	Em funcionamento
	Capela	Em funcionamento
3. Atividades sócio-educativas	Trabalho social de atenção individual	Em funcionamento
	Grupos de trabalho sócio-educativos	Em funcionamento
	Oficinas de alfabetização e leitura	Em funcionamento
	Provisão de documentos	Em funcionamento
	Busca e localização de famílias	Em funcionamento
4. Atividades de lazer, cultura e descanso	Cinema	Em funcionamento
	Apresentações culturais (música e dança)	Em funcionamento
	Oficinas de artes plásticas	Em funcionamento
	Ginástica e esportes	Em funcionamento
	Rádio comunitária	Não observado
5. Geração de trabalho e renda	Oficinas de produção de objetos com material reciclável	Em funcionamento
	Restauração de objetos e móveis	Não observado
	Banco de talentos	Não está em funcionamento
	Loja social	Os produtos expostos ainda não são comercializados
	Galpão para separação, pesagem de materiais recicláveis	Em funcionamento
	Oportunidade de venda de materiais recicláveis	Em funcionamento
6. Relacionamento entre o projeto e comunidade	Telecentros	Em funcionamento
	Apresentações culturais	Em funcionamento
	Fortalecimento da associação de moradores	Não observado

3. RESULTADOS DO BORACEA

Durante o primeiro ano de funcionamento, o Boracea abrigou 77 idosos e 922 adultos em situação de rua. O tempo médio de permanência foi de um

a seis meses. Das pessoas que passaram pelo projeto, cerca de 30% ganharam autonomia, saindo do Projeto por terem conseguido trabalho e moradia. Além disso, 97 pessoas, das 560 que passaram pelo processo profissionalizante (17,3%) montaram Grupos de Produção e estão comercializando os produtos que aprenderam a fazer nos cursos. Os serviços do Projeto já admitiram 13 usuários, tendo ocorrido problemas com três deles. A seguir, serão descritos e analisados alguns dos principais serviços oferecidos pelo programa, bem como a organização responsável pela sua execução, a capacidade de atendimento e o estágio atual de funcionamento.

3.1 Núcleo de atendimento de catadores

O Núcleo de atendimento de catadores beneficia moradores do Boraceia e de outros abrigos, bem como pessoas da comunidade, disponibilizando estacionamento e guarda de carroça, abrigo, atendimento a animais de estimação, cozinha e copa e um espaço para a coleta seletiva, com capacidade para 100 catadores. A execução do projeto cabe à organização não governamental Ação Ética e Cidadania, que é parceira da prefeitura para a realização desse serviço.

O Núcleo já disponibiliza espaço para que os catadores organizem o material coletado e o armazenem, bem como dá orientações para o seu manuseio e comercialização. Desde o início do programa, já foram atendidos mais de 116 catadores. Em janeiro de 2004 o valor arrecadado por cerca de 20 catadores foi de aproximadamente R\$ 3.000,00. Além disso, a remuneração dos catadores se dá através de retiradas quinzenais, já tendo sido criado um fundo de sobras, para pequenos empréstimos.

3.2 Abrigo especial para idosos

O programa disponibiliza aos idosos acolhida em dormitórios, em amplas instalações com divisões para homens e mulheres, elevadores facilitando a locomoção, já que o prédio tem um andar superior, além de banheiros individuais adaptados aos idosos. Além disso, os idosos participam de atividades de convívio, tendo também assistência social e de saúde.

O serviço que é de responsabilidade da ONG Coordenação das Obras de Promoção Humana, tem capacidade para 50 idosos de ambos os sexos. Disponibiliza informações para encaminhamento de aposentadorias ou reintegração familiar e um bom número de idosos já está participando das oficinas de alfabetização.

3.3 Projeto de formação profissional e incentivo à economia solidária

Com uma capacidade de atendimento de 560 pessoas ao ano, já foram oferecidos cursos de formação em costura e construção civil, horta e jardinagem

e cooperativismo. Esse serviço tem como responsável o Centro de Educação e Pesquisas, que faz a oferta e ministra os cursos tanto para os moradores do Boraceia quanto para de outros albergues.

Estão previstos novos cursos para o segundo semestre, estando apenas em funcionamento o curso de cooperativismo para aqueles que já terminaram os cursos profissionalizantes e para os catadores já que está em andamento uma cooperativa de costura, com 10 pessoas envolvidas e outra de construção civil, com 21 participantes. Encontrando-se em fase inicial de discussão a cooperativa de coleta seletiva, contando inicialmente com 16 pessoas.

3.4 Albergue

O albergue tem capacidade fixa para 340 pessoas temporárias, mas atende 676 pessoas, contando com os pernoites e camas auxiliares no período do frio, tem como responsável a entidade Assistência Social Lar Ditoso. Abriga tanto homens como mulheres, estas em separado, e também possui quartos específicos para o abrigo de famílias, possibilitando assim certa individualidade a seus moradores.

Além disso, oferece ainda assistência social e higiene, com banheiros individualizados, roupas de cama padronizadas e guarda-volumes para seus usuários. Até janeiro de 2004, cerca de 43 pessoas já tinham retornado a suas famílias, e 25 já tinham se desligado por ter conseguido moradias autônomas ou emprego.

3.5 Restaurante-escola

Também sob a responsabilidade da entidade Assistência Social Lar Ditoso, o restaurante tem capacidade para 2000 pessoas por dia, ofertando alimentação aos moradores, usuários e colaboradores do albergue, bem como disponibilizando alimentação a outros albergues da cidade.

O restaurante realiza o reaproveitamento de alimentos, através da criação de novas receitas e possui um cardápio monitorado por nutricionista, garantindo a qualidade dos alimentos. O almoço possui um preço simbólico de R\$ 0,50, sendo que os idosos não pagam pelo serviço. Já se tentou estender a atividade à comunidade, porém a grande demanda inviabilizou momentaneamente a ação.

3.6 Centro de convívio

O centro de convívio, cuja responsabilidade é da Associação Evangélica Beneficente, tem capacidade para 200 pessoas, oferecendo oficinas de arte, música, alfabetização e recreação e sala de cinema. O local também é o espaço para os principais debates e assembléias entre os conviventes.

Outro ponto importante é que os participantes da oficina de música estão gravando um CD com suas músicas, fruto do trabalho no projeto. Além

disso, diversas exposições já foram realizadas, permitindo que artesões fossem contratados pelo mercado. Além disso, acontecem gincanas bimestrais, eventos temáticos, como as Olimpíadas, e há um espaço cedido a dois talentos, descobertos no próprio projeto, para realizarem sua arte.

3.7 Lavanderia-escola

A lavanderia oferece serviços para a rede de albergues da região central e para os usuários do Boraceá, com capacidade para 17600 kg por mês e operando com equipamentos profissionais. A execução do serviço cabe ao Serviço Promocional e Social da Paróquia de Santa Cecília.

Também está sendo ofertada a capacitação profissional a usuários dos albergues, com duas turmas de 20 pessoas. Os cursos já conseguiram realocar algumas pessoas no mercado de trabalho.

3.8 Cursos de Alfabetização de adultos

Sob a responsabilidade do Centro Universitário 9 de Julho, são oferecidas duas modalidades de cursos: alfabetização e salas de leitura. Com uma capacidade de 2 salas de aula para 60 alunos, as primeiras turmas já foram concluídas, sendo mais turmas iniciadas no segundo semestre.

3.9 Recepção social

É na recepção que se dá o primeiro contato com a pessoa em situação de rua. Atualmente, o serviço está sob a responsabilidade de funcionários da prefeitura. Além da documentação e cadastro dos usuários, no local funciona a loja social, onde são expostos os trabalhos realizados no projeto. Pretende-se, ainda, instalar no local, o banco de talentos.

3.10 Telecentro

Sob a coordenação da Secretaria de Governo Eletrônico do município, o telecentro oferece cursos de informática e salas de internet para os moradores do Boraceá, usuários e comunidade. Além disso, é no telecentro do boraceá que são realizados o treinamento para os monitores de todos os telecentros da cidade, e os treinamentos de informática a outras secretarias.

4. GERENCIAMENTO DO PROJETO

O mecanismo de gestão mista utilizado no projeto congrega tanto órgãos públicos quanto da sociedade civil, com distintas estruturas e filosofias. Tal

heterogeneidade dificulta uma ação integrada, fazendo com que cada organização atue, muitas vezes, somente em seu núcleo. Mesmo assim, a forma de gestão pode ser considerada eficiente, por proporcionar maior flexibilidade ao trabalho e trazer diversos “olhares” ao projeto. Outro fato é que as organizações envolvidas têm boa qualificação para realizar suas atividades, além de apresentarem claramente o gosto pelo trabalho com a população em situação de rua.

Quanto aos responsáveis e forma da gestão, foram observados depoimentos favoráveis. Foi salientado, pelos colaboradores do projeto, que a atual coordenação busca a melhoria contínua do projeto, a abertura para a participação, a forma dialógica de trabalho sem a perda do controle das atividades, além da boa organização e assistência no andamento das atividades.

Já a coordenadora do Boracea, relatou uma conversa que teve com os coordenadores, onde destacou a participação dizendo *“...é preferível uma ação diferente da que eu tomaria do que a omissão... vocês como coordenadores são tão gestores quanto eu”*. Tal fato corrobora a abertura para a participação.

Quanto aos mecanismos de avaliação, o sucesso de um projeto desta natureza é sempre relacionado à quantidade ou qualidade do atendimento e do número de pessoas que restabelecem vínculos, alcançam a autonomia através do trabalho, garantem moradia ou retornam à família.

5. FONTES DE RECURSOS E TRANSPARÊNCIA ADMINISTRATIVA

Quanto ao gasto anual, o projeto custou R\$ 10.361.594,22, no primeiro ano de funcionamento. Neste valor estão inclusos os custos com as obras de construção das instalações. Os recursos vieram da Prefeitura Municipal, organizações da sociedade civil e empresas (com a formação do grupo Amigos@Boracea, que ajuda o projeto). Há no programa, porém, uma carência por mecanismos de economia no consumo de água e de energia. Além disso, diante da grande estrutura do programa, seria interessante que estivesse mais facilmente disponível à comunidade demonstrações públicas de fonte e aplicações de recursos no projeto, além do andamento dos gastos das organizações envolvidas.

6. OS OBSTÁCULOS E FORMAS DE ENFRENTAMENTO

O projeto apresenta algumas limitações e desafios a serem enfrentados para que haja um melhor funcionamento e alcance dos objetivos propostos. Os principais desafios do Boracea podem ser assim resumidos:

- *Resistência inicial dos catadores*: Está conseguindo ser superada com o núcleo de atendimento e as iniciativas de comercialização, já que está crescendo a procura de catadores pelo projeto;
- *Problemas quanto a aceitação de limites, regras e estabelecimento de confiança*: Esse problema se mantém devido a alta rotatividade de usuários porém, os antigos já estão conseguindo adaptar-se. Além disso, são realizadas reuniões contínuas sistematização e publicação dos acordos combinados e assembléias gerais com usuários garantem espaço para discussão desses problemas;
- *Questões nas áreas de saúde mental, dependência de álcool e drogas*: É um dos principais desafios do programa, pois se verifica que um bom número de usuários tem algum desses problemas. Procura-se contornar isso com a realização de diálogos com as equipes de saúde, capacitação de educadores, além do encaminhamento para tratamento;
- *Situações de violência entre os próprios usuários*: É outro problema contínuo, já que não há revista no momento da entrada do albergue. Para contornar isso, foi a pactuação de um termo de compromisso com os usuários que prevê a regulação do uso destes instrumentais e trabalha com os limites e o respeito;
- *Novo conceito de gestão social*: Como há uma heterogeneidade ideológica das organizações responsáveis pelos serviços oferecidos no projeto, alguns conflitos precisam ser superado, além da necessidade de uma maior interação. Isto está sendo contornado através da busca por diálogo, capacitação, formação e integração, com reuniões mensais e atividades em conjunto.
- *Resistência inicial dos moradores da comunidade na aceitação do projeto*: Esse problema já existe desde a criação do projeto e, apesar de estar um pouco amenizado, o preconceito e a dificuldade de aceitação ainda continua forte. Busca-se com reuniões sistemáticas com a comunidade e, principalmente através dos serviços que o projeto oferece, inserir a comunidade para que, através da convivência, essas barreiras possam ser superadas.

7. INOVAÇÃO E CIDADANIA

O principal fator de inovação do projeto, descrito pelos próprios usuários, trata-se da existência de uma nova “oportunidade”. Isso porque pessoas que viveram durante muito tempo nas ruas e passaram por diversos serviços de acolhimento relatam que estão tendo no projeto uma nova chance de aprendizado, capacitação, contato com a cultura e, acima de tudo, uma nova chance de mudança de vida.

Outro ponto inovador é a forma de gestão, que não é comum nesse tipo de serviço, onde é estabelecido um mecanismo dialógico no estabelecimento de regras, normas e convivência entre os usuários e coordenação do projeto. Há grande espaço para a manifestação de idéias, sugestões e críticas, além da constante pactuação para o estabelecimento do andamento das atividades. Muitas das ações hoje em funcionamento dão espaço à participação e acatam sugestões dos próprios usuários.

Com relação a cidadania, o programa através dos meios de convívio e das próprias oportunidades que oferece, dispões aos usuários a possibilidade do resgate da dignidade e da autonomia. Além disso, alguns dos serviços, como o de saúde, estimulam o usuário a procurar o serviço público, e voltar a usufruir os mesmo serviços e direitos de qualquer cidadão. Além disso, o contato com a comunidade permite que possa ser possível uma redução do preconceito, e conseqüentemente, seja visualizado que essa população não pode seguir sendo tratada de modo excludente, assistencialista e marginalizado.

8. CONCLUSÃO

Diante do que já foi exposto, o Boracea possui algumas dificuldades que necessitariam de uma maior atenção: a questão do tempo de resposta aos problemas, em função da alta rotatividade e da complexidade da população a qual atende; a dificuldade em construir mecanismos de financiamento mais sustentáveis dada a grande estrutura do projeto; e, por fim, a maior interligação com outras políticas públicas, como a de segurança, em razão do tamanho e da diversidade de problemas sócio-econômicos do município.

Porém, é imprescindível serem destacados os grandes pontos fortes do projeto, que dizem respeito principalmente a quatro fatores: à heterogeneidade das organizações envolvidas, à forma de gestão, à diversidade e qualidade dos serviços prestados e ao oferecimento de oportunidades de reinserção aos indivíduos em situação de rua.

Diante da banalização da violência, do descaso e do preconceito em relação à população em situação de rua que vem permeando o cotidiano do município, acredita-se que iniciativas como as do Boracea devam ser replicadas. Embora os resultados do projeto ainda não sejam muito significativos, diante do tempo de funcionamento, os resultados já alcançados significam uma maior esperança e incentivo àqueles que ainda estão a caminho da saída da situação de rua. ■

**Escola
Profissionalizante
Raimunda da Silva
Soares**

Belo Horizonte - MG

Escola Profissionalizante Raimunda da Silva Soares

Líliá Asuca Sumiya¹

Apresentação

A despeito de o Brasil ser constituído por uma significativa população afro-descendente, pouca atenção foi dada pelos órgãos governamentais a esta parcela da sociedade, historicamente discriminada e marginalizada.

O tema de combate ao racismo ganhou maior relevância como política pública nacional apenas recentemente, com a criação da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. Enquanto um órgão federal só foi criado no atual governo, Belo Horizonte, município reconhecido pela sua atuação em áreas sociais, surge como um dos pioneiros nesta temática, com a criação da Secretaria Municipal para Assuntos da Comunidade Negra (SMACON), já em 1998. Em 2001, sob a denominação de Coordenadoria de Assuntos da Comunidade Negra (COMACON), passou a integrar a Secretaria dos Direitos de Cidadania.

A COMACON tem por competência formular, planejar, coordenar e implementar políticas, programas e projetos que visem à promoção e valorização da população negra, o fomento de ações dirigidas à erradicação do racismo e a superação das desigualdades sócio-raciais. Compete ainda à Coordenadoria a articulação das políticas que favoreçam a implementação de ações afirmativas junto à população negra, focalizando prioritariamente mulheres e jovens moradores de vilas e favelas.

Uma das suas principais atuações da COMACON é o gerenciamento, em conjunto com a Secretaria Municipal de Gestão Regional Noroeste (GERAS-NO), da Escola Profissionalizante Raimunda da Silva Soares, localizada na favela Pedreira Prado Lopes, região noroeste do município de Belo Horizonte. O surgimento da

¹ Pedagoga pela Unicamp e Mestre em Administração Pública e Governo pela FGV-EAESP.

Pedreira coincide com o início da formação do município, sendo uma das áreas mais antigas e de maior adensamento urbano da cidade. Os moradores são, na sua maioria, jovens de até 25 anos, dos quais 15% são analfabetos e apenas 6% atingiram o ensino médio.

O principal objetivo da Escola é propiciar formação profissional, contribuindo para a superação da exclusão sócio-racial dos moradores. Para isso, oferece cursos e oficinas que estimulam o protagonismo juvenil, além de apoio logístico para a manutenção de duas turmas de pré-vestibular.

Origens da Escola

A Escola Raimunda da Silva Soares, nome dado em homenagem a uma antiga liderança da comunidade, surgiu a partir da reivindicação dos moradores da Pedreira Prado Lopes no orçamento participativo de 1996 e foi inaugurado em 1998.

O desejo dos moradores de uma escola na localidade advém das lembranças positivas na área de formação profissional. Na década de 1970 até 80, existia no local uma unidade do Centro Integral de Atendimento ao Menor (CIAME), uma ação do governo estadual que foi desativada. Esse centro foi uma referência em termos de profissionalização para gerações anteriores.

A reivindicação de uma escola profissionalizante expressa a compreensão, por parte dos moradores, de que o processo de exclusão a que estão submetidos deve ser enfrentado por meio de medidas estruturais, com a criação de oportunidades reais de mudança.

A época da reivindicação coincidiu com as mudanças da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional/1996, que determinou que os municípios devem oferecer, prioritariamente, educação infantil e ensino fundamental.

Nesse contexto, a Secretaria Municipal de Educação não poderia mais assumir uma nova escola profissionalizante. Ao mesmo tempo, a nova legislação educacional, ao tratar da separação da educação profissional da educação formal², permitiu que a escola fosse assumida pela atual COMACON. Essa estratégia foi adotada pela percepção de que o novo equipamento público a ser construído no local deveria priorizar, além da formação profissional, um olhar em direção à educação para a cidadania e, mais especificamente, para a questão da discriminação.

No entender da COMACON, a concepção de cidadania deve, primeiro, atentar para a necessidade de incorporação de uma identidade positiva da negritude e, segundo, contribuir para a superação da situação de desigualdade vivenciada por

² Ver Cap. III: Art. 40 e Art. 42 da LDB/96

negros e pardos. E é exatamente nas favelas e periferias onde se encontra o grande contingente de afro-descendentes brasileiros³.

Dois dias na Pedreira Prado Lopes

Pedreira Prado Lopes, quatro da tarde de terça-feira, 11 de Agosto de 2004. Durante a entrevista com um morador, ouvem-se rajadas de tiros. Mesmo alertada inúmeras vezes pela coordenação do programa sobre a violência na região, a sensação de estar tão próxima dessa realidade foi assustadora. No entanto, tanto os alunos quanto a equipe da Escola pareciam estar acostumados com o barulho. Observei uma expressão de tristeza na face e a sensação de não poder fazer nada.

No dia seguinte, pela manhã, o barulho do helicóptero da polícia predominou na região e um batalhão de policiais invadiu os morros e os becos. Segundo a equipe da Escola e os moradores, nem sempre o local foi assim, tão turbulento. A situação se agravou em meados do ano passado, quando foi solto um dos líderes do tráfico local, integrante do grupo liderado pelo traficante Fernandinho Beira-Mar. O traficante, ao voltar para o morro, tentou retomar a liderança da localidade, o que fez originar brigas entre os grupos rivais. Dados do jornal Diário da Tarde⁴ confirmam a evolução da violência na Pedreira Prado Lopes: a média de mortes no local, que era em torno de 5 homicídios por ano, subiu para 19 em 2003. Na ocasião da visita, esse número estava em 47, segundo a Associação União Prado Lopes.

Apesar disso, permanecer dentro da Escola nos proporcionou uma estranha sensação de segurança. Afinal, embora esteja rodeada de casas que apresentam marcas de tiros e sangue nas paredes, a Escola, no seu final do sexto ano de funcionamento está bem conservada. As instalações são limpas, bem cuidadas e guardam vários equipamentos eletrônicos. Segundo as coordenadoras, Mara M. Sales e Vânia Diniz, a Escola não mantém nenhuma relação com o tráfico e não existe nenhum canal de comunicação ou de diálogo, tampouco são coniventes com a situação. De certa forma, pode-se dizer que os traficantes locais "resguardam" o espaço público da comunidade e estão cientes da importância desse equipamento público na região. A Escola nunca sofreu nenhum tipo de ameaça, depredação,

³ Pesquisas confirmam a desigualdade entre brancos e negros: de cada dez pobres, seis são negros; a taxa de analfabetismo é duas vezes maior na população negra, além da diferença de dois anos a menos na média de anos de estudo, comparada à dos brancos (SEPPPIR, 2004).

⁴ 08/03/2004

⁵ Por exemplo, o curso de informática, um dos cursos mais procurados, compreende 100 horas de aulas específicas, 12 horas de cidadania e 12 horas de trabalho e gestão, totalizando 124 horas. Outro curso que também é realizado sempre é o do cabeleireiro, que oferece 18 horas de curso de cidadania, 180 de específica e 18 horas de trabalho e gestão, com 216 horas.

roubo, ou dano físico. Certa vez, correu o boato pela comunidade de que haviam sido roubados 3 computadores da Escola. Imediatamente, alguns meninos do tráfico procuraram a coordenação para averiguar a informação, pois, caso fosse verdade, iriam atrás do culpado.

Apesar dessa “proteção”, a situação de violência vivida pela comunidade limitou a visita de campo em alguns aspectos:

Não foi possível, por exemplo, conhecer uma das unidades noturnas do cursinho pré-vestibular Horizontes instalada dentro da Pedreira. As informações aqui descritas a respeito do cursinho foram obtidas junto aos coordenadores e professores voluntários que compareceram durante o dia na Escola Profissionalizante para relatar a experiência e da visita à segunda unidade, localizada no centro da cidade. Essa unidade atende moradores negros de periferia e outras favelas de Belo Horizonte.

A violência impacta no funcionamento da Escola: alunos faltam às aulas por medo, outros chegam a desistir. O assunto toma conta dos cursos. Momento para desabafar, mostrar o medo. Se não são os próprios alunos que fazem parte da rede de tráfico, muitos têm amigos, conhecidos, irmãos e outros familiares diretamente ligados a ela.

A peculiaridade da situação também limitou a realização da visita apenas ao interior da Escola. Portanto, não foi possível transitar pela comunidade para conhecer a opinião dos moradores que não estão diretamente envolvidos ou beneficiados pelo trabalho. No entanto, para além da conservação física, foi possível perceber por outros meios a presença da Escola na comunidade.

No trajeto até a escola, foi possível observar várias faixas penduradas nas principais vias da favela informando o período de inscrição para os novos cursos oferecidos pela Escola. Assim, percebe-se que a divulgação é de fato realizada por toda a comunidade. Além disso, no acervo do jornal Fala Pedreira, encontra-se todo o registro histórico da Escola: desde a sua conquista pelo Orçamento Participativo, sua construção, inauguração, reuniões com a comunidade, cursos oferecidos e outras informações. Em uma das edições foi encontrada uma página inteira com os critérios adotados para obter uma vaga nos cursos. Em uma outra está documentada o recrutamento de estagiários de nível médio para auxiliar nas tarefas administrativas da Escola. Para a primeira etapa da seleção, os candidatos escreveram uma redação, com os temas: “O que espero do futuro?” e “O que os jovens podem fazer para tornar a vida na Pedreira ainda mais agradável”. As duas melhores redações foram publicadas na íntegra pelo jornal.

Essas informações confirmam a intensa divulgação e o acesso democrático a esse equipamento público pela comunidade.

Os cursos profissionalizantes

A programação da Escola é de oferecer 40 cursos diferentes até o final do ano, divididos em seis grandes áreas: alimentação, artesanato, beleza e higiene, cultura e afins, informática e serviços, promoção da saúde. A variedade dos cursos oferecidos respeita, além do interesse demonstrado pelos moradores, pesquisas nos jornais locais para extrair informações sobre a necessidade de mão-de-obra do mercado.

Para atender a essa dinâmica, a Escola mantém um convênio com a Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa (FUNDEP/UFMG) para administrar e gerenciar os cursos. Todo o orçamento destinado à Escola - cerca de R\$140 mil para o ano de 2004 - é da Prefeitura, que repassa o recurso para a Fundação e, esta, por sua vez, realiza o pagamento de professores no período da duração de cada curso (em geral de 3 a 4 meses) e a compra de material didático. Esse sistema confere agilidade ao processo, sem a necessidade de realizar concursos para contratação de cada professor temporário nem licitações.

Essa flexibilidade permitiu que a Escola, ao longo de 6 anos de funcionamento, realizasse uma variedade de cursos. Por exemplo, no início da sua inauguração, foi realizado um curso de DJ como uma estratégia de divulgação do trabalho da Escola. Também foram realizados cursos de jardinagem e recuperação de móveis, que contribuiu para a montagem da própria Escola.

Outros cursos como pedreiro, construção civil, eletricitista foram oferecidas intensamente, mas no momento, não há procura suficiente para a formação de turmas. Quando aparece um ou outro interessado pelo curso, a escola encaminha-o para instituições que oferecem cursos financiados com recursos do FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador).

A coordenação da Escola entende que a formação profissional não deve se restringir ao mero domínio de um determinado processo de trabalho que focaliza apenas o saber operacional. Buscam-se as condições para o desenvolvimento de habilidades como a autonomia, a capacidade crítica, a solidariedade e a reflexão no contexto em que vive, pois o educando é um ser integral.

Para tanto, as aulas dos cursos profissionalizantes englobam, além do conhecimento técnico, os seguintes aspectos: i) trabalho e gestão (legislação trabalhista, segurança no trabalho, globalização e outros); ii) formação para a cidadania e o reconhecimento positivo da identidade étnica⁵.

A inovação dessa Escola está justamente no enfoque tridimensional das áreas citadas. Em especial, a inclusão da reflexão sobre o combate ao racismo e a todas as formas de discriminação tem sido o seu grande diferencial.

⁵Projeto Político Pedagógico – versão preliminar.

De acordo com a equipe da Escola, a batalha contra o racismo tem sido difícil pelo fato de o tema ter sido marcado, historicamente no Brasil, pela negação e silêncio; e, mesmo entre negros e pardos, observa-se a reprodução de posturas que revelam o desconhecimento acerca do impacto e extensão do racismo. Essa postura reflete “[...]a fuga ao enfrentamento de um tema que provoca dissabores e sofrimentos. Negar é, neste sentido, uma estratégia de auto-proteção”⁶.

Na Escola, a experiência mostra que a abordagem do combate ao racismo a partir de temas relativos à vida na comunidade resultou em uma maior identificação do problema pelos educandos do que uma reflexão exclusiva da questão racial. O movimento pelo resgate da história da Pedreira, iniciado a partir das discussões no interior da Escola, mostrou-se muito presente entre os moradores: “*Mude a Pedreira, não mude da Pedreira.*” Dois livros foram editados no ano 2000, registrando a ocupação do território entrelaçada à vida dos residentes. Atualmente, o material é utilizado nas aulas de cidadania.

A partir da valorização local, segue a reflexão sobre a favela no contexto da cidade: suas potencialidades, problemas existentes, a favela vista pela cidade, a cidade vista pela favela, preconceitos recíprocos e ações de resistência.

Tendo em vista a escassez de espaços para o desenvolvimento de atividades na localidade, a Escola, sempre que demandada, estabeleceu parcerias para a realização de projetos. Embora não se vinculassem diretamente com a perspectiva da formação profissional, constituíam-se como ações de interesse dos moradores. Dessa forma, além de abrir espaços para grupos de Alcoólicos Anônimos, catequeses e outros, a Escola hoje mantém núcleos do Programa Agente Jovem, Projeto Guernica (curso de grafite) e Internet Cidadã. Todas essas ações foram possíveis graças à mobilização da equipe e da comunidade que busca parcerias com organizações não governamentais, setor empresarial, trabalhos voluntários e, principalmente, atuação conjunta com outros órgãos governamentais, numa gestão intergovernamental de caráter intersetorial.

Participação da sociedade civil

A participação da comunidade na discussão e funcionamento dos equipamentos públicos é uma das características mais fortes e marcantes, presentes em todo o histórico de luta da comunidade. Além da Escola, as construções de um residencial e de um Centro de Saúde na Pedreira foram possíveis via orçamento participativo.

Na Raimunda da Silva Soares, há um colegiado formado por representantes da COMACON, líderes comunitários, representantes das Associações, funcionários, alunos e ex-alunos que estão sempre presentes nos processos decisórios da Escola. Essa participação se mostra não só na reivindicação dos seus direitos, mas no

constante acompanhamento das atividades. A formulação dos cursos, a compra de materiais, fiscalização no uso dos recursos, a contratação de professores e, principalmente, as avaliações de cada curso são realizadas sempre com o colegiado, caracterizando a união de esforços.

Mas nem sempre o trabalho conjunto se desenvolveu em harmonia. Vânia Diniz, coordenadora do COMACON, relembra quando, ainda no início, o curso de informática era muito procurado. Os ativos representantes da comunidade queriam que a escola priorizasse a vaga para eles, afinal, na visão deles, tanto empenho e dedicação para a Escola deveriam resultar em algum benefício próprio. Naquela ocasião, a coordenação da escola posicionou-se firmemente para não adotar critérios diferenciados a ninguém e a nenhum grupo, sem exceção. Todos os interessados em aprender informática entravam na fila de espera. Uma Escola que oferece cursos de cidadania e direitos no seu currículo, não poderia burlar as regras na sua prática.

Em menos de 6 meses, o grupo compreendeu que todo o processo deveria ser realmente transparente e democrático. O episódio mostra que, tanto o poder público quanto a comunidade caminham juntos na aprendizagem democrática e de uso do que é público.

Os desdobramentos

a) Cursinho Pré Vestibular Horizontes

A iniciativa de abrir um cursinho direcionado à comunidade negra pode ser considerada como um dos desdobramentos da atuação da COMACON e da própria Escola. A idéia surgiu a partir da ação de alguns jovens estagiários e assessores da Escola e também moradores da comunidade.

Envolvidos na discussão sobre a questão racial, tornaram-se atores na transformação da realidade individual e coletiva na qual estão inseridos. Com o apoio da Escola, organizaram uma iniciativa voluntária de preparação para o vestibular. O grupo contactou amigos interessados em colaborar, divulgaram cartazes em universidades e formaram o grupo de professores voluntários. Também firmaram acordos com a associação de professores da Universidade Federal de Minas Gerais para aquisição do material didático.

No início, em 2002, os primeiros 24 alunos pouco acreditavam que o esforço dos professores voluntários traria algum resultado. Durante o curso, eles foram surpreendidos pela notícia de um acordo firmado com um centro universitário que isentou o pagamento da taxa de inscrição para o grupo. Em seguida, veio a notícia de que a mesma instituição havia concedido duas bolsas integrais para os que passassem no processo seletivo. Ao final, passaram oito alunos e todos receberam a bolsa. Suelen, uma dessas personagens que atualmente cursa história

relembra: *“Eu não acreditava que ia passar. Mas quando soube que conseguimos bolsa, pensei que eu tenho que passar”*. Desacreditada até pela própria mãe que não queria que a filha alimentasse a ilusão e se decepcionasse, a estudante destaca que o apoio e a motivação dos professores foram essenciais para essa conquista.

Wedson Alves, estudante de letras, também relata: *“Sempre pensei que não iria fazer faculdade porque não ia passar”*. Hoje, o pai de Wedson se orgulha muito do filho que estuda na faculdade que ele próprio ajudou a construir, como carpinteiro.

Em 2003, o cursinho foi um dos 28 projetos selecionados para receber o financiamento do Programa Diversidade na Universidade, do MEC e UNESCO, o que permitiu ampliar o número de vagas para 90 alunos. O cursinho continua aprovando alunos para o ensino superior. No meio deste ano, foram mais duas aprovações, agora na PUC-Minas, nos cursos de arquitetura e nutrição.

O trabalho com a questão racial também tem mostrado efeitos nos alunos do cursinho: *“Minha visão mudou muito. Antes, quando falávamos no negro, era sempre a história da escravidão, distante da gente. Hoje nos reconhecemos como negros”*, relatou uma aluna do cursinho.

São 24 professores que trabalham voluntariamente no cursinho, com diferentes formações e atuações profissionais, mas em geral são jovens, formados ou cursando o ensino superior. Vanessa, estudante de medicina e professora de química, enumera as razões de dedicar maior parte do seu tempo livre no cursinho: alunos receptivos, uma coordenação presente e, acima de tudo, a troca de conhecimentos. O grande desafio dos professores é contornar a falta de hábito de estudar e as dificuldades de concentração dos alunos, herança da má qualidade do ensino básico público.

Dentre os professores, há 5 ex-alunos do cursinho, uma motivação a mais para os atuais vestibulandos. Para os que já conseguiram garantir uma vaga no ensino superior, voltar para a comunidade e trabalhar dentro dela é algo mais que natural: *“Quero continuar ajudando o lugar que me deu oportunidade. Não me imaginava um dia ser capaz de dar aulas”*, disse uma ex-aluna e atual professora voluntária do cursinho.

Ademais, em todos os projetos desenvolvidos na Escola constata-se o efeito potencializador das ações desenvolvidas. Os alunos aprovados na universidade, se não são professores voluntários, ajudam de alguma forma a comunidade, como contribuir nas oficinas. Denise é uma das estagiárias da Escola e estudante do curso de comunicação social. Antes, foi faxineira do Banco do Brasil e aluna do cursinho. Ela conta que no início da sua vida de universitária o choque cultural foi muito grande. O esforço para conseguir acompanhar o conteúdo da faculdade também foi enorme. Mas hoje, considera que está muito bem ao se comparar com as colegas da turma. Houve também várias situações em que vivenciou o preconceito por ser moradora de favela e negra.

Nem todos têm a determinação de Denise e conseguem superar a pressão da diferenciação. Entre os 8 moradores aprovados no vestibular de 2002, houve uma desistência.

b) Mulher, negra e favelada

Na Pedreira Prado Lopes, 59,8% das famílias são chefiadas por mulheres negras. Elas têm sofrido discriminação tripla: socioeconômica, gênero e cor. Por essa razão, elas têm merecido atenção especial por parte da Escola Profissionalizante.

Em uma comunidade onde ser “mulher de traficante” é um status social privilegiado e respeitável, não é raro encontrar meninas com idade de 12, 13 anos grávida de seu companheiro. É um meio de sobrevivência e de garantia de sustento para elas. Muitas vezes, tal situação é incentivada pelas próprias mães, que oferecem suas filhas para os traficantes.

Ao contrário do poder de atração que o tráfico exerce sobre os homens quando defrontam entre um trabalho honesto e um dinheiro fácil, rápido e de alto valor, as meninas e mulheres têm conseguido se livrar da condição de submissa de seus parceiros e gerar sua própria renda a partir dos conhecimentos adquiridos na Escola. Cursos direcionados especificamente para o público feminino, tais como cabeleireira, manicure e culinária, têm mostrado resultados imediatos para que meninas e mulheres consigam um meio de sobrevivência.

Muitas ex-alunas atendem a comunidade dentro de seus barracos ou em salões próximos ao bairro, empregando as alunas que também passaram pelo curso. Outra atividade rentável tem sido a venda de comida congelada, preparada a partir dos conhecimentos adquiridos nos cursos de culinária. Além disso, já se formaram seis grupos de produção de artesanatos, com aplicação de técnicas aprendidas nos trabalhos manuais. Esses grupos mantêm suas barracas para venda no Mercado da Lagoinha, tradicional espaço belorizontino.

O morador Zé ressalta a importância desses cursos para essas meninas: *“Ainda não podemos afirmar que conseguimos tirar os meninos do tráfico, pois são poucos os casos. Mas podemos dizer que conseguimos tirar muitas meninas da condição de mulher de traficante”*.

Considerações finais

Trabalhar em meio à violência que cerca o dia-a-dia da equipe da Escola faz dos professores, voluntários, funcionários e mesmo dos alunos, verdadeiros guerreiros. A constante reflexão sobre seu trabalho torna a Escola um espaço vivo, dinâmico e atento às mudanças da realidade. No entanto, ainda que a função da Escola esteja focalizada em oferecer uma formação profissional, o objetivo de contribuir para a ascensão social e ocupacional dos educandos tem sido prejudicado pelo problema da gravidez precoce das meninas das favelas. Isso tem como consequência o

agravamento do adensamento urbano na região e, provavelmente, é um problema que muitas regiões do Brasil enfrentam. Oferecer perspectivas e trabalhar com planejamento de vida das meninas tem sido o enfoque, mas a equipe da Escola reconhece que é preciso pensar urgentemente em uma metodologia mais específica e que, pela dimensão do problema, seria necessário unir esforços de diferentes setores governamentais e também da sociedade para a formulação e implementação de uma política pública mais eficiente.

Outra fragilidade do programa é, como a própria coordenação aponta, a precariedade do encaminhamento para o trabalho. Várias tentativas foram realizadas para estabelecer parcerias com agências de recrutamento de mão-de-obra ou mesmo apoio a grupos produtivos para formação de cooperativas ou associações. Mas as ações não têm apresentado resultados contundentes. Atualmente, a atuação se restringe à divulgação no painel da Escola das ofertas de empregos publicados nos jornais. Neste momento, a Escola conta com o apoio do professor de informática para ajudar na construção de um banco de dados informatizado para possibilitar um melhor acompanhamento da situação de seus alunos egressos.

Não obstante, em um contexto brasileiro em que são raras as políticas públicas especificamente direcionadas às favelas e para o combate dos graves problemas que afligem os centros urbanos, a experiência de Belo Horizonte é louvável e exemplar.

Uma eventual mudança de administração não parece ser o problema, uma vez que as conquistas já estão enraizadas e apropriadas pela comunidade.

A lição mais importante que se pode depreender dessa experiência é a metodologia didático-pedagógica própria desenvolvida para o combate ao racismo. Quando o poder público se aproxima do seu público beneficiário, quando compreende sua realidade, o contexto em que ele se insere, é possível construir um trabalho conjunto. Apesar das características peculiares da comunidade em que o programa é desenvolvido, os princípios metodológicos utilizados podem ser perfeitamente adaptados e replicados em qualquer outra localidade, seja ela em grandes cidades ou em áreas rurais.

Nos depoimentos colhidos, impressiona o fato de que todos, independente do curso que freqüentam, tenham afirmado que nunca se acharam capazes: de aprender computação, de dar aulas, de entrar na faculdade, de poder ganhar dinheiro próprio... As pessoas começam a acreditar que existe uma possibilidade e a elevação da auto-estima do público beneficiário é, de fato, surpreendente, como podemos constatar: *“Sentia-me tão inferior que nunca pensei que as pessoas poderiam um dia olhar para mim. Hoje sou o Aparecido, gosto de aparecer e ser reconhecido pelo meu trabalho [...] A rua que era estreita tornou-se uma passarela. Hoje, eu não freqüento certos lugares por opção, não por constrangimento.”* Ex- integrante da rede de tráfico, ex-aluno e atual monitor do Projeto Guernica. ■



Programa Gestão Pública e Cidadania
Iniciativa da Fundação Ford com o apoio do BNDES

Os 20 artigos reunidos neste volume descrevem experiências inovadoras de gestão pública executadas por organizações indígenas e governos municipais e estaduais de várias partes do país, incluindo os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.

Tais iniciativas foram as finalistas do ciclo de premiação de 2004 do Programa Gestão Pública e Cidadania, uma realização da Fundação Getulio Vargas e da Fundação Ford, com apoio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

